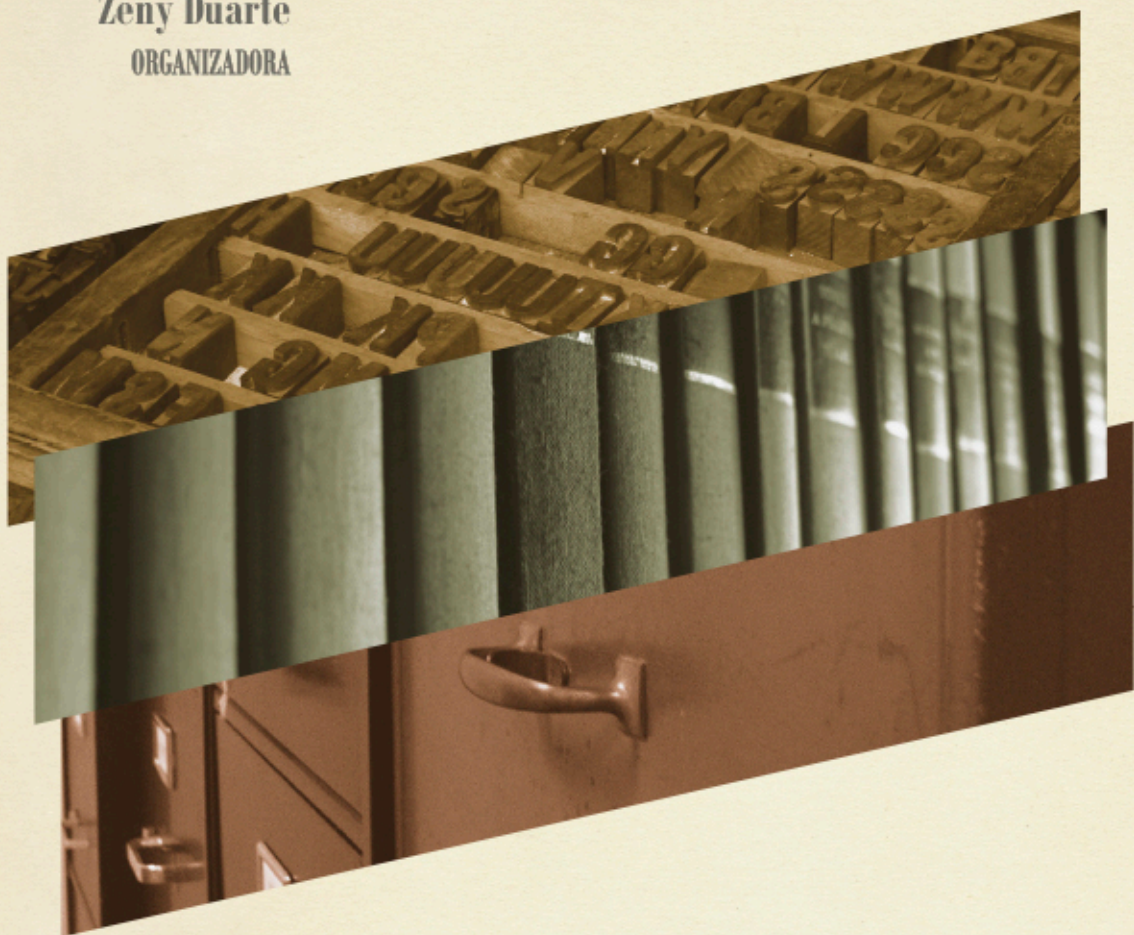


Zeny Duarte
ORGANIZADORA



Arquivos, Bibliotecas e Museus

Realidades de Portugal e Brasil



EDUFBA

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS:
Realidades de Portugal e Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luíz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Zeny Duarte
Organizadora

**ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS:
Realidades de Portugal e Brasil**

SALVADOR
EDUFBA
2013

2013, Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Lúcia Valeska Sokolowicz

NORMALIZAÇÃO

Adriana Caxiado

REVISÃO

Fernanda Machado

SISTEMA DE BIBLIOTECAS - UFBA

Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil / Zeny Duarte,
organizadora. - Salvador: EDUFBA, 2013.
416 p.

Trabalhos apresentados no Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à Luz da
Era Pós-Custodial : Realidades de Portugal e do Brasil, realizado em Salvador, no
período, de 1 a 3 de setembro de 2011 (Encontro ABM 2011).
ISBN 978-85-232-1129-5

1. Arquivologia. 2. Arquivística 3. Biblioteconomia. 4. Museologia. 5. Ciência
da Informação - Portugal - Brasil. I. Duarte, Zeny.

CDD - 020

Editora filiada à:



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo s/n

Campus de Ondina - 40.170-115

Salvador - Bahia - Brasil

Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA 7

Zeny Duarte

APRESENTAÇÃO 11

Ronaldo Lopes Oliveira

– Primeira Parte –

A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA E O POSICIONAMENTO DA MUSEOLOGIA 17

FACE À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

Armando Malheiro da Silva

ESPAÇOS FLUIDOS DE MEMÓRIA: no fio da narrativa 39

Maria Virgínia Moraes de Arana

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: reflexões de um usuário 55

Mário Mendonça de Oliveira

ATENÇÃO! ACERVOS MUSEOLÓGICOS, DÚVIDA... A busca de caminhos 67

para a leitura, interpretação e difusão do patrimônio cultural

Sidélia Santos Teixeira

ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA EM SEUS 83

DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

José Augusto Chaves Guimarães e Natália Bolfarini Tognoli

TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS, MUSEUS E ARQUIVOS 95

PORTUGUESES (SÉCULOS XV-XVII): relevância desta herança bibliográfica na

investigação do patrimônio arquitetônico

Susana Matos Abreu

MUSEU DA GASTRONOMIA DA BAHIA – Senac 153

Maria Helena Pereira da Silva

A EUROPA PERTO DE TODOS: uma rede de informação para fomentar 161

e divulgar a construção europeia

Ana Lúcia Terra

FAROL: de sinalizador a cartão postal	205
Cleber Reis	
CULTURA, MEMÓRIA, TECNOLOGIA: a preservação do conhecimento nas sociedades contemporâneas	227
Vera Dodebei	
RIQUEZA E DIVERSIDADE DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA: um panorama dos trabalhos do grupo de pesquisa	237
Alicia Dubá Lose	
ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência	259
Carlos Alberto Ávila Araújo	
– Segunda Parte –	
A FOTOGRAFIA NO ARQUIVO, NA BIBLIOTECA E NO MUSEU: similitude e diversidade de saberes	301
Zeny Duarte, Sonia Maria Ferreira, Joseane Oliveira	
USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS: inter-relacionamento com a arquivologia, seus princípios e conceitos	321
Sérgio Franklin, Rafael Botelho Dórea	
BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: agentes de universalização do conhecimento	339
Aida Varela Varela, Marilene Lobo Abreu Barbosa	
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA BIBLIOTECAS NA ERA PÓS-CUSTODIAL	375
Hildenise Ferreira Novo, Ivana Aparecida Borges Lins	
ZONAS DE INTERSEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO ACADÊMICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: contribuições à formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos como profissionais pesquisadores e protagonistas sociais	399
Henriette Ferreira Gomes	

NOTA PRÉVIA

Zeny Duarte¹

Dedicamos este livro-coletânea à professora, farmacêutica, bibliotecária, especialista em arquivologia e autora do projeto de criação do curso de arquivologia da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Maria José Rabello de Freitas, pela competência pessoal nas mencionadas áreas e pelo exercício profissional, humanístico e ético.

Ao professor Edivaldo Machado Boaventura, nossa especial homenagem, pela constante parceria do mestre e empreendedor com a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Homenagem à inesquecível professora e bibliotecária Ângela Maria Barreto, pelo seu legado ao Instituto de Ciência da Informação e exemplo de mulher, mãe e profissional. Para sintetizar nossa fala, transcrevemos Carlos Drummond de Andrade: “Sentimos saudade de certos momentos da nossa vida e de certos momentos de pessoas que passaram por ela.”

Este livro-coletânea, como primeira parte, colige e organiza, por ordem de apresentação, textos das conferências do *Encontro de arquivos, bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e do Brasil* (Encontro ABM 2011) e divulga-os para a comunidade científica do

¹ Presidente do Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e do Brasil (Encontro ABM).

Por ser 2012 o ano de Portugal no Brasil, o Encontro ABM 2011 foi realizado nos dias 1, 2 e 3 de setembro, como início aos demais eventos em 2012, pelo grupo de pesquisa Acervos manuscritológicos, bibliográficos, iconográficos, etnográficos: organização, preservação e interfaces das tecnologias da informação e comunicação (G-Acervos), coordenado por esta signatária e, desde 2000, certificado pelo CNPq. O evento foi acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA) e realizado com apoio da Capes.

O projeto propôs fortalecer o laço científico entre os profissionais portugueses e brasileiros dessas áreas, sedimentando o intercâmbio de renovados conhecimentos acerca da temática do evento. Este oportunizou novos saberes sobre acervos documentais produzidos e legados pela e para a sociedade.

Como segunda parte, este livro-coletânea apresenta contribuição de discentes e docentes do PPGCI/UFBA em textos relacionados com a temática do Encontro ABM 2011, para mais valia desta edição e possibilidade de divulgação da produção da comunidade do Programa.

O macro-objetivo do Encontro ABM 2011 foi o exercício da interdisciplinaridade das mencionadas áreas e de outras que possuem proximidades de saberes. Os painéis divulgaram conferências relacionadas com o desenvolvimento das tecnologias de investigação, processamento da informação, armazenamento, análise documentária/documental, transmissão, avaliação e valorização da informação e do conhecimento; da gestão de dados informacionais e de acervos de arquivo, bibliotecas e museus, independente do suporte, espécie e tipologia documental.

Outra possibilidade desse evento foi a divulgação de projetos comuns da arquivologia, biblioteconomia e museologia com a determinante presença das TIC. O evento discutiu as interfaces das áreas em foco com textos voltadas ao ensino, pesquisa e a prática, especialmente àquelas relacionadas com a disseminação da informação em plataformas digitais, em ambos os países. As conferências propiciaram nichos de debates acerca da desconstrução do modelo patrimonialista e custodial das ins-

tuições documentais e de memória, com elevados níveis de maturidade e consolidação.

Desse modo, o evento autorizou incursões sobre os segmentos científicos que, nessa reunião, se anunciaram irmanados num mesmo objetivo: o de evoluir com os desafios da era pós-custodial, da sociedade contemporânea, das plataformas digitais e das redes sociais. Essas foram as ambições e o evento inaugurou metas ao futuro da arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação.

A oportunidade foi pioneira na Bahia e, quiçá, tenha proporcionado, a partir dessa primeira experiência, avanço em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

O evento foi registrado como de grande relevância ao cenário atual das discussões acerca de currículos das áreas em destaque, tendo sido recomendada realização bienal em parceria com outras universidades brasileiras, de Portugal e de outros países.

Agradecemos aos docentes Hildenise Ferreira Novo, Ivana Lins Gesteira, Maria Eduarda Serpa, Celeste Santana, Eneida Santana e Daniel Branco e aos discentes Sônia Silva, Lucas de Souza, Luciene Guimarães, Eneida de Paula, Joselma Oliveira, Thaiana Lima, Taimara Emiliano, Évelin Costa, Paulo Domingues, Patrícia Sales e Adriano Rosas, componentes da comissão organizadora do Encontro ABM.

Registramos a importância do apoio da Capes, da Administração Superior do ICI e da Ufba, do Museu Carlos Costa Pinto, Museu Eugênio Teixeira Leal, Museu de Arte Sacra, Fundação Pedro Calmon, do país irmão, obtivemos o apoio da Universidade do Porto e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – Portugal, Senac, Salvador Convention Bureau, Nação Capoeira, Grupo Pestana, Hotel Mar Azul e do Silvão Distribuidor de Água.

No espírito da primeira edição do Encontro ABM 2011, a Prof^a. Eneida Santana Baumann criou, voluntariamente, a imagem central (marca) e o sítio do evento. Parabenizamos pela competência e agradecemos à colega.

APRESENTAÇÃO

Ronaldo Lopes Oliveira

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) é uma instituição com forte tradição e pioneirismo na pesquisa científica e formação de recursos humanos no Brasil. Um exemplo marcante do pioneirismo da Ufba no campo da pesquisa é a Escola Médica da Bahia, a primeira instituição de ensino superior do Brasil. Criada há mais de duzentos anos, iniciou as atividades universitárias voltadas à pesquisa no país por intermédio de trabalhos relacionados ao entendimento das enfermidades prevalentes à época.

Além disto, a Ufba é a principal formadora de recursos humanos com qualificação pós-graduada na Bahia e tem o compromisso de inovar e consolidar esta formação, de modo a atender às demandas deste setor, tanto no Estado quanto fora dele.

No ano de 2012, a Ufba alcança a marca histórica de setenta e cinco Programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela Capes (contra cinquenta e três em 2002) com o oferecimento de cento e quatorze cursos de mestrado e de doutorado. A partir das avaliações realizadas pela Capes, a distribuição dos conceitos dos programas desenvolvidos no âmbito da Ufba pode ser estratificada em: um programa nível 07; dois programas nível 06; dezesseis programas nível 05; trinta e quatro programas nível 04 e vinte e dois programas nível 03.

Assim, dos setenta e cinco programas de PG *stricto sensu* da Ufba, a maioria (69%) é plenamente consolidada (nota 4 ou maior) e mais de um quarto (26%) pode ser considerada entre “muito bom” e “excelente” (nota 5 ou maior). Os percentuais correspondentes, referentes ao país como um todo, são 65% e 33%, respectivamente. Desse modo, a Ufba supera a tendência nacional em relação ao percentual de programas consolidados e é a única instituição de educação superior nas regiões Norte/Nordeste que oferece um programa de nível 7, neste caso, o Programa em Saúde Coletiva.

A média dos conceitos dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade, quando analisados em seu conjunto, alcançou o valor de 4,13. Esta média é significativa se considerarmos que novos programas usualmente são credenciados com conceitos mais baixos, o que mostra uma média elevada para os programas consolidados. Tais informações confirmam, também, sua posição de liderança qualitativa e quantitativa na Região Nordeste. Ainda em termos de Pós-Graduação, destaca-se o fato de a Ufba estar desenvolvendo diversas ações de solidariedade e nucleação de pesquisa e pós-graduação em instituições menos consolidadas, especialmente através de projetos Minter e Dinter (Programas Interinstitucionais).

Em termos absolutos, o número de vagas em cursos de mestrado e doutorado na Universidade subiu de 749, em 1999, para 2139, em 2011, representando um expressivo crescimento de aproximadamente 300% no período.

Sob a ótica da sociedade, o panorama parece também promissor, visto que em 2012 a Ufba foi classificada em 8º lugar entre as universidades brasileiras, pelo *ranking* mundial Webometrics, sendo a única do Nordeste a figurar entre as dez melhores do país. Além disso, o Ranking Universitário da Folha de São Paulo posicionou a Ufba como a 12ª melhor instituição de ensino superior do Brasil.

É neste cenário que nasce na Bahia, no início do milênio, o Mestrado em Ciência da Informação e, aproximadamente, dez anos depois emerge o

Curso de doutorado do que então se configura Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Ufba. Este Programa vem preencher uma lacuna imensa regional e nacional, o que se constata pela alta procura em seus processos seletivos. Na sua estruturação, tem como pilar a área de concentração Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea que visa estudar o fenômeno informacional enquanto elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico e cultural da nação.

Este Programa de Pós-Graduação mantém estreita relação com Portugal, tanto em termos de cooperação científica, quanto em formação de recursos humanos docentes ou discentes. Este caminhar lado a lado é particularmente marcante frente à resolução do Conselho de Ministros, que instituiu 2012 como o Ano de Portugal no Brasil. Esta é uma ação arquetizada como uma oportunidade para difundir a figura de Portugal, dar impulso interno à sua cultura, influir na economia e estreitar os vínculos entre os corpos sociais dos dois países.

Portanto, diante deste momento tão importante, o grupo de pesquisa Acervos manuscritológicos, bibliográficos, iconográficos, etnográficos: organização, preservação e interfaces das tecnologias da informação e comunicação (G-Acervos) e o PPGCI, ambos da Ufba, realizaram de 1 a 3 de setembro de 2011 o marco inicial das comemorações do Ano de Portugal no Brasil, por meio do *Encontro de arquivos, bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e do Brasil*. Este tema não pode ser mais atual, visto que, com o advento das atuais tecnologias da informação, os documentos vinculados a arquivos, bibliotecas e museus, recebem o impacto direto do avanço tecnológico, no que diz respeito ao modo de consulta de seus conteúdos. Portanto, nesse quesito, traçar um paralelo entre dois países que têm em comum muito mais que o idioma é deveras perspicaz.

Fruto do extraordinário evento, a organizadora edita a presente publicação visando oferecer às comunidades científicas brasileira, portuguesa e de demais países, a oportunidade de acessarem e explorarem os textos referentes às conferências apresentadas no *Encontro de arquivos,*

bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e do Brasil, no intuito de aprofundarem conhecimentos sobre o contexto histórico e contemporâneo da arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação, inerentes de cada país, bem como de promover o fortalecimento da interdisciplinaridade entre as mencionadas áreas e outras com proximidades de saberes.

Externamos aqui nossas congratulações a todos quantos contribuíram e/ou auxiliaram, desde a organização e realização do evento até a consolidação desta obra, na certeza da densidade do conteúdo da coletânea, posicionando-a entre as melhores publicações sobre o tema na atualidade.

E por fim, vale salientar a pretensão da Ufba, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e seus Programas, em apoiar a continuidade deste tipo de iniciativa visando à constante atualização científica e tecnológica para maior difusão das novidades acerca das necessidades e avanços contemporâneos. Assim nossa Ufba cumpre seu papel na produção e difusão do conhecimento, bem como na contribuição para a formação de recursos humanos de qualidade na era pós-custodial.

- Primeira Parte -

A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA E O POSICIONAMENTO DA MUSEOLOGIA FACE À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

Armando Malheiro da Silva

PARADIGMA(S) E ACTIVIDADE CIENTÍFICA: O LEGADO DE THOMAS KUHN

Thomas Kuhn, no seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (2000), primeira edição de 1962, tornou o conceito de paradigma obrigatório no debate epistemológico sobre as dinâmicas interna e social da “ciência normal”:

Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos, que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica.

O estudo dos paradigmas, muitos dos quais bem mais especializados do que os indicados acima, é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais. (KUHN, 2000)

A “ciência normal” é guiada por um paradigma estável e prossegue a trajetória, não sem que surjam descobertas e teorias novas, mas sem que causem, de imediato, efeito revolucionário no *status quo* predominante. Chegará, porém, o momento em que a revolução científica terá condições para ocorrer e, então, a mudança de paradigma impõe-se. (KUHN, 2000)

Apesar do meritório e largo esforço de clarificação, feito por Kuhn, as interpretações, que se foram multiplicando do seu conceito, exigem que nos posicionemos com clareza. Para nós, paradigma é um modo de pensar, de formular princípios que regem as teorias e as práticas científicas, durante um período de tempo que pode ser longo (mais de uma geração). E a mudança de paradigma, fora do âmbito da “ciência normal” (ou ciências naturais e exactas), não ocorre necessariamente por revolução ou ruptura.

OS PARADIGMAS PROPOSTOS PARA A ÁREA DA INFORMAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

Entremos, pois, na análise dos eventuais paradigmas que possibilitam pensar a evolução e o amadurecimento científicos do campo da Documentação/Informação.

Estes dois termos servem, genericamente, para designar uma área de estudo científico que, consoante a perspectiva epistemológica adoptada, tanto agrega várias disciplinas, como uma só. Daí que, para facilitar a compreensão de sua natureza e funcionamento, insistamos numa categorização genérica que ajude a “arrumar” as contribuições teórico-práticas que vêm sendo acumuladas desde o século XIX: (a) perspectiva “cumulativa ou fragmentária”; e (b) perspectiva “evolutiva”.

A afirmação profissional na área da documentação/informação, sustentada por uma formação específica, teve início em meados do século XIX, desenvolvendo-se no âmbito de instituições como as bibliotecas e arquivos nacionais, a que podemos, naturalmente, acrescentar os museus nacionais de arte e de história natural. E esta situação concreta ge-

rou a disseminação do modelo francês, instituído com a criação da *École Nationale des Chartes* em 1821¹ e completado com a fundação, em 1882, da *École du Louvre*.²

Estamos a falar de uma formação profissional com recorte de ensino superior ou universitário que, depois de um acolhimento incipiente e pontual nas universidades durante o séc. XIX, expandir-se-á por todo o tipo de universidades (públicas e privadas) ao longo de novecentos. No entanto e apesar desse movimento formativo dirigido para o meio académico, as associações profissionais terão, em países como a França, Portugal, Espanha e outros, um peso enorme, com incidência no processo de formação e de controlo de recrutamento de seus associados.

Compreende-se esse peso, uma vez que a formação profissional era obtida no quadro das instituições e serviços onde as pessoas eram colocadas, em sintonia com a sua missão e com as actividades que desenvolviam. E, no quadro do paradigma vigente, não é de estranhar que a matriz da formação fosse histórico-erudita e voltada para as questões da custódia e da elaboração de instrumentos de acesso destinados a apoiar o trabalho dos historiadores. O modelo francês, custodial, histórico-positivista e patrimonialista, ganhou novos contornos a partir dos finais de oitocentos. Ocorrerá, a partir de então, um aprofundamento da vertente técnica e uma cada vez maior autonomização da arquivística e da biblioteconomia (ao invés do sucedido com a museologia) em relação à história, afirmando-se como disciplinas de saber individualizado. Neste paradigma custodial, acrescido da dimensão tecnicista, a ausência de investigação é um dos traços dominantes. Emílio Delgado López-Cózar

¹ Trata-se de uma instituição pública de cariz científico, cultural e profissional que beneficia do estatuto de “grande estabelecimento”. O seu objectivo était alors de former des jeunes gens capables d’organiser les dépôts de documents issus des confiscations révolutionnaires et de renouveler l’histoire nationale, leur formation étant sanctionnée par le titre d’archiviste paléographe, créé en 1829. (ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES, 20--?)

² Trata-se de um estabelecimento de ensino superior que lecciona cursos de História de Arte, de Arqueologia, de Epigrafia, de História das Civilizações, de Antropologia e de Museologia e que está sedado no Palácio do Louvre. (ÉCOLE DU LOUVRE, 20--?)

(2002) afirma que “[...] no desenvolvimento da BeD [biblioteconomia e documentação] a teoria seguiu a prática, não a dirigiu nem a guiou. A investigação, em particular, e a BeD como disciplina, em geral, mergulham suas raízes na prática bibliotecária”.³

Estando ausente uma fundamentação teórico-metodológica susceptível de sustentar o trabalho de investigação, mesmo que entendida como investigação aplicada, não é possível conceder à actividade prática e profissional um estatuto de actividade de pesquisa. Com efeito, a acção dos profissionais bibliotecários, documentalistas e arquivistas foi baseada, sobretudo, por um conjunto de orientações técnico-normativas, faltando manifestamente teorias interpretativas e métodos de investigação qualitativos/quantitativos, que são próprios do campo das ciências sociais e humanas.

Numa apreciação mais fina, podemos destacar aquilo que temos designado por traços ou características essenciais de cada um dos paradigmas, que é possível identificar na área profissional e científica em foco. (SILVA et al., 1999; RIBEIRO, 2008; SILVA; SILVA, 2006; SILVA; RIBEIRO, 2011)

No tocante ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista, a formação prática, recebida no espaço acadêmico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus, apontava claramente para a sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura “erudita”; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao “conteúdo” (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri Lafontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência.

³ “en el desarrollo de la ByD [biblioteconomia e documentação] la teoría siguió a la práctica, no la dirigió ni la guió. La investigación, en particular, y la ByD como disciplina, en general, hunden sus raíces en la práctica bibliotecaria”.

Por seu turno, o paradigma pós-custodial, informacional e científico está a emergir e implica, naturalmente, um *design* curricular, em nível da formação superior universitária (iniciada na licenciatura, mas com progressão no mestrado e no doutoramento), que anule as separações artificiais, que se verificam na formação tradicional. Esta perspectiva unitária procura, também, fazer a síntese com a área dos chamados sistemas (tecnológicos) de informação, tendo, como campo de trabalho e profissionalização, as organizações em geral. E o vector investigação não pode, também, ser desligado da fundamentação teórica (preferência pela teoria sistémica), nem da abordagem metodológica – método quadripolar (SILVA; RIBEIRO, 2002), além de exigir que destaquemos áreas específicas de problematização e de estudo: a valorização do contexto de produção da informação; a análise dos fluxos e usos da informação; o estudo do comportamento informacional, com ênfase nas questões psicológicas e cognitivas; e o enquadramento do normativismo de maneira a que seja encarado como ingrediente metodológico e não como um fim em si mesmo.

Tudo isto significa que o paradigma emergente pauta-se por traços ou características como são: a valorização da informação enquanto fenómeno humano e social; o dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental; a prioridade máxima dada ao acesso à informação, uma vez que só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; o indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos; a assunção de uma postura sintonizada com as ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos; e a lógica científico-compreensiva em substituição da lógica instrumental.

IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO PARADIGMA CUSTODIAL NA ARQUIVÍSTICA, NA BIBLIOTECONOMIA, NA DOCUMENTAÇÃO E NA MUSEOLOGIA

Os paradigmas nascem, consolidam-se e entram em crise, sendo substituídos por outros, pelo que se torna plausível atribuir-lhes uma periodização. E é isso que propomos, de imediato, para os paradigmas em foco.

O paradigma custodial estendeu-se dominante, desde finais do séc. XVIII até meados do séc. XX. E o estudo retrospectivo da criação de arquivos nacionais, das bibliotecas nacionais e dos museus nacionais de arte (antiga e arqueologia) e história natural mostra que o “estado-nação”, saído da revolução francesa (1789-1799), aproveitou, nuns casos, estruturas pré-existentes e criou outras de raiz, para assim instituir oficialmente os “lugares de memória” (NORA, 1986), que ajudassem a definir e afirmar a identidade ideal(izada) do respectivo povo. A importância ideológica e política desses espaços, erguidos e vistos como repositórios da cultura erudita e popular, tornou-se evidente e incontornável.

Ao princípio, os três tipos de “lugares” ficaram amarrados entre si por três conceitos comuns e tutelares: a cultura, o património e a memória. Estes conceitos operatórios foram essenciais, dentro do “estado-nação”, para legitimarem e concretizarem a unidade dos povos em torno de uma identidade clara e forte. Ao serviço da história-ciência, estes conceitos integraram o discurso estruturante do objecto científico próprio. A importância da história e das “humanísticas” (com destaque para a filologia), na formação científica dos profissionais desses três “lugares”, foi, ao princípio, hegemónica, sendo certo que a formação prática ou técnica se fez, desde o início, no local de trabalho como era óbvio em nível de senso comum.

Essa influência prolongou-se, contudo, muito, para além do momento ou fase em que essas disciplinas práticas e profissionais (arquivologia, biblioteconomia e museologia) acentuaram a sua vertente tecnicista e

se autonomizaram, ou entraram em conflito com a “ciência-mãe”. Essa fase varia de acordo com a disciplina, mas, no caso, da arquivologia e da biblioteconomia, situa-se no final de XIX.

A necessidade de uma especialização técnica, que acompanhou a transição da primeira para a segunda vaga de industrialização, no mundo ocidental, ajuda a compreender um efectivo afastamento da museologia relativamente à arquivologia e à biblioteconomia/documentação. E os supracitados conceitos de cultura, de património e de memória, como factores cruciais de identidade, deixaram de se sobrepôr a características materiais específicas dos objectos ou dos documentos guardados nos arquivos, bibliotecas e museus. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002) Explicando melhor, diremos que a especificidade de cada artefacto determinou o espaço institucional onde seria conservado e consultado ou visto: um prato é distinto de um livro quer no que respeita à configuração e natureza química do “suporte”, quer no que tange à sua função ou objectivo funcional/de uso para que foi concebido e fabricado, não obstante ambos poderem ser englobados naqueles três conceitos, demasiado vagos e genéricos, e, conseqüentemente, insuficientes para guiarem as descrições e as apropriações mais finas de cada artefacto em concreto.

Daqui resultou, de forma natural, uma tendência especializadora que levou a arquivologia a centrar-se no “documento de arquivo” – conceito ambíguo, mas aceite como elemento distintivo do ponto de vista corporativo e profissional, relativamente ao bibliotecário e ao seu objecto próprio, que era o livro ou a publicação impressa (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002), a agarrar-se ao conceito incorporacionista de fundo em contraponto ao de colecção, considerada mais ampla e aleatória e a exhibir, como princípios “teóricos”, o da proveniência, o da ordem original e ainda o das “três idades do documento” (corrente, intermédia e permanente ou histórica). Levou, também, a biblioteconomia a cingir-se ao documento impresso e a eleger a colecção como a unidade agregadora e significativa do “átomo documental”. Com a aceleração do tempo e do processo histórico, nomeadamente o arranque e expansão da segunda revolução in-

dustrial, as velhas bibliotecas eruditas, recheadas de incunábulos, livros, opúsculos, folhetos e outras publicações editadas até meados de oitocentos, deram lugar a serviços criados no seio de instituições públicas e privadas, com a missão de receberem e de tratarem, de forma mais precisa, documentos recentes de cariz científico e tecnológico que importava conhecer para que o progresso industrial e técnico, em curso, prosseguisse e se superasse. Deu-se, assim, a modernização da biblioteconomia através do esforço teorizador de Paul Otlet e Henri Lafontaine em torno da documentação. O livro antigo e a erudição filosófica, humanística e literária cederam o centro da atenção “bibliotecária” a todos os tipos de documento produzidos, não no passado, mas no presente e em nome do desenvolvimento da ciência e indústria. E, por fim, levou a museologia a renovar-se já em pleno séc. XX, mas sem se autonomizar do peso tradicional dos conceitos de cultura e de património. Este aparente paradoxo fez com que essa área se mantivesse centrada no espaço e em suas coleções e ficasse refém de um profundo equívoco: o conservador do museu só nominalmente era museólogo, porque o conhecimento científico de base, que lhe era necessário para descrever e compreender as coleções sob sua custódia, sempre foi outro – a história da arte, a paleontologia, a arqueologia ou a etnologia. Claro está que tanto os arquivistas como os bibliotecários sofreram da mesma duplicidade negativa, que secundarizou e retardou o processo de efectiva autonomização científica do “saber” arquivístico, biblioteconómico e museológico.

Na segunda metade do séc XX, o museógrafo/museólogo, empenhado na comunicação das coleções e em ruptura com o estatuto tradicional do “conservador/custodiador” (e alargando, por influência da antropologia e da ecologia, o conceito de museu para englobar espaços naturais intocados), tendeu a conflitar com o especialista que as estuda e as conhece, mas esta tensão permanece confusa e de difícil superação dentro do paradigma custodial vigente.

Chegados a este ponto, importa sintetizar as implicações epistemológicas do paradigma custodial. E podemos fazê-lo através do binómio

mentefacto-artefacto, em que aquele é a ideia/representação mental e emocional, informação – definição proposta por (SILVA, 2006; SILVA; RIBEIRO, 2002) – pronta a ser materializada, e este, o produto material e funcional idealizado ou derivado da representação mental e emocional. Dentro do paradigma custodial, e depois do sincretismo inicial, em que, sob a tutela da história e da erudição humanística, as três disciplinas prático-profissionais surgiram juntas e vinculadas entre si, deu-se, progressivamente, a especialização e a fragmentação/autonomização dessas disciplinas, através da ênfase nas características distintivas do artefacto/documento, e não do enfoque prioritário no mentefacto/informação – seu contexto, suas relações, organização e reprodução.

DO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

O paradigma emergente, pós-custodial, informacional e científico, postulado para a área da documentação/informação, surge associado à perspectiva evolutiva que anuncia como inevitável a emergência de uma Ciência da Informação (CI) transdisciplinar, isto é, que agrega em si e resulta da fusão das disciplinas práticas arquivologia, biblioteconomia e documentação. Note-se que só num esquema ou diagrama de 2006 aparece a museologia como potencial presença no espaço transdisciplinar. (SILVA, 2006)

Esta CI é definida como uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível, através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). (SILVA, 2006) E outras definições operatórias, importantes dentro do novo paradigma, devem ser aqui destacadas.

Começamos pela definição de documento, que é, em sentido geral, informação registada num suporte. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002; SILVA, 2006) No entanto, e sem entrarmos sequer em especificações de género ou de tipologia substantiva, como as que levaram à formulação do “documento de arquivo”, conotado expressamente com conteúdos administrativos ou elaborados segundo objectivos e estilo jurídico-administrativos (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002), não é difícil adivinhar, por trás de tão curta e simples definição, uma certa complexidade. E ela emerge no célebre verbete do historiador francês Jacques Le Goff (1984, p. 102, grifo do autor) sobre documento/monumento. Recorrendo a Michel Foucault, a propósito da definição que este deu de “revolução documental”, extraiu o seguinte:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto.

Para mais adiante sublinhar que o “documento não é inócuo”, em contraponto ao que ingenuamente foi estabelecido pela história positivista, sendo, sobretudo, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1984) Neste sentido total, o documento é monumento:

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1984, p. 103-104)

Este alerta de Le Goff devia ter já calado fundo nos arquivistas que não podem manter, por mais tempo, a ingenuidade de confundirem autenticidade e valor probatório com verdade. É certo que existe cada vez mais, entre eles, a nítida consciência desse risco e daí o esforço teorizador em torno do tópico da “evidência arquivística” ou a evidência do documento de arquivo, sendo, assim, enfatizada e muito oportunamente a importância essencial do contexto e do(s) momento(s) de produção. No entanto, este esforço parte de um equívoco simplório de que há um documento de arquivo, tão distinto e único, que gera e legitima a existência e a autonomia de uma disciplina científica própria – a Arquivística. Em rigor, não se pode dizer que há documentos arquivísticos ou de arquivo, bibliográficos ou de biblioteca, e tridimensionais ou de colecções museológicas, porquanto estas qualificações valorizam o local de depósito, de custódia e de fruição ou uso desses artefactos e não a sua natureza informacional e como esta foi plasmada, inscrita num determinado suporte ou material. Em rigor, o que temos, na óptica que importa para a CI transdisciplinar definida acima, é informação inscrita de diferentes maneiras num suporte. E para que possamos prosseguir e perceber as diferentes acepções possíveis de documento, temos de nos entender em torno de uma definição operatória de informação. A que usamos é esta:

[...] o conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada. (SILVA, 2006, p. 150)

Esta definição operatória mostra um corte ou uma superação face à influência nas ciências sociais e, sobretudo, nas ciências da comunicação, a partir de meados do séc. XX, da Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver e da Cibernética de Norbert Wiener. Mas, este corte não impediu, naturalmente, que a crescente predominância das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em todos os sectores da vida social, fossem incorporadas no “novo objecto” da CI. A CI (re)construiu o seu objecto, deslocando a centralidade da exploração e da compreensão do artefacto para o mentefacto, o que teve como consequência o abandono das noções estáticas e datadas de “fundo” e de “coleção” e a adopção do conceito de sistema de informação, por influência da teoria geral dos sistemas de Berthalanfy. E a questão epistemológica que se põe, aqui e agora, tendo em conta precisamente esta CI transdisciplinar ou unificada e interdisciplinar, tanto no campo natural das ciências da informação e da comunicação (as CIC), como no campo mais vasto das ciências sociais e de outras ciências e saberes, é esta: a museografia/museologia partilha o mesmo objecto da CI? A resposta a esta questão é todo um programa de reflexão e de pesquisa que precisa ser desenvolvido e aprofundado.⁴

Para esse desiderato, adiantamos alguns elementos que passam pela necessidade de clarificar bem, e até a exaustão possível, os binómios mentefacto – artefacto e informação – documento. São dois pares, ou binómios correlatos e sinónimos, mas não nos parece redundante que possamos, pontualmente, como aqui, usá-los em paralelo e de forma en-

⁴ Está a ser elaborado com o colega da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Carlos Alberto Ávila Araújo, sobre toda esta aliciante e espinhosa problemática.

fática: através da palavra metefacto, fica mais explícita a raiz cognitiva e mental da informação, e, através da palavra artefacto, fica mais explícita a proveniência humana/social do documento.

Temos, assim, que documento é toda e qualquer inscrição, num suporte material e externo à pessoa humana, ou a um “eu” psicossocial, de representações mentais e emocionais através de diferentes códigos possíveis. Isto implica uma variedade de grau de complexidade: um documento aparentemente mais simples e unívoco é a carta, o relatório, o artigo de revista ou o livro impresso composto através de palavras, números, gráficos, esquemas e imagens. Mas, se estes tipos simples de artefactos são documentos, é impossível negar que uma pintura de Miguel Ângelo ou de Picasso seja um documento. Como é igualmente impossível, seguindo a decorrência lógica da definição de informação com que trabalhamos, que uma escultura, um edifício, um automóvel, uma cadeira ou outro artefacto qualquer não sejam documentos – são sim e na exacta medida em que resultam da inscrição de informação (representação mental e emocional codificada) numa substância material manufacturada de maneira a concretizar uma ideia orientadora. Mas, em contrapartida, uma pedra ou uma planta, surgidas na natureza sem intervenção humana, não é um documento e continuará a não sê-lo mesmo que seja colhida e levada para um laboratório ou para um outro sítio (ou contexto) qualquer. Questiona-se, assim, o famoso exemplo dado por Suzanne Briet (1951, p. 7-8, tradução nossa)

Uma estrela é um documento? Um seixo ou pedra moldada pela corrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos no Zoo. [...] por exemplo, um antílope de uma espécie nova foi encontrado em África por um explorador que conseguiu capturar um espécimen e trazê-lo para a Europa para

um Jardim de Plantas [...] O antílope catalogado é um documento inicial e os outros documentos são secundários ou derivados.⁵

O antílope quer no seu habitat natural, quer no jardim zoológico, continua a ser um animal e, como categoricamente afirmou Briet (1951), um animal não é um documento. Uma fotografia ou uma referência catalográfica/descriptiva desse animal já é um documento. Mas, o animal, acrescentamos nós, continua a não ser um documento mesmo que seja levado para um contexto onde vai ser estudado e fruído para deleite e entretenimento de várias pessoas. Reside aqui a nossa divergência com Suzanne Briet e todos os que têm reproduzido a sua “tese”. Entendemos que apesar de ser importante a mudança de contexto de observação – um antílope visto na selva é contextualmente diferente de o observarmos num zoo –, a definição do que é documento, ou do que não é, não pode depender de um factor exógeno ou, dito ainda de outro modo, de um sujeito externo que o percepçiona. Se dependesse de tal factor, estaríamos perante uma distorção lógica, porque não se deve confundir o acto de leitura ou de extração do sentido, que um artefacto possui em si, com o sentido que alguém constrói ou formula ao observar determinado artefacto ou uma determinada coisa. É, pois, oportuno e necessário estabelecer uma distinção conceptual entre documento, isto é, um artefacto que contém informação e um semióforo, conceito usado por Krzysztof Pomian na acepção de “aqueles [objectos] que se estudam”. (POMIAN, 1984, p. 76) Explorando um pouco mais este conceito operativo, empregue por Pomian (1984, p. 72) no verbete *coleção* da *Enciclopédia Einaudi*, vem a propósito destacar a diferenciação que ele elaborou entre coisa e semióforo:

⁵ Une étoile est-elle un document? Un galet roulé par un torrent est-il un document? Un animal vivant est-il un document? Non. Mais sont des documents les photographies et les catalogues d'étoiles, les pierres d'un musée de mineralogy, les animaux catalogues et exposés dans un Zoo. [...] par exemple, une antilope d'une espèce nouvelle a été rencontrée en Afrique par un explorateur qui a réussi à en capturer un individu qu'il ramène en Europe pour notre Jardin des Plantes. [...] L'antilope cataloguée est un document initial et les autres documents sont des documents seconds ou derives. (BRIET, 1951, p. 7-8)

Por outras palavras surge uma divisão no próprio interior do visível. De um lado estão as *coisas*, os *objectos úteis*, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis, consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos*, *objectos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, *são dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. [...]

Tiram-se, assim, duas conclusões: a primeira é que um semióforo accede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa.

Não é exactamente no sentido emprestado por Pomian ao termo semióforo que ele nos seduz, porquanto a questão da utilidade nos parece superficial e não confundível com a ideia funcional (ou de uso) com que um artefacto foi concebido (a sua feitura remete sempre para um mentefacto ou informação), mas no seu potencial para a resolução do equívoco patente em Briet e seus seguidores. Um semióforo, na nossa proposta interpretativa, tanto é um documento/artefacto, como uma coisa natural entendemos por coisa não um objecto utilizado como sugere Pomian, mas algo que existe de natureza corpórea independente da acção ou intervenção humanas. Semióforo é, portanto, todo o artefacto/documento e/ou coisa que suscita a produção de significado através de um acto expositivo programado ou através de um simples contacto accidental. Se quisermos recuperar os exemplos de Suzanne Briet, uma estrela é um semióforo, porque ao ser observada, estudada ou apreciada por alguém, ou por um grupo de pessoas, gera a produção de sentido, ou seja, provoca

um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (informação), mas em nenhuma circunstância é um documento. Assim como um antílope, não sendo nunca um documento, esteja na selva ou num zoo, é sempre, potencialmente, um semióforo.

A partir desta perspectiva conceptual, pode-se admitir que a instituição ou serviço museu é, entre os três “lugares de memória” clássicos da modernidade, o único que acolhe documentos e coisas convertidas em semióforos. Na biblioteca, centro de documentação e arquivo não há lugar para coisas, mas só para documentos que são, também, potencialmente semióforos. Nota-se que o museu se distingue por ser um espaço metadocumental e se seguirmos este trilho, de forma demasiado rápida, podemos tender a achar que a museologia integra, no seu objecto de estudo, algo que escapa aos binómios mentefacto-artefacto e informação-documento. Mas, se tivermos em conta que qualquer coisa que vai parar a um museu é trabalhada como semióforo e geradora de muita e variada informação, uma vez que é descrita, classificada, arrumada, exposta e comunicada, não é difícil concluir que todo o trabalho museográfico feito tem paralelo ao trabalho técnico arquivístico, bibliográfico e “documentalístico”. E é possível, aqui chegados, irmos um pouco mais longe, retomando a definição operatória de CI exposta atrás: constrói o seu objecto em cima do fenómeno info-comunicacional para explorá-lo na sua dinâmica horizontal e não vertical, ou seja, desde o momento da produção de sentido (informação), passando pela compreensão das práticas e lógicas de classificação, ordenação, armazenamento, recuperação e comunicação, até chegar à complexidade das formas de uso, consubstanciadas em padrões de comportamento informacional, entendido como as atitudes e as estratégias que as pessoas desenvolvem, movidas por necessidades induzidas, ou não, em face a uma multiplicidade de tipos de informação.

Sendo este o objecto de estudo da CI, entende-se que esta disciplina científica agregue em si ou derive naturalmente da interacção plena das seguintes disciplinas práticas, surgidas desde finais do séc. XVIII até meados do séc. XX: a Arquivística, a Biblioteconomia, a Museologia, a Do-

cumentação e a Information Science (disciplina norte-americana surgida após 1945 e confinada ao processamento, armazenamento e recuperação automatizados/informatizados da informação). Fica, finalmente, desfeita uma incerteza que anda a pairar no nosso espírito desde, pelo menos, 2002 (SILVA, 2002; SILVA; RIBEIRO, 2002) até agora: é possível afirmar, de forma categórica que a Museografia/Museologia, tendo em conta a abordagem específica dos documentos e coisas – agregados em colecção – que formam o seu objecto de estudo, integra de pleno direito epistemológico a CI transdisciplinar.

A Museologia não sendo, pois, literalmente uma “ciência do museu”,⁶ como a Medicina não é, nem nunca foi, a “ciência dos hospitais”, e não se esgotando simplesmente em tarefas técnicas descritivas das peças e dos espaços para que possam ser recuperadas e expostas, encontra o seu objecto científico próprio na “colecção” (re)vista como sistema de informação. A este propósito, merece especial destaque o artigo de Isabel Costa Marques intitulado *O museu como sistema de informação* (2008-2009). Aí é expressamente referido o seguinte:

Nesta linha de pensamento de uma visão integradora do museu enquanto instituição, onde as atenções se centram não somente na materialidade do objecto, mas no seu potencial informativo e

⁶ Sobre esta dificuldade e outras limitações ocupou-se Bernard Deloche num item intitulado “por qué la museología no es una ciencia”, concludo, após uma explanação metódica: Por todas estas razones, no parece possible equiparar la museología con una ciencia, ni tan siquiera con una ciencia en vias de elaboración, pues realmente no responde a ninguno de los requisitos necesarios para la definición y el ejercicio de las ciencias humanas. El debate, queda, pues, cerrado. (DELOCHE, 2002, p. 116) Para Deloche (2002, p. 126-127), a museologia é uma disciplina filosófica a respeito da qual refere a dado passo: La museología determina dos tipos de principios que, por su parte, necesitan medios paralelos: (1) desde el punto de vista teórico, la museología define el campo museal e, indirectamente, la ciencia documental como el medio para ejercer el conocimiento en materia de fenómenos sensibles; (2) desde el punto de vista práctico, determina valores y genera, en concepto de medios, una práctica museográfica. [...] Esta presentación permite también comprender claramente por qué la museología no puede ser una ciencia, pues, en tanto que define principios, pertenece más bien a la axiomática, es decir, constituye el fundamento de una ciencia. El mismo diagrama es perfectamente transponible a otros ámbitos; por ejemplo, la filosofía de la educación define principios comparables (lo escolar y los valores al servicio de los cuales vamos a situarlo), así como medios (la ciencia pedagógica y la técnica didáctica) que rigen la institución de la escuela. Lo mismo sucedería con lo político o lo médico, que se han mencionado antes.

na eficiente e eficaz utilização do recurso informação, os desafios apresentados ao museu implicam uma reavaliação dos seus procedimentos informativos a vários níveis. Podemos categorizar a informação gerada pelos museus nos seus processos de documentação em três: a informação das colecções; a informação museológica, relacionada com as actividades do museu e os seus objectos; e a informação de gestão, referente a documentação institucional (KAWAKLI; BAKOGIANNI, 2003). Em demais realidades museológicas, estes conjuntos de informação são por vezes desatendidos e armazenados em contentores distintos, como bases de dados, bibliotecas ou arquivos, cuja concepção e manutenção é feita ao nível de departamento, reforçando a fragmentação informacional. As referidas infra-estruturas da Sociedade da Informação *terão que ir mais longe e envolver o reequacionamento da estrutura organizacional, dos modelos de gestão, dos processos organizacionais, dos recursos utilizados e, como não poderia deixar de ser, da própria cultura organizacional.* (PINTO; SILVA, 2006)

É neste sentido que, influenciados pela abordagem sistémica proveniente da Ciência da Informação, entendemos pertinente adoptar uma visão integradora do museu, partindo do conceito de Sistema de Informação uma vez que

- a informação produzida no âmbito do exercício das funções do museu é resultante da interacção da informação proveniente das demais colecções;
- uma visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc. relacionada com o património cultural) seja devidamente contextualizada, recuperada, reproduzida e acedida;
- pensar no museu como um sistema de informação implica superar divisões convencionais ainda vigentes como é o caso da distinção entre colecção museológica, bibliográfica e arquivística;

- implica tomar consciência da possibilidade de quebrar as barreiras estabelecidas pelo peso histórico da categorização das colecções e permitir uma maior reflexão sobre novas abordagens de inter-relações informacionais dos objectos;
- implica ainda uma reavaliação das práticas habituais (gestão, intervenção, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) no sentido de se tornarem mais eficientes e mais operacionalizáveis num contexto integrador das funções e objectivos do museu enquanto instituição cultural. (MARQUES, 2008-2009, p. 279-280)

Por seu turno, o “museu virtual”⁷, cada vez mais presente e concreto no ciberespaço ou na infoesfera, vem mostrar a utilidade operatória do SI, tornando-a extensiva ao processo de reconfiguração epistemológica da museologia. A noção de documento (estrito e extenso, ou seja, do mais comum e tradicional associado ao registo da escrita, do numérico, do figurativo através de desenho e pintura e da notação musical num suporte, nomeadamente o papel, até à informação-*design* de uma cadeira, uma mesa, um automóvel, etc.), no duplo sentido de artefacto que contém informação (mentefacto), e de semióforo, que suscita informação, passa a integrar, plenamente, o objecto da museologia, impelindo-a mais ainda para fazer parte do núcleo duro transdisciplinar da CI. E podemos e devemos perguntar: o conceito de património⁸ e os de cultura e de memória deixam de ser constitutivos do foco museológico? Esses conceitos são e

⁷ Vejamos o que Sílvia Meira conceitua a este respeito: Os museus não são depósitos de colecções, mas maneiras de explorar as formas em todas as dimensões: museus de belas-artes, museus históricos, museus científicos, etc. Podemos pensar que se a função principal do museu não é a de conservar objetos concretos, mas de “pôr em cena” as formas apresentadas, é facilmente previsível que os museus do futuro se organizarão em torno de instalações de realidade virtual que permitam explorar suas colecções de maneira mais envolvente, enriquecedora, e mesmo mais inteligente. Serão exposições virtuais *on-line*, com obras quase vivas, que ocuparão o lugar das velhas e empoeiradas obras de arte e objetos de colecções tradicionais? (MEIRA, 2006, p. 64-65)

⁸ Não cabe neste texto sinóptico explorar em profundidade este conceito em relação com outros, nomeadamente a cultura e memória, e na dimensão comunicacional complexa e muito pertinente, mas remetemos, em nível propedêutico, para a leitura de Davallon (2006).

continuam sendo operatórios, na dinâmica interdisciplinar que os museólogos manterão estreita com os especialistas dos artefactos “guardados e acedidos” no e através do museu – os historiadores, os arqueólogos, os antropólogos, etc. Mas, não ajudam hoje a caracterizar com precisão o objecto específico e aplicado da museologia, porquanto especialmente os de património e de memória são extrínsecos e demasiado genéricos ou ambíguos.

NOTA FINAL

Pode-se, assim, sintetizar, para prossecução de um debate tão oportuno, quanto urgente, que os conceitos de informação, documento, coisa, semióforo e comunicação desenham, de forma fina e profunda, o círculo específico dos temas e dos problemas que podem atrair o olhar do museólogo, enquanto cientista da informação. Um olhar especializado e, ao mesmo tempo, aberto à partilha de interpretações e de discursos interdisciplinares, com outras ciências sociais e com outras ciências em geral. Na operacionalização e construção desses diálogos, múltiplos conceitos, como o de património, cultura e memória, articulam-se com os supracitados, potenciando avanços e aprofundamentos desejáveis e necessários.

REFERÊNCIAS

- BRIET, Suzanne. *Qu'est ce que la documentation?* Paris: Edit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- DAVALLON, Jean. *Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation.* Paris: Lavoisier, 2006.
- DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio. *La investigación en biblioteconomía y documentación.* Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- DELOCHE, Bernard. *El museo virtual: hacia una ética de las nuevas imágenes.* Prólogo de Régis Debray. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

ECOLE DU LOUVRE. *L'Ecole du Louvre*. [20-- ?]. Disponível em: <<http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES. *Présentation*. [20--?]. Disponível em: <<http://www.enc.sorbonne.fr/presentation-ecole-nationale-des-chartes>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In: EINAUDI, Guilio. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 95-106. v. 1. Memória-história.

MARQUES, Isabel da Costa. O museu como sistema de informação. *Mvsev*, Porto, v. 17, p. 267-290, 2008-2009.

MEIRA, Sílvia. Museus virtuais: uma nova dimensão de divulgação de artes visuais? *Mvsev*, Porto, v.15 p. 55-68, 2006.

NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1986. II.2 – La nation; II.3 – La nation.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: EINAUDI, Guilio. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 50-86.

RIBEIRO, Fernanda. *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação: Edições Afrontamento, 2008.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e pratica de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS: TEXTOS, 1., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 573-607.

SILVA, Armando Malheiro da. *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC. COM, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Das "Ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Paradigmas: serviços e mediações em ciência da informação*. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

ESPAÇOS FLUIDOS DE MEMÓRIA: no fio da narrativa

Maria Virginia Moraes de Arana

AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Afirmar que nossas sociedades contemporâneas se tornam cada vez mais plurais e complexas significa dizer também que a memória humana vem passando, ao longo de milênios, por um processo contínuo de expansão e adensamento, um processo de evolução histórica no qual a criação e aperfeiçoamento de “tecnologias de linguagens remonta aos primórdios da invenção do alfabeto até a rede mundial de computadores”. (SANTAELLA, 2009)

Nessa evolução, cabe notar a importância da sintaxe dos registros do conhecimento, ou seja, como o conhecimento gerado é registrado. Graças ao crescente aperfeiçoamento das tecnologias de linguagens, chega-se hoje aos sofisticados dispositivos eletrônicos, que provocam uma ruptura: passou-se da sintaxe linear da leitura/escritura à sintaxe híbrida da hipermídia, esta, construída a partir de modelos não lineares, caracteriza-se por uma composição de diversas matrizes de conhecimento, que por um processo de amálgama, resulta em produtos sincréticos, nos quais tem lugar, simultaneamente, as diversas linguagens (verbo-

-textual-visual-sonora). A esse sincretismo de linguagens corresponde uma leitura não linear, ou seja, um conteúdo multifacetado, que vai se estruturando a partir do modo interativo e dinâmico em que a leitura vai se dando e que através de múltiplos e simultâneos acessos conduz a trajetórias autônomas por parte do leitor.

Coerente com a sintaxe não linear desses novos formatos de registros, surge um modo de conhecer que pode ser descrito como: i) fragmentado – pois ao conteúdo que se apresenta de forma multifacetada corresponde uma leitura multifocal; e, ii) acelerado, pois a velocidade com que as facetas se interpelam umas às outras convoca o leitor a acelerar/dinamizar seus próprios percursos de conhecimento.

Estamos diante de um novo modo de conhecer? Será uma nova ecologia de saber? Talvez as respostas a essas indagações possam advir da capacidade de o homem criar linguagens, (SANTAELLA, 2009) na medida em que esses artefatos foram criados à imagem e semelhança da nossa condição de seres de linguagem.

Além da sintaxe não linear da hipermídia, é necessário apontar o advento nesse cenário emergente de novos regimes infocomunicacionais, que se manifestam de forma emblemática a partir:

1. do aparecimento de comunidades discursivas (CAPURRO apud SILVA, 2006) nas quais se incluem notadamente as redes sociais, que apostam no declínio da importância dos meios massivos de comunicação, ou seja, uma concorrência que se traduz numa disputa – *Broadcast vs Broadband* ou Difusão vs Banda Larga – ou mesmo na complementaridade entre ambos;
2. do surgimento de ambientes interativos, nos quais é possível interferir e construir um texto coletivo, de forma simultânea;
3. do fim da distinção entre emissor e receptor, ou seja, entre enunciador e enunciatário, pois estas competências discursivas se alteram. Surge a figura do enunciante (ARANA, 2004, p. 50) como

aquele que se posta como um e outro, particularmente, em ambientes interativos;

4. do surgimento da “livre” enunciação, dando como exemplo, entre outros, o registro de acontecimentos cotidianos via câmaras panópticas pelo cidadão comum.¹

IMPACTOS NA MEMÓRIA SOCIAL

Dessa forma, ao pontuar apenas aquilo que nesse cenário diz respeito aos espaços de memória é possível identificar que se processam mudanças na percepção do tempo e do espaço que impactam a memória social.

Em relação ao tempo, passa a haver uma aceleração provocada por um modo de conhecer acelerado e fragmentado e, em relação ao espaço, a proposta de interatividade traz consigo um efeito de proximidade, ou seja, o sentido de ubiquidade – do latim *ubique* – que significa estar ao mesmo tempo em lugares diferentes.

Ora, essas mudanças perceptivas do tempo e do espaço produzem uma sensibilidade que orienta uma inteligibilidade convocada por esses produtos sincréticos, que amalgamam várias linguagens – registros de conhecimento/objetos de memória que, ao contemplar várias matrizes de conhecimento, vêm a adensar a memória social.

Esse adensamento se aprofunda na medida em que se pode constatar também uma expansão em proporções geométricas, dada pelo surgimento de incontáveis narrativas² – como efeito dos novos regimes infocomunicacionais – nos ambientes da rede mundial de computadores. Essas narrativas se conectam, formando um todo de intrincadas e, portanto, complexas relações. Essa conectividade faz com que as narrativas

¹ O panoptismo, como fenômeno visível desse cenário emergente, toma conta das nossas sociedades.

² Para a semiótica o conceito de narrativa é aquilo que é narrado, o enunciado.

se interpelem umas às outras,³ constituindo o que aqui denominamos multinarrativas, que, ao trazer consigo uma pluralidade de discursos,⁴ provocam o fenômeno da multidiscursividade, ponto de partida para se discutir o papel dos espaços de memória.

INOVAÇÕES: UMA LEITURA SEMIÓTICA

Essas inovações constituem rupturas no paradigma, até ontem inquestionável, da seleção e da custódia, como competências dos tradicionais reservatórios de memória – arquivos, bibliotecas e museus.

Como as inovações ganham sentido nas sociedades? Fazendo um parêntese na discussão antes tomada, empreendemos uma leitura semiótica para evidenciar como ocorre a processualidade das inovações. (ARANA, 2004)

A significação sofre um processo de desgaste, a partir do uso. (GREIMÁS, 2002) Partindo desse princípio, entende-se que a inovação tem origem numa matriz sincrética: através de pequenas rupturas do cotidiano, o que é velho (conhecido) ganha elementos novos e o novo (não conhecido) perde sentido, pouco a pouco.

Contudo, entre o novo e o velho existem fases intermediárias: a Rotina – aquilo que é completamente conhecido e o Hábito – aquilo que ainda não é completamente conhecido.

Assim, a matriz da inovação pode ser representada pelo fluxo ao lado.

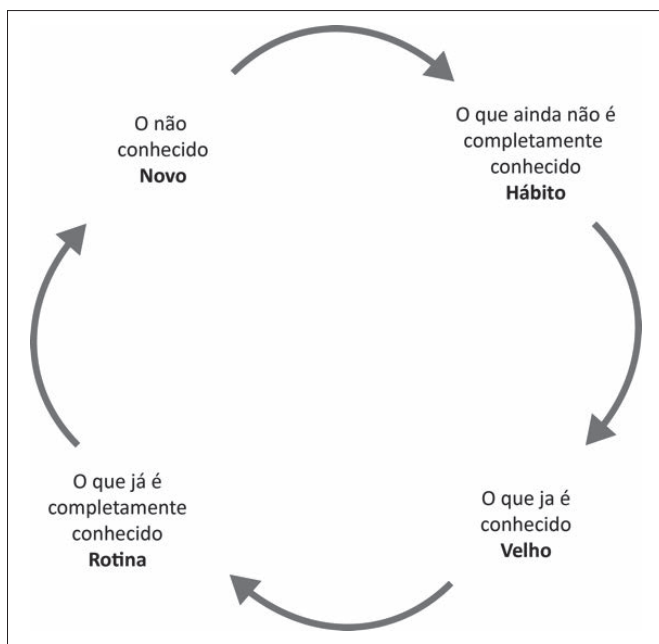
Os elementos mais significativos tendem a permanecer ao sofrerem um processo mais lento de desgaste. Há uma passagem dos elementos mais permanentes, de fase a fase, de tal forma, que o novo irrompe da rotina (do que é mais do que conhecido), que por sua vez surge do velho, (do que é conhecido). O novo ao se desgastar torna-se hábito (o que ainda não é completamente conhecido).

³ Formando sistemas não organizados/combinatórios.

⁴ Para a semiótica, o conceito de discurso é o modo de contar a narrativa, a enunciação.

Assim, o novo não é absoluto, pois sempre haverá nele elementos que permaneceram (remanescentes) da fase anterior, ou seja, do extremo desgaste provocado pela rotina.

FIGURA 1 – Matrix de inovação



Fonte: Arana (2004).

A NARRATIVA: À LUZ DO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL

Se a partir desta leitura entendermos as inovações decorrentes de uma matriz sincrética, podemos nos perguntar em relação aos espaços de memória: quais elementos sofreram menos desgaste? Quais elementos permanecem?

A narrativa apresenta-se como o elemento permanente/estrutural que se conserva mais significativo, pois arquivos, bibliotecas e museus continuam tendo em comum a problemática da preservação da narra-

tiva. Dito de outra forma, a narrativa continua sendo objeto de valor desses espaços.

Landowski (1992) define a narrativa como o “universo social e seus modos de ser e de se transformar.” Ora, os espaços de memória refletem o universo social e sua evolução/transformação na duração do tempo. Contudo, como lidar com essas transformações, ou seja, com a narrativa que se renova ao expandir-se em multinarrativas, que trazem consigo uma multidiscursividade?

Aliado a tudo que já expusemos, apresenta-se a questão transversal que rege a temática deste evento: o paradigma emergente, denominado pós-custodial. Como lidar com este novo modelo de pensar e de agir, o qual surge da rotina, ou seja, do desgaste dos tradicionais espaços patrimonialistas? Ou melhor, dizendo: como lidar com o novo que irrompe da rotina, daquilo que já é sobejamente conhecido?

Ora, se o elemento permanente que se mantém é a narrativa – desta feita, transformada em multinarrativas –, o paradigma pós-custodial procede, propondo entender a problemática de ontem – a preservação da narrativa – à luz da complexidade dos dias de hoje. Complexidade esta que está por se traduzir em elementos cada vez mais sincréticos, haja vista que o sincretismo é o fator que rege as sociedades contemporâneas.

PARA UMA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

Para lidar com a questão da complexidade dos nossos tempos, é preciso partir do “estudo das estruturas elementares (estruturas mínimas), pois estas nos permitem compreender os modos de existência e de funcionamento dos conjuntos mais complexos”. (GREIMÁS; COURTÉS, 1983, p. 162)

Para entender como a complexidade das sociedades contemporâneas – descrita, sumariamente, pelo conjunto das questões em tela, como

um novo modo de conhecer através de produtos de tecnologias de linguagem cada vez mais sincréticos e novos regimes infocomunicacionais – afeta os espaços de memória, não há outro ponto de partida senão o estudo da estrutura mínima,⁵ ou seja, o reconhecimento da importância do estatuto da narrativa que se mantém como elemento permanente, apesar das inovações ocorridas nos dispositivos de comunicação, que vem impactando os recursos mnemônicos.

Desta maneira, é a essa estrutura mínima que se devem reportar os estudos sistêmicos de um novo paradigma que possa, eventualmente, ajustar ou recriar, inovando os espaços patrimonialistas, pois arquivos, bibliotecas e museus são um todo sistêmico e continuarão sendo espaços privilegiados de memória, na medida em que constituem conjuntos ou totalidades de sentido, reflexos da organização social.

Contudo, as sociedades contemporâneas, em sua grande maioria, encontram-se mergulhadas na cultura do digital, que se reflete nos atuais recursos mnemônicos, pois estes atestam fenômenos já antes mencionados como o sincretismo, além de outros que são visivelmente presentes, como: a efemeridade, pois a duração desses recursos depende da velocidade com que as informações aí contidas perdem em significação e a desmaterialização ou o surgimento de uma inédita “materialidade” em forma de bits.

Como arquivos, bibliotecas e museus podem encampar essas inovações que nascem no seio da sociedade? Com preservar multinarrativas, que dão lugar à multidiscursividade, cujos registros podem ter a qualidade do efêmero? Quais os critérios para se constituir acervos que detêm uma nova “materialidade”? Enfim, como lidar com uma nova ecologia de saber? Estas são algumas das questões que constituem uma pauta, entre outras, dos desafios para o paradigma emergente.

⁵ Também chamada de “relação simples - como aquela que funda todas as demais”. (GREIMÁS; COURTÉS, 1983, p. 162)

ARQUIVOS: O ESTATUTO DA NARRATIVA

Seguindo a proposta de discussão do presente evento, qual seja a do exercício da interdisciplinaridade da arquivologia com a biblioteconomia, a museologia e a ciência da informação à luz da era pós-custodial, focaremos os arquivos, para exemplificar, como neles se replica a problemática antes mencionada e apontar, de forma breve, como os estudos sistêmicos podem se desenvolver nesse sentido.

Buscando trazer a genealogia teórica da Arquivologia ou Ciência dos Arquivos,⁶ identifica-se Carlo Laroche (1971) que dizia que o pensamento Estruturalista pode ser apontado como aquele que a sustentou, embora não declaradamente.⁷ Pode-se inferir que o fato dessa filiação não ter sido explicitada – para fazer ciência, é preciso declarar os princípios que regem esse fazer, ou seja, um fazer-saber – em parte contribuiu para que se tornasse uma disciplina instrumental, dedicada a uma prática secular, cujos métodos foram considerados em geral “empíricos”.

Na esteira de Laroche, podemos prosseguir, afirmando que a Arquivologia ou Ciência dos Arquivos, vem se valendo dos referenciais teóricos do Estruturalismo, senão vejamos:

- a. A concepção de estrutura se acha implicada em todo projeto ou construção de um objeto científico, daí ser o pensamento estruturalista um fenômeno transdisciplinar. Conceber estrutura como uma rede relacional constitui uma “atitude científica, a partir da qual se esboçam percursos metodológicos de pesquisa, ou seja, uma atitude aplicável a todo conjunto ou totalidade que se supõe organizado (a) ou que se tenha a intenção de organizar” (GREIMÁS; COURTÉS, p. 162);

⁶ Arana, Maria Virginia M; Aldabalde, Taiguara V. Estudos Epistemológicos em Arquivologia e Ciência da Informação. Pesquisa em andamento. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/Ufes.

⁷ “É preciso reconhecer a dificuldade experimentada pelas ciências do homem de passar do estado de “opiniões” ao estado de disciplinas.” (GREIMÁS; COURTÉS, 1983, p. 162)

- b. Ora, arquivos, bibliotecas e museus são totalidades (de sentido), pois “[...] quem diz estrutura, diz totalidade [...] uma dependência recíproca das partes que lhe dão um sentido.” (LAROCHE, 1971) Focando os arquivos, pode-se observar que a conectividade – hoje expressa como algo próprio da Web – é propriedade dos arquivos, uma vez que a conectividade nada mais é do que o vínculo arquivístico,⁸ próprio da natureza do documento orgânico;
- c. Se tomarmos a relação recíproca entre os documentos de arquivo (vínculo arquivístico) a partir da narrativa⁹ como aquela relação simples (que funda todas as outras) pode-se entender os conjuntos mais complexos, isto é, a rede relacional expressa pelos arquivos;
- d. uma rede relacional se rege pelo princípio da ação estruturante que, no caso dos arquivos, é identificada pela preservação da sintaxe dada pelo encadeamento natural das ações representadas nos documentos produzidos, ou seja, é a organicidade que garante o significado, isto é, a semântica do conjunto ou totalidade. Daí se pode entender a gênese documental como ponto de partida de um processo de significação, de sentido.

A partir destas considerações, concluímos: i) que os arquivos são estruturas/redes relacionais, nos quais a narrativa é o fio que entrelaça os documentos para se obter um tecido significante, dado pela sucessão temporal de ações neles representadas; ii) sobre o estatuto da narrativa, como elemento permanente dos sistemas arquivísticos, por reconhecer na organicidade, o vínculo que venha garantir na e pela narrativa a totalidade de sentido.

Contudo, atualmente os arquivos sofrem impactos dos eventos/fenômenos já citados da contemporaneidade, ressaltando-se aí as mul-

⁸ A relação recíproca entre os documentos de arquivo é homóloga a dos sítios, páginas e plataformas do mundo da *web*.

⁹ Uma sucessão temporal de ações; a passagem de um estado anterior a um estado posterior, através da ação ou de um fazer. (processual)

tinarrativas que explodem no seio de comunidades de quaisquer instituições, em forma de uma multidiscursividade difusa. Como fazer com que os arquivos, como espaços de memória, respondam às demandas mnemônicas das sociedades atuais?

Ora, multinarrativas são textos polissêmicos, lacunares, que obedecendo a um princípio não linear, permitem múltiplos e simultâneos acessos. Compostos por um conjunto de micronarrativas que se organizam a partir de um princípio aleatório são sistemas não organizados, cujos elementos são combinatórios, a partir do percurso ditado pelo usuário/leitor.

Para seguir as pistas de uma diversidade imprevisível de combinações – como, por exemplo, em narrativas cotidianas publicizadas nas redes sociais, em relatórios em formato de hipermídia, em textos publicados em uma plataforma digital –, é necessário tomar o foco da narratividade, como

[...] o princípio organizador de qualquer discurso, a organização discursiva imanente que foca o problema da competência discursiva, como um saber fazer discursivo de sujeitos e instituições, inseridos em contextos, semioticamente construídos. (GREIMÁS; COURTÉS, 1983, p. 294)

Ou seja, para dar conta da multidiscursividade difusa dos dias atuais é preciso atentar para a competência discursiva do produtor de informações arquivísticas: para o saber fazer discursivo de sujeitos, inseridos em contextos semióticos, regidos pelo princípio da organicidade, que tece o fio da narrativa maior; ou seja, da totalidade de sentido de um determinado sistema arquivístico. Em outras palavras, não se pode perder de vista o contexto semiótico como reflexo da organização/ente produtor(a), a narratividade das ações pelos seus atores – quem fala, do que fala, por que fala e como fala – para assim poder lidar, minimamente, com um dado sistema de informações arquivísticas.

PÓS-CUSTODIAL: A MUDANÇA DE FOCO

Referindo-se ao prefixo pós, Jacques Derrida, citado por Peters (2010), o define como “algo que vem depois, que amplia [...] colocando-o na direção certa.” Ou seja, não se trata de desconstruir o paradigma patrimonialista, custodial e tecnicista, nem dicotomizar – entre custódia e não-custódia –, mas de ampliá-lo, colocando-o na direção certa em função dos cenários sociais já descritos.

Antes de propor um direcionamento mais afirmativo dos espaços patrimonialistas, há de se reconhecer, como já foi dito, que arquivos, bibliotecas e museus continuam sendo espaços privilegiados de memória, porque preservam, como em nenhum outro espaço, as narrativas de tempos e lugares, derivadas de [...] “um universo social e seus modos de ser e de se transformar.” (LANDOWSKI, 1992)

No entanto, reconhecendo também que a memória social se expande e se adensa a cada dia, marcada por um processo crescente de sincretismo, propõe-se uma leitura semiótica, identificando questões que nesse fundo de pano social se projetam como contraposições:

- e. longevidade *versus* efemeridade, pois por um lado as instituições patrimonialistas investem na custódia para garantir a longevidade dos recursos mnemônicos, e por outro, há a efemeridade dos atuais recursos mnemônicos, compostos por *bits* e dispostos em repositórios a distância;
- f. reunião *versus* dispersão, na medida em que, de um lado, as instituições patrimonialistas reúnem os recursos para custodiá-los, de outro, há uma produção cada vez mais dispersa, dada pelos novos regimes infocomunicacionais;
- g. especificidade *versus* multiplicidade, na medida em que a especificidade – por exemplo, acervos textuais, sonoros, iconográficos, etc. – decai para dar lugar à multiplicidade – por exemplo, ao composto de múltiplas linguagens da hipermídia;

- h. linearidade *versus* não linearidade, na medida em que a sintaxe linear da escritura/leitura se transforma na sintaxe não linear da hipermídia, convocando a um modo de saber fragmentado e acelerado, a partir de uma leitura multifocal e simultânea.

Dessa maneira, dentre as muitas possibilidades para o desenvolvimento do paradigma pós-custodial emergente, apresenta-se como a abordagem sistêmica pode dotar o conhecimento informacional de maior cientificidade, evidenciando-se apenas um aspecto, a mudança de foco. É curioso ver como este único aspecto tem a qualidade do sincrético, uma vez que amalgama as diferentes dimensões ou polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico que constituem o método quadripolar do paradigma em questão.

Assim, um sistema pós-custodial inova, principalmente, a partir da mudança de focos, pois estes como pontos de convergência direcionam o sistema para outras paragens: no polo epistemológico, com a possível reconstrução do objeto científico, a partir de novas problemáticas de investigação; no polo teórico, com a postulação de outras leis, de formulação de novos conceitos operatórios ou a reformulação dos já existentes, de novas hipóteses e recortes teóricos; no polo técnico, com a possível invenção de um novo instrumental operatório e a consequente verificação de sua validade teórico-metodológica; e, enfim, no polo morfológico, a validação ou não do processo de construção do sistema em evolução. Vejamos os mencionados esquemas:

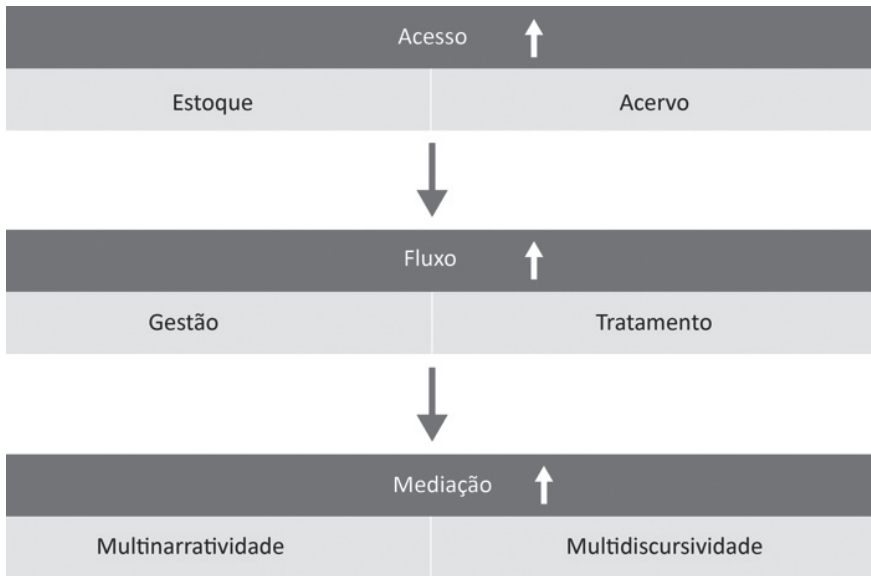
DO ACERVO → PARA O ACESSO

DO ESTOQUE → PARA O FLUXO

DA GESTÃO → PARA A MEDIAÇÃO

Ampliando com outros itens adjacentes, torna-se o sistema mais inteligível, a partir do seguinte esquema:

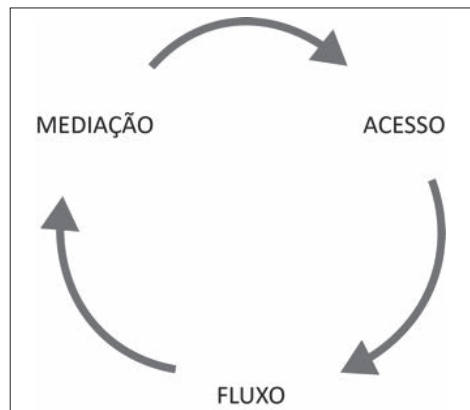
FIGURA 2 – Mudança de foco



Fonte: Arana (2004).

Acesso, fluxo e mediação tornam-se, portanto pontos de inovação, “contaminando” todo o sistema, como um processo direcionado para atender novos regimes infocomunicacionais, que pode ser mais bem entendido assim, em sua dinâmica ou funcionamento:

FIGURA 3 – Sistema Pós-custodial



Fonte: Arana (2004)

ESPAÇOS FLUIDOS DE MEMÓRIA: ESPAÇOS DE LINGUAGEM

Ao longo desta exposição, tratou-se de forma breve da problemática complexa das sociedades contemporâneas e seus impactos sobre os espaços de memória,¹⁰ a partir do ponto de vista da semiótica cujas contribuições, esperamos, tenham sido pertinentes, uma vez que é curioso notar como esta disciplina matricial – como uma teoria do significado – dá conta de forma transdisciplinar de antigos e novos fenômenos.

Hoje, mais do que nunca, pode-se constatar que os novos dispositivos de comunicação vem impactando os recursos mnemônicos e, provavelmente, os impactarão mais ainda no futuro, na medida em que as sociedades contemporâneas ainda não chegaram ao auge de sua capacidade de criar e aperfeiçoar linguagens, pois se espera o dia em que formas semelhantes ao idealizado holograma seja uma realidade.

Diante do desconhecido que está por vir, seria imprescindível superar a ingenuidade epistemológica que entende o objeto de memória apenas como fórmula, para reconhecer os espaços de memória como lugares de linguagem, ao admitir a transcendência do significado, pois no aquém do objeto/documento existe a informação estruturada na e pela narrativa, que traz consigo a “voz” (discurso) daqueles que narraram e narram com certo propósito. Como prolongamentos de suas presenças os objetos de memória – quaisquer que sejam – são contextos semioticamente construídos, discursos de instituições e indivíduos, o que coloca em questão a possível neutralidade e objetividade dos espaços de memória.

Enquanto espaços de linguagem, os espaços de memória têm a qualidade do é fluido, como aquilo que corre com facilidade, o que é natural, fácil, espontâneo. Esse adjetivo advém da naturalidade como nós, humanos, produzimos linguagem, como um processo contínuo de evolução.

¹⁰ Já no ano 2000, Silva e Ribeiro se referiam a “[...] um complexo sistema não-orgânico ou combinatório formado pela [...] massa anônima e heterogênea de consumidores que compõem o mercado de produtos culturais, hoje cada vez mais invadido pelos chamados conteúdos em suporte eletrônico [...] gerando macro-comportamentos em constante feedback [...] com os espaços de memória.”

Essa fluidez é visível na rede mundial de computadores, construída à imagem e semelhança do nosso modo de conhecer e de produzir linguagem, da nossa condição evolutiva de seres de linguagem.

Ao final, lembramos Laroche (1971) que convoca a uma *posture signifiant* ao repensar memória como linguagem, pois não há outra coisa senão a linguagem que possa espelhar o espírito de um tempo. E o nosso tempo é marcado pela leveza dos *bits* sem peso (CALVINO, 1990) e pela efemeridade, como estados passageiros.

Deixando fluir... poderemos traduzir o nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- ARANA, Maria Virginia Moraes de. *Games e geração digital: um discurso da cotidianidade*. 2004. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Trad. de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GREIMÁS, A. J. *Da imperfeição*. Trad. de Ana Cláudia Mei Alves de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.
- GREIMÁS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. de Alceu Lima e outros. São Paulo, Cultrix, 1983.
- LANDOWSKI, E. Do referente perdido e encontrado. *Cruzeiro Semiótico*, Porto, jul. 1992.
- LAROCHE, Carlo. *Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une archivistique structurale*. Paris: Association des Archivistes Français, 1971.
- PETERS, Michael. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. São Paulo: Autêntica Editora, 2010. Cap. 3.
- SANTAELLA, Lucia. *Artes plásticas e comunicação na contemporaneidade*. São Paulo: Casa Fiat de Cultura, 2009. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=XhRgfLuZXNY>. Acesso em: 9 jun. 2013.

SILVA, A. Malheiro da; RIBEIRO, F. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b*, n. 5, p. 80-81, 2000.

SILVA, A. Malheiro da. *A informação: da compreensão do fenômeno à construção do objeto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: reflexões de um usuário

Mário Mendonça de Oliveira

A INCURSÃO

Foram de efêmera duração as dúvidas que me assaltaram quanto à utilidade da minha manifestação, quando recebi o honroso convite da Prof^a. Zeny Duarte para deixar as minhas impressões, através de palestra, em seminário sobre arquivos, que reuniu um grupo de destacados especialistas locais e internacionais. Ali se discutia os rumos dos arquivos e das bibliotecas, na nova fase da era por eles apelidada de “pós-custodial”. Depois, pensando bem, e refletindo sobre a minha trajetória profissional de vida dedicada à história, e à preservação da nossa memória, cheguei à conclusão de que essas instituições, repositórios de conhecimento, cultura e memória eram também a minha casa e, na condição de usuário, não seria um despropósito sobre elas me manifestar. Conclui, igualmente, que tais instituições só têm razão de existir porque existimos nós, os investigadores.

Por outro lado, trabalhando profissionalmente sobre a conservação em, pelo menos, quarenta anos da minha cinquentenária vida profissional, não foram poucas as vezes que me debrucei sobre o tema da guarda de acervos e bibliotecas em antigos edifícios de interesse cultural, me-

ditando sobre a sua adequação para a guarda de tais acervos escritos da humanidade. Nessa condição, esses monumentos passam de testemunhos da memória, como antigos artefatos de arquitetura, para uma missão mais ampla de locais depositários da memória, que nos permitem olhar para o passado, com vistas à nossa caminhada para o futuro, como rezava o lema do nosso 6º Congresso Internacional do ICOMOS: *Pas de futur sans passé...*

Mas, além de trabalhador da preservação do nosso acervo monumental, a vida também me conduziu para a docência na pós-graduação. Bem, nessa condição, nunca admiti tese ou dissertação, mesmo aquela de fundamento experimental, que não tivesse buscado subsídios em fontes primárias dos arquivos. Trazer à luz, reinterpretar, confrontar dados dos tempos que se foram e do presente é missão básica de quem pretende se ocupar da memória e da cultura da espécie humana. É missão fundamental da Universidade que se espera seja representante legítima do saber e guardião da memória. Assim, qualquer texto decente de investigação na seara das Ciências Sociais, aplicadas ou não, pressupõe o emprego das referidas fontes bibliográficas antigas e arquivísticas. Mesmo quem trabalha com as Ciências Exatas, não pode se esquecer de referir os conhecimentos daqueles que nos precederam, antes de propalar qualquer achado ou descoberta. É extremamente ilustrativa a contribuição que nos trouxe o mestre Timoshenko, conhecido por todos como um dos luminares da Resistência dos Materiais que, no auge da sua produção científica, deteve-se para escrever sobre os pioneiros das ciências das construções, estudando e comentando as suas inestimáveis contribuições, através de antigos documentos e memórias das velhas academias de ciências. (TIMOSHENKO, 1983)

Em virtude desta crença é que tenho pugnado na Academia de Ciências da Bahia pelo resgate do trabalho e divulgação da produção de todos os cientistas e investigadores que nos antecederam na Bahia, pois,

sem eles, seria tentar discorrer sobre um edifício, ignorando os seus fundamentos.

Observei, em seguida, que o auspicioso evento que versava sobre arquivos e bibliotecas, pretendia situar-se em uma era apelidada de pós-custodial, como referido, pois, aquela na qual os arquivos existiam por existir ou para o deleite de um número seletivo de iniciados não teria mais sentido. Tais instituições, no passado, eram quase regra geral, restando toda a sorte de dificuldades e burocracias para o seu acesso aos menos favorecidos ou menos influentes. Ora, esta mudança de atitude e busca de democratização da informação é mais do que justa. Ficou somente a dúvida sobre se a preocupação custodial deveria desaparecer ou modificar o seu enfoque. Considero que a custódia, no bom sentido do carinho, da dedicação e da boa técnica de preservação dos acervos, deve continuar e melhorar, principalmente nesta altura dos acontecimentos em que a ciência da conservação desenvolveu-se consideravelmente, mas, os guardiões e gestores desses acervos não devem se comportar como um monte de avarentos que guarda os seus tesouros debaixo do colchão! O conhecimento, a informação e a memória da criação humana devem estar disponíveis e divulgados, especialmente com as facilidades que nos propicia a era da informática. Em vista disto, deve-se considerar extremamente meritório o investimento que se fez no Projeto Resgate, através do qual se organizou, no Arquivo Ultramarino de Lisboa, a documentação sobre o Brasil, indexando os chamados Avulsos, que não tinham sido catalogados e, principalmente, digitalizando a documentação que agora se encontra disponível para os investigadores do além-mar, sem meios ou sem tempo de desfrutar a hospitalidade e o ambiente quase que místico daquela veneranda casa.

A respeito da necessidade de se possuir cópias da documentação elaborada em épocas passadas, ocorre-me sempre a preocupação, quase obsessiva, de um estimado amigo, o Professor Foramitti. Não obstante

ser um dos expoentes da fotogrametria analógica, que antecedeu a digital e, como tal, um especialista do registro documental da forma, era arquiteto com especialização em arquivos. Nesta condição, iniciava sempre os seus discursos enfatizando a necessidade de se possuir toda documentação duplicada ou triplicada, pois tendo sofrido os horrores de uma guerra total na Europa, tinha visto serem consumidos pelas bombas, pelo fogo ou pelo vandalismo, documentos importantes da história da humanidade. Acontece que a incúria, o despreparo técnico dos operadores e a falta de apoio institucional provocam estragos similares a uma guerra. Logo, a duplicação dos acervos é uma salvaguarda, além de facilitar a sua divulgação e acesso.

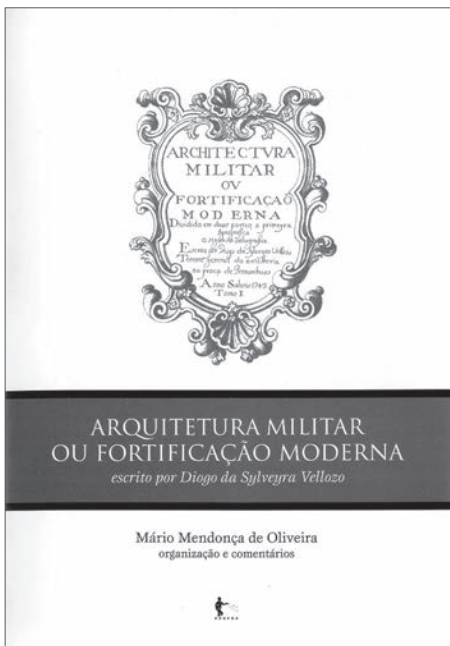
Há que se evitar, igualmente, o caso dos acervos que são praticamente estocados em espaços inadequados, nos quais os consulentes manuseiam o material sem qualquer cuidado, onde se tem que, literalmente, “garimpar” a informação. Neste caso, deveria haver uma política efetiva das entidades governamentais para evitar esse estado de coisas. Tenho sentido na pele essa situação e observo o desespero dos meus orientandos, com tempo limitado, para desenvolverem as suas teses e dissertações, perdidos em meio a montes de documentos, sem qualquer sistematização ou guarda adequadas. São bastante ilustrativos os exemplos de muitos arquivos de irmandades, de alfândegas, unidades universitárias e outros, com documentos armazenados ou amontoados em poeirentas prateleiras e, até mesmo, no chão, recebendo água dos telhados, maltratados e expostos à sanha dos microrganismos, dos lepidopteros e dos xilófagos, que se deliciam, também, com a celulose do papel. É situação lamentável, e extremamente dolorosa para aqueles que buscam o resgate e a conservação da nossa herança cultural.

Reconheço que tenho observado, e sou testemunha de substanciais mudanças, ao longo da minha vida de usuário, de muitas bibliotecas de raridades e/ou acervos arquivísticos, fruto da transformação de menta-

lidade dos seus administradores e servidores, ajudados, também, pela ferramenta extraordinária dos meios digitais. Não faz muito tempo que uma das minhas orientandas (com quem aprendemos muitíssimo!) deu-me notícia de que os 110 volumes das transcrições de documentos sobre a Bahia, desde o Século XVI, elaboradas a partir dos anos 30 do século XX, pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, estavam disponíveis na internet. Ora, isto representa “uma mão na roda” para quem investiga a história, principalmente quando se sabe que, aqui em Salvador, são poucas as bibliotecas que possuem esta coleção completa.

Seguindo esta linha, da divulgação e democratização dos acervos, é que considero, igualmente, de grande utilidade, a publicação transcrita de determinados exemplares do nosso acervo documental. A leitura paleográfica manuscrita, que não apresenta, em geral, grande dificuldade, para quem está afeito à consulta dos antigos documentos, representa certo obstáculo para o estudioso, que não dispõe de muito tempo para buscar as fontes primárias. Faço questão de frisar a expressão, “em geral”, porque quando nos encontramos diante de alguma caligrafia, quase rabiscada, de um André Lavre, antigo secretário do Conselho Ultramarino, os mais destros vacilam! Considero, porém, que esta transcrição deve ser literal, com as antigas notações paleográficas, sem tentativas de modernização dos textos, isto é, devemos nos ater à grafia com suas hesitações, às abreviaturas com as suas mesmas obscuridades, aos menores particulares do original (CONGREGAÇÃO BENEDITINA DE SALVADOR, 1945, p. 14) como desejava o esclarecido Wanderley de Pinho. Este procedimento, se por um lado dificulta, de certa forma, a compreensão do texto, oferece-nos um perfil mais aproximado das habilidades literárias do antigo escritor e sua formação, além de facilitar a tarefa de investigação dos estudiosos que se dedicam à linguística. Se há pretensão de se fazer a exegese de alguma passagem mais nebulosa de certo manuscrito, acho que esta deve ser feita através de comentários à parte da transcrição que deverá ser sempre literal.

FIGURA 1 – Transcrição e comentários do texto de Diogo da Sylveira Velloso da Real Biblioteca da Ajuda, Lisboa



Fonte: O autor (2011).

FIGURA 2 – Transcrição do texto de José Correia Rangel sobre as defesas de Santa Catarina, do Arquivo Militar de Lisboa



Fonte: O autor (2011).

É dentro dessa linha de preocupações que tenho procurado contribuir, mesmo que de maneira modesta, para resgatar e divulgar alguns textos antigos de arquivos que são fundamentais para a historiografia. É, por exemplo, o caso do tratado do Brigadeiro Diogo da Silveira Vellozo, manuscrito importante da Real Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, intitulado: *Arquitetura militar ou fortificação moderna*. Com o apoio da citada biblioteca, da Universidade de Évora, da nossa Edufba e do PPGAU, foi possível transcrever o documento em questão, reelaborando os antigos e abundantes desenhos, através da ferramenta computacional do AutoCAD, e comentando o texto à luz da ciência antiga das fortificações. Foram, inclusive, completadas algumas omissões de palavras e letras dos desenhos, com o cuidado de deixar claro, para o leitor, aquilo que não se encontrava no texto original. A publicação despertou inesperado interesse para todos os que estudam a história dos nossos propugnáculos, pois o nosso Vellozo, que era lente da Aula Militar de Pernambuco, coloca o assunto de maneira didática e acessível, para quem não tem intimidade com o argumento. Faz, inclusive, interessante comparação entre as diversas escolas europeias de fortificação demonstrando surpreendente erudição relativa aos grandes tratadistas do Renascimento. Este documento é o único no gênero escrito no Brasil, que chegou até nós, pois os outros, dos quais se tem notícia, perderam-se pelos caminhos do tempo.

Em vista do sucesso obtido com a divulgação impressa deste manuscrito, que agora não mais se perderá, foi levada a mais recente empreitada de transcrever um códice do Arquivo Militar de Lisboa sobre as Fortificações da Ilha de Santa Catarina e da Província do Rio Grande de S. Pedro (Rio Grande do Sul). Trata-se de códice com acabamento primoroso e finamente ilustrado, com desenhos em aguada, elaborados pelo Ajudante Engenheiro Rangel, no século XVIII. Desta feita, contei com a parceria decisiva e operosa do Arquiteto Roberto Toner, que montou o projeto e conseguiu os recursos para a edição. Para dar maior autenticidade em relação ao original, fizemos a transcrição segundo a nossa leitura e colocamos a imagem em fac-símile do manuscrito para comparação.

Fazendo parte integrante da publicação, elaboramos textos alusivos à história das fortificações do local, sobre a biografia do Rangel e sobre o papel da Engenharia Militar, no Brasil. Estes textos ajudam, decisivamente, o leitor a entrar no clima da época em que o documento foi elaborado. Seguindo a mesma linha, estamos organizando, comentando e ilustrando os textos técnicos, cartas, projetos e relatórios sobre a defesa da Cidade do Salvador, trabalho a ser editado no próximo ano.

Passando ao domínio do conhecimento com o qual tenho maior intimidade, em vista do meu exercício profissional, caberia comentar uma questão recorrente a respeito da localização mais adequada para os arquivos e bibliotecas. Em princípio, a resposta poderia ser simples, objetiva e, até mesmo, óbvia: a localização mais adequada será aquela onde o acervo tenha melhores condições de conservação. Isto posto, poder-se-ia indagar se o edifício antigo, dotado de valor cultural e/ou histórico teria prioridade na escolha como abrigo de um acervo de documentos de idêntico valor cultural e histórico. Neste particular, cabem algumas ponderações: Segundo o pensamento dos especialistas na restauração dos monumentos deve-se, preferencialmente, conservar as funções para os quais o edifício foi criado. Acontece, porém, que a sobrevivência de um artefato de valor cultural e/ou histórico está acima desta condição, e o seu uso é seguramente garantia de sobrevivência, que me parece ser a condição primordial. São inúmeros os monastérios e castelos que foram transformados em pousadas, ou igrejas que passaram a abrigar salas de concerto e até funções mais esdrúxulas como estacionamento e ginásios de esportes. Neste caso, colocando-se um arquivo ou biblioteca em determinado edifício antigo, pode-se ter a certeza de que jamais se estará atentando contra o seu decoro e dignidade. Se eles são locais de memória é patente a sua vocação para depositários de acervos de memória.

É necessário considerar, no entanto, que nem todo edifício antigo consegue atender ao postulado básico e indefectível de propiciar as me-

lhores condições de conservação para um acervo de livros raros e documentos e, como tal, seu uso deve ser posto fora de cogitação. Um dos casos mais emblemáticos do nosso Estado é a localização do Arquivo Público do Estado da Bahia, na Quinta do Tanque ou Quinta dos Padres.

FIGURA 3 – Antiga Quinta do Tanque, local que abriga o Arquivo Público



Fonte: O autor (2011).

O edifício, em si, é um local memorável construído pelos regulares da Companhia de Jesus, que abrigou, por algum tempo, o ilustre Padre Antônio Vieira. De arquitetura sóbria, mas elegante, estava perfeitamente compatível com o exercício das funções de quinta, na qual se plantava e se produziam mudas de espécies vegetais de outras terras e os religiosos que lá habitavam desfrutavam a tranquilidade e o repouso do isolamento e do contato com a natureza. Acontece que esta condição de quinta conspira, violentamente, contra a conservação de muitos artefatos que lá se pretendam guardar, especialmente os de papel. Buscando a

água necessária para o funcionamento de uma estrutura agrária, o edifício foi encostado a uma escarpa que, literalmente, “gema água”, como diria o nosso Luiz dos Santos Vilhena. Esta água de nascentes era (e ainda é) conduzida para o interior da construção para ser empregada nas atividades domésticas do passado. Não é necessário nem ser esperto em conservação para deduzir-se que o local é totalmente inadequado para a guarda de papéis, condição que se complica, ainda mais, pela sua situação em depressão e em clima, como o de Salvador, com índices elevados de umidade relativa. Não obstante a opinião contrária dos especialistas, o absurdo foi decidido por arbítrio do Governo e, até hoje, não se providenciou solução adequada para sanar o problema de conservação de um dos acervos documentais mais ricos do Brasil.

FIGURA 4 – Sala de leitura da Biblioteca Nacional, Paris



Fonte: GIEDION – Espaço tempo e arquitetura (1968).

FIGURA 5 – Sala de Leitura da Biblioteca da Ajuda, Lisboa



Fonte: o autor (1995).

Há monumentos, porém, que nasceram para se tornarem arquivos e bibliotecas e que pelas suas qualidades arquitetônicas e históricas, merecem figurar na lista do nosso patrimônio cultural construído. É o caso da famosíssima Biblioteca Laurenziana com a louvada escadaria de Michelangelo Buonarotti, retrato da intelectualidade de um Lorenzo di Medici; É o caso da nossa Biblioteca Nacional, ou melhor, Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de origens diversificadas que deambulou por vários locais até ter a sua sede construída em imponente edifício, que pode ser considerado como patrimônio cultural. É também o caso da Biblioteca Nacional de Paris, na qual, além de se desfrutar um acervo fantástico de documentos, respira-se a transcendência dos espaços abobadados concebidos por Henri Labrouste, referência na História da Arquitetura, como o é, também, a da Santa Genoveva do mesmo arquiteto. Nessa categoria situa-se, mesmo que de modestas proporções, e integrando um conjunto palaciano inacabado, a Biblioteca Real da Ajuda, onde os usuários quase que sentem o deambular solene de Alexandre

Herculano velando pelas suas raridades, ou a monumental Biblioteca do palácio/convento de Mafra, que custou o ouro do Brasil. Nestes casos, a ideia de guarda de acervo de memória está intrinsecamente ligada àque-la da memória arquitetônica e histórica da humanidade e não se podem separar. Sendo assim, qualquer deficiência que a incipiente ciência da conservação não resolveu convenientemente no edifício, no tempo de sua construção, merece investimento para se corrigir com modernas técnicas. Se os acervos extrapolarem a sua capacidade, que se façam novos edifícios para abrigá-los, mas que permaneçam os velhos edifícios.

REFERÊNCIAS

- CONGREGAÇÃO BENEDITINA DE SALVADOR. *Livro velho do tombo do Mosteiro de São Bento*. Prefácio de Wanderley de Pinho. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.
- GIEDION, Sigfried. *Espacio tiempo y arquitectura*. Barcelona: Editorial Científico-Médica, 1968.
- OLIVEIRA, Mário M. (Org.). *Arquitetura militar ou fortificação moderna de Diogo da Silveira Vellozo*. Salvador: Edufba, 2005.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de; TONERA, Roberto (Org.). *As defesas da ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786, de José Correia Rangel*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- TIMOSHENKO, Stephen P. *History of strength of materials*. New York: Dover, 1983.

ATENÇÃO! ACERVOS MUSEOLÓGICOS, DÚVIDA...

A busca de caminhos para a leitura, interpretação e difusão do patrimônio cultural

Sidélia Santos Teixeira¹

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos a seguir trata do processo de implementação do núcleo de memória na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, da formação das suas coleções e de algumas possibilidades interpretativas em relação ao seu acervo, a partir de um diagnóstico realizado por uma equipe de museologia, com o patrocínio da Pró-Reitoria de Extensão da Ufba.

De fato, como afirma Theologi-Gouti (2003, p. 12): “Os objetos utilizados por esses museus representam testemunhos da história das ciências e da própria universidade”. Assim, esse estudo possibilitou uma visão geral, acerca dos bens culturais e da história dessa instituição.

¹ Em fevereiro de 2007, foi constituída comissão de museus e memória com o objetivo de estabelecer diretrizes para uma política museológica na Universidade Federal da Bahia, levando-se em consideração a existência de museus e núcleos de memória em diversas unidades da UFBA.

A escolha da Escola de Enfermagem para iniciarmos os trabalhos museológicos, ocorreu em virtude do péssimo estado de conservação dos seus objetos históricos, que requisitavam uma interferência profissional imediata, sob pena de não serem mais recuperados. Além disso, chamou-nos atenção o fato de que era uma das poucas unidades da Universidade Federal da Bahia que funcionou como residência feminina para professoras e alunas, no final da década de 1940.

Não pretendemos com o presente texto, narrar, de forma detalhada, os caminhos percorridos para a realização das ações museológicas. Objetivamos sim, refletir sobre a importância da leitura e interpretação das coleções para o uso e a difusão da memória social, particularmente nas universidades.

BREVE TRAJETÓRIA EM PROL DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

As ações da comunidade da Escola de Enfermagem para tentar preservar sua memória não são recentes. Entretanto, ao longo dos anos, essas iniciativas foram comprometidas, por várias razões, entre as quais mencionamos: a ausência de uma política museológica na Universidade Federal da Bahia; não serem prioridade de determinados diretores da escola; a ausência de pessoal especializado para lidar com o acervo, etc.

O documento mais antigo que encontramos e faz referência ao núcleo trata-se de uma Ata de 1995, que confirma a sua criação como parte das comemorações do Cinquentenário da Escola. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Enfermagem, 1995) Contudo, depoimentos orais relatam a criação do núcleo no ano de 1997.

Nesse período, foi desenvolvida ação museológica com a participação de um professor e vários estudantes do Curso de Museologia. Em virtude das questões anteriormente apresentadas, esse trabalho não teve continuidade, permanecendo o núcleo desativado até o ano de 2001, oca-

sião em que foi constituída comissão com representantes dos três segmentos do pessoal da escola.

Essa equipe tinha por objetivo criar alternativas para proteção e valorização de sua memória. Entretanto, a ausência de profissionais museólogos nesse grupo dificultou o desenvolvimento do trabalho, tendo em vista que seus membros não tinham capacitação específica para a execução das ações museológicas necessárias à proteção e à dinamização do acervo.

Atualmente, o grupo constituído em 2001, juntamente com a equipe de museologia que atua desde 2007, está empenhado na criação do museu da Escola de Enfermagem. Pretende-se vincular o Núcleo de Memória da Escola de Enfermagem (NUMEE) às diretrizes da política museológica para os museus e núcleos de memória da UFBA por sua incorporação ao Sistema de Museus,² conforme deliberação da Congregação da Escola em sessão plenária realizada em dezembro de 2010. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Enfermagem, 2009)

Do ponto de vista conceitual, o NUMEE é definido como um laboratório de análise, preservação e divulgação dos bens culturais da Escola de Enfermagem. Comungamos assim, da definição de laboratório de Menses quando afirma que:

Laboratorium nunca existiu em latim, mas a palavra foi composta a partir de labor, que quer dizer trabalho. Laboratório é um lugar onde há um trabalho por fazer, como tarefa de tudo e todos os que aí convergem. Não se trata de um trabalho já feito, cujos produtos apenas cumpre comunicar; não se trata, por isso mesmo, como é tão comum na área de ciências humanas e sociais, de um espaço de plantão ou atividades descontinuadas. Enfim, não se trata apenas de uma 'oficina', já que a problemática do

² O Sistema de Museus da Universidade Federal da Bahia encontra-se em processo de implantação sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, com a participação de representantes do Departamento de Museologia e dos museus e núcleos de memória da UFBA.

conhecimento penetra todas as esferas; daí a importância quer da análise, quer da experimentação. (MENESES, 1995, p. 113)

Em linhas gerais, desenvolvemos proposta preservacionista, articulada ao processo de formação universitária, no que diz respeito ao uso deste espaço museológico, vinculado à produção e difusão de conhecimentos, como bem compete aos museus universitários.

De fato, os museus universitários têm uma função que, segundo Menezes (1995), aproxima-se do que nos Estados Unidos da América se define como pesquisa pública, ou seja, o conhecimento produzido deve ser acessível e divulgado ao público de maneira ampla e irrestrita.

A metodologia do trabalho prioriza a análise bibliográfica e arquivística, coleta de depoimentos orais, realização de entrevistas, bem como a execução de atividades voltadas para o tratamento, sistematização e divulgação das coleções. Nesse sentido, apresentam-se a seguir, algumas considerações relativas ao acervo dessa Escola e aos caminhos que estão sendo trilhados para análise e investigação dos objetos, bem como, um exemplo de atividade voltada para o uso e apropriação da memória por essa comunidade.

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFBA – PROFESSORES, SERVIDORES E ESTUDANTES

Em 1972, ocorreu, em Santiago do Chile, um congresso que contribuiu para uma visão contemporânea sobre os museus.³ De maneira geral, o documento desse encontro enfatiza o sentido social da preservação do patrimônio cultural e a importância da democratização dos bens culturais preservados. Ao longo da década de 1980, ampliam-se as reflexões com relação à função social dos museus, deslocando-se o centro das análises

³ Alguns autores trabalham também com essa ideia, a exemplo de Santos (2008).

lises museológicas do objeto (bem cultural) para os grupos sociais que estão inseridos no contexto das práticas preservacionistas.

Autores como Desvallés (1989) discutem ainda que a transformação museal ocorreu em dois níveis, ou seja, na forma museal, oriunda dos meios populares, a partir do surgimento de novas tipologias de museus, como por exemplo, museus comunitários, ecomuseus, museus didáticos comunitários, etc; e nos meios acadêmicos, vinculada a uma reflexão ampla sobre patrimônio cultural que não admitia limites estéticos em relação ao patrimônio cultural, como era típico nos meios museológicos tradicionais, mas, considerava, sobretudo, o sentido para as comunidades e o contexto no qual esses bens culturais eram produzidos.

A partir das reflexões museológicas contemporâneas, a análise sobre o contexto e a realidade na qual o profissional museólogo atuará torna-se imprescindível como forma de compreendermos as especificidades do grupo com o qual vamos interagir e evitar o que Paulo Freire (1983) caracteriza como invasão cultural.⁴

Assim, definimos que seria necessário elaborar uma caracterização dos grupos que compõem a Escola de Enfermagem da UFBA, como forma de obtermos subsídios para o desenvolvimento das práticas museológicas. Nesse sentido, foi elaborado questionário visando sua aplicação nos três segmentos da escola – professores, estudantes e funcionários. Esse instrumento de coleta de dados priorizou o levantamento de informações sobre o perfil socioeconômico, gênero e o nível de conhecimento em relação ao histórico da enfermagem e da escola.⁵

A partir deste trabalho, elaboramos um perfil do grupo que fazia parte da Escola de Enfermagem e de suas relações com a história dessa unidade, enfatizando-se principalmente a categoria dos estudantes.

⁴ De maneira geral, a expressão utilizada pelo autor se refere a determinadas práticas extensionistas desenvolvidas por profissionais que não consideram o seu contexto de atuação.

⁵ Essa pesquisa foi realizada pela estudante do curso de Museologia Janaina Santos, sob nossa orientação no ano de 2008. Maiores informações, tais como, procedimentos para coleta de dados, gráficos e conclusões podem ser consultados no relatório do Estágio Supervisionado, disponível no Departamento de Museologia da UFBA.

Observou-se que a maioria era do sexo feminino e jovem. Com relação ao histórico da enfermagem no Brasil, o grupo respondeu que era conhecido. Contudo, ao verificarmos essa questão através da indicação de dados mais precisos, com o objetivo de checar o nível de conhecimento sobre essa temática, constatamos que as informações eram bastante genéricas e pouco aprofundadas, a exemplo de: “Conheço Anna Nery”. Desta forma, era apresentado um personagem da história na área da enfermagem, sem nenhuma referência mais completa sobre a sua participação no processo de construção da área.

Em relação à história do curso de enfermagem na Bahia, a maior parte não tinha nenhuma informação. Entretanto, registrou o seu interesse em conhecer a história da unidade, principalmente, sobre o período que a escola funcionou como residência para professoras e alunas. Além disso, foi enfatizada a importância da preservação dessa memória através de exposições, publicações e muitos ressaltaram a importância da criação de um museu.

Em linhas gerais, podemos afirmar que os dados acima apresentados ratificaram a necessidade de um trabalho museológico, incorporado ao processo de formação na área da enfermagem.⁶

O QUE DIZEM OS OBJETOS E AS COLEÇÕES?

Em 2007, ocasião em que iniciamos os trabalhos na Escola de Enfermagem da UFBA, encontramos diversos objetos dispersos, em vários espaços desta unidade. Na sala da congregação, por exemplo, existiam três vitrinas com crucifixos, xícaras e algumas bandejas. Na capela, painéis da Santa-Ceia, feitos por Hansen Bahia.⁷ Os quadros das ex-diretoras

⁶ Voltaremos a essa questão um pouco mais adiante.

⁷ Artista plástico, nasceu em Hamburgo, Alemanha, em 1915 e naturalizou-se brasileiro. É conhecido principalmente por suas xilogravuras. Faleceu em 1978, em São Félix, Bahia, tendo doado seu acervo ainda em vida para a cidade de Cachoeira, Bahia, onde foi criada a Fundação Hansen Bahia, que recebe seu acervo artístico de xilogravuras, matrizes, livros, pinturas, prensas e ferramentas de trabalho.

estavam todos também na sala da congregação. Muitas fotografias e álbuns de formatura de ex-alunas encontravam-se guardados, numa caixa de papelão, sem nenhum critério preservacionista.

Inicialmente, elaboramos uma listagem do acervo, com a pretensão de obtermos seu quadro geral. Pretendíamos, assim, definir a temática dos objetos a serem preservados no núcleo de memória. Esse procedimento foi fundamental para a formação e a constituição das coleções. Assim, conseguimos agrupar os objetos nas seguintes coleções, a saber: mobiliário, utensílios domésticos, fotografias, objetos litúrgicos, documentos gráficos e manuscritos, instrumentos de laboratório, quadros e têxteis.

Observamos também que os objetos “guardados” na Escola, datam principalmente, do final da década de 1940 até 1970. Verificamos ainda, a existência de um quadro intitulado “árvore histórica da escola de enfermagem da UFBA” que estava disposto no auditório da escola. Trata-se de registro de todas as alunas que concluíram o curso no período de 1950 até 1996, apresentado sob a forma de uma árvore genealógica.

Se compararmos os dados acima apresentados, com a natureza dos objetos⁸ e os dados obtidos a partir do questionário aplicado com a comunidade da escola e, finalmente, os depoimentos de algumas ex-alunas e professoras, podemos inferir que existe uma valorização do período em que a escola funcionou como residência feminina.

Desta forma, verificamos que os dados coletados contribuem para uma interpretação sobre um tipo de preservação e valorização de uma memória feminina, familiar, comunitária, vinculada, provavelmente, à formação cristã. Os estudos de gênero sobre a memória feminina auxiliaram à compreensão das questões anteriormente mencionadas, sobretudo quando enfatizam as relações entre tradição oral, memória e gênero. Desta forma, considera Piscitelli (1993, p.160) que:

⁸ Trata-se do mobiliário de quarto, utensílios domésticos, fotografias do cotidiano da residência e objetos religiosos.

As linhas de investigação que se preocupam com particularidades do trabalho sexuado da memória sustentam, a partir de pesquisas específicas, que existe uma associação entre memória feminina e tradição genealógica. São as lembranças das mulheres as que se relacionam com o domínio da família, da vida privada e doméstica. Estas perspectivas afirmam que a memória feminina estabelece referências temporais associadas ao ciclo familiar, diferenciando-se da masculina, que é datada com precisão. Afirmam também que as lembranças das mulheres preservam temas integrados num domínio no qual o afetivo e o individual são fundamentais, em tanto as dos homens guardam relatos de uma história não necessariamente oficial, mas sim de uma histórica coletiva, de uma história espetáculo.

Destacamos ainda a coleção de fotografias constituída, ao longo dos anos, através de doações de professores, funcionários, alunos e ex-alunos dessa Instituição. Atualmente, o NUMEE conta com um acervo de 1.200 fotografias que estão classificadas em diferentes temáticas. A coleta deste material, não obedeceu a uma política sistemática de aquisição, fato este que justifica a presença de muitas fotografias sem nenhum tipo de identificação.⁹

Assim, a coleção de fotografias ilustra, principalmente, o cotidiano da escola, contribuindo para reflexões sobre a sua história, permitindo refletir sobre uma construção complexa que requer o cruzamento de várias fontes de investigação, como forma de obter uma análise mais ampla e contextualizada do acervo.

Verificamos um exemplo disso a partir de depoimentos que afirmam a presença de mulheres de classe média e alta na escola, no período da residência. Encontramos ofícios e relatórios que registram a necessidade de bolsas de estudos para as estudantes, principalmente para aquelas que vinham do interior do estado da Bahia, além de reforçarem a importância da residência para as alunas.

⁹ Mais adiante, ilustraremos experiência articulada ao processo de identificação da coleção de fotografias.

Então, a análise dessas coleções, acima mencionadas, permite pensar que a formação nessa área, pode ter contribuído para a inserção acadêmica e profissional da mulher, viabilizando assim, possibilidades para sua autonomia e independência, em diversos momentos históricos.

Outra questão a ser investigada e que merece atenção especial, diz respeito a depoimentos e entrevistas, registrando o caráter elitista da escola e a inexistência de mulheres não brancas. Contudo, verifica-se através da coleção de fotografias a presença de estudantes negras e mestiças desde as primeiras turmas.

FIGURA 1 – EEUFBA: alunas da primeira turma do curso de Enfermagem



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da EEUFBA.

Temos consciência de que os itens, acima apresentados, necessitam de uma análise mais aprofundada. Sabemos ainda, que o olhar desenvolvido nesse processo de leitura e classificação do acervo produziu uma interpretação possível em relação aos objetos preservados. O que significa que outras questões e análises podem ser verificadas a partir do conjunto preservado. Entretanto, pretendemos demonstrar que as ações desenvolvidas nesse processo de construção de um núcleo de memória não são apenas técnicas e, portanto, neutras, mas que os objetos preservados podem dizer muito, se direcionarmos o nosso olhar para a produção de dúvidas, questões e interpretações.

EXPLORANDO UMA POSSIBILIDADE DE USO E APROPRIAÇÃO DO ACERVO ATRAVÉS DE UMA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA

FIGURA 2 – EEUFBA: Atividade de Extensão:
EEUFBA: alunas da primeira turma do curso



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da EEUFBA.

Em maio de 2009, a equipe do NUMEE montou uma exposição temporária intitulada: Escola de Enfermagem da UFBA – Mulher e Inclusão Social, na própria unidade, durante a Semana de Enfermagem. Um dos objetivos da mostra era estimular futuras pesquisas referentes a essa temática a partir do uso do acervo preservado.

Foram utilizadas fotografias do período de 1940 até 1970. A ideia também era contar com a participação dos visitantes no sentido de nos auxiliar no processo de identificação da documentação fotográfica. Para tanto, solicitamos ao visitante que dispusesse de alguma informação sobre o acervo exposto, que comunicasse aos monitores, pois eles estavam devidamente instruídos para registrar a informação.

FIGURA 3 – EEUFBA: Alunas no jardim da escola, 1951



Fonte: Fotografia do Núcleo de Memória da EEUFBA.

Entendemos ainda que a exposição funcionou como um recurso de mobilização da comunidade da escola em prol da preservação de seu patrimônio de forma mais dinâmica e participativa. Assim, discutindo sobre a importância da fotografia como testemunho da memória social, Lucena (1988, p. 15) afirma que:

A contemplação das fotos pelos retratados ou seus descendentes parece não se limitar numa auto-satisfação, mas sim no gosto por se observar, aprofundar-se na lembrança e no momento social que representa a foto, na auto-descoberta e na busca da identidade humana e sua participação na história.

A exposição foi estruturada em três módulos – espaços de memória, uniformes e viagens. No primeiro módulo, trabalhamos com a ideia do prédio como um espaço histórico, que remetia a uma memória sobre a organização, funcionamento do curso e concepção em relação aos princípios de formação da mulher no campo da enfermagem. No segundo módulo, exploramos a questão da evolução dos uniformes como uma conquista profissional dessa categoria. Ou seja, demonstramos como uniformes mais longos e apertados foram sendo substituídos por trajés mais confortáveis. No último módulo, apresentamos fotografias relacionadas à participação política das estudantes em congressos da União Nacional dos Estudantes, em viagens de estudos, congressos e seminários.¹⁰

No último módulo da exposição, trabalhamos com um recurso denominado árvore interativa.¹¹ O propósito desse recurso era duplo, ou seja, primeiro, pretendíamos fazer uma avaliação da exposição e, segundo, gostaríamos que o visitante participasse de forma mais ativa da proposta expográfica. Destacamos a seguir, alguns depoimentos coletados

¹⁰ Aqui não pretendemos fazer uma descrição detalhada dessa exposição. Objetivamos apresentar um quadro geral para que o leitor tenha condições de analisar melhor as temáticas trabalhadas. Para maiores informações sobre a exposição EEUFBA: Mulher e Inclusão Social ver programa da TV UFBA. Ver: <www.tvufba.ufba.br>.

¹¹ Foi construída uma árvore em material de *pet* reciclado, com desenhos de frutas em papel, para o visitante registrar seu depoimento sobre a exposição.

que nos parecem ilustrativos sobre o processo de discussão em relação à apropriação da memória a partir da referida exposição.

Somente as lições da realidade da história podem nos guiar na construção 'do que há de vir'. Resgatar essa história será sempre tarefa nossa. (Fernanda Mota – 6º semestre)

A todos os enfermeiros e futuros enfermeiros muita dedicação e perseverança na caminhada diária. Valorizem-se. (Viviane – Enfª. R2 – Terapia Intensiva)

O museu da E.E. está muito lindo e nos leva ao passado de marca indelével e saudades infinitas dos valores humanísticos vividos em nossa querida Escola, habitando o mesmo teto, aprendendo os valores da convivência em grupo, do respeito e da solidariedade humana e de afeto compartilhado, do calor humano. Sou eternamente grata aos professores e fundadora E.E. Haydee G. Dourado. Devo o que sou profissionalmente a esta unidade. Obrigada. (Iracly Silva Costa. Turma 1951)

A Árvore da E.E.. Ideia original, bonita e útil. Os frutos desta árvore retratam a nossa E.E. Nela, nesta EE-UFBA, aprendi não apenas a profissão, mas também a vida. Quantas lições de vida [...]. (Stella Sena)

Os depoimentos coletados dos visitantes mais jovens, durante a exposição temporária ressaltam a importância da história da enfermagem e da participação dos sujeitos, no caso, as enfermeiras, na construção desse processo. Além disso, demonstram que a exposição parece ter contribuído para aflorar um sentimento de identificação profissional e pertencimento a esta categoria.

Em relação aos visitantes mais velhos, observamos que a mostra fez aflorar sentimentos nostálgicos, além de reforçar a natureza dos conhecimentos adquiridos, a partir de uma formação ampla e humanística.

A partir da experiência acima relatada, verificamos a importância do processo de preservação coletiva e participativa para reforçar laços de identificação e a compreensão da história dessa área.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir do presente trabalho, verificamos a importância de investirmos nos trabalhos de preservação e divulgação da memória dos acervos universitários. É necessária a definição de uma política museológica que contemple de maneira ampla os diversos acervos que estão presentes nas faculdades e escolas da UFBA. A ausência desse tipo de diretriz contribui para a descontinuidade das ações museológicas.

É fundamental, portanto, que os museus e núcleos de memória das instituições científicas invistam, cada vez mais, nas atividades de democratização do conhecimento produzido, através da interpretação dos seus patrimônios, principalmente, associando às ações de formação básica. Para tanto, os estudos que visam caracterizar os grupos que compõem às unidades universitárias são importantes para o desenvolvimento dos trabalhos de comunicação museológica. Além disso, servem para demonstrar como a história desta área do conhecimento deve estar articulada aos conteúdos obrigatórios, contribuindo também para o fortalecimento das identidades profissionais.

O estudo demonstra a importância de trabalhos com os bens culturais diversificando as fontes de investigação. Nesse sentido, o objeto pode indicar alguns caminhos, mas não é suficiente para a interpretação e análise do conjunto das relações das quais o mesmo faz parte. Trabalhando nesta perspectiva, podemos fazer aflorar histórias diferenciadas, a exemplo, do presente caso, que revelou aspectos da participação das mulheres na história da enfermagem e da Ufba, de maneira geral.

Por fim, registramos a importância da exposição museológica e do profissional museólogo. A exposição é um instrumento de mediação que contribui de forma significativa para as atividades de difusão do conhe-

cimento científico. Consideramos ainda que os estudos e relatos sobre os processos de preservação, valorização e divulgação das memórias sociais devem ser mais divulgados como forma de enriquecermos o debate neste campo.

REFERÊNCIAS

- DESVALLÉS, André. A museologia e os museus: mudanças de conceitos. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, n. 1, set. p. 12-21, 1989. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, SPHAN, Pró-Memória.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- LUCENA, Célia Toledo. *Memória social: museu de rua*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1988.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília, DF: CNPq, 2010. p. 15-84.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. Resposta aos comentários. *Anais do Museu Paulista*, v. 3, p. 103-122, jan./dez. 1995.
- MESA redonda de Santiago do Chile – ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, Santiago, v. 15, n. 15, p. 111-121, 1999. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais.
- PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 1, p. 149-172, 1993. UNICAMP.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. Reflexões sobre a nova museologia. In: ENCONTROS museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc:IPHAN: DEMU, 2008.
- THEOLOGI-GOUTI, Penélope. *Lê musée de sciences et techniques: archives de la recherche universitaire ouvertes aux différents publics*. *Cahiers d'études ICOM*, n. 11, p. 12-13, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Enfermagem. *Ata da reunião ordinária do Conselho Departamental da Escola de Enfermagem Ufba*. Salvador, 8 maio 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Enfermagem. *Ata da reunião da Congregação da Escola de Enfermagem da Ufba*. Salvador, 24 nov. 2009.

ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA EM SEUS DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

José Augusto Chaves Guimarães
Natália Bolfarini Tognoli

INTRODUÇÃO

Para que se possa abordar o conjunto de relações que se estabelecem entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, necessário se torna recorrer a um cenário em que um conjunto de práticas foi se consolidando, ao longo dos tempos, a partir de duas dimensões institucionais: o arquivo e a biblioteca, que ganharam maior visibilidade a partir do século XIX, seja com a consolidação dos Estados Nacionais, e de seu patrimônio documental, seja com as iniciativas governamentais voltadas para a formação educacional do cidadão.

Nesse contexto observa-se, tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia, um movimento que parte de uma dimensão mais concreta para, ao longo do tempo, atingir dimensões mais abstratas. Assim, a questão institucional, representada pelo arquivo e pela biblioteca precedeu a questão profissional (o arquivista e o bibliotecário) para que se pudesse chegar, em um terceiro momento, a uma sistematização de conhecimentos, representada pela Arquivologia e pela Biblioteconomia.

Desse modo, o presente trabalho objetiva tecer uma reflexão acerca das trajetórias paralelas assumidas pela Arquivologia e pela Biblioteconomia e em que medida o advento da Ciência da Informação representou uma oportunidade de interlocução entre ambas e, indo além, um espaço acadêmico para que as referidas áreas pudessem encontrar maior espaço de cientificidade.

Nesse movimento das práticas rumo a uma sistematização teórica, tanto a Arquivologia quanto a Biblioteconomia encontraram, no século XIX, um solo fértil de desenvolvimento, em muito motivado pela crescente produção documental (tanto científica quanto administrativa) e por uma maior preocupação com a documentação como um patrimônio social, cujo acesso deveria ser amplamente franqueado aos cidadãos para fins de instrução, lazer e de identidade e memória. Isso levou a Arquivologia e a Biblioteconomia a buscarem aportes que pudessem lhes garantir maior rigor procedimental e, por conseguinte, resultados mais amplos e ágeis e produtos mais confiáveis e diversificados.

Dessa forma, observa-se, notadamente a partir do final do século XIX e do início do século XX, um recurso da Arquivologia às teorias e aos procedimentos da Diplomática, e, na Biblioteconomia, um diálogo com a Documentação.

ARQUIVOLOGIA E DIPLOMÁTICA

A Arquivologia tem suas origens teóricas e científicas precedidas por uma prática que data da Antiguidade, e conta com a evolução e instituição de disciplinas que também têm o documento de arquivo como objeto de estudo, a saber, a História e a Diplomática. No tocante à segunda, a relação se faz explícita nos dias de hoje, porém apresenta-se, ainda tímida, até meados do século XIX.

No século XVII, quando Jean Mabillon publica o tratado *De re diplomatica*, e institui a disciplina cujo objetivo reside no estudo dos elementos internos e externos do documento para verificar sua autenticidade/

falsidade para fins prático-jurídicos, os arquivos eram mencionados como as instituições que abrigavam os diplomas, e nada se falava sobre sua organização. Nesse período, confundido por muitos autores, como o princípio das primeiras ideias acerca da organização arquivística, não há menção sobre a instituição de uma nova disciplina, que será consolidada e reconhecida dois séculos depois.

O século XIX é marcado pela consolidação da arquivologia enquanto disciplina, notadamente a partir da criação dos Institutos Históricos, na Europa, após a formação dos Estados Nacionais. Nesse período, os documentos, que até então tinham apenas seu valor prático-jurídico reconhecido, passam a ser fonte para os estudos da História e faz-se necessária a formalização de teorias e métodos capazes de lidar com a massa documental acumulada nos arquivos os quais, a partir desse momento, passam a ser de livre acesso aos cidadãos.

Nesse contexto, é enunciado o princípio norteador das práticas de organização dos documentos de arquivo, o princípio da proveniência, ou respeito aos fundos, que consiste em reunir em grupos os documentos provenientes de uma mesma fonte criadora. Emergem, também, as principais obras de Arquivologia e Diplomática, respectivamente sobre a organização dos documentos de arquivos, como o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, de S. Muller, T. Feith e J. Fruin, 1889, e sobre a análise crítica e comparativa desses documentos para a verificação de sua autenticidade *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*, de Theodor Von Sickel, 1867, e *Beitäge zur Urkundenlehre*, de Julius Ficker, 1877.

Assim, enquanto a Arquivologia é reconhecida como disciplina que tem por objeto o estudo dos conjuntos documentais para fins de prova e testemunho histórico, à Diplomática cabe a tarefa de analisar e criticar esses documentos para fins de verificação de autenticidade/falsidade, com o objetivo de auxiliar o pesquisador na identificação de fontes documentais confiáveis.

Ainda no século XIX, são criados os cursos de formação de arquivistas, paleógrafos e diplomatas, aproximando, nas instituições, as três disciplinas – Arquivologia, Paleografia e Diplomática – e seus profissionais. Na França, essa aproximação deu-se em 1821, com a criação da *École Nationale des Chartes*, em Paris, projetada por Napoleão, e fundada por Luis XVIII, com o objetivo de formar jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução, e renovar a História nacional. Tornou-se, logo, um modelo de escola a ser seguido em toda a Europa, criando a formação de arquivistas-paleógrafos.

No entanto, neste momento, essa aproximação deu-se, apenas, no âmbito das ambiências profissionais, o que não significava uma aproximação teórica das disciplinas, que pôde ser verificada somente em meados do século XX, quando é enunciado, por Robert-Henri Bautier, professor da *École des Chartes*, em 1962, a apropriação do método diplomático pela Arquivologia, quando o mesmo anuncia as peças de arquivo como objeto da Diplomática.

Nos anos seguintes, após um longo período de estagnação dos estudos diplomáticos e de sua relação com a Arquivologia, ocasionado pelo que se chamou de “crise da Diplomática”, ambas as disciplinas são colocadas novamente em diálogo, a partir do final da década de 1980, quando as novas formas de produção documental e as tecnologias de informação passam a representar um desafio ao arquivista contemporâneo. Neste contexto, o método diplomático passa a ser utilizado para a análise crítica e comparativa dos documentos da administração contemporânea além daquela histórica, principalmente quando o arquivista não tem em mãos os instrumentos para o estudo da estrutura administrativa.

Essa relação, iniciada na França com Dumas e Tessier, no início dos anos 1920 – quando anunciam uma expansão dos limites cronológicos e espaciais da Diplomática – e, depois, reiterada por Bautier, na década de 1960, a partir da identificação com as peças de arquivo, encontra fulcro nos trabalhos de Paola Carucci, na Itália, e de Luciana Duranti, no Canadá, na década de 1980, dando origem a uma nova disciplina, conhecida como

diplomática arquivística, cujos estudos fundamentam-se nas práticas e na teoria de ambas disciplinas.

Observa-se, portanto, que a Arquivologia constrói sua teoria a partir da prática, passando de ciência auxiliar da História, a disciplina autônoma em menos de um século, contando com o apoio de outras disciplinas, como a Diplomática.

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Em paralelo ao diálogo da Arquivística com a Diplomática, em um espaço mais nitidamente europeu, observa-se a construção do diálogo entre a Biblioteconomia e a Documentação, em cujo âmbito é interessante observar que, enquanto a Biblioteconomia, como área profissional, teve seu crescimento mais nitidamente evidenciado nos Estados Unidos, notadamente a partir do desenvolvimento de bibliotecas públicas e escolares como objeto de uma política de desenvolvimento intelectual do cidadão e de integração dos imigrantes com os ideais da sociedade americana, a Documentação teve seu nascedouro e desenvolvimento na Europa, a partir de uma necessidade de se coletar, organizar e tornar disponível uma documentação especializada, em franco crescimento, como subsídio ao desenvolvimento econômico e científico.

Desse modo, atribuem-se a Paul Otlet as iniciativas e as bases para esse movimento, representado, dentre outros, pela criação do Instituto Internacional de Bibliografia e, como consequência, do Repertório Bibliográfico Universal, como primeiro repositório mundial de documentação científica, e da concepção de um sistema de classificação que pudesse representar os assuntos em um maior nível de especificidade e com flexibilidade suficiente para contemplar as distintas dimensões que pode assumir um mesmo assunto. Tais aspectos, por sua vez, levaram à configuração de duas áreas de estudo: a Documentação, como organização de fontes do conhecimento, e a Bibliografia, ligada às tecnologias disponíveis para a produção informacional. Assim, no *Traité de Documentation*

(OTLET, 1934), Otlet estabeleceu as bases daquilo por ele denominado como ciência da bibliografia e da documentação, “voltada para as questões de armazenamento e recuperação da informação no âmbito das práticas de comunicação disponíveis à época”. (RAYWARD, 1994)

Com esse movimento da Documentação, permeado pela introdução de nova terminologia, novas estruturas formais de comunicação e de novas ferramentas e técnicas, Otlet trouxe uma especial oportunidade de sedimentação teórica à Biblioteconomia, na medida em que novas ideias vieram à tona, tais como a de uma organização documental que decorresse da estrutura das ciências (materializada na CDU), em cujo âmbito verifica-se: a) a subordinação e a coordenação de ideias; b) a desestruturação do documento em seus elementos de conteúdo (a partir do princípio monográfico, que torna independentes os conteúdos que o livro amalgama); c) a multiplicidade de acesso ao conteúdo documental por meio das fichas soltas, com a possibilidade de *browsing* e de esquemas/diagramas de navegação (atlas); d) a viabilização de um catálogo universal de todo o conhecimento; e) a notação classificatória como elemento de representação de características do conteúdo documental (e não apenas de localização física do documento); f) a formalização de um processo informacional composto por análise, dessecação, reordenação, reestruturação e sintetização; g) o reconhecimento da multiplicidade de suportes documentais e, *last but not least*, da previsão de um sistema, por ele denominado Biblon que, valendo-se da tecnologia até então existente (telefone, televisão, fotografia, etc.) pudesse transferir a informação de um documento a recantos distantes (sendo hoje considerado o efetivo precursor da internet).

Se a Otlet coube o papel visionário e precursor, pode-se atribuir a Suzanne Briet (1951), a partir de sua obra *Qu'est-ce que la documentation?*, a consolidação conceitual e a viabilidade prática da Documentação, graças a dois aspectos que merecem especial destaque: sua profunda experiência como bibliotecária e seu diálogo com os norte-americanos do então nascente American Documentation Institute (o precursor da ASIST).

Autores como Bruno Bachimont, na Europa, e Michael Buckland, nos Estados Unidos, dentre outros, dedicaram-se a estudar a contribuição de Briet, cognominada por Buckland como Madame Documentation.

Com Briet, o documento, como objeto da Documentação, encontrou balizas conceituais, tais como a materialidade, a intencionalidade, a necessidade intrínseca de receber tratamento, a delimitação no tempo e no espaço, a inteligibilidade e a conservação de um conteúdo.

Assim, enquanto “índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BACHIMONT, 1999), o documento situa-se como uma base material para um conhecimento, tornada disponível notadamente para efeito, tendo seu estatuto conferido a partir do momento em que se situa em uma relação organizada e significativa com seus congêneres. (BUCKLAND, 1997)

É interessante observar que a multiplicidade de suportes e de contextos institucionais da documentação já era prevista tanto por Otlet como por Briet, ao conceberem o documento de uma forma ampla, estivesse ele voltado para uma função arquivística (de prova, por exemplo) ou para uma função biblioteconômica (de pesquisa, por exemplo).

Em Briet, a ideia de uma materialidade intencional e institucionalmente organizada – que se reflete, posteriormente, nas concepções de gestão institucional dos saberes de Fernandes (1995), e de instituições coletoras de cultura de Homulos (1990) e Smit (2003) – fica mais evidente no exemplo por ela então fornecido acerca do antílope, em que, no seu habitat natural na savana africana não possuía, de *per se*, um valor documental, mas que, uma vez fotografado, ou recolhido ao zoológico, assumia uma dimensão documental por excelência.¹

¹ Veja-se, a esse respeito, Maack [20--?].

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO

Se a questão documental foi adquirindo cada vez mais complexidade seja na dimensão probatória (Arquivologia), seja na dimensão educativa e investigativa (biblioteconômica), no final do século XIX e primeira metade do século XX, em especial no que tange ao resgate de seu conteúdo, foi notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, com o forte crescimento tecnológico que a expressão “informação” passou a ser mais amplamente utilizada. Desse modo, e ainda que objeto de controvérsia na literatura da área, pode-se dizer que a publicação do artigo *As we may think*, por Vannevar Bush constituiu um marco para o delineamento de uma Ciência da Informação, em um primeiro momento fortemente ligada às questões tecnológicas como subsídio à recuperação de registros (*records*) para o avanço científico e tecnológico. (BUSH, 1945)

Desse modo, com a idealização do Memex, pelo referido autor, teve-se um sistema de informação pessoal, mais ágil e sofisticado, representando o nascedouro de uma tecnologia automatizada da informação que propiciavam, ao cidadão, uma “memória auxiliar”, ou seja, um registro que pudesse ser constantemente estendido, armazenado e consultado.

Com isso, a ideia de informação se centra em um conteúdo, esteja ele nas mais distintas formas de materialização, na medida em que apresentam, como atributo, impartir conhecimento ou comunicar informação, para os mais diversos fins (de prova, de instrução, de lazer, de administração, de preservação de memória etc). Para tanto, diálogos com áreas como Administração, Psicologia, Sociologia, Ciência da Computação, Linguística e Lógica, entre outras, fazem-se cada vez mais necessários.

Esse conceito se amplia nas décadas subsequentes a tal ponto de Michael Buckland (1991) propor três dimensões pelas quais se pode caracterizar a informação – como processo, como conhecimento e como coisa, esta última caracterizada pelo autor como objeto efetivo da Ciência da Informação, visto revelar aquilo que Smit e Barreto (2002, p. 22-23) definem como

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para seu meio. Essas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação.

Desse modo, pode-se dizer que a informação, enquanto objeto da Ciência da Informação, pressupõe o registro, caracterizando sua materialidade, portabilidade, permanência; a geração de conhecimento, caracterizando sua dimensão helicoidal proposta por Guimarães (2008); e o armazenamento institucionalizado (caracterizando seu compromisso social).

Pode-se, então arriscar um olhar sobre a disciplinaridade de Ciência da Informação enquanto aquele campo de saber que tem por objeto a informação registrada (o conteúdo e a materialização desse conteúdo), por objetivo a geração de conhecimento (a ponte entre um conhecimento registrado, socializado, coletivo que, uma vez apropriado, contribui para a geração de um novo conhecimento), e por processos a geração da informação, a organização e o uso/apropriação da informação, contando com a Arquivologia e com a Biblioteconomia como campos de aplicação e de validação de suas teorias e metodologias.

Se, no caso da Biblioteconomia, a relação com a Ciência da Informação se fez notar de forma mais explícita, quase como um *continuum*, não se pode desconsiderar, por outra parte, o efetivo diálogo que a Ciência da Informação mantém com a Arquivologia, notadamente nos dias atuais, uma vez que se observa uma tendência à expansão dos limites da Arquivologia, cujo objeto deixa de ser o documento de arquivo, para ser a informação arquivística, ou, como definiram Couture e Rousseau (1982), o conjunto de informações orgânicas.

Nesse contexto, tanto a Arquivologia quanto a Biblioteconomia encontram na Ciência da Informação um espaço teórico de interlocução

para as práticas de produção, organização e uso da informação, notadamente a partir da informação registrada e institucionalizada.

Indo além, pode-se dizer que é no bojo de abordagens mais amplas de uma Ciência da Informação voltada para a produção, a organização e o uso de uma informação que se presta a funções diversificadas e, para tanto pressupõe distintos processos, ambiências, instrumentos, produtos e usos, que a Arquivologia e a Biblioteconomia encontram um ponto de convergência e de complementaridade. Nesse sentido, *mister* se faz destacar as experiências de cursos dessas áreas convivendo lado a lado (mas com identidades distintas) em uma mesma instituição de ensino tem permitido, aos futuros arquivistas, um olhar mais atento à figura do usuário e, aos futuros bibliotecários, um olhar mais atento à produção e à função documental.²

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- BACHIMONT B. De l'hypertexte à l'hypotexte: les parcours de la mémoire documentaire, In: HAVELANGE, Veronique; LENAY, Charles (Ed.). *Mémoire de la technique et techniques de la mémoire*. Paris: ERES, 1999. p. 195-225. (Technologies, Idéologies, Pratiques).
- BAUTIER, R. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des chartes. *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, v. 119, n. 119, p. 194-225, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619>. Acesso em: 5 maio 2007.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951.

² Nesse âmbito, há de se registrar toda a tradição da Universidade do Porto, que vem, ao longo de uma década, envidando esforços para uma abordagem informacional mais ampla que possa contemplar esse diálogo entre arquivistas e bibliotecários no contexto da Ciência da Informação. (SILVA; RIBEIRO, 2002)

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. What is a document? *Journal of the American Society of Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, sept. 1997.

BUSH, V. As we may think. *The Atlantic Monthly*, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CARUCCI, P. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J.Y. *Les archives au XX siecle*. Montréal: Université de Montreal, 1982.

DUMAS, A. La diplomatie et la forme des actes. *Le Moyen Age*, n. 3, p. 5-31, 1932.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona, Sevilla: S&C, 1996. (Biblioteca Archivística, 5).

FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da Informação. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1995.

FICKER, J. *Beiträge zur Urkundenlehre*. Innsbruck: Verlag der Wagner'schen Universitaets- Buchhandlung. 1877.

GUIMARÃES, J. A. C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: FUJITA, M. S. L.; GUIMARAES, J. A. C. (Org.). *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 33-44.

HOMULUS, P. Museums to libraries: a family as collecting institutions. *Art Library Journal*, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

MABILLON, J. *De re diplomatica libri sex*. Paris: [s.n.], 1681.

MAACK, M. N. *The Lady and the Antelope: Suzanne Briet's Contribution to the French Documentation Movement*. Disponível em: <<http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/BrietPrePress.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

OTLET, P. *Traité de documentation: lê livre sur lê livre*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. *Jasis*, v. 45, p. 235-250, 1994.

SICKEL, T. *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*. Wien: Duck und Verlag Von Carl Gerold's Sohn, 1867.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. *Das 'ciências' documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, v. 8, p. 29, 2003.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

TESSIER, G. *La diplomatique*. Paris: PUF, 1966.

**TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS,
MUSEUS E ARQUIVOS PORTUGUESES
(SÉCULOS XV-XVIII):
relevância desta herança bibliográfica
na investigação do património arquitetónico**

Susana Matos Abreu¹

**TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS, MUSEUS
E ARQUIVOS PORTUGUESES:
O NASCIMENTO DE UM PROJETO²**

O projeto que aqui se apresenta teve uma origem fortuita em 2002, estando diretamente ligado ao objeto da minha tese de Doutoramento em História da Arte, então há pouco tempo iniciada. Nessa altura, pretendia estudar a influência dos tratados de Arquitetura e outra literatura afim na produção arquitetural portuguesa da primeira metade do sécu-

¹ Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Portugal) e Doutora em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da mesma universidade. Foi Presidente da APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte (2005-2009) e membro investigador do CEPSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Atualmente desenvolve a pesquisa “Form and meaning in context: Portuguese architecture, 1481-1580” como investigadora de Pós-Doutoramento em três instituições: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP/CEAU); Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP/IF); Leiden University Centre for the Arts in Society (Leiden Universiteit/LUCAS).

² Texto entregue para publicação em 28 de julho de 2012.

lo XVI, tema há muito considerado pertinente pelos especialistas, mas que, na verdade, vinha sendo descurado pelos investigadores. Uma das dificuldades da empresa era bem conhecida da comunidade científica a partir de um célebre estudo de Marie-Thérèse Mandroux-França, *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*, publicado em 1983, onde se acusava o desconhecimento geral do número e diversidade dos títulos da Literatura Artística³ (incluindo a gravura em álbum ou avulsa) que integravam as bibliotecas ou outras instituições portuguesas detentoras de incunábulos e do chamado Livro Antigo – isto é, de publicações anteriores a 1800.

Existiam, é certo, alguns escassos instrumentos de trabalho neste campo, tendo os levantamentos mais sistemáticos sido realizados por bibliotecários voluntariosos. Porém, além de raros, tais levantamentos davam conta de apenas uma ínfima parcela das existências, estando muito longe de cobrir o território nacional por inteiro. Destes é exemplo o já mencionado artigo de Marie-Thérèse Mandroux-França, o qual, apontando títulos de bibliotecas em Lisboa, Coimbra e Porto, não tinha qualquer pretensão de exaustividade. Ou do levantamento realizado na cidade do Porto com coordenação de Maria Clara Correia Fernandes, também na década de 1980, e que se restringia às bibliotecas da Escola Superior de Belas-Artes, do Instituto Superior de Engenharia, da Faculdade de Arquitetura, da Faculdade de Ciências, e à Biblioteca Pública Municipal da mesma cidade. (FERNANDES, 198-) Ao mesmo tempo, verificava-se que tais levantamentos, por vezes, espraiavam-se por arcos temporais desajustados relativamente ao estudo que desejava empreender. Era este o caso do inquérito realizado por Maria da Graça Pericão à preciosa Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, em Lisboa,

³ Para o conceito de Literatura Artística, seguimos a definição implícita em *Die Kunstliteratur* (1924) de Julius von Schlosser, que a descreve como o conjunto de textos que falam sobre a Arte em geral, atendendo às obras e aos artistas, às técnicas, às teorias artísticas, ou à expressão de juízos de valor. (SCHLOSSER, [1924])

que cobria com rigor as obras publicadas entre os séculos XVII e XVIII, mas que assim deixava de fora as existências que, à época, mais me interessava conhecer: as dos séculos XV e XVI. (PERICÃO, 1990-1992) O facto de ter sido por gentileza destas duas últimas promotoras que tive acesso aos manuscritos dos trabalhos que realizaram – o que muito lhes agradeço⁴ – revela bem o estado embrionário de tal estudo, que não chegou aos prelos em Portugal.

Maior sucesso havia então tido um único levantamento feito por Formosinho Sanchez (um arquiteto), que padecia, porém, de ser dedicado a um autor em particular. Ao abrir da década de 1990, Formosinho Sanchez dera ao público o rol dos vários volumes, impressos ou manuscritos, do tratado *De Architectura libri decem* (mss. c. 35-25 a.C.) do latino Vitruvius, então existentes em Portugal. (SANCHEZ, 1991) É certo que a utilidade de tal levantamento para o nosso estudo era indiscutível, pois o tratado de Vitruvius, porquanto o primeiro do género escrito sobre a disciplina da Arquitetura ainda na Antiguidade, fora o modelo de todos os outros. O estudo ignorava, porém, tudo quanto dizia respeito aos títulos epigonais que lhe sucederam a partir da *editio princeps* de 1486, informação esta mais relevante para mim, sem dúvida, do que aquela que o dito levantamento oferecia. Pois se, por força da consabida influência do *De Architectura* em todos os sectores da cultura portuguesa, esperava-se uma divulgação das suas várias edições feita de modo transversal a meios humanísticos e científicos (também relativamente homogênea na geografia do país), poucos dados permitiam aferir a qualidade da distribuição das restantes edições de tratados de Arquitetura que, sucedaneamente ou com inédita originalidade, apareceram às dezenas nos prelos a partir do Renascimento. Concluí, enfim, que não havendo informação suficiente sobre os tratados de Arquitetura tardo-quatrocentistas e quinhentistas que haviam circulado em Portugal, o meu estudo sobre

⁴ Agradeço ainda ao Dr. Eduardo Pires de Oliveira o acesso a uma cópia desta última publicação.

a influência de tal património teórico e visual nas formas construídas portuguesas augurava-se inviável.

É preciso esclarecer os motivos pelos quais esta relação foi então considerada fundamental para o estudo do património edificado do período em questão – motivos extensíveis, retenha-se, a toda a investigação em História da Arquitetura produzida até às portas do século XX. Estes são essencialmente de dois tipos. O primeiro é puramente instrumental: tal elenco permitir-nos-ia saber onde se encontravam os tratados de Arquitetura que, naturalmente, teriam que ser consultados e estudados no âmbito da investigação. Recorde-se que, ao abrir do milénio, tal literatura não estava acessível para leitura *on-line* como hoje já se encontra em vários casos, integrando repositórios abertos. Alguns *websites*, todos eles estrangeiros e por vezes fruto de cooperação internacional, já oferecem a possibilidade de “folhear” exemplares dos tratados mais significativos, uma vez digitalizados e apresentados em modo de imagem. Permitem, inclusive, recorrer a pesquisas de termos ou expressões neles utilizadas, em particular nas versões em formato PDF ou texto. Trata-se isto de uma enorme mais-valia que revolucionou a investigação sobre a tratadística no período de sensivelmente uma década, tornando possível empreender estudos mais aprofundados sobre a influência da Literatura Artística e sua incidência cultural, anteriormente muito difícil. À data em que iniciei o meu estudo, a consulta presencial de tais obras em ambiente de biblioteca era então o único meio de aceder aos textos – e daí a necessidade de saber da sua existência e paradeiro.

Naturalmente, a leitura dos tratados de Arquitetura para fins de estudo dos seus conteúdos poderia ser socorrida por edições recentes das mesmas obras, algumas delas críticas e até acompanhadas de transcrições modernas dos caracteres tipográficos originais. Com exceção das raras edições fac-similadas, porém, tal consulta não dispensava o contacto com os volumes originais. Só estes reproduziam com acuidade a integração das imagens com o texto (muitas vezes perdida nas edições

modernas), proporcionando a sensação geral que se retirava do contacto íntimo com a obra, isto sobretudo nos seus aspetos mais resistentes à descrição verbal. Não é ainda possível esquecer que, no que se refere ao Livro Antigo, deve-se ter em conta que cada exemplar é único, apresentando variações entre si no seu processo de composição, edição tipográfica e encadernação, facto que, sob determinadas condicionantes, poderia eventualmente ter algum impacte nos processos artísticos dos seus leitores.

A importância de considerar tais variações cresce quando se tem em mente as várias tiragens de uma mesma edição que, por vezes, incorporam mais ou menos imagens, isto além de adendas ou correções ao texto, do punho do autor ou editores. Isto para já não mencionar as diferentes edições de um determinado volume, às vezes integrado em miscelâneas capazes de suscitar sínteses culturais complexas, ou até mesmo improváveis. Uma relação completa das existências em instituições custodiais portuguesas apresentava-se assim, aos meus olhos, como facilitadora do reconhecimento de instâncias de identidade e diferenciação entre os exemplares de um mesmo título divulgado no país; e este reconhecimento só presencialmente, em biblioteca, mediante a verificação de cada um dos volumes, poderia ser alcançado.

O segundo motivo pelo qual uma relação completa dos tratados de Arquitetura se afigurava então imprescindível prendia-se com as características do meu próprio estudo em vista. Tal relação permitiria, por um lado, um tratamento estatístico da distribuição dos vários títulos disponíveis no país ao longo do tempo. Daria ainda pistas – úteis para estudos colaterais ao tema em índice – sobre o mercado do livro, sobretudo sobre a atividade dos principais livreiros e distribuidores, portugueses ou com relações comerciais com Portugal, durante os séculos XV e XVI. Ressalte-se que todos os tratados de Arquitetura que circularam por aqui nestas datas se tratam de títulos estrangeiros, sobretudo italianos, franceses e espanhóis, mas também alemães e flamengos.

É exceção única o manual *Medidas del Romano do espanhol Diego de Sagredo*, volume que foi primeiramente editado em Toledo (1526) e que teve posteriormente três tiragens lisboetas, duas em 1540 e outra no ano seguinte. Tornava-se, por isso, de todo o interesse apurar também, estatisticamente, qual a origem geográfica de onde provinha a literatura artística em circulação no país, e assim identificar, por via do seu autor e das oficinas de impressão (registadas geralmente no cólofon, mas também na página de rosto em obras mais recentes), quais as principais zonas europeias de influência que terão atuado, assim indiretamente, sobre a produção artística nacional no decorrer dos séculos. Ao nível dos estudos em História da Arquitetura, tal informação seria fundamental para apurar modas, sensibilidades, ou preferências de gosto em função das proveniências do livro, acautelando sobre miscigenações das ideias de que era portador com as formas de tradição local e as técnicas da construção vernacular. Também só por via de uma relação completa das existências de tal literatura artística, e posterior consulta de cada um dos exemplares elencados, me seria dado tecer observações sobre a incidência social de cada título: era meu pressuposto que a identificação de pertences ou *ex-libris*, uma vez feita volume a volume, desse informações valiosas sobre os leitores de tais obras, permitindo até, em certos casos, reconstituir conceptualmente o espólio de livrarias há muito desmembradas por força de variadas vicissitudes históricas. Seria o caso de pequenas coleções particulares (fosse de arquitetos ou simples curiosos), mananciais de oficinas, e, principalmente, o de livrarias de instituições religiosas (ou geridas por religiosos), instituições que, em regra, trataram-se de notáveis focos de cultura e difusão artística no seu tempo.

Como é sabido, o processo de formação das atuais instituições portuguesas detentoras de Livro Antigo foi bastante conturbado, tendo tido a sua origem ainda no século XIX, após a Guerra Civil, no contexto da consolidação do Liberalismo. Os principais núcleos deste património bi-

bliográfico foram, sobretudo, constituídos à custa do espólio das livrarias monásticas ou conventuais (incluindo as dos colégios geridos por monges), isto quando foram confiscadas pelo Estado no decurso da extinção das Ordens Religiosas, decretada por D. Pedro IV em 1834. Após terem sido reunidos em espécies de armazéns centrais, os espécimes de tais livrarias foram depois redistribuídos por várias instituições, algumas delas criadas *ad hoc* para os receber. Tudo isto foi feito segundo critérios que não passaram pela manutenção integral dos núcleos originais. Em vez disso, os critérios oscilaram entre a gestão do transporte dos volumes – que privilegiou o seu encaminhamento para as instituições geograficamente mais próximas – e a provisão das novas bibliotecas criadas (não apenas das públicas, mas sobretudo as de estabelecimentos de ensino superior e academias) com os títulos mais adequados aos seus fins. Com a criação dos Liceus Nacionais em 1836, foi ainda necessário dotar as bibliotecas escolares de instrumentos adequados de estudo.⁵ O resultado de tudo isto conduziu, obviamente, à desagregação impiedosa das coleções históricas.

Ora, durante o processo de recolha das livrarias monásticas e conventuais, efetuaram-se róis dos títulos existentes em cada Casa, destinados a servir a sua posterior redistribuição. Estes inventários ainda hoje se conservam (pelo menos quase todos...) à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sabe-se, por conseguinte, que títulos integravam cada biblioteca à data da sua incorporação nos bens do Estado, ainda que, em muitos casos, a informação registada seja tão sumária que é insuficiente para identificar qual a edição em causa, por exemplo. Já no processo irregular e atribulado da redistribuição de todos estes volumes pelas instituições custodiais (nalguns casos apressado, noutros dilatando-se no tempo, pelo que algumas obras, porque mal armazenadas, perderam-se

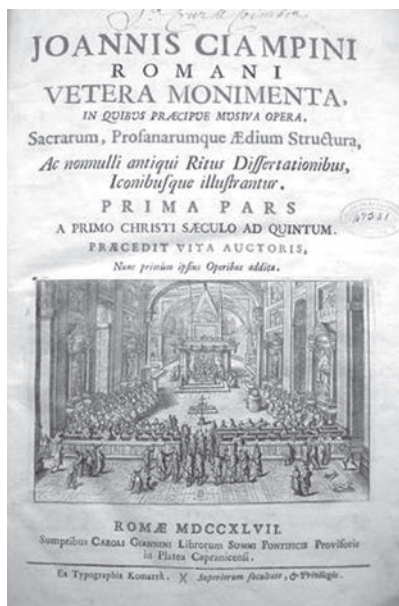
⁵ Por esta razão, muitos liceus fundados neste período, ainda hoje ativos e convertidos em Escolas Secundárias, conservam pequenos, mas interessantes, núcleos de Livro Antigo. É inclusive de alertar para os riscos que estes correm ao não estarem sequer catalogados (na maior parte dos casos), isto para já não falar do seu acondicionamento precário em algumas situações constatadas.

para sempre), não se realizaram registos semelhantes. Torna-se, deste modo, impossível reconstituir o paradeiro dos títulos identificados naqueles róis, bem como a sua eventual migração posterior para os destinos onde atualmente estanciam.

Posto isto, é fácil entender que o levantamento e verificação, espécime a espécime, da Literatura Artística existente nas instituições portuguesas tivesse ainda em mente facilitar a reconstituição virtual do património bibliográfico, teórico e visual, de cada Casa religiosa. Isto, com enorme vantagem não só no que à Arquitetura concerne, mas também no que respeita ao estudo histórico das artes em geral. Tal reconstituição seria só por si meritória de toda a atenção, dado que as várias famílias religiosas foram, ao longo da História, financiadoras dos mais importantes e vanguardistas investimentos artísticos realizados no país – isto com exceção apenas das obras régias e de algumas outras, bem mais escassas, resultantes da encomenda cortesã. Por conseguinte, muitos arquitetos, entre outros artistas e artífices de todas as áreas de expressão visual (escultura, pintura, ourivesaria, talha, azulejaria, paramentaria,...), porquanto tivessem acesso privilegiado às livrarias monásticas, conventuais e colegiais – estas geralmente bem providas de títulos e atualizadas com pontualidade –, nelas se formaram e adquiriram (ou modernizaram) a sua cultura teórica e visual por convivência com livros e gravuras. E força da encomenda artística através da qual materializaram tal aprendizagem, estes artistas assim disseminaram, à sombra institucional e nas franjas geográficas das mesmas Casas, as novidades artísticas ali aprendidas. Os mosteiros e conventos converteram-se, deste modo, em poderosos centros formadores de artistas e artífices ao longo de séculos, e funcionaram como focos principais de irradiação de novas tendências estéticas, sobretudo a nível local e regional. Esta importância justificaria, por si só, o empenho no conhecimento presencial – visual – dos volumes que em tempos terão constituído o seu património bibliográfico.

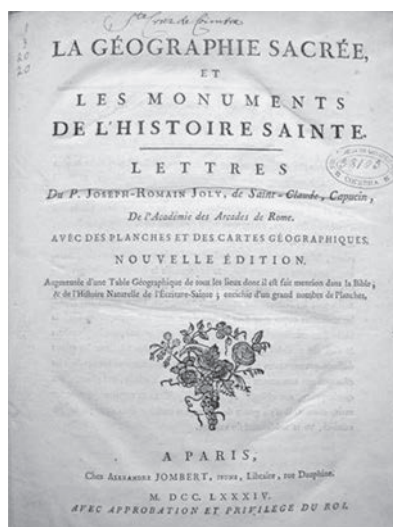
A identificação dos pertences e *ex-libris* de cada um dos volumes guardados em instituições custodiais portuguesas, quando existentes, permitiria finalmente atestar a sua posse por particulares cujas bibliotecas foram, por capricho do destino, incorporadas nas mesmas instituições que receberam o legado religioso e, já no contexto da República, também as bibliotecas régias (FIGURAS 1 e 2). Assim, esta identificação também se augurava da maior importância para os fins do meu estudo em concreto: alguns volumes cunhados com autógrafos, já então identificados e conhecidos, uns de importantes artistas de gabarito, outros de encomendantes de obras de vulto no enriquecimento do património nacional, davam informações relevantes sobre as suas referências teóricas e visuais. A identificação dos pertences seria, por conseguinte, essencial para aquilatar a cultura artística de comitentes e artistas portugueses em determinados períodos históricos, dando assim uma dimensão mais próxima daquilo que seriam, sobretudo no caso dos últimos, os meios de aprendizagem das conquistas internacionais da disciplina à distância das novidades formais europeias. Eventuais marcas da sua leitura, sobretudo marginália composta por sublinhados, desenhos ou anotações, dariam ainda informação complementar sobre o papel do livro no processo criativo individual. Estimava que só o tratamento de todos estes dados – qualidade dos espécimes tratadísticos, seu número, sua distribuição social e geográfica – desse alguma certeza quanto às características da circulação de cada um dos títulos entre comitentes e artistas. A meditação sobre as conclusões do inquérito permitiria, enfim, circunscrever outros critérios mais subjetivos nos processos artísticos postos em andamento por tal literatura, e ousar aferir as preferências do gosto que marcaram determinadas épocas e regiões, bem como distinguir posições autorais ou idiossincráticas.

FIGURA 1 – Joannis Ciampini - *Romani Vætera Monumenta, in quibus Præcipue Musiva Opera.* Roma: 1747. (2º vol.). Pertence: “Sta. Cruz de Coimbra”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 2 – Joseph-Romain Joly - *La Géographie Sacrée, et les Monuments de l'Histoire Sainte.* Paris: 1784. Pertence: “Sta. Cruz de Coimbra”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

Por todos estes motivos, além de outros estritamente relacionados com o estudo específico da Arquitetura (que registarei mais adiante no texto), urgia a realização de um levantamento de todo este património bibliográfico esquecido à guarda de bibliotecas, museus e arquivos portugueses. Entendendo que tal trabalho não só se revelava essencial para a minha própria investigação, mas que também constituiria, como legado aos vindouros, um instrumento de trabalho extremamente útil para os investigadores de todos os domínios artísticos, decidi, pois, empreendê-lo por minha própria conta, como subsídio da tese de Doutoramento propriamente dita.

OBJETO DO LEVANTAMENTO

As balizas temáticas e cronológicas do levantamento que pretendia fazer foram inicialmente definidas pelos interesses da pesquisa em mira: o estudo do papel da teoria (e subsequente crítica) na arquitetura portuguesa do século XVI. Cedo, porém, este intervalo de tempo foi substancialmente incrementado. Uma das principais razões para isso foram as dificuldades do levantamento, que, à partida, eram várias, além das já mencionadas de circunstância histórica que haviam levado à dispersão do material em estudo. A principal derivava da deficiência dos instrumentos de pesquisa dos documentos, hoje em alguns dos casos ultrapassada com o recurso às novas tecnologias e às modernas técnicas da biblioteconomia. À época, porém, com exceção das instituições das Regiões Autónomas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, praticamente não existiam coisas tão elementares como registos eletrónicos dos fundos antigos, isto na esmagadora maioria das instituições a pesquisar. Para a sua consulta, contava-se, em regra, com fichas manuscritas ou dactilografadas, arrumadas alfabeticamente em gavetas, ou com catálogos manuscritos em formato de livro, muitos deles ainda do século XIX e atualizados ao longo dos tempos com adendas de várias mãos, dispersas por volumes subsidiários. No caso da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,

por exemplo, a qual incorpora (além de notáveis núcleos monásticos e colegiais) o espólio do magnífico edifício construído por D. João V entre 1717-1728 para albergar a biblioteca universitária, não havia outro processo de fazer tal levantamento senão percorrer, uma a uma, todas as entradas do ficheiro manuscrito – e só as da biblioteca joanina são cerca de 70.000! –, trabalho este bastante penoso de se fazer e que me levou, não sem sofrimento físico, várias semanas a concluir.

Outra dificuldade acrescida prendia-se com a indisponibilidade ao público de certos acervos. Tal era o caso da riquíssima biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, na qual, só após várias tentativas frustradas, empreendidas ao longo de anos, me foi dado entrar por anuência do seu presidente.⁶ O tempo concedido (ou disponível) para algumas destas consultas era limitado e a possibilidade de novo acesso a tais espólios não era garantida; urgia, pois, aproveitar as oportunidades concedidas de visita às instituições e dali extrair tudo o que pudesse valer, quer para o propósito mais imediato, quer para estudos futuros.

Assim, esta organização dos instrumentos de pesquisa e algumas condicionantes ao seu acesso (e, depois, também aos próprios fundos documentais) cedo me convenceram a alargar o período do levantamento até ao fim do século XVIII. De resto, a maioria dos ficheiros e catálogos manuscritos que teria que percorrer incorporava todas as existências até 1800, marco que separava, no espólio das várias instituições, os fundos modernos do chamado Livro Antigo. Julguei então ser de conveniência – para mim e para os vindouros – aproveitar, neste caminho, a oportunidade oferecida para registar todos os títulos que entrassem na categoria “tratados de Arquitetura”, aos quais decidimos acrescentar mais alguma literatura de teor afim ao do exercício da profissão de arquiteto (que adiante se especificará) ou de especial importância para o estudo do património edificado. A este aspeto pragmático juntava-se um outro incentivo ao alargamento das pesquisas até 1800: os levantamentos existentes à data,

⁶ Referimo-nos ao Arq. Augusto Pereira Brandão, ao qual jamais será demasiado agradecer.

já aqui mencionados, apenas seriam úteis na medida em que os conseguisse coser com o meu, compondo uma lista única; e estes privilegiavam, como se disse, as obras dos séculos XVII e XVIII.

Também as fronteiras temáticas do levantamento foram substancialmente alargadas face à intenção inicial de dedicá-lo exclusivamente nos tratados de Arquitetura. Importa esclarecer que o tratado consiste num género literário que se caracteriza pelo tratamento exaustivo de um tema, o que nem sempre é feito de modo absolutamente original, mas onde não deixa de imperar uma posição autoral forte na agregação e tratamento das várias matérias e assuntos nele abordados. Isto geralmente acontece de forma completa; isto é, cobrindo todos os aspetos da profissão num único volume, desde a definição disciplinar aos métodos utilizados para o desenvolvimento da disciplina, passando pela normativa deontológica do seu profissional. Desde bem cedo no Renascimento, porém, deram-se à estampa publicações que se debruçam de modo parcial sobre matérias que interessavam a comitentes e arquitetos; e tais publicações, não sendo propriamente tratados, tiveram influência teórica e modelar que, de modo algum, poderia ser desprezada. Por isso, também estas abordagens a temas específicos da Arquitetura teriam de ser incluídas no levantamento para interesse da minha própria investigação. Seria o caso, por exemplo, dos estudos estimulados pelas amplas digressões vitruvianas sobre os materiais de construção e as técnicas adequadas ao seu uso, em cujo âmbito se inclui a literatura técnica devotada à estereotomia da pedra, à construção de pontes e calçadas, ou às artes complementares da Arquitetura tais como a carpintaria, a serralharia, a talha, a construção de tetos de alfarge e afins. As narrativas acerca da evolução das formas e técnicas construtivas ao longo do tempo, muitas vezes amparadas no texto por notícias acerca do desenvolvimento histórico das diferentes civilizações, porquanto se tratando de informação essencial, quer para o conhecimento da arquitetura vernacular, quer das origens e evolução da própria teoria arquitetural, levou-me ainda a incluir neste rol os mais importantes estudos históricos publicados sobre a disciplina.

Mais frequentemente, e dadas as digressões de Vitruvius sobre as ordens de colunas clássicas, nele inclui também os múltiplos estudos que, durante séculos, foram publicados com exclusividade sobre o tema.

Por outro lado, é reconhecido que a tratadística pós-vitruviana segue, em regra, as linhas orientadoras da profissão lançadas por Vitruvius (séc. I a.C.) no Lv. I, Cap. 1, 1 do *De Architectura* (VITRÚVIO, 2006), o qual deixou bem claro que “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes”. Ora, tais artes, tal como o arquiteto latino as entende, abrangem um leque de disciplinas que praticamente varre todo o saber humano, das Letras às Ciências. De todas – diz Vitruvius – o *architectus* deverá ter algum conhecimento, pelo que o próprio autor dedica extensas partes do seu tratado a dar conta de matérias que a Arquitetura comparte com as Matemáticas (nomeadamente a Geometria, a Música ou a Astronomia) e com uma variedade de assuntos que, no século XV, incluíam-se no âmbito alargado da chamada Filosofia da Natureza. Além disso, o próprio conceito de Arquitetura era mais abrangente no tempo de Vitruvius do que atualmente é. Para este autor, como se lê no Lv. I, Cap. 3, 1, “as partes da própria *Architectura* são três: edificação (*aedificatio*), gnomónica (*gnomonice*), mecânica (*machinatio*)” – o que implica que, além de dominar todos os aspetos relativos ao projeto e construção de edifícios, o arquiteto deveria ainda saber como conceber e realizar analemas (ou quadrantes solares) e diversos tipos de máquinas para uso civil ou militar. Por conseguinte, também os impressos modernos dedicados a estas matérias situadas nas franjas epistemológicas da Arquitetura vitruviana, sempre que referindo-se a esta disciplina em concreto, haveriam de ser identificados no meu levantamento. Inclui ainda os manuais de perspetiva no âmbito destas publicações, ciência desenvolvida a partir do Renascimento no âmbito da Pintura e das Matemáticas, essencial para a comunicação do projeto ao cliente. Com enorme peso no cômputo geral das obras modernas pós-Vitruvius, foi ainda registada toda a tratadística especificamente votada à fortificação e à Arte Militar; esta últi-

ma derivando do desenvolvimento moderno das matérias da *edificatio* e da *machinatio* vitruvianas. Alguns escritos especificamente dedicados à Gnomónica e à Mecânica também puderam, por conseguinte, ser considerados no âmbito do levantamento dos textos impressos com interesse para o estudo do património edificado.

O alargamento do levantamento do livro à gravura, assim ultrapassando em muito o escrutínio previsto, teve outras razões. Por altura do Renascimento, no âmbito do movimento cultural que ficou conhecido por Vitruvianismo (e que se dedicava ao estudo de Vitrúvio e do seu legado escrito), humanistas e artistas debruçaram-se sobre os edifícios da Antiguidade clássica no sentido de melhor entenderem a teoria apresentada no *De Architectura*. Foi este esforço – envolvendo filólogos, pintores, escultores e arquitetos, na visita, medida e levantamento das ruínas antigas – que proporcionou a confeção da moderna teoria arquitetural expressa nos tratados. Autonomamente e em paralelo, tais estudos materializaram-se em desenhos que depois deram origem a recolhas de gravuras de “antiguidades”, muitas vezes editadas em álbuns. Tais gravuras, por sua vez, cedo adquiriram estatuto modelar para todos aqueles que, à distância das ruínas de Roma, se pretendiam treinar no desenho de edifícios *all’antico* seguindo a moda que, rapidamente, e até à segunda década do século XVI, vulgarizou-se por toda a Europa. Por conseguinte, também se nos afigurou essencial registar a gravura de Arquitetura, fosse avulsa ou encadernada em álbum, incluindo a que representava edifícios modernos projetados segundo o gosto *nuovo antico*, patente em infinitos modelos de fortalezas, palácios, habitação civil, monumentos sacros e arquitetura religiosa. Também as representações visuais de fragmentos arquitetónicos, tais como colunas ou suas partes, frisos e molduras, chaminés ou portas, ou até simplesmente vinhetas tipográficas, ou outros apontamentos de função meramente ornamental do texto, haveriam de ser cuidadosamente anotadas pela sua importância na constituição de um repertório visual formativo do gosto da comitência e auxiliar da criatividade dos artistas. Registos da arte dos jardins – incluindo traçados

de canteiros, desenhos de fontes, escadarias, pavilhões e outros elementos arquitetônicos disciplinadores do mundo natural – foram necessariamente incluídos em tal repertório pelas mesmas razões. Ainda neste âmbito, incluí os álbuns de vistas de cidades e os registos de entradas solenes, cujo interesse cresce por terem sido veículo de circulação de modelos arquitetônicos entre zonas do globo distantes entre si. Idêntica função modelar, e também com reconhecido interesse para as artes subsidiárias da Arquitetura (sobretudo as decorativas), viriam ainda a ter certas portadas de livros representando estruturas arquitetônicas, além de vinhetas tipográficas várias reproduzindo fragmentos arquiteturais ou ornamentais adaptáveis à arte, bem como certos fundos paisagísticos de registos de santos ou molduras de retratos, capazes de inspirar o desenho de edifícios ou de suas partes. Sem dar prioridade a estes elementos, não desdenhei, todavia, anotar a sua existência sempre que deparei com eles. O mesmo se fez no que tange aos manuscritos sobre Arquitetura, ainda que estes caíssem fora do âmbito do levantamento dedicado ao livro impresso (e, sucedaneamente, à gravura) – mas merecedores, sem dúvida, de um futuro trabalho de levantamento especializado.

INSTITUIÇÕES ESCRUTINADAS

Assentado o objeto de levantamento, defini o universo das instituições custodiais a investigar. Interessava-me, acima de tudo, fazer uma cobertura geral do país para interrogar a existência de assimetrias regionais de acesso à Literatura Artística.⁷ Embora descartando potenciais resultados de interesse, e porque antevendo o desgaste de forças a que uma pesquisa demasiado dispersiva levaria, pus logo à partida de parte a investigação de coleções particulares, ainda que existam, inclusive publicados, importantes róis de livros pertencentes a bibliotecas privadas

⁷ Esta, evidentemente, dada pelos pertences ou *ex-libris*, e não pela atual localização das obras, mas ainda assim pedindo uma sondagem pontual e equitativamente distribuída pelo território.

de vulto. Foi exceção a biblioteca da Fundação Casa de Bragança, sediada no Palácio dos Duques em Vila Viçosa, pela sua incontornável importância histórica. Pela mesma razão, ficaram também de fora os registos de leilões e outras notícias sobre a circulação do Livro Antigo entre particulares. Importantes núcleos bibliográficos também foram por mim preteridos dada a imensidão do trabalho a realizar e as dificuldades pressentidas de chegar a certos espólios: foi o caso das bibliotecas pertencentes ao Patriarcado e à Santa Casa da Misericórdia, bem como o das notáveis bibliotecas dos Seminários diocesanos. Também ignorei as pequenas coleções dos antigos Liceus, isto pela impossibilidade de os percorrer a todos.⁸ Decidi-me, assim, por circunscrever o escrutínio às instituições custodiais mais relevantes do país: às principais bibliotecas beneficiadas com os fundos régios ou com o espólio proveniente dos mosteiros, conventos e colégios extintos.

Mantendo a intenção de mapear a localização destes tesouros bibliográficos em todo o país, dentre estas instituições dei prioridade aos mais vultosos núcleos de Livro Antigo. Estes coincidem com as bibliotecas mais importantes de Braga, Porto, Coimbra, Mafra, Lisboa e Évora. Seguiram-se, por ordem de importância e de precedência, as bibliotecas de Academias (com exceção das instituições dedicadas às Belas Artes, que ocuparam o topo da lista), Politécnicos e outras associações ou estabelecimentos de ensino. A estas somei ainda, com alguma expectativa (que todavia se veio a revelar frustrada mediante visita...), os Arquivos Distritais e principais museus de Arte do país.

Assim, a pesquisa iniciou-se de acordo com a referida ordem de prioridades, intencionalmente abrangendo a seguinte lista (provisória e organizada por ordem alfabética) de instituições que haviam sido identificadas a priori (mas não confirmadas) como possíveis detentoras de Literatura Artística impressa até 1800:

⁸ Ainda assim, acabei por registar algumas existências dos últimos nos casos em que foi fácil, ou até mesmo incontornável, a tomada de seu conhecimento.

QUADRO 1 – Algumas Instituições identificadas: Bibliotecas e Museus

BIBLIOTECAS	MUSEUS
(Biblioteca da Escola Secundária Marquês do Pombal, Lisboa)	Casa-Museu Guerra Junqueiro, Porto
Biblioteca da Escola Superior de Belas-Artes do Porto	Museu da Cidade, Lisboa
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Museu de Aveiro
Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa
Biblioteca da Marinha, Lisboa	Museu Nacional dos Coches, Lisboa
(Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia, Lisboa)	Museu Rainha D. Leonor, Beja
Biblioteca do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Lisboa	Palácio Nacional de Queluz, Lisboa
Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa	Etc.
Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	
Biblioteca Geral da Universidade de Évora	
Biblioteca Municipal de Braga/ Universidade do Minho	
Biblioteca Municipal de Lamego	
Biblioteca Municipal de Viseu	
Biblioteca Municipal do Porto	
Biblioteca Nacional de Portugal	
Biblioteca Pública de Évora	
Biblioteca Pública Municipal de Aveiro	
Biblioteca Pública Municipal do Porto	

Fundação Casa de Bragança/ Biblioteca Ducal, Vila Viçosa	
Gabinete de Estudos Olissiponenses, Lisboa	
Etc...	

QUADRO 2 – Algumas Instituições identificadas: Academias e Associações (Arquivos)

ACADEMIAS E ASSOCIAÇÕES	ARQUIVOS
Academia de Ciências de Lisboa	Arquivo Distrital de Braga/ Universidade Minho
Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa	Arquivo Distrital do Porto
Academia Portuguesa de História, Lisboa	Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa
Associação Comercial de Lisboa	Arquivo Histórico Científico-Tropical, Lisboa
(Patriarcado de Lisboa)	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa
Sociedade de Geografia, Lisboa	Arquivo Histórico Militar, Lisboa
Sociedade Martins Sarmento, Guimarães	Arquivo Histórico Municipal do Porto
Etc.	

CRITÉRIOS DO REGISTO

Dada a ambição do levantamento e a sua urgência, decidi registar apenas os elementos então por mim considerados essenciais para identificação da obra. Tratar-se-ia, pois, de uma recolha de dados mínima que permitisse a posterior elaboração de notícias bibliográficas mais extensas, acaso tal viesse a tornar-se possível num futuro próximo, eventualmente já no âmbito de um mais extenso projeto que contasse com maior número de investigadores. O ensaio de tais notícias bibliográficas, fora das minhas habilitações, também não se me afigurou prioritário: algumas instituições entretanto contactadas tinham como projeto, a curto

ou médio prazo, encetar a catalogação eletrónica do seu Fundo Antigo, sendo que algumas delas haviam já dado início a essa árdua tarefa por bibliotecónomos competentes. No futuro – acreditei – seria fácil cruzar o meu levantamento com esse trabalho de catalogação das obras, por todos aqueles interessados em aceder à sua descrição completa.

Assim, o meu critério para a recolha de dados foi, não o do especialista do Livro Antigo, mas o do utilizador da informação a recolher. Isto é: a sumária ficha de levantamento foi pensada segundo a sua vocação para servir os historiadores da Arquitetura. Tendo em mente os métodos próprios da investigação nesta área, os campos da ficha de registo bibliográfico ficaram-se pelo título – que transcrevi tão completo quanto possível, dado que, nas obras anteriores a 1800, aí se dão ao leitor informações preciosas sobre os seus autores, dedicatários, financiadores e conteúdos da obra –, pelo nome do autor, a edição, a identificação do lugar de impressão, o impressor (ou livreiro) e a data de impressão. Obviamente, foi para mim prioritário registar a localização da obra, mencionando a instituição a cuja guarda se encontrava na época do levantamento, bem como a sua cota e cotas anteriores, sempre que existisse tal informação. Novamente privilegiando o investigador, procedi ainda a uma breve descrição dos conteúdos de cada obra, especialmente daquelas que, então, eram minhas desconhecidas. Tal descrição foi feita em vista do próprio volume e serviu, em muitos casos, para registar a uma impressão pessoal acerca daqueles conteúdos. Também nestes casos me pareceu possível vir a complementar estas notas impressionistas com dados mais informados sobre as referidas publicações, colhidos de repertórios bibliográficos de referência. Naturalmente, o registo de pertences foi considerado prioritário, bem como a menção da existência de notas marginais de potencial interesse. Dadas as particularidades do estudo, bem como as antevistas de quantos haveria de servir no futuro, fiz ainda uma recolha complementar de imagens digitais das obras (arquivadas em formato JPEG) sempre que tal me foi autorizado pelas instituições visitadas. Todas as páginas de rosto por mim verificadas presencialmente foram alvo deste

tipo de registo visual, bem como todas as gravuras arquitetónicas dos respetivos volumes. Assim, dadas as várias centenas de obras rastreadas, montam a alguns milhares os registos fotográficos por mim efetuados, se bem que com meios técnicos amadores.

Quanto aos modelos do levantamento inicial, dado que à época não existiam (ou não eram do meu conhecimento) pioneiros trabalhos do género que servem hoje de referência a estudos semelhantes,⁹ pautei a ficha de levantamento pelos parâmetros acima descritos. No levantamento bibliográfico propriamente dito, usei critérios idênticos aos de Maria Clara Correia Fernandes e Maria da Graça Pericão, socorrendo-me assim, indiretamente, do contributo de especialistas. A recolha nestes moldes apresentava ainda o especial benefício de me permitir facilmente entroncar os contributos destas autoras no meu próprio levantamento com uniformidade de critérios, assim criando um corpo único. Relativamente a tudo quanto ultrapassou o contributo destas investigadoras (descrição sumária das obras, registo fotográfico), segui a minha intuição de investigadora de História da Arte, em particular da Arquitetura.

LEVANTAMENTO JÁ EFETUADO

O levantamento conforme acima descrito foi por mim iniciado em 2003 e estendeu-se até 2006. Ou seja, compreendeu três anos de investigação ininterrupta. Foram por mim visitadas e investigadas vinte e oito instituições nacionais, entre bibliotecas, arquivos e museus. No total, escrutinei trinta e cinco acervos geograficamente distribuídos conforme o mapa (FIGURA 3).

A envergadura do levantamento e, sobretudo, a necessidade de dar fim aos compromissos académicos, impôs a suspensão do projeto em

⁹ É o caso do projecto *Les Livres d'Architecture: Manuscrits et imprimés publiés en France, écrits ou traduits en français (XVIe siècle - XVIIe siècle)*, que vem sendo realizado na Universidade de Tours sob direção de Frédérique Lemerle e de Yves Pauwels, conforme se pode constatar no seguinte sítio da Internet: <http://architecture.cesr.univ-tours.fr/traite/Notice/ENSBA_20A4.asp?param=>>.

2006, o qual ficou a aguardar melhores condições para a sua retoma, inclusive de financiamento.¹⁰ Por todas estas razões, não me foi possível terminar o escrutínio iniciado em todos os acervos, nem, evidentemente, iniciar a inventariação de outros a que reconhecemos grande importância. Nos quadros abaixo reproduzidos, indica-se o número dos espécimes por mim identificados, na sua maior parte verificados um a um no local. A inventariação de cada núcleo pressupõe-se completa, salvo menção em contrário. Foram cinco as regiões de especial atenção do levantamento: Porto, Coimbra, Mafra, Lisboa e Évora.

FIGURA 3 – Levantamento por distrito e por biblioteca



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal). Gráfico: Susana Abreu.

¹⁰ O levantamento realizado beneficiou da minha Bolsa de Doutoramento concedida pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia entre os anos 2001-2005 (bolsa com a referência SFRH/BD/4873/2001).

QUADRO 3 – Levantamento feito na cidade do Porto

PORTO - 184 VOLUMES + 310 GRAVURAS
Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)
Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) – levantamento incompleto
Biblioteca da Faculdade de Belas-Artes do Porto (FBAUP)
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP)
Biblioteca do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP)
Inclui:
Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica do Porto

QUADRO 4 – Levantamento feito na cidade de Coimbra

COIMBRA - 236 VOLUMES + NÚMERO INDETERMINADO DE GRAVURAS
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Inclui:
- Secção dos Reservados
- Biblioteca Joanina
- Biblioteca do Liceu Normal de D. João III
- Real Colégio de São Pedro
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra - Biblioteca da Matemática (FCUC)

QUADRO 5 – Levantamento feito em Lisboa

Lisboa - 436 volumes + número indeterminado de gravuras
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – levantamento incompleto
Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda (PNA) – levantamento incompleto
Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa (ANBA)

QUADRO 6 – Levantamento feito em Évora

Évora – 34 volumes + 995 gravuras
Biblioteca Pública de Évora (BPE) – levantamento incompleto
Biblioteca Geral da Universidade de Évora (BGUE)
Inclui:
- Bibliotecas dos vários pólos universitários da Mitra
- Biblioteca Verney

Outros núcleos de Livro Antigo, mais pequenos, foram por mim escrutinados, incluindo a literatura complementar atrás mencionada. Na maior parte destes núcleos, o número de exemplares identificados foi surpreendentemente insignificante. Ainda assim, todos estes casos, incluindo os casos com zero existência, permitiram-me ensaiar hipóteses acerca da distribuição geográfica da Literatura Artística no país e, por conseguinte, contribuir de modo extremamente positivo para o inquérito.

QUADRO 7 – Levantamento feito nas restantes cidades do país

	Núm. de exemplares
Arquivo Distrital de Bragança (ADB)	0
Arquivo Distrital da Guarda (ADG)	0
Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB)	0
Arquivo Distrital do Porto	0
Arquivo Municipal de Vila do Conde	0
Arquivo Regional da Madeira, Funchal, Madeira (ARM)	0
Biblioteca Municipal de Castelo Branco (BMCB)	0
Biblioteca Municipal de Elvas – levantamento incompleto	3
Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra (BPNM)	9
Biblioteca Municipal de Miranda do Douro	0
Biblioteca Municipal de Viseu (BMV)	8
Biblioteca Pública de Braga / Universidade Minho (PBP)	5

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores (BPAQRPD) - levantamento incompleto	25
Fundação Casa de Bragança/ Biblioteca Ducal, Vila Viçosa	1

Não é este o lugar adequado para dar conta dos resultados específicos do levantamento. O futuro tratamento dos dados recolhidos (eventualmente concomitante à prossecução dos trabalhos de inventariação das obras) visará a interpelação estatística dos dados quanto a autores, títulos, datas de edição, oficinas de impressão, etc. A análise mais cuidada dos pertences e *ex-libris*, por outro lado, ajudará a reconstituir, de forma virtual, os núcleos de literatura artística em antigas livrarias hoje desgregadas pelas instituições custodiais. Posso, no entanto, adiantar que, tal como se suspeitava à partida, a verificação dos pertences ou *ex-libris* cedo me permitiu concluir que o grosso dos volumes integrados nas instituições visitadas tem quatro proveniências principais: doação régia, mosteiros ou conventos, colégios e particulares – sendo as proveniências deste último grupo praticamente residuais no que se refere ao século XVI.

A IMPORTÂNCIA DOS TRATADOS DE ARQUITETURA NA INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Como atrás referi, vem sendo reconhecido o grande interesse da tratadística para o estudo das obras arquitetónicas do passado. Por conseguinte, a partir da década de 80, e sobretudo até nos últimos anos, têm-se multiplicado em Portugal os estudos que consideram tal literatura no estudo do objeto arquitetónico observado nas suas múltiplas vertentes.¹¹ De minha parte, e de acordo com a investigação que venho desenvolvendo desde 1996 até ao presente, considero que a tratadística tem um papel importantíssimo na investigação do património edificado a pelo menos cinco níveis distintos, que podem – e devem – ser objeto de atenção:

¹¹ A este respeito, consulte-se o “Objecto e método” da minha tese de Doutoramento. (ABREU, 2011c)

- a. O efeito da divulgação dos tratados na disseminação e (re)elaboração crítica de ideias gerais acerca da Arquitetura;¹²
- b. O contributo dos tratados na elaboração de programas de intervenção arquitetural (também urbanística), incluindo a escolha da linguagem estética da obra;
- c. O fornecimento de modelos para o edificado, sejam eles conceptuais, tipológicos, formais, ou meramente decorativos;
- d. O seu papel na educação do Arquiteto e na afinação do sentido crítico da comitência;
- e. A incidência cultural dos tratados de Arquitetura, veiculada pelas obras realizadas em determinadas épocas, regiões ou coletividades, ocasionaram certas preferências ou oscilações do gosto que se detetam a nível local e regional. Enquadram-se neste ponto os seus efeitos na disseminação oficial das formas pela sua migração com as companhias de artistas.

Dir-se-ia, por conseguinte, que a atenção aos tratados de Arquitetura (e a outros textos afins incluídos no âmbito da Literatura Artística) permitem questionar, de forma privilegiada, certos aspetos da conformação do objeto arquitetónico no âmbito do seu processo projetual, bem como interrogar o papel e o valor social desse mesmo objeto nos meios em que a presença física dos tratados se revela determinante para definir a cultura artística – teórica e visual – imperante no contexto da sua produção.

Com recurso estrito aos meus próprios estudos já publicados, apresentarei de seguida, a título de ilustração de cada um destes níveis, casos de estudo em que a consideração dos tratados de Arquitetura e textos afins se revelou fundamental no decurso da investigação histórica, feita com vista ao melhor conhecimento do património arquitetónico portu-

¹² Neste tópico se incluem aspetos como a inserção epistemológica da disciplina arquitetural ou da prática profissional do Arquiteto no quadro mais vasto das Ciências, entre vários outros de atenção teórico-crítica que, tal como o primeiro, têm expressão na qualidade do edificado.

guês. Dada a complexidade do primeiro ponto – o efeito da divulgação dos tratados na disseminação e (re)elaboração crítica de ideias gerais acerca da Arquitetura –, limito-me aqui a remeter o interessado nestas matérias para a minha tese de Doutoramento, onde trato exaustivamente acerca da importância da tratadística na formulação portuguesa dos conceitos de “Arquitetura” e de “Arquiteto” até à primeira metade do século XVI, incluindo a sua concomitante influência na tomada de posição crítica sobre as práticas arquiteturais do mesmo período. (ABREU, 2011c) O quinto ponto aponta para conclusões gerais que só um levantamento dos tratados de Arquitetura e literatura afim, feito caso a caso no contexto da encomenda e produção de cada obra, poderá conduzir. Alguns resultados de investigação nos restantes tópicos enunciados deixam inerentes pistas sobre incidências pontuais do gosto em determinadas épocas, regiões ou coletividades, que se percebem como o resultado do contacto direto de encomendantes e arquitetos com tal literatura. Por conseguinte, também deste último tópico não daremos notícia alongada, assim evitando as redundâncias por recurso a exemplos diretos.

Influência de tratados em programas de intervenção arquitetural

um dos pontos onde a consideração da tratadística se revela mais interessante para o estudo do património edificado prende-se com a decifração das linhas orientadoras do programa ideológico que, regra geral, preside ao projeto da obra. Tal programa aparece formulado em obras mais ambiciosas, sobretudo nas promovidas pelo Estado, a Igreja, ou até mesmo por alguns particulares. Atinge o auge da sua importância sempre que a Arquitetura é entendida por patronos e arquitetos como estrutura simbolicamente significativa; isto é, como portadora de mensagens que devem ser socialmente codificadas de forma decifrável pelo observador. Os tratados de Arquitetura pós-vitruvianos fornecem esse tipo de código – e por conseguinte, também a sua chave de leitura –,

permitindo associar determinadas estruturas, tipologias, formas, apontamentos decorativos, ou até estilos, a conteúdos ideológicos específicos. Naturalmente, variações para-semânticas de interpretação deste código correm de época para época no contexto da sua leitura e interpretação. Por conseguinte, mediante tal código, o edifício, ou até mesmo o conjunto de edifícios, torna-se capaz de exprimir as ambições pontuais de um indivíduo, de uma instituição, ou até mesmo de uma nação inteira.

O Plano Joanino de Renovação Urbanística de Évora

O precursor do moderno entendimento da Arquitetura como veículo semiológico foi o tratado de Vitruvius, pelo que os primeiros autores renascentistas, por ele inspirados, consagraram bastante atenção a esta ideia. Um dos primeiros autores a dar ênfase à questão foi Leon Battista Alberti, humanista que, dedicando-se a escrever extensamente sobre a Arquitetura no seu tratado *De re aedificatoria* (1486), consagrou definitivamente esta arte como poderoso instrumento político de afirmação de valores e de modelação da mentalidade do coletivo social – ideia que se difundiu entre a poderosa comitência de Roma e rapidamente transbordou para todo o mecenato de elite.

Nesta sequência, julgo que as extensas obras de remodelação urbana feitas pelo rei D. João III (r. 1521-1557) em Évora, levadas a cabo no período em que esta cidade funcionou provisoriamente como capital do império português (1531-1537/8), nunca serão inteiramente compreendidas sem uma interpretação do seu programa à luz deste traço fundamental do tratado de Alberti. De facto, dir-se-ia que todos os investimentos construtivos feitos na cidade parecem aconselhados por esta obra em termos gerais; e até mesmo, pela própria ação do seu autor em Itália, isto enquanto arquiteto e conselheiro do papa Nicolau V nas obras de renovação de Roma – que, de certa maneira, materializa a teoria do seu *De re aedificatoria*. (ABREU, 2010a)

À imagem das obras romanas, também Évora foi alvo de um vultuoso plano de remodelação que pode ser entendido como uma tentativa de “restauro” da original grandeza da cidade no período da sua áurea ocupação romana. Tratar-se-ia isto de uma evidente aproximação ao tempo histórico que os humanistas da época declaravam modelar, o que, em Portugal, passou por associar a imagem do rei D. João III à do imperador Augusto em diversos testemunhos literários. Um destes humanistas foi André de Resende, que escreveu uma *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1553), texto onde dá a conhecer os achados arqueológicos eborenses, mas que se trata, enfim, de um texto de natureza política. Aqui, ao mencionar as obras feitas na cidade pelo seu pretenso fundador latino – o herói militar Sertório V –, o autor convoca à mente de quem lê as obras que, no seu tempo, ainda se faziam na cidade por ação do rei D. João III. Como identifiquei em estudo anterior (ABREU, 2010a), as principais fundações sertorianas elencadas por Resende – a muralha, o palácio e o aqueduto – são simétricas das realizadas pelo monarca. As obras joaninas revalorizaram a muralha romana, primando por limpá-la dos elementos espúrios que, durante a Idade Média, se lhe haviam adossado. Ao tempo da permanência do rei na cidade, reabilitou-se o suposto “palácio” do fundador erguido na Praça do Peixe, convertendo-se ainda os antigos banhos anexos em capela privada. Salienta-se, enfim, a construção do portentoso aqueduto chamado da Água da Prata (terminado em 1537), que o rei levantou para abastecer a cidade de água; e este, sabe-se, pretendia “restaurar” uma pretensa estrutura da época romana construída pelo fundador Sertório, entretanto arruinada pelo tempo. Dir-se-ia assim que o plano de renovação urbana de Évora traduz, por imagens visuais, um propósito “literário”: o de fazer concordar as ações de Sertório V, na Antiguidade, com as de D. João III, nos tempos modernos. Com isto, pretender-se-ia fazer recair o prestígio do fundador da cidade sobre o seu “refundador” D. João III – que é, justamente, o objetivo do referido texto de André de Resende. Em concomitância com isto, a linguagem estética selecionada para as novas construções levantadas

na cidade, porque restaurando e emulando as antigas, só poderia ser a do “romano” renascentista – estilo que D. João III e os seus conselheiros foram beber (pelo menos em parte) aos tratados de Arquitetura. Assim, dir-se-ia que as escolhas programáticas, certamente alimentadas pela leitura do *De re aedificatoria*, testemunham a disseminação de ideias gerais sobre Arquitetura. Além disso, sugerem ainda a importação das novidades divulgadas por este e outros autores na concretização de um plano visual, ideologicamente enformado.

Outra razão para considerar o papel do tratado de Alberti no projeto de Évora prende-se com a muito discutida importância do seu texto no plano de “restauros” da cidade de Roma, levado a cabo em meados do *Quattrocento*. Estudos por mim realizados desconfiam da importância direta do plano destes “restauros” romanos na elaboração do programa eborense (ABREU, 2004b, 2010a), o qual parece ter-se deixado guiar pelo pensamento albertiano acerca do monumento enquanto estrutura significativa no tecido urbano anónimo, expresso no *De re aedificatoria*. É, porém, no culminar das obras joaninas, exatamente num edifício empreendido à margem do programa marcadamente romano, que melhor se exhibe o entendimento albertiano da Arquitetura como veículo de transmissão de ideias e valores, levantado com sentido político para honra e memória das comunidades.

Referimo-nos à Igreja de Nossa Senhora da Graça, na qual, “restaurando-se” um velho edifício pré-existente (ou, melhor dizendo, atualizando-se a sua linguagem estilística ao gosto arqueologizante romano em voga), pensou-se instituir o panteão real. A sua invulgar fachada pontuada de elementos escultóricos foi convertida num moderno *display* urbano da política imperial portuguesa e dos feitos militares do D. João III. Por conseguinte, não será por acaso que esta fachada, tal como identifiquei em outro estudo (ABREU, 2011b), copia a do Templo Malatestiano, velha igreja franciscana na cidade italiana de Rimini que, por projecto de Alberti, foi convertida em *temple of glory* para panteão familiar do *condottiere* Sigismondo Malatesta (FIGURAS 4 e 5). Tal projeto não vem descrito no

tratado *De re aedificatoria*, é certo; mas o nome do seu autor, bem conhecido da corte portuguesa, terá certamente contribuído para tomar esta obra de Alberti por modelo da igreja-panteão eborense. A fachada desta, aliás, porque enformada por uma retórica ornamental que recupera a teoria albertiana da importância da Arquitetura na afirmação de valores e no testemunho aos vindouros, reproduz ainda as recomendações de Alberti quanto ao restauro de edifícios pré-existentes. Posto isto, não terá sido certamente por acaso que, pouco após estas obras, o humanista André de Resende andasse ocupado em redigir um volume que o rol do seu testamento menciona, reconhecido, anos mais tarde, como um “*Leo Baptista de Architectura, que ele traduzio en Portuguez por madado d’el Rei*”. (KRÜGER, 2011) O conhecimento do contributo dos tratados de Arquitetura para programas de intervenção arquitetónica – ou até mesmo urbanística, como é o caso aqui apresentado – elucida acerca do pano de fundo cultural da época de um edifício ou conjunto que deu origem ao património que nos cabe hoje conhecer e preservar (FIGURAS 6 e 7).

FIGURA 4 – Igreja de Nossa Senhora da Graça, Évora, Portugal (Miguel de Arruda, Nicolau Chanterene; c.1534-c.1540), vista geral da fachada.



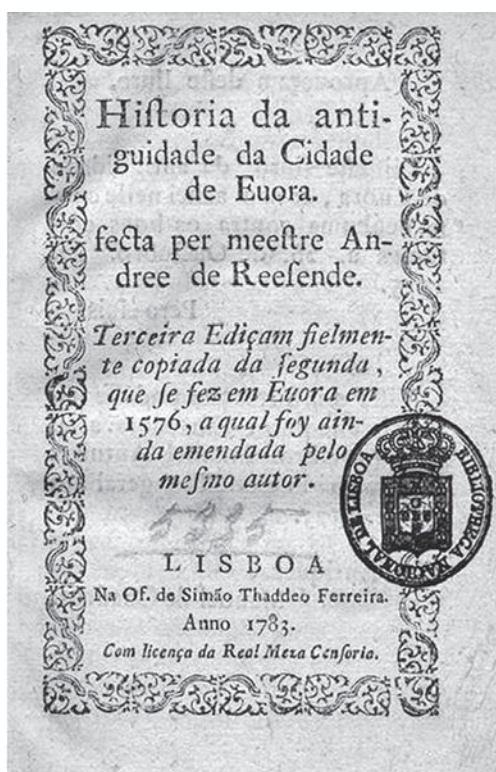
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 5 – Medalha de fundição comemorativa da renovação igreja de S. Francesco de Rimini



Fonte: Sitio lib-art.com.

FIGURA 6 – Resende, André – *História da Antiguidade da Cidade de Évora*.
Évora: 1553



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa (Portugal).

FIGURA 7 – Alberti, Leon Battista - *De re aedificatoria*. Paris: 1512



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina (Portugal).

O Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar) em Vila Nova de Gaia

Caso semelhante em que um tratado de Arquitetura teve grande importância na elaboração do programa de uma obra pode ser apreciado no conjunto monástico de S. Salvador da Serra, em Vila Nova de Gaia, hoje conhecido como Mosteiro da Serra do Pilar por força de uma devoção tardia. O conjunto foi fundado em 1537 no contexto da pré-reforma das Ordens Religiosas ordenada por D. João III, como ramo da casa-mãe de Santa Cruz de Coimbra, de Cónegos Regrantas de Santo Agostinho. O seu fundador, Fr. Brás de Barros, havia instaurado pouco tempo antes grande rigor e austeridade na vida claustral dos monges de Coimbra, ao compaginá-la com a piedade própria do movimento norte-europeu da *Devotio Moderna*, este muito do agrado da Família Real. A arquitetura do

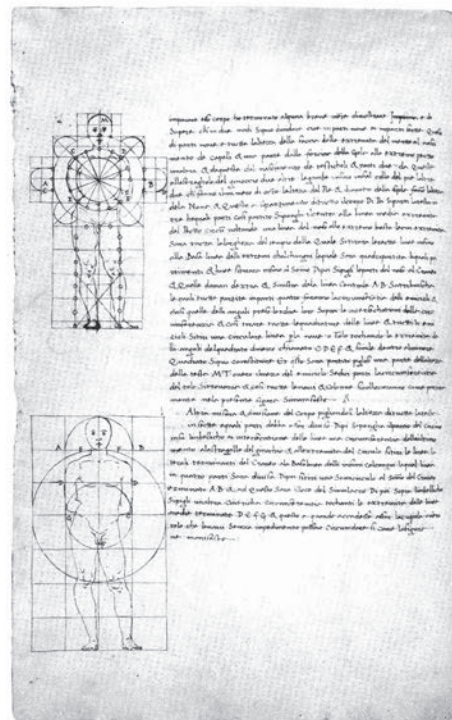
mosteiro de S. Salvador da Serra nasceu desse vínculo, espiritualmente afeto à meditação na Paixão de Cristo e na figura do Salvador enquanto espelho de perfeição do crente. Não surpreende, pois, que um estudo meu tenha revelado que foi precisamente sobre a figura de um corpo de homem – qual Cristo deitado na sua sepultura – que o conjunto monástico de S. Salvador da Serra foi desenhado e que os seus vários edifícios foram implantados no terreno. (ABREU, 1999) A analogia entre a metáfora paulina (e agostiniana...) do corpo místico de Cristo, segundo a qual todos os cristãos formam um corpo único do qual Cristo (ou a Igreja) é cabeça, muito contribuiu para a raríssima disposição antropomórfica dos edifícios monásticos no terreno.

Foi, porém, nos tratados de Arquitetura em circulação na época, que Fr. Brás de Barros e o monarca – com o qual o reformador sempre se aconselhou – encontraram a derradeira informação que permitiu aos arquitetos da obra articular, de forma decisiva, esta intenção programática. Como apurei, tal informação foi colhida de uma das primeiras versões do tratado italiano de Francesco di Giorgio Martini, texto manuscrito que terá circulado em Portugal pelo menos desde o tempo de D. João II. Inspirado em Santo Agostinho, mas recorrendo também aos preceitos da estética clássica (sobretudo aos de deriva neoplatónica), Francesco di Giorgio discorre longamente acerca da importância de os edifícios, sobretudo os templos de culto cristão, regerem-se por proporções idênticas às do corpo humano – a mais perfeita criação divina. O tratadista insiste nesta analogia corpo/edifício que já Vitruvius advogava na Antiguidade. Fá-lo, porém, de modo inusitado. Para ele, também as cidades e as fortificações deveriam respeitá-la, o que se deveria patentear na sua tipologia; isto é, na sua forma e função, conjugadas.

Ora, foi concretamente por inspiração num dos desenhos tratadísticos martinianos representando um mosteiro que a implantação de S. Salvador da Serra foi esboçada em termos tipológicos, respeitando inclusive a forma circular do claustro advogada por Francesco di Giorgio como a mais perfeita de todas. Tal como o tratadista, os mecenas e arquitetos de

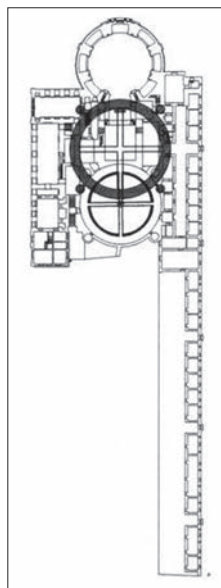
S. Salvador da Serra foram bastante longe na busca de perfeição do novo conjunto monástico: tendo em conta as advertências teóricas, a implantação do novo mosteiro seguiu rigorosamente a organização funcional correlata da distribuição topológica dos membros no corpo humano; e o conjunto dos vários edifícios, entendido de forma unitária, foi proporcionado à semelhança do homem. Para isto, usou-se um dos esquemas métrico-proporcionais tratadísticos apresentados por Francesco di Giorgio para reger a forma e as medidas dos edifícios em causa (FIGURAS 8, 9 e 10). (ABREU, 1999, 2007) Dir-se-ia que a teoria expressa no tratado italiano, funcionando em conjunto com o campo das ideias filosófico-religiosas dos promotores da obra, foi ainda decisiva para concretizar o programa do vasto conjunto monástico nos seus aspetos formais (tipológicos e métricos).

FIGURA 8 – Francesco di Giorgio Martini – *Architettura Civile e Militare*, mss. c. 1492 (cód. *Senese S. IV.4 / Magliabechiano II.I.141*), fl.42v., tav. 236



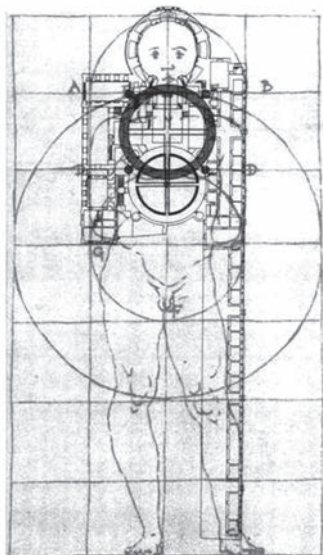
Fonte: MALTESE, 1967, 2º vol. fl.42v., tav. 236.

FIGURA 9 – Mosteiro de S. Salvador da Serra, planta parcial de pavimentos



Desenho: Susana Abreu.

FIGURA 10 – Mosteiro de S. Salvador da Serra, planta parcial de pavimentos (reconstituição) sobre figura antropométrica de Francesco di Giorgio Martini



Desenho: Susana Abreu.

Modelos tratadísticos para o edificado: tipológicos e decorativos

Dado o facto de, a partir da década de 1520, os tratados de Arquitectura passarem, regra geral, a ser ilustrados por gravuras, a sua importância enquanto repositórios de modelos visuais para novos edifícios ou suas partes enuncia-se, à partida, bastante pertinente. Não é difícil, de facto, detetar influências tratadísticas em edifícios erguidos com maior cuidado, sendo essas influências observadas quer a nível tipológico – como é o caso do Mosteiro de S. Salvador da Serra, atrás referido, cuja igreja construída entre c.1597-1672, além do mais, segue gravuras de Sebastiano Serlio (Figuras 11, 12, 13 e 14) –, quer a nível mais superficial, meramente decorativo. É este também o caso dos três exemplos que apresentamos de seguida.

FIGURA 11 – Mosteiro de S. Salvador da Serra (ou da Serra do Pilar), igreja (1597-1672), Vila Nova de Gaia, Portugal.



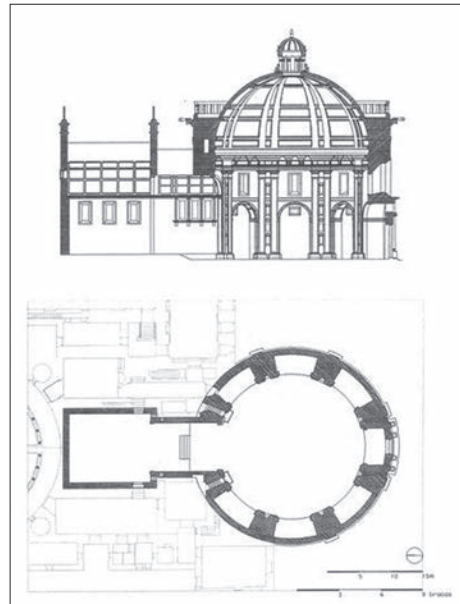
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 12 – Igreja, vista geral da capela-mor



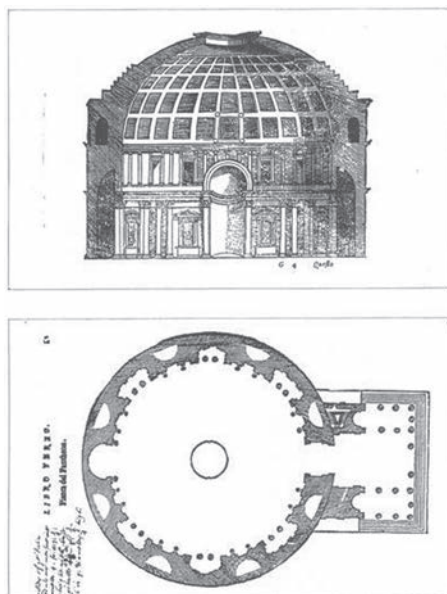
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 13 – Mosteiro de S. Salvador da Serra (ou da Serra do Pilar).
Igreja, Corte longitudinal e planta



Desenho: Susana Abreu.

FIGURA 14 – Santa Maria Rotonda (Panteão), Roma, perfil e planta



Fonte: Sebastiano Serlio. *Delli Templi*. Roma: 1537.

A Fonte da Manga no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

A Fonte da Manga do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é um dos casos onde a tratadística teve uma importância fundamental na organização tipológica da obra. Levantada entre 1528-1534, durante o período da reforma espiritual da casa, o seu programa arquitetónico inspirou-se na obra *Espelho de Perfeição* do místico franciscano nórdico Hendrik Herp. O resultado foi bastante complexo do ponto de vista do significado simbólico atribuído às formas da fonte claustral e seu concomitante papel pedagógico, que se deveu ao reformador Fr. Brás de Barros, já apresentado. (ABREU, 2011a; ABREU; BARREIRA, 2010) Também aqui terão sido os desenhos tratadísticos de Francesco di Giorgio Martini a inspirar o desenho desta construção. O modelo trata-se concretamente do levantamento e reconstituição arqueológica de uma ruína que o tra-

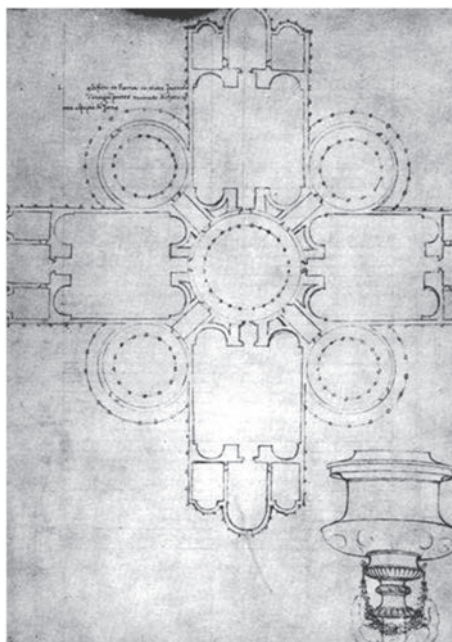
tadista observara em Roma e registara na sua obra. A forma geral do edifício representado, bem como a distribuição e organização relativa dos seus espaços estruturada num duplo sistema de eixos, foi determinante no desenho da fonte claustral do mosteiro crúzio. Ainda que, neste caso, o programa que preside à arquitetura da Fonte da Manga seja totalmente alheio às teorias de Francesco di Giorgio (exceto no neoplatonismo que governou uma e outras), o resultado final da obra, nos seus cinco edifícios circulares articulados com os oito tanques retangulares que irradiam do templete central, trata-se de uma interpretação (ou reinvenção) magistral de um desenho tratadístico (ABREU, 1999, 2004a) – talvez feita com ajuda dos artistas que nela trabalharam, salientando-se o escultor-arquiteto João de Ruão (FIGURAS 15 e 16).

FIGURA 15 – Fonte do claustro da Manga, Mosteiro de Sta. Cruz, Coimbra, Portugal
(João de Ruão, c.1534)



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 16 – Edifício em Roma, Francesco di Giorgio Martini – *Architettura Ingegneria e Arte Militare*, mss. c. 1481 (cód. Torinese Saluzziano 148/ Laurenziano Ashburnhamiano 361), vol. I, fl. 83, tav. 153



Fonte: MALTESE, 1967, vol. I, fl. 83, tav. 153.

A Casa dos Lunas em Viana do Castelo

A Casa dos Lunas (ou dos medalhões) em Viana do Castelo é um dos casos em que os tratados de Arquitetura foram usados como inspiração de motivos decorativos. Construída à roda de 1545 pelo mestre-pedreiro e arquiteto João Lopes-o-Velho, trata-se da residência de uma família da Galiza exilada em Portugal que, usando da natureza urbana da fachada da sua moradia, não quis deixar de assim mostrar os pergaminhos da sua origem nobre. Os vários elementos escultóricos que decoram esta fachada exprimem bem o gosto humanístico corrente ao cultivarem a estética arqueologizante em voga, isto em imitação das decorações próprias dos edifícios romanos que, à época, eram estudados por eruditos e divulgados em desenhos e gravuras pelos artistas italianos.

A fonte de inspiração dos que trabalharam na Casa dos Lunas, ainda que “italianizada”, foi, contudo, de origem espanhola: João Lopes-o-Velho parece ter-se aproveitado das gravuras de Diego de Sagredo divulgadas no seu *Medidas del Romano* (1526), manual de carácter elementar que dava a conhecer a morfologia e as medidas dos principais elementos das ordens arquitetónicas clássicas. (ABREU, 2008) Significativo é ainda o modo como a aplicação destes mesmos elementos à fachada vianense foi feita: sem o entendimento do edifício como uma unidade obediente a uma regra única de proporção, a qual, segundo Vitruvius, deveria ditar a posição relativa de todas as partes do edifício e suas medidas por relação geométrica para com o todo. Pelo contrário, tais elementos são aqui aplicados com um sentido independente de qualquer lógica interna que tenha presidido ao desenho do conjunto, adquirindo por isso o estatuto de meros apontamentos decorativos apostos a uma caixa murária, tal como Sagredo os apresenta ao leitor no seu tratado (FIGURAS 17, 18 e 19]. O carácter modelar das gravuras do tratadista espanhol nestes apontamentos decorativos é, assim, elementar, mas efetiva.

FIGURA 17 – Casa dos Lunas ou “dos Medalhões”, Viana do Castelo, Portugal (João Lopes-o-Velho, c. 1545), vista geral



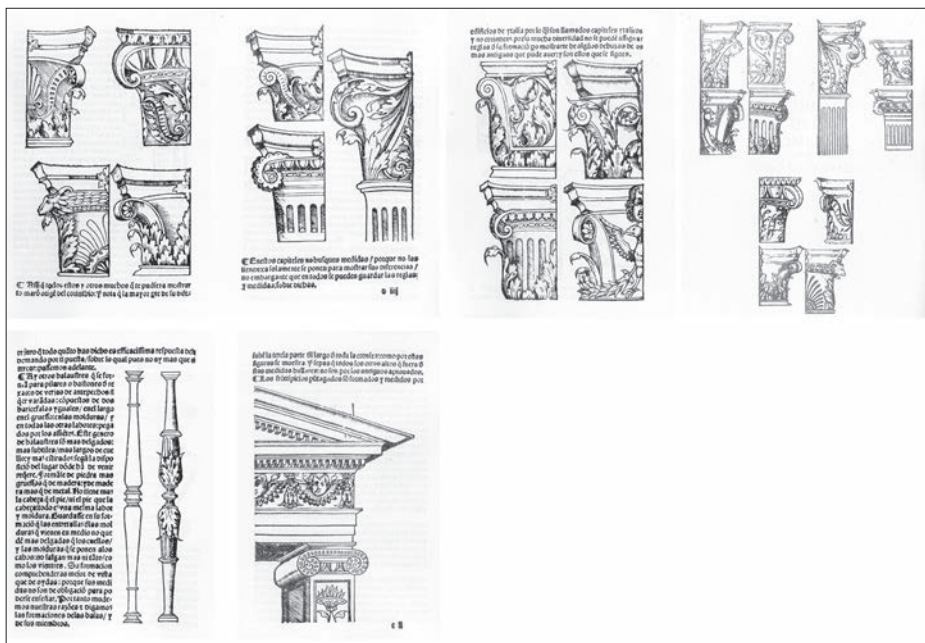
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 18 – Pormenor



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 19 – Capitéis itálicos (com versão portuguesa de 1541),
coluna-balaústre, entablamento e frontispício



Fonte: Diego de Sagredo - *Medidas del Romano*, 1549 (1526).

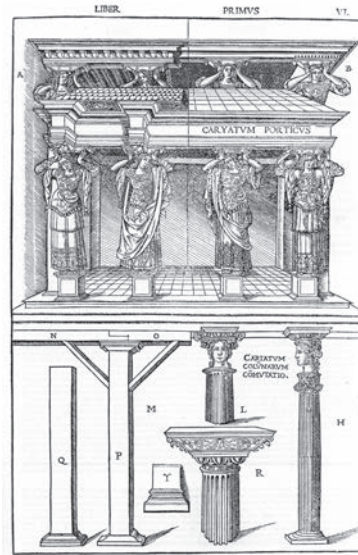
A Varanda da Misericórdia de Viana do Castelo

A importância dos tratados de Arquitetura, quer na tipologia dos edifícios, quer no seu aparato decorativo, pode ser encontrada no Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo. Pese embora construído entre 1567-1591, alguns dos modelos tratadísticos que serviram de referência a este edifício recuam bastante no tempo. É o caso da gravura que inspirou sua invulgar “varanda”, uma espécie de solário onde os doentes podiam beneficiar do ar livre. Deitando para a Praça do Município, esta varanda funcionava como fachada nobre do edifício.

Composta por três estratos em que colunas-termes suportam a arcada do rés-do-chão e as arquitraves dos dois últimos pisos, esta fachada cita os pórticos persas ou de cariátides que, tendo sido mencionados pela primeira vez por Vitruvius no *De Architectura*, foram ilustrados no Renascimento por duas gravuras da mão do seu tradutor e comentador milanês, Cesare Cesariano. (ABREU, 2008) Tais gravuras foram editadas pela primeira vez em 1521, mas foram muito copiadas na década seguinte por inúmeras versões-pirata da tradução e comentários de Cesariano (FIGURAS 20 e 21). A sua singularidade consiste no facto de interpretarem a descrição do pórtico vitruviano como composto de vários andares – o que a varanda da Misericórdia reproduz sem antecedentes concretos conhecidos. As influências tratadísticas neste Hospital da Misericórdia, contudo, não se ficam por aqui: os cunhais rusticados do edifício inspiram-se nas gravuras de antiguidades do tratado de Sebastiano Serlio, editado em 1537; os seus portais, estes acusam influência das gravuras de portas rústicas do Livro de Portas do mesmo autor, impresso em 1551 (FIGURAS 22 e 23). O esquema de sobreposição de um pórtico arquitravado sobre uma arcada, assim como as proporções desta estrutura, derivam concretamente do *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo (1526) (FIGURAS 24 e 25). As figurações antropomórficas das colunas-termes, além das gravuras de Cesariano, preconizam já desenvolvimentos do tema provenientes de fonte desconhecida, que as mais tardias gravuras de Boillot de Langres (1592), Wendel

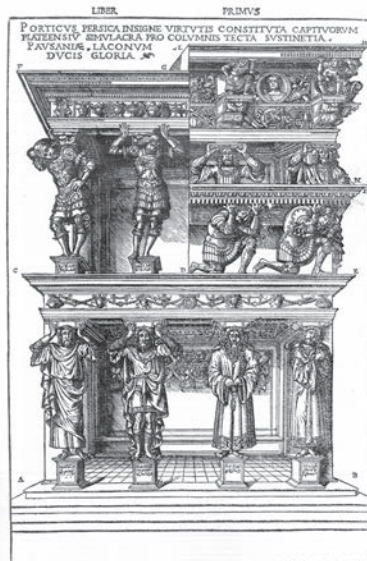
Dietterlin (1598) ou mesmo Hans Vredeman de Vries (1601), haveriam de reinventar e divulgar a partir do Norte da Europa.

FIGURA 20 – Pórtico de caritátides



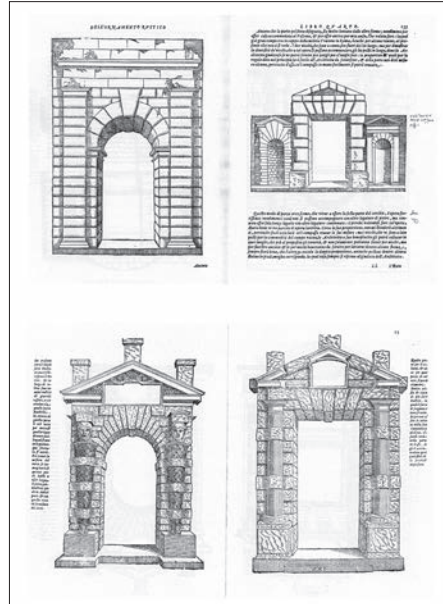
Fonte: Cesare Cesariano - *Vitruvio De Architectura...*, Lv. I, 1521.

FIGURA 21 – Pórtico persa



Fonte: Cesare Cesariano - *Vitruvio De Architectura...*, Lv. I, 1521.

FIGURA 22 – Portas rústicas



Fonte: (a) Sebastiano Serlio - *De' cinque ordine* (Lv. IV), 1537; (b) Sebastiano Serlio - *Livre de portes* (Lv. VI), 1551.

FIGURA 23 – Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo (1587-1591), porta lateral.



Foto: Susana Abreu.

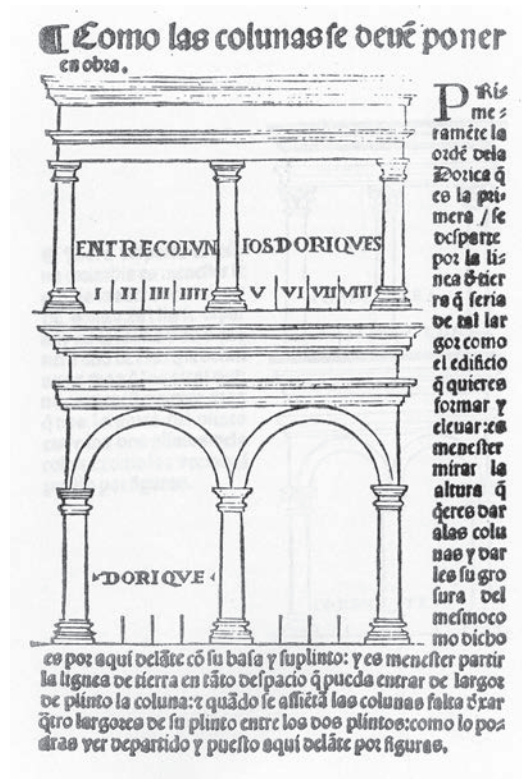
O facto de encontrarmos todo este repertório modelar tratadístico em Viana do Castelo fornece pistas interessantes para compreendermos que cultura artística tinham, em meados de Seiscentos, artistas e comitentes daquele meio regional, bastante ativo em termos de encomenda, é certo, mas bastante isolado da influência cortesã centralizada na capital. Além disso, e por nesta obra ter trabalhado um descendente de João Lopes-o-Velho – um dos muitos familiares que viriam a compor uma oficina extremamente operosa num arco de tempo dilatado, com influência regional que se estendeu até à cidade do Porto e à Galiza –, tal repertório é bastante significativo. Tendo em mente a qualidade dos tratados de Arquitetura com que, em algum momento, tal oficina terá tomado contacto, torna-se mais fácil identificar quais os textos e gravuras do repertório oficial terão funcionado como modelos em casos semelhantes. Concomitantemente, isto permite formular – e responder – a questões relacionadas com o modo como as referências livrescas terão influído no imaginário artístico do país.

FIGURA 24 – Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo (1587-1591)



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 25 – Intercolúnio dórico, (1526)



Fonte: Diego de Sagredo, *Medidas del Romano*, 1549.

Os tratados na educação do arquiteto

Já aqui se disse como os tratados de Arquitetura foram responsáveis pela fixação das normas de atuação do arquiteto a partir do Renascimento. De fato, enquanto completos instrumentos normativos, os primeiros tratados forneciam resposta a todas as questões de ordem teórico-prática necessárias ao correto desempenho da profissão, informando acerca de matérias-primas, técnicas, rudimentos de geometria, noções de desenho, cálculo de dimensões e distâncias, cômputo de honorários, regras de trato com o cliente, legislação, e muito mais. Por conseguinte, os tra-

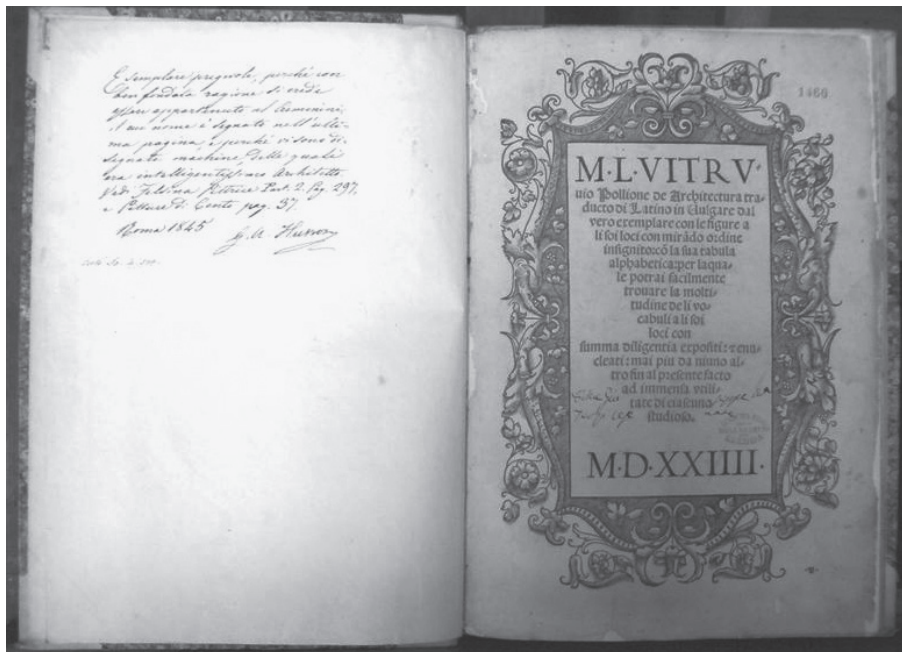
tados, desde muito cedo, converteram-se em poderosos instrumentos de educação dos aspirantes a arquitetos, que neles encontraram uma forma expedita de aprender os segredos do ofício sem submissão à prática tirocinial que era corrente. A aprendizagem da Arquitetura pôde assim passar a ser feita em ambiente de atelier ou gabinete, o que, naturalmente, deu vantagem aos aprendizes que, tendo acesso direto ao livro, e possuindo conhecimentos suficientes do *Trivium* e do *Quadrivium* para entender as várias matérias nele tratadas, assim não precisaram de ascender lentamente nos vários degraus no ofício segundo a tradicional prática em estaleiro, convertendo-se diretamente em arquitetos.¹³ Com a formalização do ensino de Arquitetura, os tratados passaram a ser utilizados nas aulas pelos professores. Muitas vezes, as suas lições constituíam-se do ditado de capítulos inteiros, que eram depois discutidos na aula. A avaliação do aluno assentava, em boa medida, na prova de estudo e escoreita interpretação de tais trechos tratadísticos.

Numa época em que o ensino institucionalizado da Arquitetura ainda era coisa de poucos, apenas acessível aos aprendizes ligados aos Mestres das Obras Reais, o conhecimento de repertórios bibliográficos à disposição de um arquiteto (e de outros artistas que com ele tenham colaborado) reveste-se de especial importância. A identificação dos tratados de Arquitetura em circulação num dado momento pode, em certos casos, fornecer importantes pistas sobre o tipo de formação recebida ou procurada. Como se depreende dos variados exemplos atrás apresentados, a importância destes materiais para afinar o juízo crítico da comitência foi importante a muitos níveis, que vão desde a elaboração dos programas ideológicos que presidem às escolhas formais do arquiteto, até à aprovação do embelezamento final dos edifícios com certos apontamentos decorativos. Neste sentido, não surpreende que

¹³ Como exemplo deste tipo de aprendizagem, vd. Abreu (2010b). Para algumas reflexões sobre uma aprendizagem autodidata feita em atelier com auxílio dos livros, vd. Abreu (2010c). O mesmo assunto é extensamente abordado na minha tese de Doutorado já referida. (ABREU, 2011c)

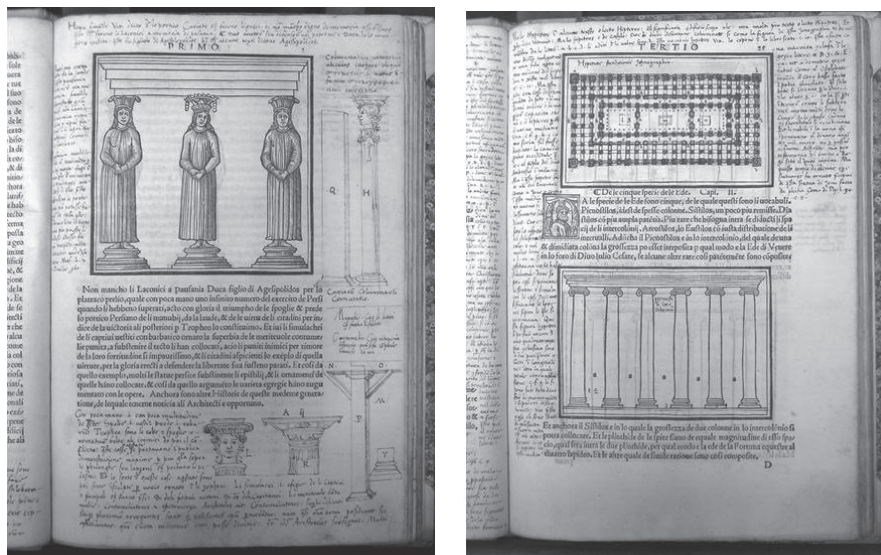
muitos destes livros guardem, nas margens dos seus fólhos, os apontamentos de quantos, com ávida sede de conhecimentos para pôr em prática ou com mera curiosidade erudita, os estudaram com afinco ao longo de séculos, por vezes passando-os de mão para mão (FIGURAS 26, 27 e 28). As coleções de livros desta natureza que em tempos estiveram à guarda de importantes casas religiosas é sinal evidente de que os conventos, mosteiros e colégios funcionaram como importantes centros artísticos, e que as suas bibliotecas, geralmente bem fornecidas, proporcionaram a muitas gerações de comitentes e artistas o contacto com as últimas novidades editoriais.

FIGURA 26 – Durantino - *M. L. Vitruvio Pollione de Architectura traducto di Latino in Vulgare*, 1524



Fonte: Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Portugal.

FIGURAS 27 e 28 – Durantino - *M. L. Vitruvio Pollione de Architectura traducto di Latino in Vulgare*, 1524. Duas páginas da obra com extensas anotações e desenhos do leitor



Fonte: Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Portugal.

Fr. João Turriano e o Convento de Santa Clara-a-Nova em Coimbra

O caso de Fr. João Turriano – Mestre das Fortificações do Reino (por herança do prestigiado engenheiro-militar Leonardo Torriani, seu pai) e arquiteto de quase todas as obras realizadas nas casas beneditinas do seu tempo – exemplifica esta dupla importância dos tratados para a formação do Arquiteto e a modelação do gosto de uma comunidade capaz de contruir, de modo efetivo, para a cultura artística da sua época e lugar.

O Convento de Santa Clara-a-Nova, erguido na margem esquerda do Mondego a partir de 1649 – isto é, ainda nos inícios da carreira de João Turriano –, documenta a aprendizagem do seu arquiteto feita nas bibliotecas beneditinas. O carácter algo experimental da igreja conventual, o tipo de estrutura e as proporções do claustro, ou até a invulgar horizon-

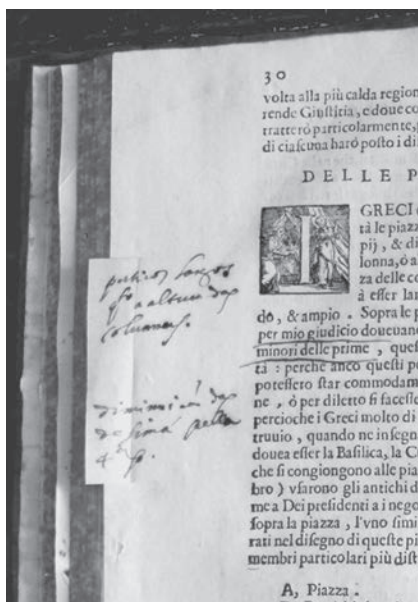
talidade do dormitório das freiras, tratam-se de escolhas que podem ser rastreadas nos tratados de Arquitetura por um fio condutor inesperado: as notas marginais que Turriano deixou nas páginas dos livros que estudou no preciso momento em que pesquisava soluções para esta tarefa projectual em mãos. Descobri, por coincidência da sua atenção lançada sobre alguns momentos do texto (expressa em sublinhados e comentários), que foram sobretudo os tratados de Sebastiano Serlio e de Andrea Palladio – e principalmente o deste último, intitulado *L'Architettura* (1570) e consultado na edição veneziana de Antonio Brogiollo de 1642 – que o assistiram nos conhecimentos que lhe faltavam para desenhar o conjunto (FIGURAS 29 a 32). (ABREU, 2003) Esta marginália documenta também a penetração bastante tardia do tratado de Palladio nas obras do país, texto que recebera escasso interesse em Portugal, bem ao contrário do que se verificou noutras regiões europeias nas quais o influente volume foi decisivo para o curso subsequente da Arquitetura. Face a estas evidências livrescas por mim detetadas em estudo anterior, tudo permite questionar qual a incidência real de Palladio no cômputo geral da arquitetura portuguesa da época, já que, como se disse, Turriano se tornou numa figura de proa no panorama arquitetónico nacional por via da sua ação nas casas beneditinas. O estudo é também um ponto de partida para se procurar perceber se a imagem corporativa dos beneditinos se liga conceptualmente ao fenómeno do Palladianismo, movimento internacional de que a edição de Antonio Brogiollo, utilizada por Turriano, é já contemporânea. Uma apreciação mais alargada da migração das formas tratadísticas propostas pelas gravuras de Palladio através da obra de Turriano e sua influência poderá, enfim, dar pistas sobre a sensibilidade estética da mesma época em Portugal, uma vez aferida por comparação com as influências de outras obras e arquitetos.

FIGURA 29 – Andrea Palladio - *L'Architettura*. Veneza: Marc' Antonio Brogiollo, 1642.
 Página do rosto com pertence “de frei João Turriano”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 30 – Notas manuscritas e sublinhados de João Turriano



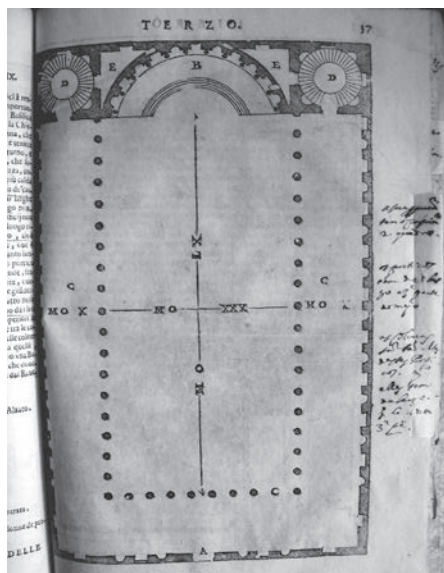
Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 31– Convento de Santa Clara-a-Nova, Coimbra, Portugal. Fr. João Turriano, 1649-fim séc. XVIII. Igreja, entrada lateral



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 32 – Andrea Palladio - *L'Architettura*. Veneza: Marc' Antonio Brogiollo, 1642. Notas manuscritas de João Turriano acerca das basílicas romanas



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

O estudo de levantamento dos tratados de Arquitetura em Portugal que aqui se apresentou, por mim iniciado em 2002 (mas entretanto suspenso em 2006), tem assim recebido justificações indiretas da sua razão de ser e da sua importância para o estudo do património arquitetónico. Esperamos que, num futuro breve, os resultados deste escrutínio – ou de outro, desenvolvido sobre os seus alicerces – venham beneficiar a investigação do património arquitetónico português e, mediante estudos acerca da diáspora dos artistas que, em Portugal, formaram-se a partir dos livros, também das expressões artísticas que germinaram nos demais países de expressão cultural portuguesa, tais como o Brasil. Torna-se fundamental, pois, que um património bibliográfico tão importante como é este para o conhecimento do património edificado que enriquece o nosso tecido cultural comum – de Portugal e do Brasil – não permaneça esquecido nos fundos de tantas bibliotecas, arquivos e museus da velha metrópole.

REFERÊNCIAS

ABREU, Susana. André de Resende, um novo Alberti? Um ideólogo entre o princeps e o architectus, na recuperação da Vrbs romana de Évora (1531-1537). In: OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Jorge de; PATROCÍNIO, Manuel (Ed.). *Espaços e paisagens: Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas*. Évora: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – APEC: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010a. p. 223-230. v. 3 – História, Arqueologia e Arte.

ABREU, Susana Matos. *A Docta Pietas ou a architectura do mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1692): conteúdos, formas, métodos conceptuais*. 1999. Dissertação (Mestrado em História da Arte em Portugal) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1999.

ABREU, Susana. *Diogo de Castilho e João de Ruão: uma parceria invulgar no traçado do Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar)*. In:

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa, 7., 2005, Porto. *Actas...* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. p. 495-503.

ABREU, Susana. A fonte do Claustro da Manga, “Espelho de Perfeçãom”: uma leitura iconológica da sua arquitectura. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I série v. 7-8, p. 33-52, 2011a.

ABREU, Susana Matos. A Formação dos Artistas na difusão das formas e a recepção da sua arte pelo meio socio-cultural do século XVI: notas metodológicas. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE, 2008, 237-245.

ABREU, Susana Matos. Livros e saber prático de um arquitecto do século XVII: A biblioteca de Fr. João Turriano e o mosteiro novo de Santa Clara em Coimbra. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, v. 2, p. 803-822, 2003.

ABREU, Susana Matos. A obra do arquitecto italiano Francesco da Cremona (c.1480 - c.1550) em Portugal: novas pistas de investigação. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *A encomenda, o artista, a obra*. Porto: CEPESE, 2010b. p. 557-583.

ABREU, Susana Matos. The prince as architect in Portugal (1530-1550): the impact of *specula principis* and architectural treatises on modern practices of dilettantism. In: INTERNATIONAL MEETING EUROPEAN ARCHITECTURAL HISTORY NETWORK, 1., 2010, Guimarães (Portugal). *Abstracts...* Netherlands: EAHN, 2010c. 1 CD-ROM.

ABREU, Susana Matos. Reflexões em torno da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém, descendente tardia do *Quattrocento* experimental. In: CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES D. MANUEL E A SUA ÉPOCA, 3., 2004, Guimarães, Portugal. *Actas...* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004a. v. 4, p. 173-197.

ABREU, Susana. De Roma a Évora, com André de Resende: cidade e ‘património’ na história da antiguidade da cidade de Évora. *apha@Bol – Boletim electrónico interactivo da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte*, n. 2, nov. 2004b. Disponível em: <<http://www.apha.pt/boletim>>. Acesso em: 26 Julho 2013.

ABREU, Susana. O restauro quinhentista da Igreja da Graça de Évora: influências teóricas de Alberti e um modelo formal no Tempio Malatestiano de Rimini. *População e Sociedade*, n. 19, p. 104-121, 2011b.

ABREU, Susana. *Teoria e crítica na raiz do arquitecto de matriz vitruviana em Portugal (1521-1557): a questão das origens entre o desígnio e a Matéria*. 2011. Tese (Doutoramento em História da Arte Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011c.

ABREU, Susana; BARREIRA, Catarina. Influências franciscanas no programa pedagógico quinhentista da Fonte da Manga (Coimbra), in Actas III CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL FRANCISCANISMO EN LA PENÍNSULA IBÉRICA: *El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*, 3., 2009, Ciudad Rodrigo (Salamanca). *Actas...* Córdoba: Ediciones El Almendro, 2010. p. 369-393.

BATTISTA, Alberti Leon. *De re ædificatoria...* 2009. Disponível em: <http://architectura.cesr.univ-tours.fr/traite/Notice/ENSBA_20A4.asp?param=>>. Acesso em: 11 set. 2013.

DE' PASTI, Matteo. *Tempio Malatestiana*. 1450. Disponível em: <http://www.lib-art.com/artgallery/2482-tempio-malatestiana-matteo-de-pasti.html>. Acesso em: 11 set. 2013.

FERNANDES, Maria Clara Correia. *Tratados de Arquitectura BESBAP, BFAUP, BFCUP, BISEP, BPMP*. [Porto]; [198-]. Texto dactilografado.

KRÜGER, Mário Júlio Teixeira. *Introdução*. In ALBERTI, Leon Battista. *Da Arte Edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

MALTESE, Corrado (Ed.). *Trattati di Architettura Ingegneria e Arte Militare*. Milano: Edizioni Il Polifilo, 1967. v. 1 e 2.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1983.

PERICÃO, Maria da Graça. *Tratadística de Arte dos Séc. XVII e XVIII existente na Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa*. In: CONGRESSO DO BARROCO NO BRASIL / ARQUITECTURA E ARTES PLÁSTICAS, 2., 1989, Ouro Preto. *Actas...* Ouro Preto: Ed. Revista Barroco, 1990-1992.

SANCHEZ, Formosinho. O “De Architectura” de Vitruvius numa recolha bibliográfica (manuscrita e impressa existente em Portugal). *Revista Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, Lisboa, 3ª. série, 1991. Separata.

SCHLOSSER, Julius. *La literatura artística: manual de fuentes de la historia moderna del arte*. Madrid: Ediciones Cátedra, [1924].

VITRÚVIO. *Vitruvius: tratado de arquitectura*. Tradução, introdução e notas de Justino M. Maciel. Lisboa: I.S.T. Press, 2006.

MUSEU DA GASTRONOMIA BAIANA

– Senac

Maria Helena Pereira da Silva

MGBA NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DO SÃO SALVADOR

O Museu da Gastronomia Baiana está localizado na Praça José de Alencar 13/19, no Largo do Pelourinho em Salvador, Bahia.

Preservação da História e do Patrimônio Cultural

A história do Museu das Portas do Carmo começa em 1974, com a aquisição e restauração feita pela Federação do Comércio do Estado da Bahia dos quatro casarões coloniais do Século XIX, situados no Largo do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

Um novo modelo de Museu

Trinta anos depois, surge um novo modelo de Museu, um lugar para vivenciar, valorizar e conhecer a cultura da Bahia, terra do mistério e da magia, onde convivem em harmonia, raças e culturas diferentes. A ideia do novo Museu da Gastronomia Baiana, no cenário secular, é oferecer um

aconchegante espaço de preservação da história e do patrimônio cultural. Integrando-se à comunidade local, o ambiente proporciona aos visitantes e turistas a oportunidade de conhecer e saborear a gastronomia regional no Restaurante-Escola Senac, o contato com a arte, através do espaço de Exposição de Longa Duração, além da Loja Doces & Livros.

Bahia: encontro de sabores, de povos e de culturas

O Museu da Gastronomia Baiana, iniciativa do Senac Bahia e do Departamento Nacional, foi inaugurado na cidade de São Salvador, em 15 de agosto de 2006. Projeto pioneiro no Brasil, apresenta a comida em diferentes contextos sociais e culturais, destacando seu valor patrimonial, com a configuração conceitual, filosófica e executiva do museólogo e antropólogo *Raul Lody* e do arquiteto *Noel Saldanha Marinho* com a participação técnica do arquiteto *José Marcos Lopes*; e com o projeto de design visual de autoria de *Maria Helena Pereira da Silva*. Estende-se ao Restaurante-Escola Senac, proporcionando experiências gastronômicas em amplo cardápio de pratos do recôncavo e do sertão. Assim, compreende-se a culinária desde a escolha dos ingredientes, tecnologias de preparo, utensílios, maneiras de servir e rituais de comer, construindo identidades e singularizando pessoas e lugares.

A Unesco destaca os sistemas alimentares dos povos enquanto expressões notáveis da capacidade simbolizadora do homem. Por isso a importância em preservar e registrar as culinárias no âmbito do patrimônio cultural. No caso da Bahia, destaca-se a multiculturalidade de um estado marcadamente afrodescendente, reunindo testemunhos dos povos indígenas e de imigrantes estrangeiros de diferentes regiões do Oriente e do Ocidente. Finalizando o circuito, está a Loja Doces & Livros, lugar para beber um café, conhecer livros da Editora Senac e cartões postais. Assim, o público pode adquirir diferentes lembranças que certamente memorizarão a visita e conhecer a Bahia pela boca, por seus sabores é conhecer verdadeiramente a Bahia.

Visitando o Museu

Foram criados três circuitos de visitação:

1º Circuito Dendê: duração prevista = 2 horas

Chegada ao Largo do Pelourinho / Situação ambiental / Visita ao conjunto externo/arquitetura, compreendendo desde a Igreja do Rosário às Portas do Carmo até o prédio que abriga a Exposição de Longa Duração / Visita a Exposição de Longa Duração / Chegada ao prédio do Restaurante-Escola Senac / Almoço de pratos da culinária da Bahia / Visita ao ponto de venda: Loja Doces & Livros, destacando-se a série de livros Formação da Culinária Brasileira – Senac.

2º Circuito Carimã: duração prevista = 1 hora

Chegada ao Largo do Pelourinho / Situação ambiental / Visita ao conjunto externo/arquitetura, compreendendo desde a Igreja do Rosário às Portas do Carmo até o prédio que abriga a Exposição de Longa Duração / Visita a Exposição de Longa Duração / Visita ao ponto de venda: Loja Doces & Livros.

3º Circuito Acarajé: duração prevista = 40 minutos

Chegada ao Largo do Pelourinho / Visita a Exposição de Longa Duração / Visita ao ponto de venda: Loja Doces & Livros.

Exposição de Longa Duração

Espaço museográfico dedicado a situar o visitante nos temas históricos, culturais e sociais formadores dos sistemas alimentares da Bahia. É, ainda, lugar para descobrir e desejar saborear algumas iguarias que integram os cardápios do Recôncavo, do Litoral e do Sertão.

A formação social e cultural do brasileiro pode ser entendida pelo que se come e como se come. A nomenclatura dos produtos, ingredientes, temperos aponta para a diversidade de povos e de civilizações que integram nossa mesa e nossos hábitos alimentares.

A comida é expressão de sensibilidade e de comunicação entre as pessoas. Ela exige todos os sentidos e sentimentos para ser então, verdadeiramente, integrada ao corpo e ao espírito.

A Exposição de Longa Duração é composta por fotos, objetos, ilustrações, mapas, textos e tem início na vitrine *Introdução à Culinária Brasileira*. Produtos do reino, aqueles chegados de Portugal e do Oriente: Índia, Indonésia, China, Ceilão. Produtos da costa, os oriundos da ampla costa africana, diga-se costa ocidental e oriental do continente. Produtos da terra, aqueles nativos, americanos, dos habitantes originais, dos muitos povos indígenas. Todos reunidos, transformados, interpretados e enriquecidos com outros imigrantes da Europa, da Ásia, de povos muçulmanos vão construindo os gostos, os sabores do Brasil.

A boca do brasileiro, desde suas primeiras relações com a Europa e a África, é enriquecida com sabores de diferentes partes do mundo.

Na sequência encontram-se as vitrines: *Água, Fazer, Servir e Dendê*. No hall de passagem para a segunda sala é exibido o documentário *Feira de São Joaquim – Tapioca – Pesca – Caruru – Dendê – Acarajé – Abará*, dirigido por *Ricardo Miranda*. Na segunda sala, o visitante encontrará a vitrine *Cozinha*; dois cadernos de receitas retiradas dos livros: *A arte culinária na Bahia* de Manuel Querino e *A culinária baiana no Restaurante do Senac Pelourinho*; a *Banca de Potes*, lugar para guardar água para o consumo doméstico e o painel *Comidas Sagradas do Candomblé*. Estão expostas também as maquetes *Olubajé*, cerimônia pública do candomblé kêtú, homenageando o orixá Omolu, onde são servidas muitas comidas feitas com azeite-de-dendê; e *Roça de Cacau*, conjunto de atividades para o beneficiamento das amêndoas (cacau). Destaca-se a vitrine *Os Muros da Cidade, o Castelo de Santa Catarina e as Portas do Carmo* que conta a história das Muralhas de Santa Catarina (século XVII).

A *Vitrine Homenagem* é o único espaço temporário do Museu, dedicado a homenagear personalidades e temas de importância para a gastronomia baiana. No período de 2006 a 2011 foram expostos os seguintes títulos: *Homenagem a Maria de São Pedro*; *Homenagem a Ilda Anunciação dos Santos – Baiana de Acarajé, mulher de Axé*; *Homenagem aos Vendedores de Farinha*; *Homenagem a Manuel Querino*; *Homenagem as Doceiras da Bahia*; *Homenagem à Água de Quartinha*; *Homenagem ao*

Mercado e Feira de São Joaquim; Homenagem ao Vatapá; Homenagem ao Acaçá e Homenagem ao Bolinho de Estudante.

Restaurante-Escola Senac

Espaço onde o visitante come o Museu e são oferecidos variados pratos salgados e doces que identificam matrizes étnicas formadoras de uma gastronomia multicultural. São encontros à mesa com a Bahia; momentos de experimentar gostos, sabores, tradições e criações contemporâneas.

Loja Doces & Livros

Espaço para finalizar a visita ao Museu, onde o visitante pode tomar um cafezinho, adquirir livros, cartões-postais e outros produtos que vão trazer lembranças da gastronomia baiana.

Gastronomia e Patrimônio Cultural

O Museu da Gastronomia Baiana promove Seminários anuais em sua sede, convidando o público a refletir sobre a contribuição da culinária na formação das sociedades. Nos últimos cinco anos foram realizados cinco Seminários:

I Seminário: Gastronomia e Identidades Culturais: comida e patrimônio cultural, comida e memória, gastronomia e rotas turísticas. Outubro de 2007.

II Seminário: Dendê, Gastronomia & Cultura da Bahia. Agosto de 2008.

III Seminário: Doçaria Tradicional Brasileira. Agosto de 2009.

IV Seminário: Rotas Gastronômicas Turismo e Alimentação. Agosto de 2010.

V Seminário: Receitas Tradicionais da Bahia: Memória e Etnogastronomia. Agosto de 2011.

O *Design* Visual do MGBA

O projeto de identidade visual do Museu da Gastronomia Baiana foi criado com o objetivo de representar com equilíbrio e harmonia o novo espaço cultural da cidade de Salvador.

A marca desse Museu representa a união da história ao mundo contemporâneo. Usando palavras da culinária do dialeto Banto (ndende e kiambo) ao lado de palavras da culinária baiana – África-Bahia – desenhadas com duas tipografias de épocas diferentes. As formas remetem a alguns símbolos que podem ser associados ao tempo, ao espaço e a região em que está localizado e, principalmente, ao seu conteúdo.

A concepção da marca foi referência para a criação e definição de todas as representações visuais do espaço arquitetônico e peças gráficas.

Os textos foram desenhados com dois tipos de letras, criados em diferentes épocas da história do design tipográfico. As letras escolhidas remetem a origem da escrita, quando os textos eram manuscritos, um tipo mais antigo e outro tipo criado, recentemente, com ferramentas digitais. A composição destas duas tipografias, sempre envolvidas ou tendo como referência o círculo, representam o tempo, a unidade através de uma forma infinita, sem definição de princípio e fim. As informações de conteúdo histórico-cultural que fazem parte de todo o espaço são representadas por uma terceira tipografia, neutra, compreensível e funcional.

Assim como as cores verde e laranja, representam os conteúdos kiambo/quiabo e ndende/dendê, criando uma combinação diferenciada com tons contrastantes e equilibrados. Em algumas situações pontuais aparece um tom complementar, avermelhado que representa o urucum, cor quente que produz movimento, um impacto sutil e uma linguagem contemporânea, relacionada a influência indígena presente na culinária baiana. A cor preta é usada de forma básica em informações que tem necessidade de maior legibilidade.

Preservando a Memória e a Cultura

O Senac Bahia amplia a gama de serviços prestados na área cultural destacando-se os Centros de Documentação do Senac que atendem o público geral, oferecendo-lhe oportunidades de pesquisas, estimulando a construção do conhecimento, além da comercialização das publicações editadas pelas Editoras Senac.

O Senac Bahia oferece suporte bibliográfico através de três bibliotecas automatizadas: Edifício Casa do Comércio, Aquidabã e Porto Seguro. Está implantando mais duas bibliotecas com sedes no bairro da Pituba em Salvador e na cidade de Vitória da Conquista. Através das bibliotecas, o Senac preserva a memória institucional, mantendo os seus acervos sempre atualizados.

REFERÊNCIA

Lody, Raul (Org.). *Catálogo Museu da Gastronomia Baiana*. Salvador: Senac, 2007.

A EUROPA PERTO DE TODOS: uma rede de informação para fomentar e divulgar a construção europeia

Ana Lúcia Terra

DA COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO À UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE), tal como hoje a conhecemos, com 28 Estados-Membros, com cerca de 500 milhões de habitantes, resulta de um processo de construção complexo que teve origem no final da II Guerra Mundial.

De facto, em 18 de Abril de 1951, a Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal da Alemanha assinaram o Tratado de Paris instituindo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O objectivo era coordenar, através de uma Alta Autoridade, a produção e a comercialização do aço e do carvão dos Estados-Membros, com um intuito mais abrangente de criar um quadro de estabilidade e cooperação económica e política que ajudasse a ultrapassar as devastações e as animosidades provocadas pela II Guerra Mundial.

Em 1957, a construção europeia ganha nova dinâmica com o Tratado de Roma, criando a Comunidade Económica Europeia (CEE) e também a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). A Euratom correspondia à transposição para a energia nuclear do método adoptado

em relação ao carvão e ao aço na CECA. Já a CEE tinha por objectivo abolir as fronteiras para as mercadorias, os serviços, os trabalhadores e os capitais, criando um mercado comum. Este mercado comum torna-se um sucesso e os seis países fundadores apresentam um crescimento económico notável, graças à supressão das barreiras alfandegárias e à implementação de políticas comuns, em especial no domínio agrícola.

Com o sucesso económico do grupo dos Estados-Membros da CEE, vários países foram-se tornando candidatos à adesão. Assim, em 1973, ocorreu o primeiro alargamento com a entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido. Em 1981, foi a vez da Grécia e cinco anos mais tarde, em 1986, da Espanha e de Portugal.

A assinatura do Tratado de Maastricht, em 9 de Fevereiro de 1992, deu origem à União Europeia, em substituição da Comunidade Europeia. Este tratado significou um reforço e um aprofundamento da integração dos Estados-Membros ao estabelecer as regras para a futura moeda única, o Euro, para a política externa e de segurança além de uma maior cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos.

Em 1 de Janeiro de 1995, assiste-se ao quarto alargamento com a adesão à UE da Áustria, da Finlândia e da Suécia. Em 1997, entra em vigor o Tratado de Amesterdão, que inclui disposições destinadas a reformar as instituições europeias e define novas regras para alocar mais recursos ao emprego e aos direitos dos cidadãos.

No início de 2002, o Euro torna-se a moeda única de 12 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal) alargando-se progressivamente a mais cinco (Eslovénia, Chipre, Malta, Eslováquia e Estónia).

Em 1 de Maio de 2004, dá-se o maior alargamento com a adesão à UE de 10 novos países (Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa). Alguns meses depois, os Estados-Membros assinam o Tratado Constitucional estabelecendo novas regras para simplificar o processo de decisão democrática e o funcionamento de uma UE alargada. Em 2007, a UE passa a incluir 27

Estados-Membros com a adesão da Bulgária e da Roménia. O último alargamento deu-se em julho de 2013 com a integração da Croácia, passando a haver 28 Estados-Membros da UE.

No final de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa. Este novo Tratado visava reformar o funcionamento da UE, tornando-a mais democrática e transparente para os seus cidadãos. O poder legislativo do Parlamento Europeu foi ampliado e o processo de codecisão com o Conselho passou a abranger novas áreas políticas. Além disso, a UE torna-se uma entidade única com personalidade jurídica. O Conselho Europeu, reunião dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países-Membros, adquire o estatuto de instituição da União com um Presidente nomeado por dois anos e meio, cabendo-lhe a definição das orientações e prioridades políticas da UE.

Em termos institucionais, desde os anos cinquenta, o projecto europeu manteve-se bastante estável apesar de as regras de funcionamento e do âmbito de acção das instituições terem sido sucessivamente adaptados. Assim, as principais instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu é actualmente constituído por 766 deputados, representantes dos cidadãos, eleitos de cinco em cinco anos através de sufrágio directo pelos eleitores de todos os 28 Estados-Membros da União Europeia. Detém o poder legislativo em parceria com o Conselho da União Europeia. Compete-lhe ainda fiscalizar as outras instituições da UE, nomeadamente a Comissão, a fim de garantir que funcionam de forma democrática. O debate e a aprovação do orçamento da UE constituem outra das grandes áreas da sua intervenção. O Parlamento tem três sedes: em Bruxelas (Bélgica), na capital do Luxemburgo e em Estrasburgo (França).

O Conselho Europeu desempenha um papel fundamental na orientação da agenda política da UE, na medida em que reúne os Chefes de Estado ou de Governo de todos os países membros, o Presidente da Comissão Europeia e o seu próprio Presidente. Cabe-lhe definir as grandes prioridades políticas e iniciativas da UE, nas suas quatro reuniões ordinárias anuais. As decisões podem ser tomadas por consenso ou por una-

nimidade, consoante a matéria em causa e de acordo com o estabelecido no Tratado.

No Conselho da União Europeia reúnem-se os ministros de cada Estado-Membro para adoptarem legislação e coordenarem as políticas da UE. O Conselho reúne-se em várias formações, consoante o domínio político (Economia, Agricultura, Educação, Emprego, etc). As reuniões são presididas pelo ministro que tutela a pasta do país que ocupa a Presidência rotativa da UE. Compete ao Conselho aprovar, em conjunto com o Parlamento, os textos legislativos propostos pela Comissão e o orçamento anual da UE, coordenar a política económica global da UE, assinar acordos internacionais nas mais diversas matérias, cooperar na definição de uma política externa e de segurança comum além de coordenar a colaboração entre os tribunais e as forças policiais dos Estados-Membros.

A Comissão Europeia, presidida desde 2004 pelo português José Manuel Durão Barroso, é composta por 28 Comissários, um por cada Estado-Membro, cada qual responsável por áreas políticas específicas. Cabe à Comissão a preparação dos projectos legislativos a serem aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho da UE, bem como garantir a execução das políticas, dos fundos e do orçamento da UE, representando e defendendo os interesses da União no seu conjunto e numa perspectiva supra-nacional. É a instituição “guardiã dos Tratados” e, por isso, está a seu cargo garantir o cumprimento da legislação europeia, em parceria com o Tribunal de Justiça da UE. É ainda a Comissão que representa a UE a nível internacional em algumas instituições, competindo-lhe negociar acordos com países terceiros.

Nos países do Velho Continente, o processo de integração europeia, com a perda progressiva de alguns domínios da soberania nacional, e a criação de um sistema político e de governo inovador, exigiu a promoção do conhecimento do público sobre o projecto no sentido de combater a ignorância e de fomentar a sua aceitação junto dos cidadãos. De seguida, iremos analisar algumas das medidas tomadas neste sentido.

O LUGAR DA INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Jean Monnet, um dos pais fundadores da Europa, ao assumir a presidência da Alta Autoridade da CECA, em 1952, começa logo a preocupar-se com as questões de informação, criando um Serviço de Imprensa e Informação. Havia já a consciência de que, como notou Matteo Stocchetti, a informação determina não só os termos da comunicação política, mas também os da própria “realidade política”. Assim, o papel da informação é duplo: cognitivo no sentido em que a informação é imprescindível para interpretar e “pensar” a política, ajudando a construir a representação da realidade, e político na medida em que a informação serve para “fazer” a política. (STOCCHETTI, 2000)

Apesar de o Tratado fundador de CECA não ter nenhum ponto aplicável à criação de uma política de informação, desde os primórdios da construção europeia, houve preocupação com as questões de imprensa e informação. Partiu-se de uma distinção dicotómica, que perdurou nas décadas seguintes, diferenciando a informação de índole jornalística e a informação em profundidade. Esta posição sustentava-se também numa visão dicotómica dos públicos: enquanto a informação jornalística visava o público em geral, a informação em profundidade dirigia-se aos designados “multiplicadores”, passíveis de assimilar um conhecimento mais complexo sobre o projecto europeu e de funcionarem como difusores de ideias de apoio ao seu aprofundamento.

Poderemos encontrar aqui a génese da actual política de informação e comunicação das instituições europeias. Esta área de acção política destina-se a promover a divulgação e a aceitação das ideias de integração delineadas pelos governos de vários Estados do Velho Continente, no sentido de formar uma opinião pública habilitada para compreender, dar apoio e identificar-se com construção europeia. Em última análise, trata-se de formar cidadãos europeus.

Por outro lado, desde a década de cinquenta do século passado, as actividades de informação desempenharam um papel de divulgação das

políticas comunitárias, sublinhando as suas mais-valias. Neste sentido, a política de informação serviu como política legitimadora do projecto europeu. Aliás, a política de informação procurava funcionar como um meio de agregação positiva, sistémica e simbólica dando uma visão global de políticas parcelares. Neste sentido, a política de informação configura-se a ela própria não só como um processo mas também como um sistema em permanente interacção entre o macro e o micro. A política de informação recebe *inputs* do interior e do exterior das instâncias comunitárias, os quais, depois de transformados pelas estruturas do sistema, constituem *outputs* passíveis de fomentar um ambiente propício à integração. Assim, a consciência da inter-relação dinâmica entre a política de informação, outras políticas sectoriais e o contexto histórico, nas suas múltiplas vertentes, constitui um elemento distintivo desta área de intervenção da política europeia.

Também os elementos centrais da política de informação foram delineados ainda no âmbito da CECA, preconizando-se a utilização de publicações, dos *mass-media*, de filmes, de exposições, de visitas e mais recentemente da Internet como canais de comunicação privilegiados. A utilização de unidades de informação, organizadas em redes ainda que pouco estruturadas, começou, igualmente, nos anos sessenta. A definição de grupos alvos prioritários também teve início nesta altura, mas o seu leque foi sendo alargado ao longo do tempo. Assim, partindo dos meios sindicais, universitários e dos jovens, passou, depois, a abranger os consumidores, as mulheres, os meios industriais e de negócios, os ambientalistas, entre outros.

Coube sempre à Comissão a iniciativa de propor a estratégia em matéria de política de informação, mas, muito frequentemente, o Parlamento procura intervir nesta área, sendo que o Conselho também não deixa de marcar a sua posição em momentos pontuais. Assim, esta área de acção política ocupou um lugar importante na relação interinstitucional entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho.

É neste contexto que deveremos enquadrar o apoio das entidades europeias à criação de organismos de informação espalhados pelo ter-

ritório dos Estados-Membros. Iremos analisar, de seguida, as estratégias de informação vocacionadas especificamente para o âmbito universitário.

A DIVULGAÇÃO DO PROJECTO EUROPEU NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Apoiar e promover, no âmbito universitário, a investigação sobre a integração europeia, favorecendo o surgimento e a consolidação de um corpo académico de professores especializados nesta temática, constituíram dois importantes objectivos e linhas de acção da Comissão Europeia desde a década de sessenta do século passado. Tratava-se de fomentar a problemática europeia como uma área de pesquisa, de ensino e de estudo relevante no contexto universitário. (LASTENOUSE, 2003)

O recrutamento de elites intelectuais no âmbito académico militantes da “causa” europeia fez com que a atenção dedicada ao mundo universitário fosse uma constante na acção das instituições europeias. Esta estratégia pode ser enquadrada como uma das vertentes da política de informação desenvolvida pelo Serviço de Imprensa e Informação, da Comissão Europeia, no qual existiu desde cedo uma Unidade de Informação Universitária. (LA VALLE, 2004)

A partir de 1962, uma das iniciativas deste serviço passou a ser a aplicação de um inquérito periódico para recolher informação junto das Universidades no sentido de saber quem estudava o quê sobre a temática europeia. Nesta altura, tratava-se essencialmente de estudos de doutoramento na área do Direito Comunitário, da Economia e da Ciência Política. Já os estudos de índole histórica só passaram a ter algum relevo percentual após a abertura dos arquivos europeus, em 1980. (LA VALLE, 2004) Em vários documentos do Serviço de Imprensa e Informação, é referida a criação e actualização constante deste ficheiro sobre o ensino e a investigação das temáticas europeias no âmbito das Universidades. Interessava, pois, ter um conhecimento acurado sobre as abordagens desenvolvidas. Este conhecimento deveria ser aprofundado com uma cooperação mais

“pessoal” com os docentes, investigadores e alunos afirmando-se mesmo que tal cooperação “[...] pode ir normalmente até influenciar e orientar directamente os programas de ensino e os trabalhos de pesquisa”.¹ (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 5)

Neste mesmo documento interno de 1964, é ainda evidenciada alguma surpresa pela importância crescente do estudo de matérias europeias no âmbito universitário, em especial através da criação de disciplinas ministrando conteúdos nesta área, da fundação de centros universitários de investigação sobre as Comunidades e até mesmo de licenciaturas na área do Direito ou da Economia com especialização na vertente europeia. Do documento sobressai a intenção geral dos serviços das instituições em “[...] tomar medidas úteis para facilitar esta evolução e se possível acelerá-la”.² (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 5) Esta declaração de intenções derivava da constatação de que a informação de âmbito universitário constituía um dos investimentos mais “fecundos” da política de informação. De facto, representava

[...] o caminho mais seguro para tornar os futuros quadros políticos, administrativos e sociais dos Estados-Membros, formados na Universidade, capazes de conhecer a problemática da integração europeia, de a assimilar, de dominar a sua complexidade e aptos para agirem posteriormente como verdadeiros cidadãos europeus.³ (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 2-3)

¹ Tradução nossa do original: “[...] peut aller normalement jusqu’à influencer et à orienter assez directement les programmes d’enseignement et les travaux de recherche”.

² Tradução nossa do original: “[...] prendre les dispositions utiles pour faciliter cette évolution et si possible l’accélérer”.

³ Tradução nossa do original: “[...] la voie la plus sûre pour mettre les futures cadres politiques, administratifs, sociaux des États Membres, formés par l’Université, en mesure de pénétrer la problématique de l’intégration européenne, de l’assimiler, d’en dominer la complexité et d’agir ultérieurement en véritables citoyens européens”.

Numa clara orientação funcionalista, as instituições fomentavam a preparação intelectual das elites dos países membros no sentido de as conquistarem para a dimensão europeia, ultrapassando as dimensões nacionais. Poderemos aqui sublinhar uma acção evidente de *marketing* político de um projecto ideológico e das suas estruturas de governo, ainda que não reconhecido explicitamente.

Outra vertente importante dos estudos universitários sobre a temática europeia prendia-se com a necessidade de preparar a sociedade para uma realidade totalmente nova e de fornecer às instituições europeias análises e reflexões que elas próprias poderiam aproveitar para a sua acção governativa. Para o efeito, a Comissão Europeia promoveu o estabelecimento de vários tipos de parcerias com instituições de ensino superior onde se desenvolviam matérias ou cursos de Estudos Europeus.

Como linhas de acção para cativar e satisfazer as necessidades deste público académico, o já citado documento de 1964 refere que o meio universitário exige informação e documentação de índole científica e com características específicas. Para satisfazer este grupo-alvo tinha sido criada a já referida Divisão de Informação Universitária que afirmava ter como objectivo tornar a documentação europeia mais facilmente acessível para os docentes e os estudantes que a procuravam, promover a criação de embriões de centros de estudos europeus nas universidades, reunindo aí toda a documentação e tendo funcionários para atender os pedidos e organizar iniciativas diversas, fomentar a ida de professores e estudantes aos serviços das instituições em Bruxelas (em 1964, foram acolhidos 200 visitantes deste tipo, cada um durante cinco dias), além de promover a cooperação com os professores de matérias europeias. (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D'INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 6)

Uma abordagem detalhada à evolução estrutural e orgânica deste serviço da Comissão dedicado à informação universitária não se afigura relevante para o presente trabalho. Importará apenas sublinhar que, na década de setenta, o Serviço de Imprensa e Informação tornou-se a

Direcção-Geral de Imprensa e Informação, DGX, onde existia um serviço dedicado à Juventude, Meios Pedagógicos e Universitários. Em 1985, a DGX sofreu nova reformulação e começou a designar-se Direcção-Geral para a Informação, Comunicação e Cultura, mas continuou com a alçada da informação universitária. A partir de 1990, o apoio da Comissão Europeia vocacionado para os meios académicos passou a integrar a acção Jean Monnet destinada a financiar cátedras de Estudos Europeus em Universidades de todo o mundo e iniciativas científicas (seminários, cursos, conferências) no mesmo âmbito. (COMISSÃO EUROPEIA, 1997; EUROPEAN COMMISSION, 2011)

Esta relação das instituições europeias com as universidades contribuiu para o processo de institucionalização e de legitimação do projecto de integração, desde a sua fase mais inicial. Poderemos convocar aqui o conceito de “capital de reputação” facilitador de relações de confiança e de sentimentos de apoio, usado com proveito na análise de algumas instituições e serviços públicos. (LUOMA-AHO, 2008) A reputação é um conceito artificial, muito determinado culturalmente, baseado na avaliação e nas percepções subjectivas dos indivíduos e não numa avaliação quantitativa exacta e expressiva. Uma boa reputação proporciona um ambiente favorável de acção, mas exige um esforço contínuo de boas práticas capazes de suscitar nos interlocutores sentimentos de credibilidade, confiança e responsabilidade. No caso europeu, esta posição sustentou-se em criar laços de proximidade com as elites no sentido de as motivar a ter sentimentos e acções favoráveis ao projecto de integração, influenciando depois com esta perspectiva favorável outras camadas e grupos sociais.

Uma das vertentes mais antigas das parcerias entre as instituições europeias e as universidades consistiu na criação de bibliotecas depositárias de documentos europeus no âmbito destas instituições de ensino, as quais recebiam a documentação produzida pelo Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE), desde 2009 designado de Serviço das Publicações da União Europeia (Serviço das Publicações), um organismo interinstitucional responsável pela edição das publicações

das instituições das Comunidades Europeias e da União Europeia.⁴ Na década de sessenta, são estas bibliotecas depositárias que irão dar origem à rede dos Centros de Documentação Europeia (CDE), que iremos abordar de seguida.

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Os CDE constituem bibliotecas especializadas em assuntos europeus, localizadas maioritariamente em instituições de ensino superior onde se desenvolvem estudos e pesquisas neste âmbito. O seu surgimento, na década de sessenta, foi de certa forma espontâneo, na medida em que as faculdades ou os departamentos onde existiam cursos relacionados com o projecto de integração europeia e/ou onde se fazia investigação nesta matéria solicitavam o envio de documentação publicada pelo SPOCE à Divisão de Informação Universitária.

A partir da década de noventa, a criação dos CDE passou a estar sujeita a um processo mais formalizado, envolvendo a assinatura de um protocolo entre a instituição acolhedora desta unidade de informação e os serviços da Comissão Europeia. Tratava-se essencialmente de garantir o que já vinha sendo feito: a instituição onde o CDE estava localizado comprometia-se a disponibilizar um local para os documentos recebidos gratuitamente, a tratá-los de forma a torná-los pesquisáveis e passíveis de consulta por parte do público. Para tal, comprometia-se a custear os gastos da contratação de um bibliotecário ou documentalista habilitado para o efeito, além de nomear um responsável académico para supervisionar o serviço. Por seu lado, a Comissão, através da sua Representação, ficava encarregue de prestar o apoio solicitado pelos CDE no acesso a documentos além de promover a formação específica dos funcionários dos CDE em matérias europeias. (McCARTHY, 1991)⁵

⁴ Para mais informações sobre o Serviço de Publicações consultar: <http://publications.europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 12 ago. 2011.

⁵ Sobre a origem deste acordo, na década de noventa, ver Caddel (1997).

Neste contexto, um dos primeiros objectivos dos CDE é apoiar e estimular o desenvolvimento da leccionação e da investigação de matérias no âmbito do projecto de construção europeia. Tendo em conta esta ligação com o corpo académico, em muitos casos, os CDE têm a supervisão de um docente da instituição hospedeira do CDE além de um bibliotecário responsável. Contudo, esta presença dos profissionais da informação nos CDE só se tornou obrigatória nos anos noventa pois, até essa data, muitos careciam de bibliotecário ou de documentalista para realizar as tarefas inerentes à organização e disponibilização da informação.

Deveremos notar que as instituições hospedeiras vêm na criação de um CDE um investimento em termos de recursos de informação, mas também do ponto de vista simbólico. Como notou Ian Thomson, estas instituições “[...] vêem a inclusão de uma dimensão europeia nas suas atividades e no seu *ethos* como um elemento fundamental da sua planificação estratégica para o futuro”.⁶ (THOMPSON, 1995, p. 17) Aliás, também aqui, poderemos recuperar com proveito o conceito de capital de reputação.

De facto, as instituições acolhedoras dos CDE consideram que esta parceria com as instituições europeias é prestigiante e benéfica para si, ainda que tenham de garantir o financiamento necessário à manutenção do espaço físico e dos funcionários necessários para ter o CDE aberto ao público. Neste sentido, estas unidades de informação europeias apresentam um saldo financeiro positivo para a Comissão, na medida em que o investimento próprio desta última é diminuto conseguindo, no entanto, atingir um público significativo. (ALLEWELDT, 2007)

Para determinar o tipo de documentação recebida, os CDE são classificados em duas tipologias: os generalistas, que recebem todas as publicações emanadas do Serviço de Publicações, e os CDE especializados que recebem apenas as publicações dos domínios correspondentes às áreas de interesse declaradas. A distinção entre CDE generalistas e espe-

⁶ Tradução nossa do original: “[...] see the development of a European dimension to their activities and ethos as a fundamental aspect of their overall planning strategies for the futures”.

cializados foi posta em prática pela Comissão em 1987-1988, de maneira a racionalizar o envio da documentação fazendo com que os CDE apenas recebessem o que era realmente pertinente para as áreas de ensino e/ou pesquisa a que se dedicavam. (THOMPSON, 1992)

Esta alteração, ocorrida nos anos oitenta, deve ser analisada tendo em atenção a quantidade e a diversidade cada vez maior de documentação publicada, quer em suporte papel, quer em versão electrónica. De facto, era questionável, por um lado, a capacidade dos CDE em possuírem espaço físico para acondicionarem os documentos; por outro lado, para o Serviço de Publicações era incomportável distribuir todas as publicações a um número cada vez mais elevado e distante geograficamente de CDE. Além disso, este volume exorbitante de documentos podia não ser de utilidade para os frequentadores dos CDE, pois, no geral, os seus campos de pesquisa estão muito relacionados com os temas leccionados na Universidade onde o centro está inserido. Paralelamente, com um verdadeiro trabalho em rede dos CDE, os documentos solicitados pelos utilizadores poderiam ser sempre obtidos através de empréstimo interbibliotecário.

Estas unidades de informação providenciam aos seus utilizadores documentos, na sua quase totalidade, editados e fornecidos graciosamente pelas instituições europeias. Isto significa que a informação disponibilizada é uma informação filtrada pelos próprios órgãos comunitários que procuram dar de si uma informação positiva. Naturalmente, isto não inviabiliza o facto de os conteúdos serem rigorosos e fiáveis, mas apenas que há uma selecção prévia do que se pretende divulgar. Aqui, os utilizadores encontram informação de divulgação com base em dados genéricos, apresentados em brochuras e outro tipo de desdobráveis, mas também estudos conduzidos pelas instâncias comunitárias ou por elas financiados, além de informação estatística detalhada e de legislação.

Importa aqui realçar que com a distribuição gratuita de documentos junto dos CDE, as instituições europeias procuram disseminar informação no intuito não só de possibilitar o conhecimento acerca das suas próprias actividades mas também de criar uma rede de organizações

“amigas” que tendiam a divulgar estudos acerca da entidade produtora e emissora. Aliás, como notava Konstandinos Kaiopoulos, em 1992, ainda antes do advento da Internet como meio de comunicação de massas, este suporte escrito que a Comissão distribuía graciosamente por centenas de instituições, representava o melhor meio de divulgação através do qual a tecnocracia europeia podia exprimir os seus argumentos sem passar pelo crivo da “censura nacional”. (KAIÖPOULOS, 1992, p. 58)

A partir dos anos noventa, a quantidade de documentação impressa enviada para os CDE começou a diminuir à medida que foi crescendo a informação digital disponível no portal EUROPA.⁷ Actualmente, o portal é gerido pelo Departamento de Comunicação da Comissão Europeia e serve para congregar informação de todas as instituições e agências da UE. É o maior sítio *web* do mundo com conteúdos traduzidos nas 24 línguas oficiais da União, ainda que os níveis de tradução sejam variáveis: se algumas páginas estão traduzidas em todas as línguas outras estão disponíveis apenas nas três línguas de trabalho (alemão, francês e inglês) ou mesmo numa única. Em 2009, teve quase dois mil milhões de páginas vistas e perto de 300 milhões de visitas. (EUROPEAN UNION, [2011?])

O Portal EUROPA tornou-se, assim, um instrumento fundamental para a divulgação da informação europeia e também para a promoção da comunicação com os cidadãos afastados de Bruxelas. Poderemos também notar que serve para alimentar, em alguma medida, a crença num mito digital, pois considera-se que representa uma solução quase ideal para aproximar os cidadãos da UE e facilitar a sua participação política em novos moldes. Naturalmente, a disponibilização, em qualquer parte e a qualquer hora, de conteúdos quase ilimitados acerca do projecto de integração no portal EUROPA veio abalar o lugar que as redes de informação europeia, espalhadas por todos os Estados-Membros, tinham enquanto “portas” de acesso à informação das instituições europeias. Contudo, isso não significou o fim das redes de informação europeia, em

⁷ <www.europa.eu>.

específico dos CDE, mas antes a necessidade de reconfigurar o seu papel, a sua intervenção e os serviços oferecidos aos utilizadores.

Assim, hoje, existem perto de 400 CDE na UE, criados imediatamente antes ou pouco depois da adesão do país ao projecto comunitário, os quais procuram reforçar os laços de ligação entre si, afirmando-se como uma rede de informação.

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA ENQUANTO REDE DE INFORMAÇÃO

Deveremos notar que a inserção do CDE numa instituição preexistente, com objectivos, cultura institucional e meios próprios, vai naturalmente condicionar a forma como esta unidade de informação é gerida, determinando as questões de acesso, de organização da informação ou de acondicionamento dos documentos. Desta forma, os CDE apresentam variações significativas entre si, determinadas sobretudo pelo contexto institucional onde estão inseridos.

Na verdade, o ambiente onde os CDE se enquadram é composto por várias componentes: a biblioteca universitária à qual estão ligados, a comunidade académica da sua universidade ou da região onde se inserem, a rede dos CDE, nacional e europeia, as outras redes de informação da UE, a direcção-geral de tutela da Comissão Europeia e a Representação da Comissão no país de origem de cada CDE.

A participação dos CDE numa rede de informação europeia efectiva só parece ter começado a tomar forma no início da década de 1990, sobretudo graças à criação da unidade Redes de Informação, na DGX, a qual promoveu seminários, em Bruxelas, para os bibliotecários dos CDE desde 1995. Aliás, as iniciativas daquela nova unidade da DGX foram, à época, muito bem percebidas pelos agentes dos CDE. A este propósito Ian Thomson escrevia:

Assumindo-nos como parte de uma rede transnacional de CDE não significa que todos os CDE são, ou devam ser, geridos da

mesma forma, disponibilizando os mesmos serviços. As tradições nacionais de difusão da informação são distintas, tal como as circunstâncias individuais de cada instituição. Contudo, as oportunidades criadas [...] para um trabalho em rede dos CDE são significativas e bem-vindas.⁸ (THOMPSON, 1992, p. 17)

Já em 1998, em Bruxelas, decorreu o primeiro encontro dos coordenadores nacionais dos CDE de cada país. (RIGAKOU, 1998) Assim, no final da década de 1990, os CDE parecem ter começado a viver, de facto, os efeitos da rede graças a estes encontros periódicos entre os seus responsáveis e ao lançamento de um esquema de intercâmbio entre funcionários.

Actualmente e desde 2007, a rede dos CDE está integrada na rede Europe Direct. Esta rede oferece dois tipos de serviços: um serviço de informação centralizado, acessível através do telefone ou da Internet (correio electrónico ou *chat*), e serviços de informação em todos os países da UE onde é possível obter informações adaptadas às necessidades locais. (EUROPE..., [20--])

De acordo com a informação disponível na página do Europe Direct, no portal EUROPA, o serviço de informação centralizado faculta respostas imediatas a perguntas gerais sobre a UE; orientação sobre as melhores fontes de informação; informações sobre os direitos e oportunidades dos cidadãos da UE e como exercer esses direitos (autorização de residência, reconhecimento de qualificações nos países da UE); informações sobre distribuição e acesso às publicações da UE; fichas de informação, relatórios, estatísticas, documentos de trabalho acerca de políticas específicas; informações sobre a integração europeia e sobre a história, símbolos e instituições da UE.

Por seu lado, os serviços de informação locais abrangem três tipos de organismos de informação europeia distintos: os Centros de Informa-

⁸ Tradução nossa do original: "Seeing oneself as part of an transnational EDC network does not mean that all EDCs are, or should be, managed in identical ways, providing a common set of services. National traditions of information provision differ, as do the circumstances of individual institutions. Nevertheless, the opportunities created [...] for transnational EDC networking are significant and are to be welcomed."

ção Europe Direct (EDIC), os Centros de Documentação Europeia (CDE) e um conjunto de Oradores Especialistas (agrupados debaixo da designação Team Europe). Na página do Europe Direct, estes serviços são apresentados como os elementos constituintes da rede Europe Direct, havendo uma base de dados que permite pesquisar a existência e os contactos de cada um destes tipos de organismos de informação europeia nos Estados-Membros. (CONTACTS, [20--])

Actualmente, existem 480 EDIC espalhados pelos Estados-Membros. Cabe-lhes proporcionar informações de carácter geral sobre a UE (sessões de sensibilização, sítios *web*, publicações, colaboração com os órgãos de informação locais) e dar resposta a pedidos de informação dos cidadãos pessoalmente ou por telefone/correio electrónico.

Os oradores especialistas (Team Europe) são peritos em matérias europeias de várias ordens, responsáveis por apresentações, grupos de trabalho ou debates em feiras comerciais e conferências ou a convite de entidades tais como escolas, ONG, empresas, etc. Também mantêm uma participação activa nos meios de comunicação social, com entrevistas e artigos de opinião. Existem cerca de 400 especialistas repartidos por todos os Estados-Membros.

Mas em que medida poderemos falar com correcção de uma rede de informação? Que componentes constituem e distinguem uma rede? Iremos, em seguida, analisar alguns destes aspectos.

Saint-Simon é apresentado como o fundador do conceito moderno de rede ao ligá-lo às componentes de associação, de comunicação e de comunhão, considerando que a razão do sucesso é a partilha de um bem/objectivo comum. A rede permite conceber entre as suas unidades ligações múltiplas e variadas: essas unidades perdem a sua insularidade e podem perder também parte da sua independência. (MUSSO, 2003)

A criação formal da rede dos CDE, nos anos noventa, permitiu reagrupar e organizar a multiplicidade emergente das unidades de informação, muito enfática a partir desta década. Por outro lado, a constituição de novas redes de informação europeia, nos anos oitenta e noventa, pro-

curava tecer uma malha capaz de englobar todo o território da UE mas também da própria sociedade, já que surgem organismos de informação europeia especializados na agricultura (Carrefours Rurais), nos negócios e na economia (Euro-Info Centre), para o público em geral (rede de bibliotecas públicas depositárias) e para o universo académico com os CDE.

Desde o século XIX, que a teorização sobre as redes atende a dois grandes grupos: as redes técnicas, de ordem material, de onde emerge a infraestrutura, e as redes imateriais, englobando aspectos de gestão, de exploração ou de financiamento. (MUSSO, 2003)

No caso das unidades de informação da UE, as redes são mais do que uma técnica de ligação ou um instrumento de comunicação, pois servem como elemento simbólico e prático de integração e de conexão que promove e sustenta o emergir de um sistema global da UE. Assim, também aqui fica evidente a ligação entre a rede e o sistema, já aludida por outros autores para contextos distintos.

A rede promove a passagem simbólica (mas nem sempre real) da desagregação e individualismo de cada uma das unidades de informação que a compõem para a comunhão e a associação de objectivos, ideias, políticas, programas ou políticas da construção europeia. A rede torna-se um instrumento de transformação não só entre os elementos que a constituem, mas também apresenta a capacidade de influência e mudança externa ao favorecer a difusão e a aceitação de uma ideia de construção europeia junto daqueles que usufruem dos serviços dessas unidades de informação em rede.

As parcerias entre as instituições europeias e as instituições locais, regionais ou nacionais (associações empresariais, universidade ou ministérios) para a criação de unidades de informação traz a vantagem de pensar e apresentar o global, neste caso a temática europeia, em termos adequados a públicos específicos em contextos geográficos muito díspares do ponto de vista social, cultural, político ou económico. Contudo, a ligação desses organismos de informação em redes de informação temática, com agrupamentos nacionais e com ligação a uma infraestrutura de

apoio centralizada em Bruxelas permite manter a coerência e a unidade simbólica e estratégica do conjunto. Outros elementos contribuem para essa coesão, como, por exemplo, a adoção de um logo comum, para identificar os organismos em termos de imagem, ou a aplicação de instrumentos de representação da informação comuns como o caso do tesouro EUROVOC ou do plano de classificação do Serviço de Publicações.

Como mecanismos de agregação, de gestão e de apoio global, a rede dos CDE pode ainda contar com as redes nacionais de CDE, geridas e dinamizadas por um coordenador nacional, com uma equipe de apoio, com a existência de uma Intranet dos CDE e de um Helpdesk mantido pelo Colégio de Bruges.

Assim, por exemplo, rede francesa de CDE assume dentro das suas missões disponibilizar as fontes de informação sobre a UE, sustentar o desenvolvimento do ensino e da pesquisa de matérias europeias, favorecer o debate acerca da integração europeia e contribuir para a transparência, dando a conhecer as políticas comunitárias a todos os europeus. Os serviços que permitem operacionalizar estes objectivos abrangem a disponibilização de recursos documentais, em especial os que têm origem nas instituições europeias (incluindo relatórios, tratados, estatísticas, fontes legislativas, etc), e também o apoio no acesso a bases de dados especializadas, nomeadamente Eur-Lex, Eurostat, Curia, Scadplus, Prelex, Rapid, entre outros. (COMMISSION EUROPEENNE, 2011)

Já no caso português, a rede nacional de CDE apresenta como objectivos próprios: actuar como espaço de debate entre os profissionais dos CDE portugueses; promover a cooperação e o intercâmbio de informações e questões de colegas de outros CDE; fazer a divulgação de notícias, eventos e informação sobre matérias comunitárias; procurar normalizar o tratamento da documentação e da informação; partilhar instrumentos de trabalho.⁹ No caso português, a direcção da rede nacional de CDE de-

⁹ <<http://oeuropeu.eu/OEuropeu/PCDE/Apresentação/tabid/1782/Default.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2011.

finiu ainda, como um dos seus objectivos, a criação de uma base nacional de informação europeia, no sentido de funcionar como repositório de toda a documentação e informação existente em Portugal. Essa base de dados deu origem ao Portal O Europeu.¹⁰

Desta forma, a rede portuguesa de CDE respondeu a uma das recomendações de um relatório de avaliação dos CDE, promovido pela Comissão Europeia, onde se aconselhava o incremento das sinergias entre os membros da rede através da definição de uma estratégia de arquivo electrónico dos documentos dos CDE, pois “isto iria criar e acrescentar valor à pesquisa e parecer constituir um elemento chave para garantir, no futuro, a relevância da rede dos CDE”.¹¹ (ALLEWELDT, 2007, p. 8) Não poderemos deixar de notar, mais uma vez, o recurso à tecnologia como meio de potenciar a existência efectiva da rede e uma das suas componentes fundamentais.

APONTAMENTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA REDE DOS CDE

Em 2007/2008, no âmbito de uma pesquisa de doutoramento sobre as políticas de informação e comunicação das instituições europeias, a rede europeia dos CDE foi analisada através de dois inquéritos: um destinado aos responsáveis destas unidades de informação e outro aos seus utilizadores. Estes dados foram ainda complementados com visitas e entrevistas a alguns CDE. (TERRA, 2008)

Para levar a cabo este estudo, foi criada uma amostra representativa dos CDE existentes nos 27 países-membros, à época. Foram identificadas 378 unidades, distribuídas por 25 países. De facto, no Luxemburgo não existia nenhum CDE e na Roménia, apesar de termos localizado um CDE,

¹⁰ Disponível em: <<http://oeuropeu.eu/>>.

¹¹ Tradução nossa do original: “this would likely create an added value for research and seems to be a key element to ensure the future relevance of the EDC network”.

oficialmente esta rede de informação não estava identificada porque a integração deste país era ainda muito recente.

Do conjunto dos 378 CDE, seleccionou-se uma amostra composta por dois CDE de cada Estado-Membro, excepto no caso da Finlândia (10), da Irlanda (5), da Hungria (13) e de Portugal (19) em que se procurou abranger todos os CDE existentes (TABELA 1).

Esta selecção baseou-se no facto de se pretender desenvolver um estudo mais aprofundado e comparativo entre países que integraram o projecto europeu em momentos diferentes. Assim, a Irlanda tornou-se membro da CEE em 1973 e Portugal em 1986, enquanto a Finlândia se juntou à UE em 1995 e a Hungria em 2004. Além disso, pretendia-se, igualmente, recolher dados de todos os outros Estados-Membros de maneira a obter elementos sobre a média europeia.

O primeiro inquérito, destinado aos bibliotecários responsáveis por estas unidades de informação, abrangeu 88 CDE e foi distribuído através da Internet, entre Agosto e Novembro de 2007.

TABELA 1 – Distribuição por país dos CDE que formaram a amostra

PAÍS	TOTAL POR PAÍS
Alemanha	2
Áustria	2
Bélgica	2
Bulgária	2
Chipre	1
Dinamarca	2
Eslováquia	2
Eslovénia	2
Espanha	2
Estónia	2
Finlândia	10
França	2

Grécia	2
Hungria	11
Irlanda	5
Itália	2
Letónia	1
Lituânia	2
Malta	1
Países Baixos	3
Polónia	2
Portugal	19
Reino Unido	3
República Checa	2
Roménia	1
Suécia	3
Total geral	88

Fonte: TERRA, 2008.

Quatro perguntas deste inquérito incidiam sobre aspectos relacionados com a participação dos CDE em redes de informação e a sua ligação com a DG COMM, a direcção-geral da Comissão Europeia com alçada sobre as unidades de informação.

TABELA 2 – Redes de informação nas quais os CDE declaram participar

	FI	HU	IR	PT	Média UE
O CDE não integra nenhuma rede de informação	0%	9%	25%	5%	10%
Rede nacional dos CDE	100%	91%	75%	95%	87%
EURODOC	44%	9%	50%	16%	28%
Outra	22%	9%	25%	0%	13%

Fonte: TERRA, 2008.

No que toca à participação em redes de informação (TABELA 2), na média europeia, 87% dos CDE declaram fazerem parte da rede nacional do seu país. Mas tanto na Finlândia (100%), como na Hungria (91%) ou em Portugal (95%) este valor é superado. No caso da Irlanda, deveremos ter em conta que um dos cinco CDE deste país não respondeu à questão, o que explica a percentagem mais baixa. Todos os CDE cumulam a participação nesta rede com a integração noutras redes de informação, tanto de âmbito nacional como europeu.

No caso dos restantes países, todos afirmam participar noutras redes não discriminadas em percentagens diferentes. Na média europeia, a participação em outras redes não discriminadas atinge os 13%, na Finlândia chega a 22%, na Hungria a 9% e na Irlanda a 25%. Neste caso, incluem-se: redes locais de CDE, redes de informação europeia regionais, a European Information Association, a qual, apesar de ter origem e direcção inglesa, congrega membros de vários países. (EUROPEAN INFORMATION ASSOCIATION, c1998-2012)¹² Além destas redes ligadas à temática europeia, alguns CDE estão também integrados em associações de bibliotecas especializadas, relacionadas com o âmbito temático da biblioteca onde o CDE está integrado, como por exemplo a International Association of Law Librarians (IALL) ou a Noordic Association of Law Librarians.

Deveremos, ainda, salientar a participação na rede EURODOC. Na realidade, trata-se de uma lista de discussão para CDE e Bibliotecas Depositárias, criada em 1993, por um documentalista inglês. Reúne participantes de toda a Europa e do resto do mundo, permitindo a troca de informações, a discussão de ideias e fundamentalmente o contacto com profissionais da mesma área. Apesar de ter uma origem externa à própria Comissão Europeia, por vezes, a DG COMM utiliza-a para difundir informação, como nos foi referido em algumas das entrevistas que realizámos aos responsáveis dos CDE. Actualmente, o arquivo das mensagens trocadas na lista, desde fevereiro de 1997, encontra-se disponível

¹² De acordo com informação disponível no seu sítio web, esta associação irá ser extinta no final de 2012.

na Internet.¹³ No entanto, em princípio, a adesão à lista está reservada aos profissionais de CDE e só assim é possível enviar mensagens.

Importa ainda sublinhar que os CDE, declarando não fazer parte de nenhuma rede de informação, constituem uma minoria (10% na média da UE, 9% na Hungria, 25% na Irlanda e 5% em Portugal).

Estando integrados numa entidade hospedeira, da qual dependem directamente, os CDE também se encontram sob a égide da Comissão Europeia, através da sua direcção-geral competente, e com uma ligação mais directa ao responsável pelas redes de informação na Representação da Comissão Europeia em cada Estado-Membro. Da DG COMM, os CDE recebem apoios de diversa ordem.

TABELA 3 – Opinião dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Excelente	0%	18%	0%	16%	8%
Boa	50%	55%	0%	47%	38%
Satisfatória	20%	9%	60%	37%	35%
Insuficiente	10%	9%	20%	0%	6%
Inexistente	10%	9%	0%	0%	8%
Não responderam	10%	0%	20%	0%	6%

Fonte: TERRA, 2008.

No geral, a opinião dos responsáveis dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM é boa ou satisfatória (TABELA 3). De facto, na média da UE, somando a percentagem obtida por estas duas categorias, obtemos 73%. Já apenas 8% dos inquiridos considerou essa relação excelente. Assim, no global, há ainda espaço para melhorar a opinião sobre a relação com a DG COMM. De facto, somando a percentagem dos que acham essa relação insuficiente ou inexistente, atinge-se os 14%.

¹³ Disponível em: <<https://www.jiscmail.ac.uk/cgi-bin/webadmin?A0=eurodoc>>. Acesso em: 30 set. 2011.

Por outro lado, se uma percentagem significativa considera esse relacionamento em termos satisfatórios, significa que pensa que alguns aspectos podem ser melhorados. De qualquer forma, parece haver aqui uma evolução relativamente a uma opinião do final da década de oitenta, pois, na altura, considerava-se que a relação dos CDE com o SPOCE era melhor do que a mantida com a Comissão. (HARBORD, 1989; HOPKINS, 19780)

Em finais da década seguinte, a situação não parecia ter mudado muito, pois Richard Caddel (1997, p. 104) afirmava:

No seu início, muito pouco do trabalho dos CDE era definido ou monitorizado. Os CDE eram deixados por sua conta. Isto explica que, actualmente, exista uma grande diversidade de CDE, com abordagens profissionais distintas e iniciativas refletindo posicionamentos e preocupações distintas consoante as instituições de acolhimento e, muito frequentemente, as características individuais de quem gere estas unidades de informação. As relações com a Direção Geral X eram remotas e, mesmo quando havia um contrato inicial para definir o âmbito do CDE, poucos documentalistas tinham conhecimento disso.¹⁴

Em termos comparativos, a Hungria (55%) e a Finlândia (50%) são os países com uma boa opinião sobre a relação com a DG COMM, seguidos de perto por Portugal com 47%. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu a opção “boa”, predominando, com 60%, os que acham a relação apenas satisfatória.

Contudo, devemos assinalar que, ao longo das visitas que efectuámos, os responsáveis dos CDE consideraram a DG COMM como algo longínquo, privilegiando a relação com a Representação da Comissão no seu

¹⁴ Tradução nossa do original: “Very little EDC’s early work was defined or monitored. EDCs were left to develop on their own. For this reason there is to the present day a very broad range in the nature of EDCs, with many different professional emphases and initiatives reflecting the different situations and concerns of host institutions and, in many cases, the different individual characteristics of the people who had supervised their establishment. Relations with Directorate General X were remote at best at the outset, and if there was an initial contract governing EDC’s purpose, few EDC librarians saw it.”

país. Aliás, como referido acima, esta ligação com a Representação materializa-se também no protocolo assinado entre a entidade hospedeira do CDE e a Representação da Comissão Europeia, fixando os deveres e os direitos de ambas as partes.

Naturalmente, o apoio recebido da DG COMM determina, em grande medida, a opinião dos CDE acerca da sua relação com este departamento da Comissão (TABELA 4). Na média da UE, 69% dos CDE declaram receber documentação impressa. Todavia, na realidade, todos os CDE recebem documentação impressa, enviada pelo Serviço de Publicações, mas a expensas da DG COMM, pelo que neste item, todos deveriam ter escolhido esta opção. O segundo tipo de apoio vindo da DG mais escolhido foi a formação (64%). Quanto a este aspecto, deveremos ter em conta que desde a década de noventa são organizadas pela DG, em Bruxelas, e por algumas Representações da Comissão acções de formação envolvendo todos os CDE de um país, no último caso, ou um número limitado de CDE de todos os países, no primeiro caso. Além disso, a formação sobre informação europeia pode ainda ser ministrada por entidades externas à Comissão, como a já referida European Information Association, do Reino Unido. No entanto, esta modalidade não é suportada financeiramente pela DG COMM.

TABELA 4 – Apoio recebido pelos CDE da DG COMM

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Acesso a bases de dados restritas	11%	36%	0%	21%	16%
Acesso a Intranets	78%	45%	75%	53%	58%
Apoio para contactos com outros CDE	44%	36%	50%	42%	42%
Documentação impressa	67%	64%	75%	74%	69%
Formação	78%	55%	50%	68%	64%
Apoio financeiro	0%	0%	0%	0%	1%
Outro	11%	0%	0%	5%	2%

Fonte: TERRA, 2008.

O acesso a *Intranets*, com uma percentagem de 58%, representa o terceiro tipo de apoio identificado pelos CDE. De facto, conforme nos foi explicado durante as visitas aos CDE onde nos deslocámos, cada unidade dispõe de um identificador e de uma senha de acesso, de forma a poder consultar dados da Intranet da Rede Europe Direct, contendo elementos que não estão disponíveis para o público em geral. Já o acesso a bases de dados restritas, com 16%, representa um serviço cada vez menos prestado pela DG COMM, tendo em conta que com o evoluir do tempo a maior parte das bases de dados com acesso limitado estão, agora, disponíveis na Internet para todos os utilizadores do sítio EUROPA.

Outra modalidade de apoio aos CDE é constituída por financiamento para contactos com outros CDE (42%), por exemplo, para intercâmbio de responsáveis durante um curto período de tempo. Esta iniciativa foi lançada na segunda metade dos anos noventa com um sucesso significativo, tendo contribuído para reforçar os laços de rede entre os CDE.¹⁵

Também o apoio financeiro constituía uma opção para responder a esta pergunta, mas tendo em conta as novas regras de financiamento das instâncias europeias, as quais exigem a abertura de concurso público para atribuição e verbas, a percentagem nesta escolha é praticamente insignificante (1%).

Em termos comparativos, podemos verificar que a Finlândia apresenta uma percentagem (78%) na opção “formação” bastante superior à média europeia, enquanto no caso da Irlanda a situação é inversa, já que apenas 50% dos CDE declaram receber apoio da DG COMM para efectuar formação. No que diz respeito à documentação impressa, as percentagens dos países analisados monograficamente variam um pouco relativamente à média da UE. Com efeito, a Irlanda (75%) e Portugal (74%) situam-se acima da média da globalidade dos CDE enquanto na Finlândia (67%) e na Hungria (64%) se verifica o contrário.

¹⁵ Sobre o esquema de intercâmbio de bibliotecários dos CDE iniciado em 1996 e repetido posteriormente, ver Webb (2000).

Quanto ao acesso a *Intranets*, as percentagens diferem de forma mais significativa, tanto entre os quatro países como em relação à média da UE. Assim, 78% dos CDE finlandeses e 75% dos irlandeses afirmam ter *Intranets*, enquanto na Hungria apenas 45% dizem beneficiar deste apoio. Portugal encontra-se mais próximo da média europeia com 53%. Sobre o acesso a bases de dados restritas, na Hungria, 36% dos CDE afirmam usufruir deste serviço, situando-se por isso 20% acima da média da UE. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu esta opção. Para Portugal, a mesma opção representa 21% e para a Finlândia 11%.

Portanto, no geral, os CDE parecem beneficiar sobretudo de documentação impressa gratuita, de formação e do acesso a *Intranets*, tanto na média da UE como dos países estudados monograficamente.

De acordo com os dados do estudo apresentado, o funcionamento da rede dos CDE baseia-se, essencialmente, no apoio recebido por cada membro da rede da DG COMM da Comissão Europeia. Os CDE parecem privilegiar a sua integração ao nível das redes nacionais dos CDE, em detrimento de um envolvimento mais forte na rede europeia, ainda que este também seja uma realidade.

O ACESSO À INFORMAÇÃO NA REDE DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Para analisar o acesso à informação por parte dos utilizadores dos CDE, foi distribuído um segundo questionário destinado aos utilizadores dos CDE que tinham respondido ao primeiro inquérito, pretendendo obter-se cinco inquéritos dos utilizadores de cada um dos CDE. Foram enviados cinco exemplares do questionário por via postal, ao cuidado do responsável do CDE para os distribuir aos utilizadores do CDE. O período de aceitação das respostas estendeu-se de Novembro de 2007 a Março de 2008 e foram obtidos 234 questionários válidos, representando 21 países (TABELA 5).

TABELA 5 – Distribuição por país dos questionários recebidos dos utilizadores dos CDE

PAÍS	TOTAL POR PAÍS
Alemanha	8
Áustria	10
Bélgica	7
Bulgária	9
Chipre	5
Eslovénia	10
Espanha	6
Estónia	3
Finlândia	16
Grécia	6
Hungria	28
Irlanda	15
Itália	9
Letónia	4
Lituânia	9
Países Baixos	1
Polónia	10
Portugal	64
Reino Unido	4
República Checa	6
Suécia	4
Total Geral	234

Fonte: TERRA, 2008.

De seguida, iremos analisar alguns dos dados recolhidos através deste último inquérito e relativo às práticas de acesso à informação por parte dos utilizadores dos CDE.

O comportamento informacional dos indivíduos é motivado por factores decorrentes do contexto onde estes se inserem e por factores cognitivos inerentes ao próprio sujeito, mas que não deixam de ser também

influenciados pelo seu meio-ambiente que ele próprio influencia. Como referem Peter Ingwersen e Kalervo Järvelin (2005, p. 30):

A percepção, interpretação e cognição do ator individual são determinadas pela sua(s) estrutura(s) cognitiva(s) prevalecente(s) – e influenciadas, mas não determinadas ou ditadas pelo meio ambiente ou domínio. Pelo contrário, é a percepção individual da situação no contexto que prevalece. Em paralelo, o ator individual influencia o ambiente social/organizacional.¹⁶

Neste sentido, procurámos saber se, no acesso à informação europeia, prevalecia a vontade do próprio sujeito ou se era o meio ambiente que ditava a materialização desse contacto.

TABELA 6 – Intencionalidade subjacente ao acesso à informação europeia

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Fruto do acaso	6%	21%	13%	27%	18%
Pesquisa intencional	88%	79%	87%	72%	79%
Não responderam	6%	0%	0%	2%	2%

Fonte: TERRA, 2008.

Numa maioria muito significativa (TABELA 6), os inquiridos declararam aceder intencionalmente a este tipo de informação, com percentagens que variam entre os 72% de Portugal e os 88% da Finlândia mas com resultados intermédios muito próximos tanto para os outros países (Hungria: 79% e Irlanda: 87%) como para a média da UE (79%). Paralelamente, o acesso fruto do acaso apresenta percentagens sempre inferiores a 30%. Também os que optaram por não responder têm percen-

¹⁶ Tradução nossa do original: “The perception, interpretation and cognition of the individual actor is determined by its/his/her prevailing cognitive structures – and influenced but not directed or dictated by the environment or domain. Hence, it is the individual perception of the situation in context that prevails. Similarly, the individual actor influences the social/organizational environment.”

tagens residuais (Finlândia: 6%; Portugal e média da UE: 2%) ou nulas (Hungria e Irlanda).

Sendo que o acesso a informação europeia é sobretudo motivado de forma intencional, importa agora averiguar com que frequência ele ocorre.

TABELA 7 – Frequência de acesso a informação europeia nos últimos 24 meses

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Diariamente	38%	25%	53%	16%	24%
Semanalmente	44%	43%	20%	39%	41%
Mensalmente	13%	14%	13%	22%	17%
Esporadicamente	0%	14%	13%	19%	13%
Raramente	6%	4%	0%	5%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

Como podemos verificar (TABELA 7), a opção “semanalmente” é a que apresenta percentagens mais elevadas, tanto na média europeia (41%), como na Finlândia (44%), na Hungria (43%) e em Portugal (39%). Só no caso da Irlanda é que prevalece a opção diariamente (53%), com o segundo lugar a ser ocupado pela opção “semanalmente” (20%).

Nos restantes países, a segunda escolha mais frequente é o acesso diário a informação de índole europeia, mas com percentagens díspares (Finlândia: 38%; Hungria: 25%, Portugal: 16% e 24% na média europeia). As opções “mensalmente” e “esporadicamente” situam-se em terceiro lugar *ex aequo* (Hungria: 14% e Irlanda: 13%) ou então em terceiro e quarto lugar respectivamente (Portugal: 22% e 19% e média europeia 17% e 13%). Esta situação difere apenas na Finlândia onde o terceiro lugar é ocupado pela opção “mensalmente” (13%) e o quarto pela opção “raramente” (6%). De resto, esta última opção obtém sempre percentagens residuais (Hungria: 4%; Portugal e média europeia: 5%) ou nulas (Irlanda).

TABELA 8 – Frequência de utilização do CDE por parte dos utilizadores

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Diariamente	19%	14%	7%	8%	10%
Semanalmente	13%	36%	40%	22%	27%
Mensalmente	13%	14%	20%	28%	24%
Esporadicamente	38%	25%	13%	31%	26%
Raramente	19%	11%	20%	9%	12%

Fonte: TERRA, 2008.

Naturalmente, deveremos comparar estes resultados com a frequência de utilização dos CDE (TABELA 8). Poderemos, então, concluir que o acesso a informação sobre a UE não está condicionado pela ida ao CDE. De facto, por exemplo, na Finlândia, onde a maioria dos utilizadores declara ir ao CDE esporadicamente (38%), o acesso mais frequente à informação de índole europeia é de tipo semanal (44%) e o segundo lugar é ocupado pela opção diária (38%). No caso da Irlanda, esta tendência mantém-se pois 53% acedem diariamente a informação europeia mas apenas 7% vai diariamente ao CDE.

Também, em Portugal, podemos constatar o mesmo, apesar de a diferença não ser tão acentuada, já que 39% acede a informação de forma semanal, mas só 22% vai semanalmente ao CDE. Já na Hungria, parece haver uma correlação mais directa entre o acesso à informação sobre a UE e a ida ao CDE pois em ambos os casos a opção mais escolhida é “semanalmente”, com 43% e 36%, respectivamente.

Por fim, na média da UE, em ambos os casos, a primeira escolha recai sobre a opção semanalmente, com 41% no acesso a informação e 27% para a ida ao CDE. Todavia, o segundo lugar no que respeita ao acesso a informação europeia incide na escolha diária (24%), mas tal opção ocupa apenas a quinta posição na ida ao CDE com 10%.

TABELA 9 – Motivos facilitadores do acesso a informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Consegue exprimir as suas necessidades de informação	13%	12%	7%	13%	13%
Conhece bem os instrumentos de acesso à informação da UE	25%	13%	27%	8%	16%
Eficácia dos instrumentos de acesso à informação das instituições da UE	10%	11%	11%	10%	10%
Os técnicos do CDE facultam a informação adequada	10%	13%	18%	21%	16%
Os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa	8%	18%	13%	20%	17%
A informação sobre a UE é objectiva e actualizada	19%	15%	9%	12%	11%
A informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa	4%	5%	4%	5%	5%
As instituições da UE disponibilizam toda a informação	8%	7%	9%	4%	5%
Outras	0%	1%	0%	0%	0%
Não responderam	2%	5%	2%	7%	7%

Fonte: TERRA, 2008.

Neste inquérito aos utilizadores dos CDE, era pedido que escolhessem as três opções que consideravam facilitar mais o seu acesso à informação europeia (TABELA 9). As respostas foram muito diluídas pelas várias opções, pelo que a percentagem mais elevada não chega aos 30%. Com efeito, este lugar cabe a uma escolha dos utilizadores irlandeses, 27% dos quais consideraram que o factor de maior influência para facilitar o seu acesso a informação de índole europeia derivava do facto de conhecerem bem os instrumentos de acesso à informação europeia, incluindo catálogos e bases de dados, entre outros. Esta categoria obteve também o valor mais elevado na Finlândia com 25%, enquanto na

média europeia ocupa o segundo lugar (16%) em paridade com a opção indicando que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa. De resto, na Hungria, fica em terceiro lugar, com a percentagem de 13%, *ex aequo* com a opção indicando que os técnicos do CDE facultam a informação procurada. Já em Portugal, fica-se pelos 8%.

Aliás, devemos notar que, em Portugal, as duas percentagens mais altas correspondem às opções indicando que os técnicos dos CDE facultam a informação desejada (21%) e que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa (20%). No entanto, para a situação em que os técnicos entregam a informação desejada ao utilizador, poderemos criticar uma postura demasiado passiva por parte deste que até obtém os dados desejados, mas não saberá como fazê-lo numa outra oportunidade, não desenvolvendo competências informacionais devido à ajuda total proporcionada pelo técnico.

De qualquer forma, a intervenção dos técnicos para o acesso à informação europeia parece ser bastante valorizada pelos utilizadores, pois na média europeia apresentam percentagens de 16%, quando os técnicos facultam a informação adequada às necessidades, e de 17%, quando os técnicos orientam a pesquisa. Na Irlanda e na Hungria as percentagens são bastante semelhantes, enquanto na Finlândia estas opções apresentam valores mais baixos.

Neste último país, temos de salientar que a segunda escolha dos utilizadores recaiu sobre a opção estabelecendo que a informação sobre a UE era objectiva e actualizada (19%).

Fazendo a distinção entre os factores internos e externos aos indivíduos para facilitar o acesso a informação sobre a temática europeia, verificamos que os factores exteriores são predominantes no facilitar o acesso a esta informação, pois os itens relacionados com as capacidades dos próprios indivíduos, presentes nas duas primeiras opções (conseguir exprimir com exactidão as suas necessidades de informação e conhecer bem os instrumentos de acesso à informação da UE) obtêm sempre menos de metade da percentagem total resultante da soma dos valores

de todos os itens de resposta disponíveis. De facto, na Finlândia, temos 38%; na Hungria, 25%; na Irlanda, 34%; em Portugal, 21%; e na média da UE 29%. Portanto, os utilizadores dos CDE atribuem o sucesso da sua pesquisa a factores que lhes são externos.

TABELA 10 – Motivos que dificultam o acesso à informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Não saber exprimir as necessidades de informação	14%	7%	16%	6%	9%
Não saber localizar informação adequada	0%	6%	7%	15%	10%
Dificuldades em interpretar a informação	12%	6%	7%	5%	8%
Dificuldades na compreensão da terminologia	8%	12%	9%	9%	11%
Dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação	27%	17%	20%	21%	19%
Falta de informação objectiva e actualizada	4%	6%	11%	5%	5%
Falta de informação apelativa	8%	7%	0%	10%	6%
Inadequação dos instrumentos de acesso à informação	6%	4%	4%	3%	5%
Nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada sobre a UE	4%	4%	4%	4%	5%
Outras	2%	1%	2%	2%	2%
Não responderam	6%	26%	11%	18%	17%
Não	8%	5%	9%	3%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

No que respeita à opinião dos utilizadores sobre os obstáculos para o acesso à informação adequada às suas necessidades (TABELA 10) a opção

com percentagens mais elevadas na média da UE (19%), da Finlândia (27%), da Irlanda (20%) e de Portugal (21%) é a que diz respeito às dificuldades em lidar com a grande quantidade de informação disponível. Esta dificuldade foi já apontada pelos deputados ingleses no Parlamento Europeu, num estudo conduzido por uma equipa liderada por Rita Marcella em 1999. Dos que revelaram dificuldades no acesso à informação, muitos exprimiram “[...] frustração relativamente à quantidade de informação disponível a partir de uma miríade de fontes, através de comentários como “é preciso passar seis meses para descobrir a informação disponível, antes mesmo de poder consultar a informação de que se precisa!”.¹⁷ (MARCELLA; CARCARY; BAXTER, 1999, p. 175)

A Hungria distingue-se dos restantes países porque a percentagem mais elevada de utilizadores (26%) optou por não responder quando interrogada sobre as razões que considerava dificultarem o seu acesso a informação europeia. No entanto, o valor desta escolha também é significativo em Portugal (18%) e na média europeia (17%) onde ocupa o segundo lugar, excepto no caso da Finlândia onde está numa posição mais distante (6%) e da Irlanda onde se situa em terceiro, com 11%, depois da opção dos que afirmam não saberem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação com 16%. Aliás, esta categoria ocupa também o segundo lugar na Finlândia com 14%.

De resto, a terceira percentagem mais elevada varia bastante entre os quatro países estudados monograficamente, pois, na Finlândia, corresponde a 12% da opção dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE, na Hungria cabe a dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE, também com 12% tal como na média da UE com 11%. Já em Portugal, este posto é ocupado pela opção não saber localizar a informação (15%).

¹⁷ Tradução nossa do original: “frustration that the amount of information available from a myriade of sources: in comments such as, ‘you need to spend six months finding out what is available from where, before you can even look for the information you want!’”.

Devemos ainda notar que, curiosamente, os inquiridos que consideram que nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada sobre a UE correspondem a uma percentagem de 4% tanto na Finlândia como na Hungria, na Irlanda e em Portugal, sendo que na média europeia esse valor sobe para 5%.

Podemos ainda notar que os utilizadores dos CDE consideram as dificuldades de acesso à informação europeia adequada às suas necessidades derivadas, na maioria das vezes, de razões que lhes são próprias. De facto, se somarmos as percentagens das cinco primeiras categorias, tanto em cada um dos países (Finlândia: 61%; Hungria: 48%; Irlanda: 59% e Portugal 56%) como na média europeia (57%) obtemos sempre valores superiores a 50%. Já se somarmos as percentagens das três categorias do segundo grupo obtemos percentagens sempre abaixo dos 20% (Finlândia: 18%; Hungria: 17%; Irlanda: 15%; Portugal: 18% e média europeia: 16%).

Deveremos ainda assinalar que as percentagens apresentadas na opção “não” correspondem aos utilizadores que escolheram afirmar que nenhuma razão dificultava o a acesso à informação europeia e, por isso, não escolheram mais nenhuma opção.

TABELA 11 – Os dois melhores meios para obter informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Bibliotecas/Centros de documentação	28%	32%	43%	37%	35%
Internet	50%	43%	50%	35%	42%
Jornais/Revistas	16%	13%	7%	9%	9%
Rádio	0%	0%	0%	0%	0%
Televisão	3%	7%	0%	13%	9%
Não responderam	3%	5%	0%	5%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

Inquiridos sobre os dois melhores meios para obter informação sobre a UE adequada às suas necessidades, os utilizadores dos CDE demonstraram uma tendência clara para preferir a Internet e as bibliotecas/centros de documentação (TABELA 11). Assim, na média europeia (42%), na Finlândia (50%), na Hungria (43%) e na Irlanda (50%), a Internet está em primeiro lugar nas preferências destes inquiridos. Só no caso português é que as bibliotecas/centros de documentação aparecem em primeiro lugar com 37% e a Internet em segundo com 35%. Nos restantes países (Finlândia: 28%; Hungria: 32%; Irlanda: 43%) e na média da UE (35%) as bibliotecas/centros de documentação aparecem em segundo lugar, em alguns casos com percentagens muito próximas da Internet, enquanto noutros casos com uma diferença mais significativa. De resto, este lugar destacado das bibliotecas/centros de documentação era de esperar visto os inquiridos terem respondido ao questionário porque justamente frequentavam um CDE.

Com valores muito distantes, encontramos as outras opções. Os jornais e revistas, que tanto podem ser entendidos na sua versão impressa como *on-line*, ocupam o terceiro lugar na Finlândia (16%), na Hungria (13%), na Irlanda (7%) e na média europeia (9%), aqui *ex aequo* com a televisão. Aliás, Portugal é o único país onde este meio de comunicação social se situa em terceiro lugar com 13%, pois nos restantes apresenta valores residuais (Finlândia: 3%; Hungria: 7%). De realçar, igualmente, o facto de a rádio apresentar percentagens nulas em todos os contextos.

TABELA 12 – As duas melhores fontes para obter informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Documentos publicados pelas instâncias europeias	38%	32%	23%	35%	37%
Documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários	6%	4%	10%	5%	6%

Informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, tv e jornais)	3%	9%	7%	10%	7%
Informação das páginas <i>web</i> oficiais das instituições da UE	41%	36%	27%	37%	36%
Informação das páginas <i>web</i> oficiais dos governos de cada país da UE	13%	11%	20%	5%	7%
Não responderam	0%	9%	13%	7%	6%

Fonte: TERRA, 2008.

Os utilizadores dos CDE foram ainda questionados sobre as duas fontes consideradas mais fiáveis e objectivas para esclarecer uma questão sobre a construção europeia (TABELA 12). Para exprimir a sua opinião, dispunham de cinco opções de escolha: documentos publicados pelas instâncias europeias; documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários; informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, televisão e jornais); informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais dos governos nacionais de cada país da UE e informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais das instituições da UE.

Deste conjunto, as duas opções mais escolhidas, por uma maioria significativa de utilizadores dos CDE, foram os itens documentos publicados pelas instâncias europeias (Finlândia: 38%; Hungria: 32%; Irlanda: 23%; Portugal: 35% e média europeia: 37%) e informação disponível na *Internet*, nas páginas oficiais das instituições da UE (Finlândia: 41%; Hungria: 36%; Irlanda: 27%; Portugal: 37% e média europeia: 36%).

Assim, os utilizadores dos CDE consideram que a informação objectiva e fiável sobre a construção europeia é essencialmente proporcionada pelas próprias instâncias comunitárias. Ora, esta postura não condiz com as críticas frequentes, segundo as quais a informação enviada pelas instituições de Bruxelas segue uma orientação de *marketing* ou mesmo de propaganda, sendo por isso desadequada para o público dos CDE que procura informação factual rigorosa. Por outro lado, com as percenta-

gens indicadas acima verificamos que os utilizadores não exprimem nenhuma preferência marcada por informação digital ou por documentos editados, pois as diferenças de percentagem entre ambas as opções são mínimas. O que mais lhes interessa é o facto de a informação ter origem nas instâncias europeias.

Com efeito, parecem confiar pouco em documentos publicados por organismos externos às entidades comunitárias, pois esta opção apresenta valores que variam entre os 10% e os 4%. Ora, isto não fará muito sentido, porque estamos perante um público que é ele próprio, potencialmente, produtor de informação de análise sobre a UE. A mesma falta de confiança transparece em relação aos meios de comunicação social que também registam percentagens entre os 3% e os 10%. Neste panorama, destaca-se apenas o caso da Irlanda, em relação à informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais dos governos de cada país da UE, visto esta opção registar 20%. Contudo, também poderemos estranhar esta escolha, pois os governos nacionais são frequentemente acusados de enfatizar as consequências negativas das decisões de Bruxelas, arrogando-se para si mesmo as vantagens das decisões que possam ser percebidas pelo público em geral de forma positiva.

CONCLUSÃO

Ao longo da sua história com mais de meio século de existência, os CDE demonstraram serem actores relevantes das políticas de informação das instituições europeias no âmbito universitário. Contribuíram para a divulgação do projecto de integração no contexto académico, favorecendo o desenvolvimento de investigação e de estudos especializados nesta matéria, a partir das mais variadas áreas científicas. Potenciaram ainda a aceitação dos ideais europeus por parte das elites académicas, as quais funcionaram também como multiplicadores da mensagem comunitária junto do grande público.

No actual contexto, onde predomina o acesso à informação através da Internet, em particular através do recurso ao portal EUROPA, no que diz respeito à informação de índole europeia, o lugar dos CDE na disponibilização de recursos informativos sobre esta temática está a sofrer alterações. A importância das colecções impressas dos CDE está a diminuir em favor de orientação especializada para facilitar o acesso aos recursos digitais para utilizadores com necessidades informacionais muito específicas.

Em termos de funcionamento, podemos verificar que os CDE começaram por existir isoladamente, não mantendo relações significativas entre si, ainda que a ligação às instituições de Bruxelas sempre tenha constituído um factor de agregação. Nos anos noventa, a rede começou a tornar-se efectiva graças ao recurso às novas tecnologias de comunicação e a uma nova dinâmica de colaboração e partilha incentivada pelos serviços da Comissão Europeia.

Actualmente, a existência de uma rede geral de unidades de informação europeia, o Europe Direct, procurou criar mais sinergias entre as várias categorias de difusores da informação comunitária. Contudo, essa almejada colaboração entre diferentes tipos de sub-redes não parece ser muito efectivo e mesmo dentro da rede de CDE as ligações mais fortes verificam-se ao nível das redes nacionais.

As relações entre os componentes da rede dos CDE poderão ser potenciadas através de momentos de encontro entre os seus profissionais, nomeadamente por ocasião de acções de formação, ou através do desenvolvimento de projectos comuns, como a definição de estratégias de arquivo digital de publicações mais antigas, de maneira a permitir a partilha de recursos favorecendo o acesso à informação por parte dos utilizadores. Assim, os CDE poderão continuar a aproximar a Europa dos seus cidadãos, tornando-a mais perto de todos.

REFERÊNCIAS

ALLEWELDT, Frank. *Evaluation of the Europe Direct European Documentation Centres: DG Communication: final report submitted by the Consumer Policy Evaluation Consortium (CPEC)*. Berlin: CIVIC Consulting, 2007. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/communication/about/evaluation/documents/2007-europedirect-docu-centres_en.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CADDEL, Richard. European Documentation Centres: the development of a UK information relay. *The journal of government information*, v. 24, n. 2, p. 103-112, 1997. ISSN 1352-0237.

COMISSÃO EUROPEIA. *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia*: 1996. Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-9426-1.

COMMISSION EUROPEENNE. Représentation en France. *Centres de documentation européenne*. Maio 2013. Disponível em : http://ec.europa.eu/france/activite/information/centre_documentation_europeenne/index_fr.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CONTACTS. [20--]. Disponível em: <<http://ednetwork.ec.europa.eu/contacts-directory/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. *Education e Training*. The Jean Monnet Programme: understanding European integration, oct. 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc88_en.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.

EUROPE direct, [20--]. Disponível em: <http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm>. Acesso em> 13 jun. 2013.

EUROPEAN INFORMATION ASSOCIATION. *Focus on post-EIA*, c1998-2012. Disponível em: <<http://www.eia.org.uk/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

EUROPEAN UNION. Statistics on consultation. [2011?]. Disponível em: <http://europa.eu/abouteuropa/stat/index_en.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.

HARBORD, Peter. European Documentation Centres and the Commission's information policy: a view over the shoulder. *European Access*, n. 1, p. 27-28, 1989. ISSN 0264-7362.

HOPKINS, Michael. Cooperation as a solution to the problems of European community documentation. In: FJÄLLBRANT, Nancy (Ed.). *Library cooperation, trends, possibilities and conditions: proceedings of the eighth meeting of IATUL, Enschede, May 28-June 1, 1979*. Göteborg: I.A.T.U.L., Chalmers University of Technology Library, 1980. p. 111-116. ISBN 91-7032-005-5.

INGWERSEN, Peter; Järvelin, KALERVO. *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-4020-3850-1.

KAÏOPOULOS, Konstandinos D. *De l'information à la communication: la Communauté européenne à la recherche d'une image médiatique*. Corfu: Univ. Ionio Panepistimio, 1992.

LA VALLE, Fausta Deshormes Nee. *CONSHIST.COM: histoire interne de la Commission Européenne 1958-1973. Entretien avec Fausta Deshormes Nee La Valle. par Michel Dumoulin et Julie Cailleau; Transcription révisée par Mme Deshormes*. Bruxelles: [s.n], 2004. Disponível em: <<http://www.eui.eu/HAEU/OralHistory/pdf/INT726.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

LASTENOUSE, Jacqueline. La Commission Européenne et les études universitaires sur l'intégration européenne: 1960-2000. *Temas de integração*, n. 15-16, p. 13-36, 2003. As Universidades e os processos de integração: o projecto da convenção.

LUOMA-AHO, Vilma. Sector reputation and public organisations. *International Journal of Public Sector Management*, v. 21, n. 5, p. 446-467, 2008.

MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona; BAXTER, Graeme. The information needs of United Kingdom Members of the European parliament (MEPs). *Library management*, v. 20, n. 3, p. 168-179, 1999. ISSN 0143-5124.

McCarthy, Elmarie. The role of European documentation centres (EDCs). *ASLIB Proceedings*, v. 43, n. 6, p. 203-205, 1991. ISSN 0001-253X.

MUSSO, Pierre. *Critique des réseaux*. Paris: PUF, 2003. ISBN 2-13-050137-0.

OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro. *L'Europe difficile: histoire politique de la construction européenne*. Paris: Gallimard, 2007. ISBN 978-2-07-034575-5.

RIGAKOU, Vasiliki. Inaugural meeting of EDC national representatives. *European information*, n. 4, p. 12-14, 1998.

SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D'INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. *Notes d'études concernant les développements de l'information Universitaire*. Documento avulso Acessível no Arquivo da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 25/1980, n.º 1648/3.

STOCCHETTI, Matteo M. La politica dell'informazione tra sicurezza e libertà. *Il mulino*, anno 49, n. 6, p. 1120-1130, 2000. ISSN 0027-3120.

TERRA, Ana Lúcia Silva. *As políticas de informação e comunicação da União Europeia*. Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

THOMSON, Ian. Challenges facing European Documentation Centres. *European Access*, n. 6, p. 16-19, 1995. ISSN 0264-7362.

THOMSON, Ian. European Community information providers in the UK: the role of European Documentation Centres. *Refer.*, v. 8, n. 1, p. 8-17, 1992. ISSN 0144-2384.

Webb, Catherine. The EDC exchange scheme 2001. *European information*, n. 14, p. 15-16, 2000. ISSN 1461-5428.

FAROL: de sinalizador a cartão postal

Cleber Reis

A TRANSIGNIFICAÇÃO DOS FARÓIS

O estudo acerca da trajectória histórica dos faróis portugueses não seria possível sem o auxílio das mídias digitais e acervos particulares dos estudiosos ou admiradores que se encantam com os faróis, seja através da sua história, da sua mística ou da visão panorâmica que eles propõem. Esse pirilampo tão misterioso que seduz com a sua luz inebriante, e conduz a um porto seguro a vida daqueles que navegam, e navegam, e navegam...

Com o processo de automatização dos sinalizadores marítimos, muitos faróis existentes na costa litorânea de diversos países perderam a sua função principal: sinalizar um caminho seguro aos que navegam, porém a magnitude dessas construções e a sua privilegiada localização tem permitido notoriedade a diversos setores, dentre eles, o turismo, que por estar sempre em busca de novidades, tem percebido nos faróis uma nova possibilidade: torná-lo atractivo turístico e cultural.

Embora Portugal não seja pioneiro no quesito “musealização de farol”, ou na sua adaptação para outro fim que não “sinalizar”, observa-se que

o país tem importantes aliados em seu favor: a vasta quantidade de faróis existente e a sua distribuição estratégica em grande parte do seu litoral.

A pequena extensão territorial do país contribui para a proximidade dos faróis entre si e dos centros urbanos¹ o que facilita não só a viabilidade de um processo de transmutação, como também a manutenção do acervo a expor.

Enquanto se analisa esse processo de alteração nas actividades dos faróis portugueses, parece irónico reflectir que toda essa gama de novidades gira em torno de uma nação que por muito tempo teve a sua costa navegável denominada de “costa negra”, devido a sua deficiente sinalização marítima.

Em 1998, os pesquisadores e fotógrafos franceses P. Plisson e G. Plisson (1998), apresentaram, numa das suas publicações, fotos e artigos a respeito de alguns faróis musealizados no mundo. Referiram-se especialmente aos existentes na França, Escócia, Irlanda e Grã-Betanha, mas, não se revelou o motivo que levou tais nações a investir num monumento tão pouco explorado, apesar de tanto tempo de existência. Teria sido um dos objectivos dessa iniciativa a valorização dos faróis em conjunto com a história das costas marítimas onde eles estão instalados ou apresentá-los num âmbito inovador intencionaria despertar o interesse do visitante para a cultura local? Levanta-se essa hipótese porque durante este trabalho comprovou-se que a maioria dos faróis musealizados pelo mundo afora remete sempre para essas mesmas temáticas.

Devido ao facto de Portugal ser considerado um país de navegadores, descobridores e colonizadores, a tarefa de musealizar um farol ou de atribuir-lhe outras actividades além de sinalizador, poderia tornar-se uma situação relativamente complexa não fosse a gama considerável de informações relativa à sua costa navegável. Foram invasões, naufrágios, navegação de cabotagem, necessidade de sinalização para facilitar o co-

¹ Henriques (1994, p. 58) chama a atenção para as evidências que atestam a inclusão de alguns novos destinos turísticos, dentre eles destacam os centros urbanos.

mércio, actividades do faroleiro, automatização de alguns faróis, dificuldades em distinguí-los dos demais sinais luminosos, localização deles, destaques dos maiores, ou mais importantes, bem como a sua evolução técnico-funcional. Esses são apenas alguns dos assuntos que poderiam ser abordados num espaço dedicado a mostrar a trajetória de um monumento que teve a sua origem a partir dos mais rudimentares “fachos e vigias”² e posteriormente, em Pharos, uma Ilha próxima de Alexandria.

Assim como em outros países, os faróis portugueses apresentam uma infinidade de vantagens para poderem ser utilizados como atrativos culturais.

São numerosos e cada um apresenta uma história peculiar, como, por exemplo, o de São Miguel, o Anjo, representando o mais antigo da costa lusitana, do Cabo da Roca, a sinalizar a parte mais ocidental do continente europeu; do Bugio, ícone arquitectónico, que influenciou a construção de algumas fortalezas (caso do Forte São Marcelo, na Cidade do Salvador da Bahia); de Aveiro, como o mais alto da Europa; e de São Vicente, possuidor de uma das oito maiores ópticas do mundo.

Mesmo compreendendo a pouca importância dada aos faróis enquanto monumentos ou atrativos culturais, os serviços de manutenção que lhes são dispensados garantem um bom funcionamento. Exemplo disso é que, mesmo passando pelo processo de modernização e automatização constante, a grande maioria dos faróis lusitanos ainda mantém as suas ópticas originais e seculares. Esta observação só constata, mais uma vez, a pluralidade de assuntos que a temática em questão propõe.

No decorrer deste estudo, é possível verificar que a atribuição de mais uma função aos faróis portugueses têm início de maneira cuidadosa. Juntamente com a facilidade de acesso, foi cautelosamente estudado o que apresentar em espaços relativamente pequenos para o acervo dis-

² Os faróis têm sua origem a partir das tochas besuntadas em azeite que eram acesas pela população e membros dos conventos que estavam situados próximos ao mar, já que os naufrágios eram constantes devido a falta de sinalização. O nome farol derivou-se do vocábulo Pharos, uma ilha situada da Cidade portuária de Alexandria, no Egito.

ponível, cujo intuito é atrair visitantes que se encantem com o acervo exposto, não esquecendo que alguns desses visitantes já possuem experiências similares de outros países e a comparação, em alguns momentos, é inevitável. Talvez seja por essa razão que a maioria dos faróis musealizados em alguns países optaram por “contar” a sua própria história ou restringiram-se apenas a apresentar um pouco da historicidade das suas proximidades. Se isto para o visitante ou turista, pode não ser assim tão inovador, contudo, para os residentes, pode contribuir para reforçar o seu potencial identitário, ainda que esses fiquem confinados a esporádicas visitas nas horas de lazer, o que não descaracteriza o farol enquanto atractivo cultural.

Para dar sustentabilidade a esse estudo, deu-se destaque a dois faróis portugueses: o farol de Santa Marta, situado no Concelho de Cascais e o farol dos Capelinhos, edificado na Ilha do Faial, Açores. Esses dois exemplares foram escolhidos devido à sua história e pelo facto de actualmente fazerem parte dos principais atractivos culturais e turísticos das regiões em que estão edificados.

O FAROL DE SANTA MARTA EM CASCAIS: PERSPECTIVA HISTÓRICA

Classificado como Imóvel de Interesse Público em 29 de Setembro de 1977, o Forte de Santa Marta, foi construído apenas após a Restauração, era o primeiro ponto fortificado da linha de fortins então mandada levantar entre Cascais e o Cabo da Roca. As fortificações erguidas nas terras da Marinha e na praia do Guincho tinham como objetivo barrar o acesso à vila e impedir a repetição de um ataque, como o ocorrido no ano de 1580 com pleno êxito pelas tropas do Duque de Alba na Laje do Ramil, próximo ao promontório da Guia. (BOIÇA; BARROS; RAMALHO, 2001)

A Fortificação de Santa Marta fez parte de um plano traçado e efetuado pelo governo joanino, que determinou a construção de sete fortes de características comuns, localizados de maneira estratégica no país. Entre-

tanto a construção destes fortes não se deu simultaneamente. Houve prioridades, a exemplo dos fortes da Guia, de São Jorge e do Guincho, já que essas localidades eram consideradas vulneráveis a possíveis desembarques entre os anos de 1642 e 1646. (BOIÇA; BARROS; RAMALHO, 2001)

A construção dos fortes de Santa Marta, São Jorge de Cima e São Brás de Sanxete ainda ocorreu na década de 40 do século XVII. O sétimo forte a ser implantado foi o do Cabo da Roca, indícios apontam para a década de 50. Consoante o autor supracitado:

Neste conjunto de sete fortes repousou, décadas a fio, a responsabilidade de defender a costa ocidental de Cascais. Registe-se, no entanto, que subtraindo os fugazes momentos de prevenção geral e de ações isoladas contra a pirataria, não chegaram a ser postos à prova. Não admira, assim, que as suas estruturas se tenham progressivamente degradadas, encontrando-se algumas em situação de ruína em meados do século XVIII. Por outro lado, nos anos vinte desta centúria, já um dos fortes, o de São Jorge de Cima, tinha sido abandonado e questionava-se a utilidade militar de manter outros, nomeadamente o de N. Sra. da Roca. (BOIÇA; BARROS; RAMALHO, 2001)

Ao que se nota, o serviço de manutenção dispensado às fortificações não era suficiente.

A posição estratégica que a fortificação de Santa Marta tinha para fins militares tornava-a também uma considerável aliada para a navegação, o que levou à Inspeção dos Faróis do Reino, em 1864, a aprovar a instalação de um farol neste forte, quando foi perdida a sua função militar. (BOIÇA; BARROS; RAMALHO, 2001)

No ano 2000, foi montado um novo sistema de monitorização no Santa Marta. E foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Cascais e a Marinha, cujo objetivo era ceder as habitações do farol para que nelas fosse criado um museu dedicado aos faróis portugueses, acrescentando assim mais um polo de atracção turística no Concelho de Cascais e, no caso da Marinha, “um ponto de divulgação numa área de respon-

sabilidade que, cada vez mais, desperta e cativa a atenção das populações, nomeadamente das zonas ribeirinhas”. (REVISTA DA ARMADA, 2004)

A figura abaixo apresenta um artigo publicado em um jornal local acerca da musealização do Farol de Santa Marta.

FIGURA 1 – Uma das primeiras notícias acerca da musealização do farol de Santa Marta



Fonte: NEVES, 2006.

PROJETO E PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO

A posição estratégica, a importância histórica em conjunto com a panorâmica local, levou a Marinha e a Câmara Municipal de Cascais a

questionar novas possibilidades para o Forte e Farol de Santa Marta. Foi assim que, no ano de 2005, chegou-se à conclusão de que a sua requalificação e conversão em espaço cultural e de lazer da zona ribeirinha da vila seria mais um atrativo naquele Concelho – onde também estão inseridos a casa de Santa Maria e o museu que funciona como espaço de memória consagrado à vida e obra de Raul Lino (1879-1974) e a outros arquitectos que foram seus contemporâneos. Nesse espaço também funciona a Biblioteca Conde de Castro Guimarães.

No dia 22 de Março de 2006, teve lugar a assinatura de um protocolo entre o Estado-Maior da Armada e pelo Presidente da Autarquia de Cascais. O objetivo central desse acordo era a recuperação do farol e da infra-estrutura anexa, criando assim o primeiro farol-museu em terras portuguesas, no antigo forte de Santa Marta. A musealização das instalações do forte e farol seria considerada pólo do museu existente na Direcção Geral de Faróis. Como unidade museológica municipal, ficaria a cargo da Câmara Municipal de Cascais. Tudo isso atribuía especial realce para os aspectos relacionados com a vida nos faróis e, de um modo geral, destacava a atividade desenvolvida pela Marinha na iluminação das costas oceânicas, para segurança da navegação marítima e protecção da vida humana no mar, mantendo o funcionamento do farol de Santa Marta, nas suas funções de sinalização costeira, aos cuidados da Direcção Geral de Faróis. (REVISTA DA ARMADA, 2006) O protocolo definiria ainda a partilha de responsabilidades e a definição organizacional da gestão do farol-museu de Santa Marta, assim como as contrapartidas daí decorrentes, ficando a cargo da autarquia de Cascais, nomeadamente, a dotação do espaço cultural com o necessário pessoal técnico de museologia e de acção educativa.

A partir do acordo em questão, a direcção do farol-museu de Santa Marta estaria sob a responsabilidade de um representante da Marinha e por outro da Câmara Municipal de Cascais. O apoio financeiro e administrativo ficaria por conta da autarquia de Cascais, isto incluiria o seu

funcionamento e o suporte financeiro das obras de recuperação e de musealização das instalações.

Os autores do projeto de musealização do Santa Marta foram os arquitetos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus. O programa museológico é da responsabilidade do notável historiador Joaquim Boiça, cuja expectativa foi transformar o local numa zona de cultura e de lazer, prevendo um espaço museológico nas antigas residências dos faroleiros, um acesso para pessoas com vista para o mar e para a marina além de um equipamento complementar de pequena dimensão, o qual inclui um centro de documentação e uma cafetaria.

O investimento, entre obra, equipamento e mobiliário, foi estimado em aproximadamente 1,5 milhões de euros.

As obras tiveram início em 28 de Março de 2006 com um prazo médio estipulado para a execução dos serviços em 280 dias, cuja previsão de abertura deste empreendimento ao público aconteceria durante o mês de Maio de 2007.

O PROJECTO EXECUTADO

Conforme o calendário estabelecido, as obras tiveram o seu início em Março de 2006 e, finalmente, em 27 de Julho de 2007, foi apresentado ao país o tão anunciado farol de Santa Marta musealizado.

O novo equipamento é composto por um espaço expositivo criado nas antigas construções anexas (residências dos faroleiros), amplas plataformas (baterias do Forte) com vista para o mar com espaços de recepção, centro de documentação e uma cafetaria.

Nas Figuras 2 e 3 a seguir, podem ver-se as alterações efetuadas no farol em sua área externa.

Vistas parciais da área externa do Farol e de um dos núcleos do Museu



Fonte: Informação própria, julho 2007.

O programa museológico apresenta uma visão panorâmica dos faróis, e também dispõe, nos espaços criados, temáticas específicas, tais como: os faróis de Portugal, o forte e o farol de Santa Marta e os faróis e as ajudas à navegação (Cascais e barra do Tejo). Destaca-se ainda um espaço dedicado ao ofício de faroleiro.³

Ao entrar no museu, o visitante tem oportunidade de compreender a história e funcionamento dos faróis portugueses. Também é possível aproximar-se de lanternas que pertenceram a antigos faróis lusitanos e

³ Para o historiador Joaquim Boiça, a criação do farol-museu constitui também uma forma de acabar com a ideia de que o faroleiro é um simples guarda de farol, mas, antes um profissional com muitos ofícios. São mecânicos, pintores, serralheiros, electricistas e por aí a fora, porque tem de dar respostas a todo tipo de situações. “lembro-me por exemplo, de meu pai fabricar peças para motores de barcos”.

deleitar-se com fragmentos poéticos expostos nas paredes das salas que compõem o Farol Museu Santa Marta.

O percurso expositivo inclui a exibição de um filme documentário *Faróis de Portugal. Cinco Séculos de História*. A cada 20 minutos, realizam-se visitas guiadas e, ao longo dessas, são prestados todos os esclarecimentos acerca da exposição permanente existente no museu.

Como se refere Joaquim Boiça, diretor do novo espaço e descendente de uma família de faroleiros que trabalhou em Santa Marta, o objetivo da musealização desse monumento não é apresentar à população mais um museu “de sítio”, mas apresentar a temática dos faróis de forma a valorizá-los a partir do imaginário das pessoas, até porque Portugal preserva um conjunto de faróis de excepcional importância do ponto de vista patrimonial/arquitetónico.⁴

Como se asseverou, a musealização do farol de Santa Marta tornou-se um marco histórico no país.

Segundo informações obtidas através da direcção do espaço museológico, no primeiro mês da abertura do farol-museu ao público, registrou-se a visita de 7.000 visitantes, sinal de que o empreendimento começou a despertar a curiosidade e interesse dos que moram ou visitam o Concelho de Cascais.

Vale ressaltar que a maioria das peças expostas foi restaurada e disponibilizada pela Marinha Portuguesa/Direcção de Faróis, sendo constituída por exemplares que contribuem para uma melhor compreensão do funcionamento dos mecanismos dos faróis.

Em 2007, o Farol-Museu de Santa Marta já recebeu Menção Honrosa. Estima-se que, em pouco tempo, esse empreendimento esteja entre os principais atractivos culturais do país, por ser o primeiro do gênero em Portugal e por apresentar temáticas que até pouco tempo eram esquecidas ou ignoradas por muitos.

⁴ Cf. Cascais: Farol-museu proporciona «viagem fantástica» <http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=288007>. Consulta em 26 de Julho de 2007.

FIGURA 4 – Parte do acervo exposto no museu do farol na DGF (destaque para os aparelhos que pertenceram a alguns dos faróis de Portugal).



Fonte: Informação própria, fevereiro de 2007.

Como mais uma prova de que o farol pode, além de sinalizar, oferecer atributos culturais, será a seguir apresentada mais uma situação inédita em Portugal. O Farol dos Capelinhos foi construído no arquipélago dos Açores com a finalidade de oferecer segurança aos navegantes, tarefa que desempenhou, por muito tempo. No entanto, a erupção não anunciada de um vulcão mudou o curso da sua história, tornando-lhe um ícone nesta região.

Apesar de se encontrar desactivado em sua função de sinalizar, este farol se encontra em plena remodelação para ter instalado em suas dependências um centro de interpretação da natureza como se confirmará a seguir.

O FAROL DOS CAPELINHOS: RESENHA HISTÓRICA

Acerca do farol dos Capelinhos, foram encontrados poucos registos. Todavia, ao que se teve acesso, tornou-se possível um seguro e sustentável embasamento teórico referente a este sinalizador. Vale ressaltar que

o acesso aos arquivos e bibliotecas digitais particulares e públicos foram imprescindíveis no desenvolvimento dos estudos acerca desse farol.

Do que se tem notícia, este Farol situado na ilha do Faial, nos Açores, foi idealizado primeiramente pelo capitão-mor Jorge Gularte Pimentel, no ano de 1678 quando, em seu testamento, datado de 15 de Julho, fez constar a necessidade de sinalizar esta região conhecida por seus perigosos rochedos responsáveis por acidentes que despedaçaram caravelas e galeões durante a noite, no meio do oceano, fazendo um número incontável de vítimas. (LIMA, 1943)

Apesar do apelo de Pimentel, considerado na época um dos homens mais beneméritos desta terra, desconhecem-se a razão pela qual o seu pedido não foi atendido e os seus descendentes deram pouca importância ao assunto, mesmo conhecendo os riscos e testemunhando as tragédias ocorridas com os nautas que se aproximarem das costas ilhoas, tragédias essa que só eram reveladas ao amanhecer do dia.

No dia 22 de Abril de 1844, foi enviada a estâncias superiores, através da Câmara Municipal da Horta, uma representação reclamando o estabelecimento de dois faróis: um nos Capelinhos e outro na ponta da Ribeirinha, não foi encontrada a razão pela qual essa não foi atendida, supõe-se descaso.

Em 1883, a Secção da Sociedade de Geografia na Horta, também apresentou uma solicitação para a instalação de um farol para os Capelinhos. Nesse mesmo ano, outras entidades associaram-se à causa que também contava com o apoio dos deputados, porém, não surtiu efeito. Em 20 de Março desse mesmo ano, surgiu o “Plano Geral de Alumiamen- to e Balisagem da Costa Marítima e Portos do Continente e Ilhas Adjacentes”, cuja construção do Farol dos Capelinhos estava incluída. Foram construídos alguns faróis no país e melhorados outros, no entanto, o Farol dos Capelinhos ainda era um sonho.

Consoante Marcelino Lima (1943, p. 223), a elaboração de um valioso trabalho por José de Almeida de Ávila⁵, sobre a farolização, utilizou

⁵ Faialense, sobrinho do Duque de Ávila. Acerca do mencionado trabalho, não se obteve acesso ao título.

como recurso para fortalecer e sensibilizar as autoridades responsáveis para a necessidade da construção dos Capelinhos, os dramas angustiantes dos navegadores que, juntamente com suas embarcações, foram atirados contra os recifes, durante as trágicas tempestades, como se percebe a seguir:

[...] em Fevereiro de 1869 naufragou na ilha das Flores um lugre francês, salvando-se de toda a tripulação apenas um homem; em Março de 1874 naufragou na mesma ilha um patacho prussiano, morrendo todos os tripulantes. Em Junho de 1880 a tempestade impeliu para cima da costa de Castelo Branco (Faial) uma barca italiana; metade da tripulação, incluindo capitão e piloto, foi tragada pelas ondas. Na costa da Freguesia de Quatro Ribeiras (Terceira) em Dezembro de 1887 perdeu-se a barca portuguesa 'Arcelina', da qual somente três homens tiveram a sorte de escapar. Nesse mesmo mês e ano naufragou próximo da ponte da Feteira (S. Jorge) um navio de que não foi possível identificar a nacionalidade: dos homens que o tripulavam não se salvou um único! (LIMA, 1943, p. 223)

Diante da continuidade dos desastres que vitimavam os navegantes, o ministério da Marinha decidiu proceder a estudos minuciosos de um plano para uma rede completa de faróis, estipulando a instalação imediata de dois para o Faial, um nos Capelinhos que somente foi inaugurado em 1903, e outro na Ribeirinha⁶ cujo funcionamento ocorreu dezasseis anos depois, apenas em 1919.

O início das obras do Farol dos Capelinhos deu-se em 18 de Abril de 1894. Foi construído na Ponta dos Capelinhos, a oeste da Ilha do Faial, Latitude N – 38.35.40. Longitude W – 28.50.25.

⁶ De acordo com a Direcção Geral de Faróis, o farol da Ribeirinha foi destruído por um abalo sísmico ocorrido nos Açores na década de 90. Já o dos Capelinhos teve o seu funcionamento interrompido por uma erupção vulcânica ocorrida na Ilha do Faial em 1957.

Do início da construção à conclusão das obras desse farol, sua trajectória foi marcada por diversos acontecimentos como se constatará na síntese cronológica abaixo:

1901 - 30 de Junho: Os Reis Dom Carlos e D. Amélia visitaram o Farol, ainda em obras.

1903 - 30 de Junho: Foi anunciado, em “Aviso aos Navegantes” da Direcção Geral da Marinha, a entrada em funcionamento, a partir de 1 de Agosto, do farol no período preliminar de experiências. Neste mesmo ano, deu-se a sua inauguração.

1926 - 10 de Abril: Aviso à Navegação – O Farol dos Capelinhos foi atingido por um grande tremor de terra, que lhe causou graves avarias, entrando num período irregular, de alcance reduzido.

1927: As obras de reparo foram concluídas e o farol voltou a funcionar normalmente.

1942 - 19 de Fevereiro e 1 de Novembro: Foram alteradas as características da sua luz – foi-lhe instalado um novo aparelho luminoso.

1948 - 15 de Julho: O farol passou a contar com um novo aparelho óptico aeronáutico.

1957 -29 de Novembro: Uma erupção vulcânica pôs fim ao seu funcionamento como se estudará a seguir.

A ERUPÇÃO DO VULCÃO DOS CAPELINHOS E A DESTRUIÇÃO DO FAROL

Entre os dias 16 e 27 de Setembro de 1957, a Ilha do Faial sentiu mais de duzentos abalos sísmicos premonitórios, cuja intensidade não ultrapassou o grau V da escala de Mercalli. Os derradeiros abalos sobrepuseram-se a um tremor quase contínuo, com epicentro nas proximidades do Farol dos Capelinhos, na extremidade ocidental da Ilha. Dava-se início a uma grande erupção vulcânica no Faial. (ZBYZEWSKI, 1962)

O “espectáculo” atraía estudiosos de várias partes do mundo. Dentre os organismos que estiveram presentes no local registando os vários

aspectos do fenómeno, estavam representantes do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Lisboa, que visitaram o Faial por duas vezes. (ZBYZEWSKI, 1962)

Devido à actividade vulcânica ter persistido até 1958, a primeira queda de cinzas acumulou-se de modo a cobrir a paisagem existente, num raio de aproximadamente três quilómetros do ponto da erupção, atingindo além de casas, celeiros e casebres, grande parte do Farol dos Capelinhos. As figuras abaixo apresentam a evolução da erupção vulcânica e a destruição do farol.

Esta catástrofe natural levou várias consequências ao Faial, principalmente no aspecto demográfico, muitas pessoas abandonaram o país e emigraram, contribuindo para uma considerável diminuição da população. Não foi registada qualquer vítima fatal, graças ao facto de a intensidade sísmica ter evoluído gradualmente.

A preocupação em proteger ou recuperar o que havia sobrado do Farol começou a se manifestar logo a seguir. Moradores e representantes de associações locais deram início a uma verdadeira batalha a favor da revitalização desse monumento.

Em 1982, por completar 25 anos da erupção, a Direcção Regional de Turismo lançou uma medalha comemorativa da efeméride e, em 1985, o filme alemão *The Experiment* utilizou a imagem do vulcão como cenário exterior.

Na mesma freguesia, a 29 de Setembro de 1995, face ao estado de degradação do Farol, criou-se a Associação dos Amigos do Farol dos Capelinhos, numa iniciativa de José Augusto Faria e Arthur Pacheco Alves. A partir daí, são muitas as vezes que se fazem ouvir diante do descaso em que se encontram as ruínas dos Capelinhos.

Lobão (2002, p. 58) afirma que durante uma sessão ocorrida em 1995, num discurso emocionante e optimista, Cecília Matos, Presidente da Associação acima citada, declarou: “É muito importante que se faça algo por aquele Farol, para bem da freguesia, e do Turismo que recebemos [...]”.

“O vulcão não o deixou no estado que se encontra. Devemos fazer conjuntamente com as autoridades algo de concreto por aquele lindo edifício que é nosso.”

A INFLUÊNCIA DA CULTURA LOCAL NO PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO FAROL DOS CAPELINHOS

Apesar de desactivado desde 1958, o Farol dos Capelinhos tornou-se um ícone nos Açores. Ele é testemunha de uma época em que esta região presenciou tristes momentos, desde a erupção do vulcão que apagou a sua luz, à emigração de grande parte da população para outros países, principalmente Estados Unidos que criou uma legislação especial para apoiar as vítimas da erupção dos Capelinhos, aproximadamente cinquenta por cento dos 30 mil moradores que o Faial possuía naquela época.

Histórias não faltam para contar. Por se tratar de uma experiência recente, muitos açorianos a testemunharam, portanto, não é surpreendente ouvir os mais diversos e comoventes depoimentos acerca da destruição do farol. Em sua grande maioria, todos muito emocionados e saudosos, a exemplo o que se sucede: “E desenvolveu-se o vulcão, morte anunciada do Farol. Então foi preciso salvar os equipamentos, desmontagens das lentes, saída dos novos grupos eléctricos, definitivamente era hora de partir.” (MEMÓRIA DOS CAPELINHOS, 2007)

O depoimento acima retrata a importância do Capelinhos e dos seus clarões para os faialenses que, após o término da erupção, não se cansaram de clamar pela revitalização do Farol que, para eles, apesar da sua aparência inerte, é um importante monumento, um testemunho das marcas do que ficou.

Em 4 de Julho de 2003, decorreu na Horta, Ilha do Faial, as cerimónias de cento e setenta anos da elevação da vila à cidade. Durante esse evento, ocorreu a inauguração de uma exposição temporária alusiva aos cem anos de existência do Farol dos Capelinhos, cujo acervo era compos-

to de dez quadros com explicações sobre o Farol. Também foram expostas diversas fotografias e documentos históricos sobre esse monumento. Além disso, foram criadas, para esta efeméride, uma medalha comemorativa e uma pequena maquete do farol em faiança. Ao final da exposição, as peças foram posteriormente instaladas nas dependências da Junta de Freguesia do Capelo. Iniciava-se, nesse momento, a reinvenção do Farol que tragicamente foi afectado pelo vulcão homónimo. (REVISTA DA ARMADA, 2005)

Em 2005, ano em que se completou 48 anos da última erupção vulcânica faialense, o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, finalmente declara a requalificação do Farol os Capelinhos, reconhecendo-o como um dos principais *ex-libris* das comemorações do primeiro cinquentenário do vulcão, programada para o ano de 2007. O objectivo desta iniciativa era preservar o que sobrou do Farol, as ruínas e a paisagem existente, na tentativa de sacralizar a imagem do local, proporcionando ao visitante melhor compreensão de todas as fases da história dos Capelinhos – da sua construção ao fenómeno vulcanológico que pôs fim à sua vida de sinalizador marítimo.

De acordo com a secretária regional do Ambiente e do Mar, Ana Paula Marques, a empreitada de reabilitação das estruturas do Capelinhos estaria concluída no valor de 153 mil euros e, ainda em 2005, a adjudicação do procedimento para montar a lanterna visitável, estaria pronta cujo orçamento seria superior a 163 mil euros.⁷

Como se observa, grande parte da história da requalificação do Capelinhos remete sempre para o ano de 2005 devido ao facto de ter sido este o ano em que o Governo Regional colocou, a concurso público, a construção de um Centro de Interpretação do vulcão dos Capelinhos, por

⁷ Cf. Governo investe mais de dois milhões na requalificação do farol dos Capelinhos. Disponível em: <<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/temas/cidadao/Ambiente/Governo+investe+mais+de+dois+milh%C3%B5es+na+requalifica%C3%A7%C3%A3o+do+farol+dos+Capelinhos.htm?lang=pt&area=ct.>> Consulta em 10 de janeiro de 2006.

mais de dois milhões de euros, num prazo estimado para a execução das obras de 550 dias. Inicia-se aí a inclusão do Farol no contexto cultural.

O projecto de requalificação do Farol teve início com a recuperação da lanterna aero-marítima da cúpula do farol que foi concebida e fabricada pela empresa espanhola La Maquinista Valenciana e transportada para o Faial em peças para ser montada, tendo em conta a configuração da estrutura original destruída pelo vulcão.

Após a instalação da lanterna, as obras não pararam mais, há cada instante se constata a importância do empreendimento que tornará o Faial um dos mais importantes atractivos culturais dos Açores.

O Centro que está sendo construído na área do antigo Farol dos Capelinhos e imediações constará de diversas salas onde os visitantes poderão aperceber-se da dimensão alcançada pelo vulcão dos Capelinhos.

A sala principal constará de uma imponente obra de engenharia – um fuste que fará alusão a uma erupção. Ao lado desta sala ficará um auditório com capacidade para 60 pessoas. Será o ponto de partida para outras salas, que apresentarão exposições fixas e itinerantes sobre vulcanismo, tudo convergindo para as ruínas do farol, onde o visitante poderá ter acesso à cúpula totalmente restaurada e contemplar uma magnífica panorâmica, ilustrada pela imagem do vulcão adormecido.

Perante o exposto compreende-se que se tratará de uma obra de valor bastante elevado. Segundo o Presidente do Governo, o investimento feito em tecnologia que está sendo utilizado no Centro de Interpretação supera o custo das obras. Faz parte desse projecto também a repavimentação da estrada que dá acesso à zona do vulcão, onde está instalado o Farol.

Actualmente a comunidade do Capelo vive um momento de verdadeira euforia com o andamento das obras do Farol. Para o faialense, este é o momento de tirar proveito de uma situação que por muitos anos contribuiu para a separação de familiares e para o atraso no seu desenvolvimento económico, turístico e cultural.

Como é possível confirmar, a construção do referido Centro foi iniciada após as obras de consolidação realizadas no Farol, uma vez que os

estragos causados pelo vulcão comprometeu grande parte da sua estrutura e, de acordo com o Governo açoreano, a previsão para a conclusão das obras e inauguração do Centro de Interpretação é para Maio de 2008.⁸

Até a conclusão deste trabalho, não foi possível ter acesso aos valores referentes ao *marketing* relacionado com o projecto em questão, todavia, constactou-se a sua existência. Em 2007, foi criado um logotipo⁹ para as comemorações do aniversário de 50 anos da erupção do Vulcão (vide figuras abaixo) e este se encontra estampado numa infinidade de suveniers, todos fazem alusão à erupção, já que será este o assunto central a ser apresentado aos visitantes que adentrarem o Centro de Interpretação Ambiental, que está sendo instalado no Farol dos Capelinhos.

Instalado a partir das ruínas do antigo farol dos Capelinhos, esse moderno Centro permitirá explicar aos turistas e visitantes os fenómenos vulcanológicos, a formação do arquipélago e as várias fases da vida do farol, desde a sua construção até os dias de hoje.

Uma situação que chamou a atenção durante esta pesquisa é o facto de uma obra dessa dimensão e importância ter pouca divulgação no país. O pequeno *marketing* existente restringe-se apenas à localidade do Faial.

⁸ A conclusão das obras e a inauguração do Centro de Interpretação do Capelinhos ocorreu em Agosto de 2008.

⁹ O logotipo associado às comemorações dos 50 anos da erupção do Vulcão dos Capelinhos foi criado com a intenção de transmitir uma multiplicidade de mensagens, seja através das cores utilizadas, ou através dos traços que nele podem ser encontrados. É interessante prestar atenção em cada motivo apresentado no logotipo, pois, existe uma diversidade interessante de possibilidades para descodificá-lo, por exemplo: o pano de fundo em cinzento-escuro, é possível identificar-se o monte gerado pelo Vulcão dos Capelinhos, seu inferior encontra-se totalmente banhado pelo azul das águas marinhas. Se preferir, a imagem em questão também pode representar apenas um cachalote que após um prolongado e profundo mergulho, volta à superfície para liberar o ar desoxigenado de seus pulmões. Neste caso, o pontinho branco seria o olho do mamífero. Ou certamente nada mais é do que o mítico Farol dos Capelinhos que, há cinquenta anos, sinalizava o porto seguro aos navios que cruzavam o Atlântico. As cores amarela e laranja, certamente simbolizam as antigas lavas que, por curtos períodos, é certo, contribuíram para a solidificação do vulcão e hoje representam a festa e a alegria com que se irão vestir as freguesias do concelho da Horta. As cores rosa e vermelho que saem do vulcão ou que são libertadas pelo cachalote, entrelaçam-se representando a solidariedade e fraternidade com que, há cinquenta anos, primeiro as freguesias dos Cedros e Castelo Branco e depois os Estados Unidos da América, souberam receber os desalojados do Capelo e Praia do Norte. Site:<vulcaodoscapelinhos.org>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar o processo de transsignificação dos faróis portugueses decorreu, em grande parte, da necessidade de uma nova visão e da importância cada vez maior da disseminação da cultura no país. Uma revalorização dos monumentos históricos e uma consciência cada vez mais enraizada da importância dos faróis também lhe deram impulso. Sendo, portanto, o aspecto mais relevante no presente estudo, a transsignificação dos faróis teve início com a atribuição ao Farol de Santa Marta da actividade de museu e a transformação do Farol dos Capelinhos em Centro de Interpretação da Natureza. Por essa razão, foram aqui tomados como exemplo. Sobre eles, fez-se uma análise da qual se pôde compreender o nível de capacidade de ressemantização viabilizada pela interferência estatal em função da conservação do acervo histórico, com relativa importância para o desenvolvimento cultural e turístico em solo português.

REFERÊNCIAS

BOIÇA, J.; BARROS, M.; RAMALHO, M. *As fortificações marítimas da costa de Cascais*. Cascais: Quetzal, 2001.

HENRIQUES, Edurado Brito. *A Lisboa turística: entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano*. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

LIMA, Marcelino. História da Ilha do Faial. *Anais do Município da Horta*, Vila Nova de Famalicão, p. 223-224, 1943.

LOBÃO, Carlos. *O ano do vulcão 1957 -- 1958, "O Ilhéu"*. Horta: Editora Clube de Fitatélia, 2002.

MEMÓRIA dos Capelinhos. Produtor: Carlos Brandão Lucas. Secretaria Regional do Ambiente [Documentário-Filme]. 2007. Disponível em: <<http://www.azoresglobal.com>>. Acesso em: 20 Out. 2007.

NEVES, Francisco. Primeiro farol-museu português vai surgir em Cascais. *Jornal Público*, Lisboa, 22 mar. 2006

PLISSON, P.; PLISSON, G.; CHARLES. D. *Phares Ouest: les phares maeurs de l'arc atlantique*. Nantes: Éditions du Chên, 1998.

REIS, Cleber Silva. *De sinalizador a atractivo cultural: faróis portugueses numa perspectiva turística*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia: lazer, Cultura e Turismo) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2008.

REVISTA DA ARMADA. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, Instituto Náutico, n. 378, ago. 2004.

REVISTA DA ARMADA. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, Instituto Náutico, n. 368, set./out. 2005.

REVISTA DA ARMADA. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, Instituto Náutico, n. 398 jun. 2006.

ZBYSZEWSKI, Georges. A erupção do Vulcão dos Capelinhos no quadro da estrutura da ilha do faial (Açores). Separata de: *Memórias – Classe das Ciências*, Lisboa, t. 8, 1962.

CULTURA, MEMÓRIA, TECNOLOGIA: a preservação do conhecimento nas sociedades contemporâneas

Vera Dodebeil

ARQUIVOS DIGITAIS, COMO PRESERVAR A MEMÓRIA?

Curiosamente, a imagem de um homem folheando um livro, com um bebê no colo, atento e, visivelmente, interessado no conteúdo do objeto, aparece no *website* de um dos mais modernos espaços da cultura digital, o Centro de Arte Eletrônica – ARS (2011), localizado em Linz, na Áustria. O que estaria nos propondo a estante de livros, que faz fundo à imagem citada, em um dos espaços do ARS? E o que há no livro para prender a atenção de um bebê que já é um ser nascido na cultura digital?

O grau de confiabilidade que temos no que se refere à preservação ou memória ainda está muito atrelado às mídias analógicas. No entanto, quer seja por disseminação massiva de conteúdo ou por proteção seletiva do objeto, a preservação do conhecimento deve estar desatrelada das mídias de comunicação, pois nos apropriamos dos produtos somente enquanto

¹ Doutora em Comunicação e Cultura – Eco/Ufrj. Professora Associada III no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Bolsista de produtividade do CNPq. Pesquisadora no campo da Cultura Digital. Coordenadora do GT10 – Informação e Memória da Ancib e Coordenadora do Projeto Saint-Hilaire – Mémoire et Nouveaux Patrimoines.

há oferta no mercado. Não sabemos quais serão os suportes da informação que existirão no futuro, mas sabemos, com certeza, que devemos preservar alguns conteúdos em mídias analógicas e em mídias digitais.

As perguntas que lançamos para esse cenário são: que memória nós deixaremos para as futuras gerações? Que esforços serão necessários para que as sociedades futuras preservem essa memória?

Se considerarmos que os novos espaços comunicacionais na época contemporânea pautam-se na velocidade das trocas informacionais no ciberespaço, devemos admitir que o volume de rastros de lembranças irá diminuir. Um exemplo para essa fragilidade de rastros é a fonte ou endereço do banco de dados no qual a informação está depositada. Sabemos que ainda não há garantias de salvaguardar todas as informações lançadas na rede mundial de computadores. Entretanto, se nos falha a autoria, a rede semântica dos *links* nos leva a descobrir outras fontes, numa sequência infinda ou semiose *in progress* (ECO, 1991) de rastros das “memórias em construção” depositadas na rede. Que rastros memoriais um arquivo digital pode nos oferecer?

Ao tentarmos imaginar a rede mundial de computadores como uma vasta memória coletiva, podemos compreender que a tensão entre lembrar e esquecer é o que possibilita o ato de criar e, portanto, inovar. Lembramo-nos dos eventos que selecionamos como importantes para viver, enquanto que os irrelevantes ou traumáticos são apagados, ou ficam arquivados de um modo que não temos ainda como compreender.²

A sensação é a de que nossa memória é sempre desordenada, surrealista e, portanto, traidora à nossa lógica de perceber o mundo. Isto nos tranquiliza no sentido de que não é nossa consciência a responsável por tal situação caótica, mas é o nosso inconsciente o ordenador de lembranças. As analogias informativas, que são construídas com a ajuda da rede neural, têm várias causas para o impulso criador, mas sensações e emoções parecem ser as mais fortes, como nos demonstrou Marcel Proust (2004).

² Estudos de Henry Bergson (1988) sobre a memória virtual, a memória voluntária e involuntária (1988). Cf. também Dodebei e Gouveia (2006).

Se pensarmos também a rede mundial de computadores como um grande livro em eterna construção, como imaginou Paul Otlet (apud HAYWARD, 1994) no início de século passado, podemos compreender que a seleção de informações que farão parte da obra é necessária para a qualidade do empreendimento e que essas informações devem ser disseminadas para leitores/produtores, em um ciclo contínuo que permita nova criação em rede e, conseqüentemente, que garanta a preservação da informação justamente porque ela não é protegida.

Para esta comunicação, tomaremos como objeto de estudo a arte digital e como campo empírico o sítio do Ars Electronica Festival, em razão de que o referido festival mantém seus arquivos digitais para consulta *online* desde o ano de 1979 até o ano de 2007. Esta ação demonstra a intenção da instituição de preservar um gênero de arte/evento/performance criada, em sua maioria, por mídia digital e, portanto, dependente de recursos de bancos de dados eletrônicos para sua perpetuação na rede mundial de computadores. O sítio da Ars Electronica, particularmente seu arquivo digital, será objeto de nossa discussão com foco direcionado às condições de acesso, integridade e reprodutibilidade das informações armazenadas nos bancos de dados da instituição.

Para Lieser Wolf (2009), a arte digital tem por noção todos os tipos de manifestações artísticas que fazem uso de um computador para sua produção. Por definição, a obra de arte digital pode ser descrita como uma sucessão de zeros e uns, e o analógico é o seu contrário. Tendo por designações ciberarte, arte eletrônica, entre outras, as fronteiras da arte digital estão sempre em um movimento entre arte, ciência e tecnologia. Portanto, suas raízes são a matemática e a informática que, historicamente, podem ser representadas desde o Renascimento com Leonardo Da Vinci, Michelangelo e Galileu, até a época contemporânea com a computação gráfica, música e animação eletrônica.

Em 2009, o Ars Eletrônica cria a categoria “Hybrid Art” que é dedicada especificamente aos projectos híbridos e transdisciplinares, cujo foco principal recai sobre o processo de fusão de diferentes mídias e gê-

neros em novas formas de expressão artística, como por exemplo, o analógico e o digital, performances mistas e arte interativa e participativa em locais públicos, entre outras inúmeras possibilidades de se combinar arte e tecnologia em diferentes espaços.

Voltando ao tema da preservação da memória, a hipótese, para nossa análise, é a de que o Arquivo do Ars Electronica Festival é um híbrido que contempla, ao mesmo tempo, em sua concepção teórico-metodológica, a preservação seletiva/memorial/custodial³/protetora da arte eletrônica e híbrida, selecionada pelo Ars Electronica Festival, desde 1979, e a preservação massiva/informacional/pós-custodial/disseminadora da arte eletrônica produzida na rede mundial de computadores.

ARS ELETRONICA: CONFIGURAÇÕES MEMORIAIS DO ARQUIVO DIGITAL

Ars Eletrônica é uma plataforma digital e um espaço físico localizado na cidade de Linz, Áustria, que tem por filosofia articular arte, tecnologia e sociedade e representa espaços analógicos e espaços digitais de diálogo para o fenômeno tecnocultural. Seu conteúdo é estruturado em quatro segmentos: Ars Electronica Festival (1979); Ars Electronica Prix (1987); Ars Electronica Center (1996); e Ars Electronica Futurlab (1997).

O Ars Electronica Center, inaugurado em 1996, abriga hoje o Museu do Futuro⁴ que expõe arte e ciência em mídias analógicas e digitais e utiliza a mediação participativa entre o público e os objetos expostos, como um avanço à mediação interativa. O museu é um centro de referência mundial para a arte contemporânea; é a mais antiga instituição especializada em arte eletrônica, acompanha a revolução digital há 25 anos e é um núcleo ativo de intercâmbio entre artistas, curadores e pensadores. Com

³ Utilizamos aqui o conceito de era custodial e pós-custodial, nativo do campo da Arquivologia e cunhado por Cook (1992) a partir da leitura da tese de Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (2010).

⁴ O projeto *Museu do Amanhã* <<http://www.youtube.com/watch?v=pU2A9Fq3XQs>> concebido pelo arquiteto Santiago Calatrava para a zona portuária do Rio de Janeiro, dentro do Programa "Porto Maravilha", muito se assemelha em conteúdo à configuração do Museum of the Future em Linz, Áustria.

mais de 4000 m² de espaços laboratoriais e expositivos híbridos, conjuga pesquisa científica e estética com excelência criativa e tecnológica.

Todas as atividades do Ars Electronica, principalmente aquelas do Ars Electronica Center, são destinadas tanto a especialistas quanto ao público em geral em suas variadas faixas etárias. A imersão em cenários históricos pode ser feita no módulo “Deep Space” que nos coloca em contato com obras de arte, patrimônio cultural, história da arte, narrativas interativas. É interessante notar que o uso de mídias analógicas (uso de papel e caneta sobre a tela de cinema, influenciando a narrativa) passa a ser um complemento de interação às mídias digitais, comprovando a convivência do analógico/digital no espaço-tempo contemporâneo.

Nossa análise sobre o fenômeno da constituição de memórias *online* e sua preservação massiva e seletiva é feita sobre o segmento Ars Electronica Festival, criado no ano de 1979, e que mantêm um dos mais extensos arquivos do mundo digital retrospectivo para as obras artísticas participantes. Desde o ano de 1987, incorpora o arquivo Prix Ars Electronica. A documentação representa um acervo de arquivos digitais, projetos, biografias de artistas, produção intelectual de teóricos e pesquisadores que tiveram alguma participação nesses projetos artísticos.

FIGURA 1 – ARS Electronica/History, 2011



Fonte: ARS ELETRÔNICA (2011).

Para verificar nossa hipótese, utilizamos como estratégia a pesquisa no sítio do Ars Electronica Festival 2011, que começou em agosto de 2011, e no arquivo digital retrospectivo dos festivais de três anos representativos do início (1979), da virada tecnológica de finais dos anos 90 do século XX (1999) e do último festival registrado (2007).

a. Página corrente

Antes do início do festival, o conteúdo do sítio é um folheto eletrônico, para usar as tipologias de museus no ciberespaço. (HENRIQUES, 2004)

FIGURA 2 – ARS Electronica/Programa, 2011

The ARS ELECTRONICA FESTIVAL premiered on September 18, 1979. This pilot project was designed to take the Digital Revolution's emergence as an occasion to face important questions about the future and to focus these inquiries on the nexus of ART, TECHNOLOGY and SOCIETY. With this philosophy—which remains Ars Electronica's watchwords to this day—HANNES LEOPOLDEDER, then director of the ORF – Austrian Broadcasting Company's Upper Austria Regional Studio, electronic musician HUBERT BOGNERMAYR, cyberneticist/physicist HERBERT W. FRANKE and music producer ULRICH RÜTZEL laid the cornerstone for the ongoing success of this extraordinary undertaking.

FROM PILOT PROJECT TO INTERNATIONAL SUCCESS STORY

This Linz event soon developed into one of the world's most important media art festivals. The program featured symposia, exhibitions, performances, interventions and concerts, each successive biennial production more multifaceted than the one before. Since 1986, the festival has been held annually and dedicated to a specific theme. The organizers are also constantly on the lookout for interesting new venues—indeed, the consistent effort to break out of the narrow confines of conventional conference rooms and artistic spaces, and to stage cultural and scientific encounters in the public sphere has become something of a trademark of Ars Electronica. Linz Harbor, a network of subterranean tunnels, a monastery and a tobacco processing plant have been among the settings of this festival that defines itself as a confrontation with prevailing circumstances and amidst them.

EXTRAORDINARY SPIRIT

In 1979, the festival lineup was a short list: 20 artists and scientists. Three decades later, several hundred network nomads, theoreticians, artists and technologists from all over the world convene in Linz each year, and about 550 journalists and bloggers report from the Ars Electronica venue. Key contributors to the festival's incomparable spirit are the approximately 35,000 annual visitors—a colorful mix of old friends and new faces.

TOTAL RECALL – The Evolution of Memory

The Festival Ars Electronica 2013 is all about memory and memories, how they are created,

MORE ARS ELECTRONICA

BOARD OF DIRECTORS

CHRISTINE SCHÖPF
Künstlerisches Direktorium
Bio

GERFRIED STOCKER
Künstlerisches Direktorium
Bio

Fonte: ARS ELETRÔNICA (2011).

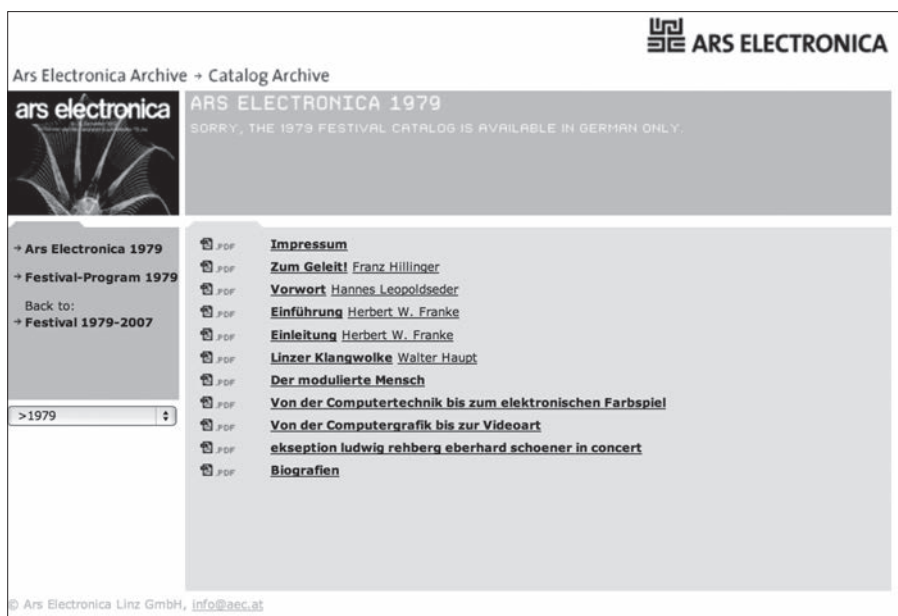
A interatividade se dá por meio dos blogs que atualizam as notícias sobre os eventos e pelas redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *Delicious*, *Digg*, *Buzz*, entre outras que, naturalmente, permitem a navegação em *links* associados ao tema.

Durante o festival, o acesso às obras, palestras, demonstrações é interativa e abundante em vídeos, com a ajuda do *Youtube*.

b. Arquivo permanente

Depois do festival, as informações que já deixaram de ser correntes vão compor o arquivo permanente do Ars. Para os primeiros anos, 1979 e 1999, identificamos que a integridade da informação é comprometida pela falta de imagens e *links*. A coleção de memória é apenas referencial, representada por metadados, como em um catálogo de biblioteca, de museu ou em uma lista de inventário de um arquivo, apenas referencial. Verificamos que é possível recuperar alguns *links* desses períodos consultando o Internet Archive, mas certamente no sítio do Ars a informação é apenas referencial e os arquivos encontram-se em formato pdf.

FIGURA 3 - Arquivo 1979 ARS Eletronica



Ars Electronica Archive → Catalog Archive

ars electronica

ARS ELECTRONICA 1979

SORRY, THE 1979 FESTIVAL CATALOG IS AVAILABLE IN GERMAN ONLY.

→ Ars Electronica 1979

→ Festival-Program 1979

Back to:

→ Festival 1979-2007

>1979

Impressum

Zum Geleit! Franz Hillinger

Vorwort Hannes Leopoldseder

Einführung Herbert W. Franke

Einleitung Herbert W. Franke

Linzer Klangwolke Walter Haupt

Der modulierte Mensch

Von der Computertechnik bis zum elektronischen Farbpiel

Von der Computergrafik bis zur Videoart

ekseption ludwig rehberg eberhard schoener in concert

Biografien

© Ars Electronica Linz GmbH, info@aec.at

Fonte: ARS ELETRÔNICA (2011).

No ano de 2007, já são encontrados *links* para outros sítios e para os registros de filmes, em função de parceria com o *Youtube*.

Ars Electronica Archiv → Katalog-Archiv

LIFESCIENCE

→ Ars Electronica 1999
 → Festival-Programm 1999
 Back to:
 → Festival 1979-2007

>1999

- PDF [Impressum](#)
- PDF [Sponsoring](#)
- PDF [Inhalt](#)
- PDF [Ars Electronica 99 • LifeScience](#) [Gefried Stocker / Christine Schöpf](#)
- PDF [Novartis—new skills in the science of life](#) [Christian Selwald](#)
- PDF [Neue Bilder vom Menschen](#) [Gefried Stocker](#)
- PDF [I-Biologie und Fake Life Construction](#) [Birgit Richard](#)
- PDF [Das Biotechnische Zeitalter](#) [Jeremy Rifkin](#)
- PDF [Advanced Cell Technology](#) [Robert Lanza](#)
- PDF [Die Dekodierung Islands*](#) [Michael Specter](#)
- PDF [Genetische Vorhersagen und gesellschaftliche Reaktionen*](#) [Lori B. Andrews](#)
- PDF [Gene und Gerechtigkeit in Vergangenheit und Gegenwart](#) [Daniel J. Kevles](#)
- PDF [Der Mensch ist das Ende der Welt](#) [Derrick de Kerckhove / Paul Virilio](#)
- PDF [Gentechnik, wissenschaftlich-industrielle Revolution und demokratische Fantasie](#) [Herbert Gottweis](#)
- PDF [Biotechnologie & Gentechnik: Juridische und politische Fragen*](#) [Bruno Latour](#)
- PDF [Biotechnologie & Gentechnik: Juridische und politische Fragen](#) [R. V. Anuradha](#)
- PDF [Die Komplexität des Tissue Engineering: Biopolitik, Biotechnologie und der regenerierbare Körper](#) [Eugene Thacker](#)
- PDF [Märkte, Antimärkte und das Schicksal der Nahrungskreisläufe](#) [Manuel DelLanda](#)
- PDF [Bemerkungen zur Theorie der biologischen und asymmetrischen Kriegsführung aus Sicht der USA](#) [Georg Schöföbänker](#)
- PDF [Blaue Hunde*](#) [Vilém Flusser](#)

Fonte: ARS ELETRÔNICA (2011).

RASTROS DE MEMÓRIA ONLINE

Em resposta às perguntas:

1. O Ars Eletrônica permite recuperar em sua integridade original (preservação por proteção/acumulação) as memórias da arte eletrônica depositadas em seu arquivo permanente?
2. O Ars Eletrônica preserva a arte eletrônica de seus festivais por disseminação/dissolução da informação?

E a partir das análises feitas nos anos selecionados para a pesquisa, verificamos que o arquivo não teve capacidade de manter as informações em sua integridade midiática, uma vez que as imagens paradas e em movimento só vão constar do *website* a partir do ano de 2007.

Compreendemos a dificuldade de manutenção das páginas em sua integridade à época de criação e a importância do Internet Archive como auxiliar à recuperação das informações (quando se sabe qual é o endereço do *website*). Supomos, assim, que o problema se situa na capacidade tecnológica de criar e manter *softwares* de busca conectados em rede. O acesso à informação armazenada nos bancos de dados, sua integridade e reprodutibilidade são ainda precários, mas possíveis de serem realizados à medida que aumenta a disponibilidade de fontes digitais e de interações de *softwares* de busca.

Podemos inferir desta experiência, certamente ainda incipiente, que os rastros de memórias *online* são dependentes das memórias de *softwares* que, construídos por nós, devem prever, para aquelas informações selecionadas como valiosas para o futuro da humanidade, a integridade de acesso tal qual existia quando de sua criação.

Vemos, assim, que não é possível reter toda a produção do conhecimento em arquivos. Uma grande parte das informações produzidas será apenas disseminada e dissolvida na rede de computadores e isto já é uma forma de garantir criação de conhecimento. O modelo de memória que defendemos não é novo, nasceu com os seres humanos e se pauta na tensão entre o que lembrar e o que esquecer. A memória coletiva e o livro em construção, metáforas propostas para compreender um pouco a rede, não são diferentes de nossa memória individual. Jorge Luis Borges (2000) quando criou o personagem *Funes, o memorioso*, já nos alertava que repetir o presente incessantemente é impossível.

REFERÊNCIAS

ARS ELETRÔNICA. *History*. 2011 <<http://new.aec.at/about/en/geschichte/>>.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. São Paulo: Globo, 2000. v. 1- Ficções, p. 539-546.

COOK, Terry. The concept of archival fonds: theory, description and provenance in the post-custodial era. In: EASTWOOD, Terry (Ed.). *The archival fonds: from theory to practice*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivist, 1992. p. 31-85.

DODEBEL, Vera; GOUVEIA, Inês. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R.; LARA, M. G. L. (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Marília: FUNDEPE, 2008. p. 87-99.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.

ECO, U.; CARRIÈRRE, J. *Não contem com o fim do livro*. São Paulo: Record, 2010.

HENRIQUES, Rosali. *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. 2004. Dissertação (Mestrado em Museologia Social) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2004.

HENRIQUES, Rosali. *Museus virtuais e cibermuseus: a Internet e os museus*. [2005?]. Disponível em <<http://www.museudapessoa.net/biblioteca/>>. Acesso em: 2 abr. 2005.

MIRANDA, Marjorie K. F. de O. *O acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da intencionalidade para findability*. 2010. Tese (Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010. Orientação de Fernanda Ribeiro e Marcos Galindo.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann: Combray*. Adaptação em quadrinhos de Stéphane Heuet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. t. 1.

RAYWARD, W. Boyd. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, n. 4, p. 235-250, 1994.

WOLF, Lieser. *Digital art*. Barcelona: Equipo de Edición, 2009. Edição francesa.

**RIQUEZA E DIVERSIDADE DO ACERVO
BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DO MOSTEIRO
DE SÃO BENTO DA BAHIA:
um panorama dos trabalhos do grupo de pesquisa**

Alicia Dubá Lose

O livro provou ser uma das tecnologias mais úteis, versáteis e duradouras da história. Sua portabilidade, facilidade de referência e capacidade de concentrar uma grande quantidade de dados o tornaram indispensável. Hoje é difícil imaginar como alguns momentos decisivos da história ocidental poderiam ter ocorrido sem ele. O Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica e a era do Iluminismo valeram-se todos da palavra impressa para sua difusão e influência permanentes. Durante dois milênios e meio, a humanidade usou [e ainda usa] o livro, na sua forma manuscrita ou impressa, para registrar, administrar, venerar e educar. (LYONS, 2011, p. 7)

A presença do homem na terra e a escrita estão de tal forma relacionados que a história da humanidade tem como divisor didático a invenção da escrita. A mesma fortíssima relação se dá entre a religião e a história humana. No Ocidente, dividimos os séculos e milênios no período que veio antes do nascimento de Cristo e depois dele. E a religião, por sua vez, está diretamente relacionada ao poder político.

Como maior representante da palavra escrita, o

[...] livro sempre foi muito mais que uma ferramenta útil. Entre outras coisas, ele pode ser um instrumento pedagógico, uma fonte de inspiração religiosa e uma obra de arte. Ele foi base de religiões e fonte de imenso poder político. O cristianismo, o judaísmo e o islamismo – três das grandes religiões do mundo – estão centradas em livros sagrados. Grandes Estados e impérios em todo o mundo derivaram enorme poder de textos escritos, que registram a tributação ou delineavam códigos e decisões jurídicas. (LYONS, 2011, p. 7)

Assim, acredita-se que a “[...] história do livro não é uma história sobre autores importantes. A produção de livros sempre dependeu de seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.” (LYONS, 2011, p. 11)

Em função de questões econômicas e políticas, na virada do século quinze para o dezesseis, foram introduzidos, na Europa, vindos do Oriente (China, mais especificamente) duas novidades que iriam trazer grande impacto à história do livro, a xilogravura e, de modo ainda mais significativo, o papel.

Quanto à xilografura, seu emprego na Europa data dos inícios do século XV, e logo a técnica seria utilizada para ilustrar cartas de baralho e manuscritos, bem como imprimir, geralmente, textos de pequenas obras devocionais de aceitação popular, caracterizando-se, destarte, como xilotipia. Daí para a introdução do procedimento tipográfico foi um passo [...] Mas enquanto na xilotipia os caracteres acham-se ‘presos’ ao bloco de madeira, na tipografia as letras são soltas, em consequência móveis, podendo ser trocados ou reutilizados à vontade. (ARAÚJO, 2008, p. 45)

Daí para diante, foi muito rápido o desenvolvimento do padrão que conhecemos até os dias de hoje. As características foram sendo inseridas paulatinamente e repetidas nas obras subsequentes.

Em 1457 Johann Fust (1410-1466) e Peter Schöffer (1425-1502) imprimiram o *Psalmorum codex*, conhecido como Salterio de Mogúncia, primeiro livro em que figuram data, colofão e letras capitulares a cores. Em 1460 a oficina de Gutemberg produziu um vocabulário de língua latina, o *Catholicon*, em que aparece o prefácio. Em 1469 Johann von Speyer (?-1470), ao editar as *Epistolae ad familiares* de Cícero, utilizou uma fonte de tipos cujo corpo originou o termo Cícero para designar o ponto como medida tipográfica. Em 1470 Wendelin von Speyer (?-1477) publicou em Veneza uma obra de Tácito com reclamos, i. e., sílaba ou palavra colocada ao pé da última página do caderno e repetida no início da primeira palavra do caderno seguinte com vistas a facilitar o alçamento; nesse mesmo ano surgiram um volume das *Homilias* de São Cristóvão, impresso em Roma, no qual as folhas se acham numeradas, e um tratado de Eusébio de Cesaria, impresso em Veneza por Nicolas Jenson (1420-1481), em que se deu a fixação definitiva dos tipos romanos. Em 1472 Johann Kolhoff (?-1493) introduziu o uso de assinaturas, i. e. letras, mais tarde números, que indicam a sequência dos cadernos. Em 1476, finalmente, Erhard Ratdolt (1442-1528) estampou em Veneza a primeira folha de rosto completa, com nome do autor, título da obra, nome do impressor, cidade e data de publicação. (ARAÚJO, 2008, p. 46-47)

Cada uma dessas características está diretamente relacionada à história do livro e, conseqüentemente, é elemento importantíssimo para asseverar o valor e a relevância de uma obra ou de um acervo, pois a

[...] apresentação geral do livro acompanhou, do mesmo modo, as solicitações do mercado, das pesquisas tipológicas [...] à apresentação material externa, com a vulgarização, já em finais do século XVIII, da brochura. (ARAÚJO, 2008, p. 49)

O livro não existe simplesmente como um texto em folhas de papel impresso e encadernado. “Tal definição esquece os dois milênio de livros

antes da imprensa e as várias formas assumidas pela comunicação textual antes da invenção do códice.” (LYONS, 2011, p. 12)

Assim, para aqueles que se dedicam ao estudo do livro – do mesmo modo, ao estudo da escrita, dos documentos,

O livro exerce uma atração multiforme, que vai muito além da leitura, embora esta seja um ponto de partida fundamental. Em primeiro lugar, existe sempre a ilusão de que se vai conseguir ler mais do que na realidade se consegue. Depois vem o desejo de ter à mão o maior número possível de obras de um autor de quem se gosta – já é o começo de uma coleção. Conseguindo o conjunto, que sempre se quer o mais completo possível, surge o interesse pelas primeiras edições, geralmente raras, e a atração pelo livro como objeto, e também como objeto de arte, em que entra a qualidade do projeto gráfico, a ilustração, a diagramação, o papel, a tipografia, a encadernação; e aí surge a busca da raridade. Quando se chega a esse estágio, aquele que pensava em ser na vida apenas um leitor metódico, está irremediavelmente perdido. Sua relação com o livro passa a ter uma dimensão quase patológica, pois a compulsão de possuí-lo é mais ou menos irrepreensível (mais do que menos). (MINDLIN, 2008, p. 15-16)

Extremamente imbricado com esta história do livro, está a história da Ordem de São Bento, principalmente na Europa. “A regra de São Bento de Núrsia, estabelecida primeiramente no século VI no mosteiro de Monte Cassino, na península Itálica, tornou obrigação dos monges a leitura e o estudo da literatura cristã.” (LYONS, 2011, p. 38)

Nos primeiros mosteiros, não havia nenhum aposento separado que servisse como biblioteca, mas, a partir do século VI as bibliotecas tornaram-se um componente essencial da vida monástica na Europa ocidental. Progressivamente, os beneditinos colocaram os livros sob o cuidado de um bibliotecário que supervisionava o seu uso. Em algumas as salas de leitura, livros valiosos eram acorrentados às prateleiras, mas também havia seções circulantes. A Regra de S. Bento prescrevia três horas de leitura por

dia e a leitura de um livro inteiro durante a Quaresma. (LYONS, 2011, p. 38)

Nos grandes *scriptoria*, o trabalho de cópia de livros manuscritos era feito sistematicamente, como uma das funções diárias. No entanto, no império bizantino, as casas religiosas existentes raramente mantinham centros de cópia próprios. “Em vez disso, recebiam doações de benfeitores ricos. No século X, a maior coleção do mundo bizantino estava nos mosteiros de Monte Athos (atual Grécia), com mais de 10 mil livros.” (LYONS, 2011, p. 38)

Todos os mosteiros tinham seus próprios livros para uso diário. Podiam ser elaboradamente decorados, já que constituíam o núcleo de trabalho da coleção do mosteiro, e eram objetos de grande orgulho para comunidade. Esses livros incluíam um gradual, que continha os textos e a música a serem cantados como parte da missa. [...] Além disso, havia o antifonário, que continha o texto e a música dos responsos cantados nos vários ofícios divinos ao longo do dia. (LYONS, 2011, p. 40)

Os monges beneditinos da Bahia são herdeiros dessa tradição (produção e conservação de livros e documentos manuscritos), possuindo, em seus arquivos, grandes raridades documentais do Brasil. Seguindo essa tradição, o Mosteiro da Bahia, o primeiro das Américas e a partir do qual foi fundada a Congregação Beneditina Brasileira, possui um acervo bibliográfico e documental de relevante importância – em quantidade e, principalmente, em qualidade – iniciado, juntamente com o Mosteiro, quando aqui chegaram, em 1582, os nove primeiros monges da congregação lusitana.

Nesta nação nascente, foram se formando primeiras bibliotecas que hoje representam “[...] não somente autênticos documentos da influência sócio-cultural européia, mas constituem, também, acervos de idéias que influenciaram os homens que fizeram a nossa história.” (PINHEIRO,

1989, p. 19) Assim, como era de se esperar, a constituição do acervo beneditino reflete a estrutura e o funcionamento da própria instituição que, desde a sua fundação, esteve diretamente relacionada à cultura, ao ensino e à produção do conhecimento.

Fazendo jus aos preceitos de São Bento, o Mosteiro baiano, fundado para atender a pedidos da população local sedenta por cultura, manteve, por cerca de 3 séculos, um instituto de formação superior. Tal instituto foi fechado por reflexos das determinações pombalinas.

Alguns anos depois, apesar de nunca ter tido em suas instalações um legítimo *scriptorium*, o mosteiro da Bahia fundou, no ano de 1900, uma tipografia e, cinco anos depois, uma escola – o Gymnasio São Bento, atual Colégio São Bento da Bahia. Quando o Colégio completava quase 100 anos de funcionamento, o Mosteiro reabriu seu instituto de formação religiosa em nível superior – o Instituto Teológico São Bento. O sucesso do instituto foi grande, e a instituição decidiu ampliar ainda mais as suas atividades fundando a Faculdade São Bento da Bahia.

Vem daí o sinal dos tempos: hoje o Mosteiro de São Bento da Bahia, com mais de quatro séculos de existência em terras brasileiras, tem constituído um respeitável Centro de Pesquisa e Documentação do Livro Raro – que leva o nome de mais um benfeitor da Ordem, Dr. Norberto Odebrecht –, onde obras raras de mais de cinco séculos convivem com tecnologia de ponto para análise, pesquisa e preservação. Os descendentes diretos dos “monges copistas” hoje se servem do mundo digital para produzir ou reproduzir suas obras. E o acesso a elas é cada vez mais amplo e difundido.

Para se chegar a esta constituição atual, o acervo beneditino baiano passou por numerosas mudanças de local, estrutura, administração e funcionamento, no mesmo ritmo e seguindo a lógica do próprio mosteiro.

Muitos dos monges mais reconhecidos do Mosteiro passaram pelas funções de Arquivistas e Bibliotecários, que, no âmbito das instituições monásticas, designam o monge nomeado pelo abade para se ocupar do cuidado, preservação, organização e acesso ao Arquivo e à Biblioteca.

Ao longo dos quatro séculos de funcionamento do mosteiro (assim como do arquivo e da biblioteca), muitas informações se perderam. Lembra-se, com mais facilidade, alguns dos mais recentes. Entre os mais conhecidos estão Dom André Schäeffner (até 1924), D. Henrique Enffans D'Avernas, Dom Willibaldo Hofmann, o qual exerceu a função por muitos anos e organizou todo o acervo que hoje constitui o Setor de Obras Raras da Biblioteca.

Para cada um dos livros do acervo, Dom Willibaldo escreveu de próprio punho, a pena, em tinta preta, com letra cursiva, fichas avulsas que se encontram até hoje encartadas em cada um dos livros do Setor de Obras Raras. Para cada uma destas fichas há uma outra correspondente que se encontra nas mesas-fichário na Biblioteca. Além disso, compilou todas as informações de cada uma das fichas em um caderno manuscrito que funciona como um inventário de todo o acervo de obras raras da instituição. (LOSE, 2011, p. 303)

O sucessor de Dom Willibaldo, na função de Bibliotecário, foi Dom José Lohr Endres. Este acumulou, por longo período, as funções de Bibliotecário e de Arquivista. A extensão do seu trabalho pode ser denotada pela presença massiva do seu *ex-libris* em boa parte das obras impressas hoje encontradas na Biblioteca do Arquivo e no Setor de Obras Raras do Mosteiro. Seu trabalho meticuloso deixa pistas muito fáceis para remontar a história da constituição do acervo. Pesquisando em seus materiais, foram esclarecidas muitas questões sobre a origem de determinadas obras. Extremamente organizado e evidentemente ciente de que estava “fazendo história”, Endres deixou registrado, no *Códice 495* do Arquivo do Mosteiro, o Histórico da atuação de Dom José Endres como arquivista. O texto datilografado, escrito em primeira pessoa, apresenta a data de sua nomeação ao cargo (8 de janeiro do ano de 1967), informações sobre onde ficava localizado o arquivo à época (“na cela junto das do abade”) e informações sobre a estanteria (quantidade, tipo, material), indicação

das obras adquiridas na sua gestão e daquelas submetidas a restauro e “consertos”:

[...] installei no arquivo a ‘secção de Impressos’; tendo comprado para êste fim um Conjunto de estantes de metal. Esta secção encontra-se instalada na cela junto da enfermaria. Além dos livros impressos acima mencionados fiz entrar nesta secção os seguintes livros adquiridos durante minha estada na Europa [Segue-se uma lista de 315 obras dos sec. XVI-XX]. [...] A 28/29-VII-1969: Instalação de um conjunto de estantes metálicas para a seção de manuscritos do arquivo e a 19-vi-1970 outra estante com prateleira larga. Em dezembro de 1969 deram entrada na seção de impressos como presente do Sr. Jutorib Lima, as seguintes obras (11 obras dos sec. XIX e XX). [...] Em dezembro recebi de presente do Bibliotecário do Mosteiro de S. Bento do Rio; D. Miguel Ve- eser [segue-se uma lista com mais 52 obras do início do séc. XX].

Ao fim deste códice 495 encontra-se uma lista “Das Diferentes Edições da Regra de São Bento existentes neste Mosteiro de São Sebastião do Salvador da Bahia”, da qual constam 77 exemplares, em diversas línguas, que datam de 1586 até 1960.

Mais recentemente, já nos anos 2000, outro Bibliotecário cujo trabalho é bastante lembrado é o Ir. José den Boer. Este monge, de origem holandesa, coordenou o processo inicial de informatização da Biblioteca, o que possibilitou a abertura da biblioteca ao público externo, na gestão de Dom Miguel Dias de Souza.

Atualmente, encontra-se no cargo de Diretor da Biblioteca Dom Rafael Soares de Freitas, nomeado em 2006. A sua gestão coincide com a abertura e o crescimento da Faculdade São Bento da Bahia, desta forma, a Biblioteca abriu-se à pesquisa, principalmente no tocante ao acesso às obras raras, e ampliou significativamente seu atendimento ao público externo e aos alunos da Faculdade e do Colégio São Bento. Sua estrutura e funcionamento tem se adequado cada vez mais para atender aos padrões nacio-

nais e internacionais de uma verdadeira biblioteca universitária e de referência para pesquisa. (LOSE, 2011, p. 311)

Na função de arquivista, também não são poucos os nomes que facilmente são lembrados. Um dos mais reconhecidos foi Dom Clemente Maria da Silva Nigra, que, entre muitos outros trabalhos de imensa relevância (como a criação do Museu de Arte Sacra da UFBA), organizou e reordenou o *Dietário do Archicenóbio da Bahia* (documento que traz a biografia de todos os monges que passaram pelo mosteiro baiano desde sua fundação), incluindo os monges falecidos após 1815, quando se encerrava o primeiro volume do referido livro.

Este mesmo trabalho também teve seguimento, mais recentemente, com Dom Gregório Paixão, que também foi arquivista do Mosteiro. Sua “edição do Dietário” apresenta a reorganização de todos os volumes escritos até então, em uma versão datilografada e atualizada. Foi ele também que, com sua visão bastante ampla, incentivou e viabilizou o início dos trabalhos de pesquisa que são hoje realizados pelo Grupo de Pesquisa da Faculdade São Bento da Bahia cujo primeiro trabalho foi a Edição Diplomática do *Dietario das vidas e mortes dos monges, q’ faleceraõ neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento*.

Assim como ocorreu com a Biblioteca do Mosteiro, em 2006, com a criação da Faculdade São Bento, as atividades do arquivo sofreram uma brusca e positiva mudança, abrindo-se sistematicamente, para trabalhos de pesquisa, principalmente aquelas realizadas no âmbito da própria instituição, pelo Grupo de Pesquisa da Faculdade São Bento da Bahia.

Além disso, assim como acontecia nos *scriptoria* monásticos da Europa, seguindo o lema beneditino: “*ora et labora*”, praticamente todos os monges (candidatos, postulantes, noviços e professos) que passaram pelo mosteiro ao longo deste quatrocentos anos exerceram alguma atividade na Biblioteca ou no Arquivo, seja na higienização do acervo, obra a obra, seja no registro, etiquetamento e tombamento dos livros recebidos.

Para dar a acompanhar estas mudanças de funcionamento da Biblioteca e do Arquivo do Mosteiro, foi construída uma ala específica para abrigar o acervo raro e antigo que estava espalhado em diversas partes do Mosteiro. O Centro de Pesquisa e Documentação do Livro Raro está dividido em Sala de Obras Raras, Salas de Leitura Individual e Pesquisa em Grupo e Sala da Administração da Biblioteca. Em local próximo, fica o Arquivo Histórico do Mosteiro e o Laboratório de Restauração de Livros Antigos e Raros e o Setor de Encadernação.

O Laboratório de Restauo conta com o trabalho habilidoso de um jovem monge, Dom Ângelo Oliveira, que chefia uma equipe de técnicos capacitados e desenvolve atividades constantes, realiza trabalhos por demandas e por projetos especiais da própria instituição.

O trabalho que lá se realiza consiste em manter (e restituir, em alguns dos casos) as características originais de obras dos primeiros séculos de fundação do Brasil e da história do livro impresso, restaurando-as e digitalizando-as, pois, apesar dos esforços feitos pelos próprios monges no intuito de preservar esse patrimônio cultural, atualmente uma considerável parte dos volumes do Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro encontra-se em estado delicado de conservação – em função da ação do tempo, do uso, do manuseio constante ao longo dos séculos e de ataques de insetos e outros seres nocivos aos documentos em papel –, com registros frágeis e vulneráveis, que necessitam de higienização mais intensa, processos de desinfecção, conservação e restauração, pois vários volumes apresentam problemas nos suportes, tanto dos miolos (comprometendo, por vezes, a mancha escrita) quanto das encadernações. (LOSE, 2011, p. 328)

Tornar as obras deste acervo acessíveis ao público é ponto mais relevante de todos os trabalhos que hoje se realizam no acervo bibliográfico e documental através dos projetos executados pela Faculdade São

Bento da Bahia e diversas outras instituições parceiras, com o apoio das agências de pesquisa estadual e nacional e outros órgãos.

A Biblioteca do Mosteiro é especializada em Ciências Humanas, com foco maior, mas não restritivo, às obras relativas à Teologia, Filosofia, História, Arte Sacra, entre outras. O acervo é aberto ao público, com funcionamento de segunda a sábado, e as consultas e pesquisas são feitas no Salão Principal da própria Biblioteca ou nas Salas de Estudo Individual.

A Biblioteca é o centro de informação tradicional da Instituição e atualmente adaptado para dar suporte às atividades acadêmicas do corpo docente e discente nos cursos ministrados pela Faculdade São Bento. Assim, como uma biblioteca acadêmica, oferece os serviços de orientação em pesquisa bibliográfica, treinamento de usuários para o uso do sistema, alerta bibliográfico, disseminação seletiva da informação, orientação na utilização dos multimeios, orientação na normatização de trabalhos científicos, controle do processo de reprografia de textos, pesquisa em outras bases de dados via *Internet*, empréstimo local, empréstimo domiciliar, promoção de atividades culturais.

Assim, a Biblioteca destaca-se como importante elemento integrante do contexto acadêmico. Caracteriza-se pela oferta, ao corpo docente e discente, de um lastro bibliográfico e de serviços de informação que apoiam os programas de ensino da Instituição. É ponto de encontro e local de realização de eventos (palestras, exposições, visitas guiadas, aulas expositivas e práticas, etc.)

O Centro de Pesquisa e Documentação do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht é o ambiente mais reservado da Biblioteca, abrigando as salas de estudos individuais e o Setor de Obras Raras, onde se encontram mais de dez mil obras impressas que datam desde 1526 (até o momento a mais antiga localizada neste setor) até 1984. Essas obras estão organizadas por critério prioritariamente cronológico – século, assunto, autor e obra – e subdivididas em áreas e subáreas, cujas seções seguem a nomenclatura original: Patrologia, Filosofia, Dogmática, História Profana, Filologia, Pedagogia, Hagiografia, Sociologia etc.

O acesso a este setor é restrito a pesquisadores previamente identificados. Entre as obras mais procuradas, estão os mais de 30 volumes do *Grand Dictionnaire Larousse*, do séc. XVIII, em tiragem especial, com encadernação luxuosa e as assinaturas dos editores; e O *Vocabulário Portuguez e Latino*, do padre Raphael Bluteau, de 1712, 1721, 1727 e 1728, o primeiro dicionário da língua portuguesa.

As obras deste setor estão em quase uma dezena de línguas diferentes: latim, português, francês, alemão, italiano, espanhol, galego (como *O Theatro Critico Universal*, de Jeronimo Feijóó, de 1726), árabe (como a *Biblia Sacra Arabica*, de 1671, que traz o texto sagrado em duas colunas, uma em latim e outra em árabe, apresentando o texto literalmente “de trás para frente”), grego, entre outras.

O Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, que por séculos, ficou localizado em ambiente de claustro, apresenta características de um arquivo a um só tempo corrente, intermediário e permanente. Nele se encontram documentos que datam desde 1582 e vêm até os dias atuais, pois o Arquivo é “alimentado” e consultado sistematicamente.

Dentro desse contexto pensa-se na instituição religiosa do Mosteiro de São Bento da Bahia como peça-chave na preservação da produção material e intelectual da sociedade ao longo dos anos nos quais ela se fez atuante e continua se fazendo presente de forma significativa nesse papel. Além da preservação de documentos relacionados às práticas da vida social, econômica, política e administrativa, que, associados a outros dados, dá a conhecer ao pesquisador ou a outros interessados a memória de uma época.

Assim, no Arquivo do Mosteiro se encontram documentos manuscritos que datam desde o séc. XVI, entre eles estão bulas papais; sermões redigidos pelos monges que também foram sacerdotes; documentos notariais referentes a grandes personalidades para a história da formação do Brasil, como Catarina Paraguaçu, Gabriel Soares, Garcia d'Ávila e toda sua linhagem;

cartas de alforria e documentos de compra e venda de escravos e documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, constantes nos Livros de Tombo e nos Livros de Aforamentos; Dietário, contendo informações biográficas de todos os monges que viveram e morreram neste Mosteiro; Cartas de Profissão Monástica; Crônicas com relatos cotidianos do Mosteiro; livros de atas dos Capítulos Monásticos, etc. Além disso, o arquivo também possui grandes coleções de fotografias, cartões postais, uma enorme coleção de selos, recortes de jornais de notícias referentes à instituição e seus membros, etc. (LOSE, 2011, p. 315, 318)

Sistematizando, dividem-se os documentos do arquivo em três grandes grupos, apresentados a seguir.

O primeiro grupo foi o do inventário das cartas de profissão dos monges que são organizadas em álbuns. As cartas de profissão são documentos através dos quais ficam registrados os votos dos monges segundo a doutrina da ordem beneditina. Cada monge tem, em geral, ao longo da vida religiosa, mais de uma carta de profissão, a partir dos votos que professam, estes podem ser simples (trienais) e perpétuos etc.

Tais documentos apresentam peculiaridades como a língua em que foram escritos (variam entre latim, português e alemão); o texto, geralmente, segue uma fórmula padronizada, em geral são datados, assinados, e deveriam ser escritas de próprio punho pelo monge que professa os votos; boa parte delas tem ricas ornamentações, apresentando cercaduras, letrinhas, e desenhos aos moldes das iluminuras medievais apresentando brasões, imagens de santos católicos, dentre outras características. Em algumas das cartas, as margens ou desenhos são impressos, mas o texto é, em geral, manuscrito; mesmo nos casos em que a carta é feita sobre um verdadeiro formulário pré-moldado, há lacunas que devem ser preenchidas manuscritas pelo professando.

O segundo grupo constitui-se dos, aqui chamados, “códices”, livros manuscritos que, de modo geral, apresentaram registros referentes a

negociações feitas com bens imóveis, aluguéis de casas, arrendamentos, compra e venda de terras etc. Apesar da idade, poucos são os códices em más condições de conservação, a maioria se encontra em estado razoável ou bom, podendo se proceder tranquilamente à leitura.

Muitos códices apresentam termo de abertura, fólhos numerados, embora nem todos escritos, alguns contêm apenas os primeiros fólhos preenchidos estando todos os outros em branco. A maioria dos registros é datada, facilitando a presença dessa informação nos dados pesquisados. Por causa de uma organização anterior, os códices são numerados na capa e na folha de guarda da seguinte maneira: L. 1, L. 2, por exemplo. Exemplos destes grupos são os Livros de Tombo (uma coleção de vários volumes, todos em grande formato e de considerável beleza) e os dois volumes do Dietário.

E, por fim, o terceiro grupo e, certamente, o mais heterogêneo, é composto pelas caixas, em maior quantidade que os álbuns e os códices e que apresentam o maior número de documentos e maior diversidade de assuntos.

A quantidade de caixas encontra-se em torno de duzentas e cada uma delas contém classificadores em números variados, algumas com três, outras com cinco ou seis classificadores. São documentos escritos ou impressos referentes às vidas dos monges que passaram pelo mosteiro, havendo nas caixas correspondências pessoais, fotos, registros de viagens, recortes de jornais nacionais e estrangeiros, cartões postais, diários, cadernos de anotações, objetos pessoais (como o carimbo de *ex-libris* de Dom Clemente da Silva Nigra; ou a placa do antigo escritório de advocacia de Dom Timóteo Amoroso Anastácio; os óculos usados pelo monge, fotografias da infância; o brasão abacial de Dom Timóteo feito por Dom Paulo Lachanmayer, acompanhado da sua explicação heráldica), entre muitas outras coisas.

Além das chamadas “caixas dos monges”, encontraram-se ainda caixas com documentos referentes a propriedades, aluguéis, compra e venda; referentes à liturgia, horários de missas folhetos de orações, can-

tos religiosos; referentes à administração financeira, correspondências entre o mosteiro e empresas de energia elétrica, arquitetos, advogados, recortes de jornais, diários oficiais, projetos; referentes aos impostos em relação às propriedades do mosteiro, enfim há diversos tipos de documentos com informações que constituem verdadeiros testemunhos documentais e que, a depender do olhar do pesquisador, podem trazer inúmeras informações secundárias de extrema relevância.

Desta forma, apesar de o Arquivo ser um setor eminentemente administrativo para instituição, como se vê, o princípio que orienta o modo de conceber o processo formativo, dentro da ótica beneditina é a formação integral do ser humano nos seus múltiplos aspectos: intelectual, espiritual, psicológico e social. O célebre ensinamento do Patriarca São Bento de 'honrar todos os homens' respeitando e preservando sua cultura é a característica do pensamento que permeia as ações do Mosteiro de São Bento, por isso, o Arquivo do Mosteiro de São Bento também se abre para pesquisa. (LOSE, 2011, p. 319)

No entanto, para ter acesso às informações e/ou aos documentos do arquivo, o pesquisador precisa se adequar às regras da casa. Justamente por não ser um arquivo unicamente histórico, o Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia é um arquivo privado e tem seu acesso condicionado ao cumprimento de protocolo imposto pela Instituição e a análise isolada de cada solicitação por parte do responsável pelo Setor (o monge arquivista).

Desta forma, os interessados deverão ser, obrigatoriamente, pesquisadores, vinculados a programas de Pós-Graduação *stricto-sensu*, munidos de documento comprobatório emitido pela sua Instituição. Ademais, deverão preencher uma solicitação de acesso. Todos os resultados obtidos através de pesquisas subsidiadas pela consulta a materiais do Arquivo deverão, obrigatoriamente, explicitar esta colaboração, mencionando o nome do Mosteiro de São Bento da Bahia.

Com o intuito de facilitar e viabilizar o acesso às informações contidas no arquivo, no momento, estão sendo realizados trabalhos de reorganização e reestruturação do setor, procedendo-se à inventariação de todos os documentos, inserindo-as em uma base de dados criada especialmente para este fim.

Anexo ao Arquivo, encontra-se ainda outra parte do acervo impresso de grande valor: a Biblioteca do Arquivo. Seu acesso fica restrito ao arquivista ou condicionado à autorização deste, cumprindo-se o mesmo protocolo de solicitação para acesso ao Arquivo.

Neste setor encontram-se as “joias” mais preciosas do acervo bibliográfico do Mosteiro, os livros mais ricamente ornados, os livros impressos nos primeiros anos da imprensa, alguns com características de incunábulo tardios (GAMA, 1998), sendo o mais antigo deles uma obra de 1503, *O Comentario as Sentenças de Duns Scoto* por Fr. Nicolau de Orbellis. Com encadernação monástica, em pergaminho, encontra-se em excelente estado de conservação. Outro que também merece destaque é

O incunábulo de 1504 de Alberti Magni tem o título de *Prima et Partes Postille Super Euangeliare Luce*; apresenta-se bem restaurado, tem a capa de couro marrom; papel pardo, impresso em letra gótica, em duas colunas, possuindo as principais características de um incunábulo). Foi bastante danificado pelo tempo, fungos e cupins. Está dividido em capítulos e a numeração dos mesmos é em algarismos romanos. Contém vinte e dois capítulos, com cerca de trezentos e quarenta e três fólhos, recto e verso. O último fólio termina com as palavras *Finis Registrum*. (GAMA, 1998, p. 240)

Praticamente todas as obras deste setor são de temas diretamente relacionados ao uso cotidiano do Mosteiro ao longo destes quatro séculos de história: são missais, evangeliários, breviários, antifonários, bíblias, regras de São Bento em diversas traduções, além de todas as publicações da Tipografia Beneditina e as posteriores publicações da instituição.

São cinco as etapas que devem ser seguidas para determinar o caráter especial de determinadas obras, dentre elas: limite histórico, aspectos bibliográficos, valor cultural, pesquisa bibliográfica, características do exemplar. (PINHEIRO, 1989)

O limite histórico é importante para caracterizar a história do livro artesanal e impresso, demarcando as principais datas da evolução da tecnologia do livro. Esse conhecimento é valioso para datar o livro no seu período histórico e a antiguidade pode ser considerado um fator de raridade.

Os aspectos bibliológicos são aqueles produzidos artesanalmente, independente da época de sua publicação. São eles: a beleza tipográfica presente em obras graficamente artísticas; a natureza e características dos materiais utilizados no livro como o suporte, tinta, encadernação, marca d'água; as ilustrações tais como xilogravura, água forte, aquarela (sempre produzidas de modo artesanal). Essas características, além de ajudarem a precisar o período histórico em que o livro foi produzido (se não houver data ou se esta for duvidosa) servem, principalmente, para dar ao especialista a noção de que elementos químicos foram utilizados no fabrico do suporte (papel, pergaminho, papiro), da tinta, da encadernação.

O valor cultural é percebido pelo tipo de edição (limitada, especial, fac-similar; edição de artífices renomados; edição de clássicos).

A pesquisa bibliográfica tem dois vieses: nas fontes de informação bibliográfica e nas fontes de informação comercial. No que tange a informações bibliográficas, é importante levar em consideração a unicidade e rareza do documento (entram nessa questão o número de exemplares e sua antiguidade); a preciosidade e celebridade (nesse caso é levada em consideração a procura dessas obras por bibliófilos e o estudo delas por eruditos). No que se refere a fontes comerciais, o preço passa a ser indicador de raridade.

As características do exemplar referem-se aos elementos acrescentados ao documento em período posterior à sua publicação, por exemplo, as marcas de propriedade (assinaturas, marcas de fogo, carimbos secos

e carimbos molhados, presença de *ex-libris*), marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado livresco; dedicatórias de personalidade famosa ou importante na história. (PINHEIRO, 1989)

Essas cinco etapas definem o “valor” histórico do documento e assim sua seleção para análise.

Entre as obras do acervo do Mosteiro, incontáveis são as que se enquadram em todos estes critérios, sendo consideradas, assim, como raras ou especiais. A título de exemplificação, apresentam-se aqui apenas algumas destas preciosidades.

Dentre aquelas obras que chamam atenção pela incontestável beleza estão o famoso evangeliário, de 1861, com encadernação artesanal em veludo vermelho, riquissimamente bordada em fios de ouro e de prata, apresentando ao centro o cordeiro imolado, e quatro detalhadíssimos mosaicos de porcelana, com representação de cada um dos evangelistas. A encadernação ainda é enriquecida no centro da margem inferior com uma tiara papal, repleta de pedrarias, apoiada sobre um globo em lápis lázuli. Não bastasse a ornamentação da capa, a contracapa apresenta uma cruz ao centro toda bordada a ouro; todos os evangelhos são marcados com tafetá vermelho, além de um marcador de páginas no mesmo tecido arrematado por tiras de ouro. A parte interna da obra, não deixa a desejar, sendo impressa em preto e vermelho, com letrinas e vinhetas de grande beleza.

De semelhante quilate, encontra-se outro evangeliário, de 1904, cuja encadernação é feita em couro marrom, com marcas a ferro em baixo relevo apresentando repetidas vezes uma linda flor de lis, além de uma elegante cercadura dourada. Sobre as pastas, na capa e na contracapa, encontram-se, ao centro, dois grandes apliques em prata trazendo a imagem do antigo brasão da Província Lusitana da Ordem de São Bento; encerram os detalhes, cantoneiras e dois lindos fechos de prata. A exemplo da obra anteriormente descrita, esta também apresenta na parte interna, grande cuidado na impressão, trazendo no verso da folha de rosto uma rica imagem de Cristo e os evangelistas.

Também merece nota a edição especial, obra prima do trabalho tipográfico, a *L'imitation de Jésus-Christ* de Thomas à Kempis, obra belíssima de piedade cristã, cujo original data do século XIV. Nesta edição francesa, impressa em 1626, todas as páginas são ricamente decoradas, com cercaduras iluminadas diferentes em cada uma das páginas da obra, cujos desenhos dialogam com o texto a que acompanham. Para cada par de páginas são utilizados padrões de cores, que se alternam nas páginas seguintes.

Podem-se destacar ainda outras obras de grande procura para pesquisa como os cinco volumes de edições princeps dos Sermões do Padre Antônio Vieira (de 1682, 1690, 1692, 1696, 1710); *In Metaphysicam et prædicamenta Aristotelis: disputationes selectæ*, publicadas em Salamanca, em 1675, por José Saenz Aguirre; *Collecção dos Breves Pontificios*, e *Leys Regias*, edição de 1759, dentre outras.

Merece destaque também a obra patrística do editor Jean Paul Migne; uma coleção organizada em Paris e intitulada *Cursus Completus Patrologiae*. Ela abrange estudos de obras que vão dos primeiros séculos depois de Cristo até Inocêncio III, no séc. XIII. A coleção completa constitui-se por 221 volumes publicados no século XIX. A língua latina é a mais recorrente em toda a coleção, seguida, com menor incidência, da grega e da hebraica.

De modo geral, há em todo o acervo livros produzidos entre os séculos XVI ao XIX, de autores renomados ou referentes a eles, como Santo Agostinho, Luiz de Camões e Antônio Vieira, São Tomás de Aquino; obras de temas, áreas e assuntos dos mais variados; obras de interesse histórico como *A Historia dos judeos*, de 1792 e 1793, escrita por Flávio Josefo, um dos primeiros historiadores cristãos; e a obra completa de João Cassiano; obras de interesse médico, como *O Medico do Povo*. Instrução pondo ao alcance dos homens conscienciosos e de boa vontade os processos mais aperfeiçoados e as mais recentes descobertas da arte de curar, indicando os meios de tratar todas as molestias da *homæopathia*, do Dr. Mure, de 1868; obras de literatura univer-

sal, como Contos a meus filhos, escritos em alemão por Kotzbüe, e traduzidos pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, tradutor baiano das obras de Walter Scott, em publicações de 1838 e 1858; textos de variedades, como o Letras Symbolicas, e Sibyllinas. obra de recreaçam, e utilidade, chêa de erudição sagrada, e profana, de noticias antigas, e modernas; com documentos historicos, politicos, moraes, e asceticos: para os estudiosos, e amigos tanto de Letras Divinas, como de Letras Humanas, escrito pelo M. R. Padre Mestre Fr. Raphael da Purificaçam, de 1747; e lindos livros de cantochão, repletos de partituras musicais do século XVI, além de muitas e muitas outras obras de grande valor [...]. (LOSE, 2011, p. 322-323)

Em virtude da relevância e da riqueza do acervo beneditino e a partir da coragem quase visionário do abade atual – Dom Emanuel DABLE do Amaral, membro da Academia de Letras da Bahia, homem de grande cultura –, há cerca de 5 anos estão sendo desenvolvidas diversas pesquisas tendo por base documentos e obras impressas, de importância histórica, cultural e linguística comprovada, pertencentes ao acervo bibliográfico e documental do Mosteiro.

Em 2006, com os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e do CNPq, através da aprovação dos primeiros projetos de Pesquisa, foi implantada a Sala de Pesquisa da Faculdade São Bento, que recebeu o nome de um dos monges mais atuantes no trabalho intelectual do mosteiro, Dom Clemente da Silva Nigra.

Seguiram-se a estes primeiros trabalhos muitos outros; foram firmadas parcerias com diversas outras instituições de ensino e pesquisa, algumas de fora do estado e, até mesmo, de fora do país.

Os trabalhos, que já geraram mais de uma centena de publicações, entre comunicações em eventos, artigos, livros e capítulos de livros, *sites*, etc., dão conta de inventariar, organizar, conservar, restaurar, digitalizar, editar, analisar e, principalmente, tornar acessível a outros pesquisadores e interessados, um dos acervos mais antigos e importantes do país.

O Grupo de Pesquisa do Mosteiro de São Bento da Bahia já congrega mais de 30 pessoas, divididas em três grupos, que conta com pessoal das áreas de Letras, História, Teologia, Filosofia, Biblioteconomia, Restauração, entre professores e alunos da Faculdade São Bento da Bahia, da Universidade Federal da Bahia, a equipe técnica e profissional da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia e do Laboratório de Restauro e monges da casa, além de contar com uma série de parcerias institucionais.

A crescente participação de leigos nas atividades de pesquisa tem apresentado aos próprios monges uma nova forma de olhar para o seu acervo e de compreender sua responsabilidade como administradores de um patrimônio que pertence ao Mosteiro, mas que, em certa medida, também pertence à sociedade. A devoção e a responsabilidade que os monges demonstram contagia os pesquisadores, que passam a fazer parte da instituição. Assim, vemos todos eles se referendo ao Abade como o 'seu abade' e ao Mosteiro como o 'seu Mosteiro'. É bonito ver como e um ambiente em geral erroneamente tido como sisudo, circunspecto, leigos e religiosos, homens e mulheres, católicos e não católicos dialogam e convivem sem cerimônia e falam todos a mesma língua, pois são todos verdadeiramente considerados partícipes da mesma instituição. (LOSE, 2011, p. 332)

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexicon; São Paulo: Edusp, 2008.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *A técnica do livro manuscrito*. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- GAMA, Albertina Ribeiro da. A biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia: a propósito do acervo. *Acta Universitatis Pa-lackianae Olomucensis, Olomouc (Rep. Tcheca)*, v. 71, n. 7, p. 237-241, 1998.

- LOSE, Alcía Duhá. O acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: PAIXÃO, Dom Gregório (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2011. p. 297-332.
- LYONS, Martyn. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Senac, 2011.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp, 2008.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA. *Regulamento: utilização dos produtos e serviços do sistema de bibliotecas*. Salvador, 2011. Disponível em: <www.saobento.org/faculdade>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- PINHEIRO, Ana Virgínia da Paz. Metodologia para inventário de acervo antigo. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, 2003, p. 9-31, 2007.
- PINHEIRO, Ana Virgínia da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71p.
- SÃO BENTO. *A Regra de São Bento*. Tradução dos monges beneditinos, OSB. Salvador: Edições São Bento, 2004.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência

Carlos Alberto Ávila Araújo

INTRODUÇÃO

Este texto se insere no âmbito do *Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à Luz da Era Pós-custodial: realidades de Portugal e Brasil*, realizado em setembro de 2011, em Salvador, numa perspectiva de diálogo com os demais trabalhos apresentados ao longo do evento. Mais especificamente, pretende-se aqui promover uma interação direta com a conferência de abertura, proferida pelo professor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, na qual foi exposto e discutido o desafio contemporâneo de se contruírem reflexões e práticas, no campo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, a partir de uma perspectiva pós-custodial, dinâmica e informacional. Nos demais momentos do evento, falou-se sobre aspectos variados desse desafio: a questão da memória, do patrimônio cultural (e, em alguns momentos, mais especificamente do patrimônio imaterial), das ações de preservação e de disseminação das redes de informação. Aqui, neste texto, que pretende ser não um fechamento do

evento, no sentido de uma síntese, mas sim um passo a mais no caminho das discussões que precisam ser feitas, o objetivo é tensionar o campo da produção científica em cada uma das áreas envolvidas (a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia), relacionando esse tensionamento com as possibilidades de algum tipo de integração no âmbito da Ciência da Informação.

UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO: O DIÁLOGO ENTRE AS ÁREAS

A proposta inicial para a fala de fechamento deste evento era a de um “esboço” de um modelo curricular de convergência para as três áreas. Uma proposta tentadora, naquilo que ela tem de instigante, uma vez que aponta para um campo concreto de aplicações e desmembramentos com impacto direto nas atividades exercidas em arquivos, bibliotecas e museus. Além disso, uma proposta ousada, no sentido de que ainda são muito incipientes, no Brasil, modelos formativos de integração entre essas três áreas, e a fundamentação epistemológica desses modelos ainda está por se fazer. Nesse sentido, arriscar aqui o desenho de um esboço de um modelo seria mais que ousadia, seria mesmo correr o risco de atropelar tarefas, queimar etapas, e ter como produto algo menos estimulante do que a tentação inicial da proposta poderia almejar. O estágio em que estão as discussões, ao menos no Brasil, permite pouco ainda que se fale em esboços de modelos curriculares.

Antes, parece mais recomendável pensar em aspectos que devam ser contemplados em qualquer discussão ou debate relacionado, de alguma maneira, com a possibilidade de haver alguma integração entre essas três áreas, sobretudo se tal integração for acontecer no espaço da Ciência da Informação.

É esse então o objetivo deste texto: discutir, do ponto de vista da produção científica já existente, acumulada e consolidada (ou ainda nem consolidada, em alguns casos) em cada uma dessas áreas, os pontos pos-

síveis de aproximação, as problemáticas comuns, as potencialidades de fertilização mútua, de forma a se produzir elementos para embasar qualquer possível projeto de integração, presente ou almejado para o futuro. No Brasil, hoje, se vive a realidade de uma aproximação institucional entre essas três áreas, no âmbito de pelos menos três grandes universidades federais – a de Minas Gerais, a do Rio Grande do Sul e a de Brasília.

Entre Arquivologia e Biblioteconomia, especificamente, numa convivência no espaço da Ciência da Informação, há ainda aproximações existentes em universidades distintas, como as estaduais Paulista e de Londrina e as federais Fluminense, da Paraíba, do Espírito Santo, de Santa Catarina e da Bahia. A diversidade de situações institucionais é acompanhada por um baixo grau de consenso sobre a necessidade ou não de algum tipo de integração, e até mesmo sobre a identidade destas áreas e a natureza de sua cientificidade.

Diante de tantas dúvidas, cabe inclusive um questionamento inicial: é preciso fazer essas áreas convergirem? Faz alguma diferença? E ainda, será que o conceito de “informação” tem algo a acrescentar àquilo que já se sabe, pratica-se e pesquisa-se, no campo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus?

Gostaria de tomar como ponto de partida um texto de Fernanda Ribeiro, pesquisadora da Universidade do Porto, intitulado “Informação: campo uno, profissões diversas?”. Ela faz uma constatação, a de que o dito “profissional da informação” é apresentado, em diferentes contextos, a partir das designações as mais diversas, desde “gestor da informação”, passando por “gestor de documentos”, “gestor do conhecimento”, “arquiteto da informação”, chegando até mesmo a “desenvolvedor de projetos de fomento da sociedade da informação”, passando por ainda mais uma dezena de nomes. A questão que ela coloca é: cada designação dessas se relaciona a um contexto, diz respeito a um tipo de trabalho específico; mas haveria algo em comum a todos eles?

Há, para além do conhecimento em paleografia que um arquivista lidando com documentos medievais precisa ter, ou em contextos digitais

que um bibliotecário lidando com bases de dados também deve dominar, algo que lhes permita se reconhecerem como um mesmo tipo de profissional, que poderia inclusive ter uma mesma formação? Para responder a essa questão, a autora dá como exemplo o profissional médico que, embora se especialize em uma ou outra área (como a cardiologia, a urologia) é, antes de tudo, médico, e um especialista reconhece o outro como um “igual”, ou pelo menos um compartilhador de uma mesma base formativa, apesar das evidentes diferenças de campos específicos de atuação.

O exemplo dos médicos é um caso típico de uma relação generalista/especialista: todos são médicos, e cada um se dedica a uma parte específica do corpo humano. Vale para pensar a questão do profissional da informação, mas também nos suscita a fazer comparações com outros profissionais, de forma a se evidenciar outros tipos de relações entre as diferentes manifestações dessas atuações profissionais. Levantar esse leque de possibilidades evoca distintas possibilidades de se problematizar os tipos de relações que podem/poderiam se estabelecer entre os profissionais de arquivo, biblioteca e museu. Nesse sentido, uma primeira tarefa para se poder realizar tal problematização seria uma apresentação e uma análise do “estoque” de conhecimentos produzidos em cada uma dessas áreas, um panorama crítico das teorias, conceitos, modelos e metodologias desenvolvidos.

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA: TEORIAS E PARADIGMAS

O ponto de partida para a discussão que se pretende desenvolver aqui é o quadro de Silva (2006) que identifica a existência de dois paradigmas no campo das diversas “ciências documentais”. O primeiro deles tem raízes no século XVIII e se caracteriza por ser historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista e custodial. Enfatiza, portanto, a posse, a guarda dos documentos, estando a serviço tanto da difusão da “alta cultura” como da propagação da memória como legitimadora dos Estados

Nacionais, e gerando, por consequência, todo um corpo de conhecimentos técnicos para a gestão das instituições de guarda.

O segundo paradigma, denominado pós-custodial, dinâmico, informacional e científico, volta-se para a informação propriamente dita (entendendo os documentos físicos como “epifenômenos”, isto é, manifestações específicas de um fenômeno maior, o informacional), estrutura-se em torno de uma perspectiva propriamente científica (portanto, problematizadora, compreensiva) e prioriza a circulação e o acesso.

É com esse quadro em vista que se buscou fazer uma análise da extensa produção teórica e científica no campo da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia e também, logo após, da Ciência da Informação, buscando ver em que medida as distintas contribuições dos autores analisados se configuram num ou noutro paradigma e, mais ainda, em que medida os trabalhos apontam para crises no primeiro paradigma e apresentam já os traços definidores do que seria esse segundo paradigma, ainda em vias de constituição.

A GRADUAL CONSOLIDAÇÃO DE UM PARADIGMA

A origem dos arquivos, bibliotecas e museus confunde-se com a própria ideia de cultura, com a ação humana de expressar, externalizar pensamentos, ideias, fatos, conhecimentos e sentimentos, por meio de diferentes técnicas (escrita, técnicas pictóricas, entre outras), gerando determinados objetos (registros do conhecimento, artefatos) que, uma vez dotados de existência material, sensível, geraram a necessidade de serem guardados, colecionados, preservados, para os mais diferentes fins (religiosos, literários, artísticos, filosóficos, políticos, ideológicos, contábeis, jurídicos, administrativos, militares, etc.). Diferentes objetos, em diferentes suportes, que sofreram variados processos de intervenção e foram alocados em diferentes instituições fazem parte de um período “sincrético” em que é difícil separar o que constitui arquivo, biblioteca ou museu.

Mas não é com o nascimento destas instituições que se pode identificar a origem dos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Apenas alguns séculos depois, na transição da Idade Média para a era Moderna, em pleno período do Renascimento, um amplo movimento que reforça o interesse pelas obras humanas, pela verdade humana expressa nos mais diversos suportes, é que aparecem os primeiros tratados e livros relacionados às atividades que ocorrem nestas instituições. O que hoje se pode chamar de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tem início neste período, com as primeiras obras sobre o assunto, numa vertente patrimonialista, em que os produtos do intelecto e da sensibilidade humana são vistos como “tesouros”, como riquezas, como manifestações de uma verdade que cumpre guardar e preservar.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas, com o gradual advento da chamada “Modernidade”, torna-se necessário “soterar” o Antigo Regime e todas as suas marcas, e são então criadas novas instituições ou recriadas instituições já existentes que se tornam “modernas”, isto é, inseridas numa nova lógica de relacionamento entre si e com o todo social. Entre elas estão os Arquivos Nacionais, as Bibliotecas Nacionais, os Museus Nacionais. Acentua-se a vertente custodial das disciplinas ainda em vias de se constituírem. O desenvolvimento das Humanidades e do projeto iluminista realça a importância das obras humanas, da Filosofia, da Literatura, da História. Arquivos, bibliotecas e museus passam a ser os espaços que contêm os materiais que interessam a esses ramos do conhecimento e, assim, atraem bibliófilos, literatos, historiadores e críticos de arte para as funções de arquivistas, bibliotecários e museólogos.

Essas áreas convertem-se então em conhecimentos auxiliares, instrumentais, para a produção de conhecimentos num outro campo que não o seu próprio. Trata-se da vertente de disciplina “auxiliar” que marcará a estagnação na produção específica de conhecimentos sobre os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Por fim, com o desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX, como forma legítima de produção de conhecimento, além de seu caráter aplicado às forças produtivas com a Revolução Industrial, surge a constituição “científica” dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. É justamente o modelo das ciências naturais, das *hard sciences*, que inspira a forma como essas áreas buscam se constituir como ciência, marcando então uma identidade essencialmente tecnicista, positivista. A vertente técnica, que marcaria a separação destas atividades do “senso comum” por meio da constituição de um saber especializado, caminhará passo a passo com o movimento geral das ciências do século XIX de constituição disciplinar por meio de uma crescente especialização.

Juntas, essas quatro vertentes consolidam um determinado paradigma, em fins do século XIX, caracterizado justamente como patrimonialista, custodial, auxiliar das Humanidades e tecnicista. Na esteira do movimento de legitimação dos campos de conhecimento como científicos, por meio da sua especialização disciplinar típica da ciência moderna do século XIX, começam a se consolidar as ciências da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Tal movimento de consolidação é acompanhado pela formação de associações profissionais voltadas justamente para a delimitação de suas especificidades, para o fechamento de suas fronteiras em relação a outras áreas de saber e para a busca da determinação de seu escopo de atuação: objetos específicos (os documentos de arquivo, os livros e manuscritos na biblioteca, os objetos tridimensionais que compõem a museália), custodiados em instituições específicas e bem delimitadas, dotadas de rotinas próprias e que precisam ser geridas com conhecimentos particulares (arquivos, bibliotecas e museus), a serviço de disciplinas das Humanidades (que atribuem aos objetos valor histórico, artístico, literário) e que se utilizam de técnicas especializadas para o tratamento dos bens patrimonializados.

Contudo, e de forma surpreendente, o desenvolvimento teórico dessas três áreas ao longo do século XX não apontou para o crescimento de suas diferenciações e especificidades. Ao contrário, as diferentes ma-

nifestações e correntes teóricas surgidas e desenvolvidas no âmbito da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, ao longo do século XX, por meio de análises e problematizações, acabaram por tensionar o escopo reducionista do modelo focado no objeto documental, na instituição custodial, na sua instrumentalidade e na sua dimensão técnica.

Abordagens dos mais variados matizes (investigando a natureza das relações entre as instituições arquivo, biblioteca e museu com a sociedade, em termos de suas funções ou de seu papel nas dinâmicas de poder; as experiências e apropriações dos sujeitos que se relacionam com essas instituições e as informações disseminadas por elas; investigações sobre a natureza dos processos de representação e enquadramento empreendidos por estas instituições; problematizações sobre os diferentes tipos e manifestações destas instituições e suas particularidades) frequentemente contemplaram novas questões, evocaram novos conceitos, forçaram os limites das fronteiras disciplinares, por situar suas questões fora dos limites estabelecidos pelas disciplinas focadas nas regras para o tratamento de objetos dentro das instituições.

AS MANIFESTAÇÕES TEÓRICAS DE SUPERAÇÃO PARADIGMÁTICA

A abordagem funcionalista

Ainda nos finais do século XIX, em plena vigência e consolidação do paradigma patrimonialista, começam a surgir ensaios, manifestos e iniciativas que evocam mudanças no modo de se conceberem os arquivos, bibliotecas e museus. Adjetivos como “vivo”, “dinâmico”, “atuante” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. O ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, é um dos motes dessa abordagem.

De outro lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos, também convoca a que se pense e problematize as funções dos arquivos, bibliotecas e museus. É nesse contexto que se desenvolvem as primeiras teorias no campo, no início do século XX, que encontram, na perspectiva funcionalista, um modelo teórico para a colocação e o desenvolvimento das problemáticas do momento.

No campo da Arquivologia, as primeiras manifestações deste pensamento se encontram nos manuais pioneiros de Jenkinson, de 1922, e de Casanova, de 1928, que apontavam para a necessidade de os arquivos terem um impacto efetivo no aumento da eficácia organizacional. Mas é com o desenvolvimento da subárea de Avaliação de Documentos, assumindo para o campo a tarefa de eliminação dos documentos, que um pensamento pragmatista mais efetivo começou a formular-se. Sua maior expressão se deu com a chamada “escola norte-americana” da primeira metade do século XX, com os trabalhos de Warren (a partir dos quais se formalizou uma associação que seria o embrião da American Records Management Association); de Brooks, sobre as três categorias de valor, e principalmente de Schellenberg, sobre o valor primário e secundário dos documentos arquivísticos. (DELSALLE, 2000)

Em conjunto, tais proposições visavam conservar o máximo de informação preservando um mínimo de documentos – priorizando a funcionalidade em oposição aos aspectos de arranjo e valor histórico dos documentos. Uma outra vertente arquivística, bastante distinta das anteriores, mas também funcionalista, é a que prioriza a ação cultural dos arquivos, suas funções culturais e pedagógicas, que também provocou a busca por uma maior “dinamização” destas instituições. (ALBERCH I FUGUERAS et al. 2001)

No campo da Biblioteconomia, é preciso retornar a meados do século XVIII para encontrar as primeiras manifestações em prol das bibliotecas efetivamente públicas, na Inglaterra e, posteriormente, nos EUA. (MURISON, 1988) O termo “efetivamente” ressalta que as primeiras bibliotecas modernas, embora “públicas” no nome, seriam demasiada-

mente autocentradas e elitistas. Atos, manifestos e iniciativas práticas no campo das bibliotecas públicas (*Public Library Movements*), liderados por bibliotecários como Mann e Barnard, buscaram romper com o isolamento destas e atrair cada vez mais pessoas para seu espaço. Já em 1876, Green defendia inovações práticas nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual, sendo o precursor dos posteriormente chamados serviços de referência. (FONSECA, 1992)

A consolidação científica dessa vertente se deu na Universidade de Chicago, onde, em 1928, foi criado o primeiro doutorado em Biblioteconomia. Autores como Butler, Shera, Danton e Williamson defendiam uma Biblioteconomia científica, voltada não para os processos técnicos, mas para o cumprimento de suas funções sociais – ou seja, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de ela ir ao encontro de certas necessidades sociais. Shera chegou a propor um novo espaço de reflexão científica, a “Epistemologia Social”, para o estudo do papel do conhecimento na sociedade. Teóricos de diferentes países, tais como Lasso de la Vega, Litton, Buonocore, Mukhwejee e Usherwood, seguiram essas orientações, ao defender o conceito de biblioteca como instituição democrática, ativa, e não como depósito de livros. (LÓPEZ CÓZAR, 2002)

Na Índia, Ranganathan, numa clara perspectiva funcionalista, desenvolveu as cinco “leis” da Biblioteconomia, defendendo o efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes. Desenvolvimentos posteriores de leis ou princípios da Biblioteconomia, como os de Thompson e de Urquhart, também priorizaram as funções sociais e a necessidade da biblioteca ser dinâmica e ativa. Recentemente, estudos sobre as tipologias de bibliotecas e sobre os impactos das tecnologias audiovisuais e digitais de informação também se inserem nesta perspectiva, buscando otimizar o papel da biblioteca e dinamizar o uso de seus recursos.

No campo da Museologia, o maior destaque é a área de *Museum Education*, que se desenvolveu sobretudo no ambiente anglo-saxão. Conforme Gómez Martínez (2006), trata-se de uma museologia “verbal”, voltada para a ação, erigida em oposição à tradição cujo símbolo maior é o Louvre – a tradição “nominalista”, voltada para a posse e a descrição dos objetos. Zeller (1989) aponta que floresceu, principalmente nos EUA do final do século XIX e início do século XX, uma Museologia voltada para a eficácia dos museus, para uma efetiva difusão de certos valores junto à população, e para oferecer à sociedade um “retorno” dos investimentos feitos. Autores como Flower, Goode, Dana, Rea e Coleman marcavam a especificidade dos novos museus como instituições que teriam como valor não a contemplação, mas o uso, e que não esperariam pelos visitantes, mas iriam “buscá-los”, atraindo-os para os museus por meio da eliminação de barreiras e da busca por acessibilidade.

Diversas parcerias foram realizadas com o setor privado para o incremento de atividades industriais e comerciais, resultando em inovações museográficas. Essa perspectiva manifestou-se em diversos outros contextos. Na França, destaca-se o pioneirismo do “museu imaginário” de Malraux, no plano teórico, e do Centro Pompidou, em Beaubourg, como aplicação prática. No Canadá, aproximações foram feitas entre os museus e o conceito de “comunicação” a partir dos trabalhos de Cameron.

A partir da década de 1980, com as tecnologias digitais, houve uma revitalização da corrente funcionalista, com as possibilidades de acesso remoto, interatividade e *design* de exposições, com manifestações em várias escolas e correntes como, por exemplo, no grupo de pesquisadores ligados à Universidade de Leicester (Merriman, Pearce, Arnold, Hooper-Greenhill, entre outros) e, ainda no contexto inglês, com a “Nova Museologia” defendida por Vergo e outros. Outras subáreas mais específicas da Museologia, também funcionalistas, são a dos estudos em tipologias de museus (já que, a diferentes tipos, correspondem diferentes funções) e a de gestão de museus a partir de estratégias de *marketing*, envolvendo autores como Moore e Tobelem.

A abordagem crítica

Logo na virada do século XIX para o século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começa a se manifestar no espaço reflexivo sobre os arquivos, bibliotecas e museus. Também tendo como centro de preocupação as relações entre essas instituições e a sociedade, desenha-se uma perspectiva calcada sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos.

Essa abordagem se constrói tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia.

No âmbito da Arquivologia, os primeiros traços de pensamento crítico encontram-se em análises de pesquisadores como Bautier, sobre os interesses ideológicos que motivaram critérios usados pelos arquivos ainda no início da era Moderna. Outros estudos relacionam-se com a questão do poder de posse dos documentos em várias ocasiões, como no caso dos processos de descolonização da África e da Ásia. (SILVA et al., 1998)

Nas décadas de 1960 e 1970, debates sobre as políticas nacionais de informação promovidos pela Unesco tematizaram o papel dos arquivos, a questão do direito à informação e a necessidade de transparência por parte do Estado. (JARDIM, 1995) Numa linha radicalmente diferente, autores como Colombo argumentaram contra a obsessão das sociedades contemporâneas com o arquivamento e o registro das atividades humanas. É na Arquivologia canadense, contudo, que se desenvolvem as principais perspectivas críticas contemporâneas.

Com origem nos trabalhos de Terry Cook, tal corrente buscou superar os pressupostos de neutralidade e passividade das práticas arquivísticas, analisando em que medida os arquivos constituem espaços em que relações de poder são negociadas, contestadas e confirmadas – numa virada de ênfase das coleções para os contextos. Autores como Caswell, Harris e Montgomery têm se debruçado sobre o estudo de realidades arquivísticas específicas, por exemplo, em regimes totalitários, a partir de conceitos de Arendt e Derrida, a partir do caminho iniciado por Cook.

Na Biblioteconomia, manifestações de um pensamento crítico surgiram principalmente em países de terceiro mundo, vinculadas aos processos de redemocratização após ditaduras militares. Num primeiro momento, tais manifestações foram de caráter prático (com a criação de novos serviços bibliotecários de extensão, como o carro-biblioteca), com o objetivo de aumentar o acesso ao conhecimento por parte de populações socialmente excluídas. Anos depois, foram formuladas teorias relacionadas a essas práticas no escopo das reflexões sobre “ação cultural” e “animação cultural”, nas quais buscava-se distinguir os diferentes tipos de ideologias culturais e propor que o bibliotecário deveria identificá-las e atuar perante elas, não numa perspectiva de “domesticação” mas sim de “emancipação”. (FLUSSER, 1983)

As bibliotecas deveriam ser dinâmicas e ativas, mas contra os processos de alienação – num sentido bem diferente da perspectiva funcionalista. (MILANESI, 2002) Estudos críticos muito diferentes também se desenvolveram em outros países, como na França, em que autores como Estivals, Meyriat e Breton se uniram em torno de uma abordagem marxista para estudar os diferentes circuitos do livro e do documento impresso. (ESTIVALS, 1981)

Na Museologia, as manifestações pioneiras de pensamento crítico se encontram na obra de artistas e ensaístas como Zola, Valéry e Marinetti (BOLAÑOS, 2002), que viam o museu como “mausoléu”, instituição que degradava a arte, instrumento de poder de alguns povos sobre outros. Na década de 1960, uma nova onda de críticas provocou o aparecimento

de formas de “antimuseu” (BOLAÑOS, 2002), com importantes inovações museológicas.

Porém, é na aproximação com a Sociologia da Cultura que estão as manifestações mais consolidadas da perspectiva crítica, com Bourdieu inspirando toda uma geração de pesquisadores. Bourdieu aliou as dimensões material e simbólica, analisando como diferentes grupos sociais têm relações distintas com a cultura (e inclusive com os museus). Abordagens atuais utilizam-se desse referencial e do conceito de “capital cultural” para o estudo de distintas práticas museológicas. (LOPES, 2007)

Outros estudos buscam correlacionar o papel que os museus tiveram (e ainda têm) na construção ideológica da ideia de nação, a partir do trabalho pioneiro de Anderson. Há ainda uma área recente, a “Museologia Crítica”, voltada para a crítica das estratégias museológicas intervenientes nos patrimônios naturais e humanos. (SANTACANA MESTRE; HERNÁNDEZ CARDONA, 2006)

Os estudos sobre o sujeito

Logo nos primeiros anos do século XX, os estudos dentro da Abordagem Funcionalista perceberam a importância de se obter dados de satisfação junto aos usuários de bibliotecas e museus (algum tempo depois, também em arquivos). Nascidos como uma extensão desta corrente, os estudos de usuários de bibliotecas ou de visitantes de museus (aos quais se somariam depois os estudos de usuários de arquivos) nasceram, pois, como ferramenta de produção de diagnóstico para o planejamento e a otimização dos serviços e processos.

Aos poucos, contudo, foram se convertendo em subáreas com relativa autonomia. Neste processo, afirmaram-se, a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos, das bibliotecas e dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate do papel de sujeitos ativos e

no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma tradição de estudos.

No campo da Arquivologia, o tema da relação entre os usuários e os arquivos começou a ser discutido na década de 1960 (SILVA et al., 1998), dentro das reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Contudo, a temática sempre foi muito pouco expressiva no campo. Conforme Jardim e Fonseca (2004), estudos pioneiros são os de Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson, voltados para o entendimento das necessidades informacionais de diferentes tipos de usuários. Há também estudos de usuários no campo dos trabalhos de dinamização cultural, principalmente sobre tipologia de usuários e, mais recentemente, sobre cidadãos e seus interesses em história familiar e em atividades de ensino. (COEURÉ; DUCLERT, 2001)

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações foram os “estudos de comunidade” realizados por pesquisadores da Universidade de Chicago, que tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto. Foram realizadas diversas pesquisas empíricas, nas três décadas seguintes, sobre hábitos de leitura e fontes de informação mais usadas. Aos poucos, o interesse foi se deslocando para a avaliação dos serviços bibliotecários, convertendo os estudos de usuários em estudos de uso para diagnóstico de bibliotecas. Situando-se na temática de Avaliação de Coleções, tais estudos impulsionaram várias inovações técnicas, tais como a disseminação seletiva de informações.

Na década de 1970, pesquisadores como Line, Paisley, Brittain e Totterdall deslocaram o foco de interesse para as necessidades de informação, que se converteram, na década seguinte, na principal linha de pesquisa sobre os usuários. (FIGUEIREDO, 1994) Recentemente, destacam-se as pesquisas de autores como Kuhlthau e Todd no ambiente da biblioteca escolar, numa perspectiva cognitivista, identificando o uso da informação nas diferentes fases do processo de pesquisa escolar.

Na Museologia, como parte da grande mudança nos museus, de depósitos de objetos para lugares de aprendizagem, operou-se uma altera-

ção do foco, das coleções para os públicos – surgindo desse movimento a subárea de Estudos de Visitantes. (HOOPER-GREENHILL, 1998) No começo do século XX, foram realizados os primeiros estudos empíricos, com Galton seguindo os visitantes pelos corredores dos museus e Gilman estudando a fadiga e os problemas de ordem física na concepção de exposições. As primeiras investigações com maior rigor ocorreram no final da década de 1920, com patrocínio da Associação Americana de Museus – sendo o primeiro estudo de comportamento dos visitantes publicado por Robinson em 1928.

Na década de 1940, proliferaram estudos sobre os impactos nas exposições junto aos visitantes, realizados por autores como Cummings, Derryberry e Melton. Outros estudos, conduzidos por autores como Rea e Powell na mesma época, tiveram como objetivo traçar perfis sociodemográficos dos visitantes e mapear seus hábitos culturais. (PÉREZ SANTOS, 2000) Na década de 1960, Shettel e Screven inauguraram uma nova perspectiva com as medidas de aprendizagem nos estudos de visitantes.

Nas décadas seguintes, desenvolveram-se abordagens de base cognitivista, sobre a efetividade das exposições (Eason, Friedman, Borun), e de natureza construtivista – como o modelo tridimensional de Loomis, a teoria dos filtros de McManus, o modelo sociocognitivo de Uzzell, a abordagem comunicacional de Hooper-Greenhill e o modelo contextual de Falk e Dierking. Em comum, essas várias abordagens buscaram ver como os usuários interpretam as exposições museográficas, construindo significados diversos, imprevisíveis, relacionados com suas distintas vivências, experiências e contextos socioculturais. (DAVALLON, 2005)

As teorias da representação

Desde sua origem como instituições modernas, os arquivos, bibliotecas e museus viram-se às voltas com tarefas relacionadas à representação de seus acervos. Inventariar, repertoriar, catalogar, classificar, nomear, descrever, indexar, organizar, tratar são alguns dos termos que desde

então vêm sendo utilizados para tratar de um campo de intervenções práticas que, tomados a um nível tecnicista, chegaram a se constituir como parte essencial ou nuclear das nascentes áreas do conhecimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, chegando mesmo a servir de instrumento para legitimar sua separação.

Mas diversas teorias desenvolvidas durante o século XX buscaram não apenas aumentar a eficácia técnica dos procedimentos de representação, mas também questioná-las e problematizá-las, à luz de contribuições tão distintas quanto a Lógica, a Filosofia, as ciências da linguagem, as Artes, a Antropologia. Numa perspectiva bastante distinta das outras correntes teóricas analisadas anteriormente, voltaram seu foco para as questões específicas envolvidas com os processos de representação no interior dos arquivos, bibliotecas e museus.

A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos surgiu e foi debatida durante todo o período de consolidação do paradigma custodial. A partir de 1898, com a publicação do manual dos holandeses Muller, Feith e Fruin, ela ganhou um estatuto diferente, abrindo-se caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas.

Diversas aplicações práticas de instrumentos de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, foram testados nos anos seguintes, embora sem uma significativa reflexão teórica – o que só aconteceu em manuais posteriores, como os de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pesquisadores como Schellenberg. Nas décadas de 1970, autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu.

No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação. (SILVA et al., 1998) Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscaram confirmar o

valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critério fundamental da Arquivologia. O impacto dos suportes digitais também motivou o crescimento da pesquisa na área de normalização arquivística (SILVA, 2008), principalmente a partir da ideia de interoperabilidade de sistemas e possibilidade de ligação em rede, envolvendo pesquisadores, associações profissionais e entidades governamentais. A temática da indexação dos documentos arquivísticos (representação por assuntos) também vem ganhando espaço nos últimos anos. (RIBEIRO, 2003)

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação da Biblioteconomia como campo autônomo de conhecimento. A Catalogação, relacionada com a descrição dos aspectos formais dos documentos, teve suas primeiras regras e princípios formulados ainda no século XIX. A partir da década de 1960, padrões internacionais de descrição bibliográfica foram formulados e envolveram diversos grupos de estudo. Também nesta época, surgiram os primeiros modelos de descrição pensando-se na leitura por computador, gerando padrões que, anos depois, conformariam o campo conhecido como Metadados. Paralelamente, a área de Classificação teve início com a criação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica gerais e enumerativos, como os de Dewey, Otlet, Bliss e Brown.

Na primeira metade do século XX, os trabalhos de Ranganathan sobre classificação facetada revolucionaram o campo, propondo formas flexíveis e não hierarquizadas de classificação. Suas teorias tiveram grande impacto na ação do Classification Research Group, fundado em Londres, em 1948, que congregou pesquisadores como Foskett, Vickery e Pendleton, empenhados na construção de sistemas facetados para domínios específicos de conhecimento e problematização dos princípios de classificação. (SOUZA, 2007) Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da classificação facetada, tais como os tesouros facetados de Aitchison, a Teoria do conceito de Dahlberg, os estudos de bases de dados facetados de Neelameghan, a abordagem dos *boundary objects* de Albrechtsen e

Jacob, as pesquisas em estruturas de classificação de Kwasnik, e o mapeamento de sentenças para a evidência de facetas por Beghtol. Por fim, merecem ainda destaque os estudos em linguagens de indexação, cujos pioneiros são Austin e Farradane.

O espírito nacionalista e historiográfico dos primeiros museus modernos foi decisivo para a configuração de critérios de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos (MENDES, 2009). A subárea de Documentação Museológica surgiu no início do século XX, a partir do trabalho de autores como Wittlin, Taylor e Schnapper. (MARÍN TORRES, 2002) Nas décadas de 1920 e 1930 houve grandes debates sobre os critérios de classificação adotados nos museus, mas a temática só se converteu em campo de investigação décadas depois. Entre as várias abordagens desenvolvidas, encontram-se aquelas que buscaram problematizar aspectos classificatórios dos museus, como a questão da representação dos gêneros, dos diferentes povos do mundo, das diferentes culturas humanas, numa linha marcada pelos *cultural studies*. (PEARCE, 1994)

Os aspectos envolvidos no trabalho de ordenamento também foram estudados por Bennett numa perspectiva foucaultiana. No campo das aplicações práticas, Bolaños (2002) apresenta vários exemplos históricos de inovações em métodos de representação, como o historicismo radical de Dorner, os *period rooms* do Museu do Prado, o enfoque multidisciplinar do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, a postura antirracista do Museu Trocadero e o modelo dinâmico do Museu de Etnografia de Neuchâtel, merecendo destaque, recentemente, a criação de edifícios que em si mesmos constituem peças museológicas, numa perspectiva inaugurada com o Museu Guggenheim de Bilbao.

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Os avanços mais recentes nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm buscado agregar as contribuições das várias teorias e práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Novos tipos de

instituições e mesmo serviços e ações executadas no âmbito extrainstitucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação de informação. Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou apenas para os usos e apropriações que o público faz dos acervos destas instituições, surgiram também modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas desses atores. Modelos sistêmicos também surgiram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente.

A própria ideia de acervo, ou coleção, foi problematizada, na esteira de questionamentos sobre o objeto da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização desses três campos.

Na Arquivologia, na década de 1960, houve uma maior teorização sobre o objeto do campo (destacando-se o pioneirismo de Tanodi que, em 1961, definiu o objeto como sendo a “arquivalia”); uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas); e ainda o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme). Tais avanços tiveram como consequência a criação, na década seguinte, do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP), estruturado pelo CIA e pela Unesco no âmbito de seu Programa Geral de Informação (PGI) criado em 1976.

O citado programa assegurou a publicação de importantes trabalhos em diferentes áreas da Arquivologia, tais como os de Kula (avaliação de arquivos de imagens em movimento); de Naugler (registros eletrônicos); de Guptil (documentos de organizações internacionais); de Harrison e Schuurma (arquivos sonoros) e de Cook (documentos contendo informações pessoais). Contudo, a maior inovação teórica, a Arquivística Integrada, surgiu, no começo dos anos 1980, com o artigo inaugural de Ducharme e Rousseau, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizaram a busca de uma síntese

dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada.

Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina. Pouco depois, surgiu a expressão “pós-custodial” para designar uma nova fase da Arquivologia. (COOK, 1997) Nessa mesma linha, desenvolveu-se a perspectiva sistêmica em torno da ideia de “arquivo total” em Portugal, congregando pesquisadores como Silva e Ribeiro. (SILVA et al., 1998) Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral e o campo dos arquivos pessoais e familiares. (COX, 2008)

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências que, embora possam ser separadamente identificadas, possuem vários elementos em comum. A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob a designação de “Mediação”. Tal vertente foi primeiramente trabalhada por Ortega y Gasset, em 1935, num sentido de ponte, filtro, sendo o bibliotecário um orientador de leituras dos usuários. Anos depois, expressou-se numa alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada “menos como ‘coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados’ do que como assembleia de usuários da informação”. (FONSECA, 1992, p. 60)

Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca. (ALMEIDA JR., 2009) A segunda vertente também pode ser entendida como parte dos estudos sobre mediação, embora tenha se desenvolvido de modo mais específico. Trata-se do campo desenvolvido a partir do conceito de *Information Literacy*, surgido nos EUA em 1974, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informa-

cionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais. (CAMPELLO, 2003)

Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição. (ROWLEY, 2002)

Na Museologia, merece destaque o desenvolvimento dos ecomuseus e da chamada Nova Museologia. Conforme Davis (1999), o conceito de “ecomuseu” surgiu no começo do século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, de conceitos relativos à ecologia e ecossistemas, com a criação dos “museus ao ar livre”, que, numa perspectiva ampliada de museu, incorporavam sítios geológicos ou naturais ao seu “acervo”. Um outro sentido para o termo foi dado, a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, pela Nova Museologia, que propôs repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio.

Tal proposta foi apresentada pela primeira vez em 1972, numa Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo International Council of Museums (ICOM), sendo formalizada na Declaração de Quebec, em 1984. Do ponto de vista teórico, tal noção propõe que a Museologia passe a estudar a relação das pessoas com o patrimônio cultural e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, direcionando-se para a inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações. Defendendo a participação comunitária no lugar do “monólogo” do técnico especialista, tais ideias colocaram no lugar do tradicional tripé edifício/coleções/público da Museologia uma nova rede de conceitos, composta por território, patrimônio e comunidade.

Deve-se distinguir, porém, essa Nova Museologia dos recentes estudos com a mesma designação, propostos por Vergo e Marstine, entre outros, que representam, antes, uma revitalização do pensamento funcionalista. Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a museali-

zação do patrimônio imaterial. Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos.

Para Deloche (2002), a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de instituição museal. Sem edifício ou coleções, marcos institucionais tradicionais definidores do próprio campo, o museu se vê na condição de oferecer novos serviços, por meio de novas práticas e funções, a usuários que também ganham novas condições de ação. Ao mesmo tempo, a adoção de tecnologias tanto para o tratamento como para o planejamento de exposições aproxima o museu do conceito de sistema de informação. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos estudos numa área específica denominada *Museum Informatics*, que trata das interações sociotécnicas (entre as pessoas, a informação e a tecnologia) nos espaços museais. (MARTY; JONES, 2008)

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A história da Ciência da Informação é caracterizada pela ocorrência de diversos fatos, alguns dos quais acompanhados por reflexões teóricas e científicas, de diferentes naturezas, que tiveram impactos muito diferenciados em sua formação. Assim, um primeiro marco daquilo que viria a ser a Ciência da Informação encontra-se na área da Documentação, criada por Otlet e La Fontaine no início do século XX. Voltados inicialmente para a questão da Bibliografia, estes dois pesquisadores empreenderam uma série de esforços para garantir uma rede de atuação internacional em prol da inventariação de toda a produção intelectual humana.

Ao propor iniciativas como a do Repertório Bibliográfico Universal, da padronização das fichas catalográficas, da utilização de um Sistema Decimal de Classificação e mesmo de uma “cidade” do conhecimento humano registrado, o *Mundaneum*, eles não pretendiam acabar com os arquivos, as bibliotecas, os museus ou outras instituições de custódia de documentos e registros humanos.

Pretendiam sim criar um serviço extra, um serviço a mais, com atuação transversal a essas instituições, com o objetivo de, repertoriando as coleções e acervos delas, facilitar e potencializar o seu uso. É nesse sentido que as diversas ações por eles empreendidas representam um marco na passagem de um pensamento custodial para um pensamento pós-custodial: volta-se a preocupação não mais para a posse de determinados documentos, mas para sua identificação, sua descrição padronizada, e a divulgação da sua existência para todo o mundo. Em 1934, Otlet, preocupado com a sustentação teórica de sua proposta, escreve seu *Traité de Documentation*, no qual desenvolveu o conceito de “documento”, alargando o campo de intervenção para além dos livros e demais registros impressos. Contudo, apesar de tratar de arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições numa perspectiva integradora, a Documentação acabou por se desenvolver como uma atividade profissional distinta, paralela, atuando principalmente no campo da informação científica e tecnológica por meio dos centros de documentação.

Um segundo marco da história da Ciência da Informação é o desenvolvimento da área de Recuperação da Informação. Sua origem remonta às décadas de 1930 e 1940, quando começaram a ser utilizados os microfiches como alternativa de guarda e disponibilização dos acervos documentais. Tal fato despertou alguns teóricos a refletir sobre a distinção entre os suportes físicos do conhecimento e seu conteúdo, na medida em que permitia a transposição do conteúdo para outros suportes. Tal percepção se aprofundou com o progressivo desenvolvimento das tecnologias computacionais, e teve uma inspiração teórica no artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, publicado em 1945, onde é apresentada a ideia de uma possibilidade de recuperação automatizada da informação.

A expressão Recuperação da Informação foi criada anos depois, em 1951, por Calvin Mooers, e colocada em prática por alguns pesquisadores no âmbito de pesquisas sobre os sistemas de recuperação da informação, principalmente após o impulso dado pela *Second International*

Congress of Information System Sciences, ocorrido em 1962, no Georgia Institute of Technology da Virgínia, nos Estados Unidos.

Um terceiro fato importante foi o início da atuação de alguns cientistas, entre os anos 1920 e 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e na União Soviética, que passaram a se dedicar não mais aos assuntos específicos de suas ciências (a química, a física, entre outras), mas ao trabalho de coleta, seleção, produção de resumos e disseminação da produção científica para os demais cientistas de seus respectivos campos. Tais cientistas, com o passar dos anos, começaram a designar-se “cientistas da informação” (FEATHER; STURGES, 2003) e iniciaram um movimento de agregação e institucionalização, primeiro na Inglaterra, com a realização da *Royal Society Scientific Information Conference*, em Londres, 1948, e a criação, em 1958, do Institute of Information Scientist. Pouco depois, na União Soviética, foi criado o Viniti, Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii, vinculado à Academia de Ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu em Washington, nos Estados Unidos, a *International Conference on Scientific Information*, acontecimento que, para Shera e Cleveland (1977), teria marcado a transformação da Documentação em Ciência da Informação.

Embora ainda sem uma base teórica ou mesmo intenção de disciplinarização, tais ações marcam mais uma virada nas preocupações: da posse dos acervos para sua circulação, o seu fluxo – acentuando, dessa forma, a vertente pós-custodial iniciada com a Documentação. Poucos anos depois, em 1966, nos Estados Unidos, o American Documentation Institute (ADI) mudou seu nome para American Society for Information Science (ASIS), tornando-se a primeira instituição científica do mundo em Ciência da Informação.

O último ingrediente para a posterior construção de uma Ciência da Informação veio do livro *Teoria matemática da comunicação*, publicado em 1949 por Shannon e Weaver, dois engenheiros de telecomunicações dos laboratórios da Bell System, dos Estados Unidos, diretamente envolvidos com os esforços de inteligência de guerra na época da Guerra Fria.

Essa teoria é normalmente conhecida como “teoria da informação” e tal denominação não se deu sem motivos: trata-se da teoria que, pela primeira vez, enunciou um conceito científico de “informação”. Os autores estão preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

Shannon e Weaver (1975) apontaram que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas. O primeiro se refere aos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em um papel). O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado.

Enquanto o primeiro nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de uma determinada materialidade (sonora, visual, etc), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. O terceiro nível é o pragmático, relaciona-se com a eficácia. Quem emite informações a outrem deseja, de alguma forma, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar um produto, eleger um candidato, pedir um favor, etc.).

Assim, os autores identificaram os diversos níveis e complexidades envolvidos com os problemas relacionados à informação (ou à comunicação da informação). Contudo, produziram uma teoria voltada apenas para o primeiro nível. Ao fazer isso, eles tornaram possível a construção de um referencial teórico para os problemas relacionados com o transporte físico da informação. E é a partir dessa “brecha”, dessa proposição de uma forma “científica” de estudo da informação, que se constrói o projeto de uma Ciência da Informação.

Ao “limpar” o conceito de informação de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartaram a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma apro-

ximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada “cientificamente” e, sobretudo, quantitativamente. Os primeiros conceitos de Ciência da Informação, formulados nos anos 1960, tratam todos de descrever essa ciência como aquela voltada para o estudo das “propriedades objetivas” da informação, incluindo a definição publicada em 1968 por Borko, no artigo *Information science: what is it?*, que se tornou “clássica” na área.

Contudo, o que viria a ser a Ciência da Informação nos anos seguintes ultrapassou, em muito, o imaginado nos primeiros anos. Conforme González de Gómez (2000), nas décadas seguintes, a área desenvolveu-se por meio de subáreas relacionadas a diversos “programas de pesquisa”: os estudos dos fluxos da informação científica, a recuperação da informação, os estudos métricos da informação, os estudos de usuários, as políticas de informação, a gestão do conhecimento e as possibilidades trazidas com o hipertexto e a interconectividade digital. O objeto de estudo do campo ampliou-se para além dos registros físicos em sistemas de informação.

Foram estudados, por exemplo, os “colégios invisíveis” (processos de troca de informação em ambiente informal), o “conhecimento tácito”, as necessidades de informação e as competências informacionais dos sujeitos, entre outros. É possível dizer, assim, que a história da Ciência da Informação ao longo das décadas seguintes à sua estruturação foi o de, progressivamente, tentar incorporar à sua agenda de pesquisas as dimensões semântica e pragmática inicialmente “expulsas” do campo com a adoção integral da Teoria Matemática para a definição do conceito de informação.

Tal percurso foi apresentado de forma brilhante por Capurro (2003), em sua discussão sobre os três amplos modelos de estudo da informação que perpassaram as diversas teorias desenvolvidas. Conforme a abordagem desenvolvida pelo autor, logo no seu início, a Ciência da Informação se viu diante da necessidade de construir um conceito científico de infor-

mação e, do esforço de superar essa necessidade, surgiu o conceito “físico” de informação. O termo “físico” surge aqui enfatizando a dimensão material da informação (sua existência sensível, inscrita em algum tipo de suporte) e, também, as propriedades objetivas dessa materialidade, passíveis de serem cientificamente determinadas. A construção de tal conceito, fundamentada na Teoria Matemática da Comunicação, intencionalmente descartou as dimensões semântica e pragmática dos processos relacionados com a informação, centrando-se em seus aspectos técnicos.

A consequência mais imediata da adoção deste modelo pela Ciência da Informação é que ela teria se voltado prioritariamente para os processos de transporte, de transferência, da informação – a “efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos”. (SARACEVIC, 1996, p. 47)

Uma segunda forma de se definir informação começou a ganhar corpo nos finais da década de 1970, bastante influenciada pelo sucesso das teorias cognitivistas nas várias ciências. Inspirados na teoria do conhecimento objetivo de Popper, pesquisadores como De Mey, Belkin e outros desenvolveram um conceito “cognitivo” de informação, que ganhou fôlego após um congresso ocorrido em Copenhague, em 1977.

A equação de definição da informação, que também se tornou “clássica”, como a medida da alteração do estado de conhecimento de um sujeito, elaborada por Brookes, insere a informação numa dimensão bastante diferente do modelo anterior. Para se definir informação, é preciso se considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários. Deu-se então uma virada na pesquisa, fato já destacado por outros autores antes de Capurro, como Dervin e Nilan (1986) e Ellis (1992), que falavam já de uma perspectiva cognitiva como o segundo grande modelo de estudo da informação, vindo após a consolidação do primeiro modelo, de natureza fisicista. Também Buckland (1991) havia

já tratado do assunto, fazendo a distinção entre informação como coisa (entidade tangível) e como processo de construção de conhecimento (entidade intangível).

Capurro identifica ainda um terceiro modelo, que estaria se formando desde o início da década de 1990 (que ganharia seus primeiros traços na conferência sobre conceitos de informação ocorrida em Tampere, Finlândia, em 1991): trata-se do modelo que vê a informação como um fenômeno coletivamente construído.

Tal modelo se constrói a partir da crítica ao modelo cognitivo, que via a informação como produto de um sujeito isolado (que não estaria inserido num contexto sócio-histórico nem envolvido em relações interpessoais ou, pelo menos, em nada seria afetado por elas na sua relação com a informação) e numênico (que apenas se relacionaria com o mundo de uma forma cognitiva, inserindo em sua mente definições conceituais sobre as coisas, como se a mente fosse um grande “quebra-cabeças” e cada informação obtida uma nova peça).

Antes, o modelo de informação “social” entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas.

Entre as perspectivas contemporâneas de estudo da Ciência da Informação que se inserem na lógica deste terceiro modelo estão as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, para as quais o entendimento do que a informação é passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela. Tais discussões se dão de diferentes formas. Cornelius (1996, p. 22), retomando Habermas, lembra que as ações e fatos humanos não são “dados” ao investigador do mesmo modo que os fenômenos humanos – pois são interpretados pelos sujeitos que os vivenciam ou se relacionam com

eles. Se são interpretados, são dotados de sentido. E não há sentido em algum fato ou situação se não há sujeito que os experiencie. (CORNELIUS, 1996, p. 27)

Outro autor que recorre à hermenêutica como forma de ampliar as possibilidades teóricas de estudo da informação é Capurro. Criticando os modelos físico e cognitivo de informação, o autor subverte a ideia comum que se tem de que a informação é algo prévio que cria o conhecimento, propondo que, na verdade, o que ocorre é o contrário, pois a informação é o conhecimento em ação – informação é contextualizar o conhecimento, algo só pode ser considerado informação pelos atores sociais se já se tem conhecimento daquilo que é definido como informação. Capurro faz sérias críticas ao que chama de modelo representacionista (presente nos dois “paradigmas” que critica) ao recusar a ideia de representação como duplicação, na mente de um sujeito, de uma realidade externa a ele, proveniente da mente de outro sujeito. Para ele, a informação não seria, então, o produto último de um processo de representação, nem algo que é transportado de uma pessoa a outra ou mesmo algo específico para uma subjetividade isolada. Ela seria, antes de tudo, uma dimensão fundamental da forma como os seres humanos compartilham o mundo com os outros. (CAPURRO, 1992)

Já Rendón Rojas (2005) busca ir além da tradicional distinção entre dado, informação e conhecimento, a partir de outra tríade de conceitos: informação, conhecimento e valor. O autor entende a informação como uma qualidade secundária de objetos particulares. Sua perspectiva é essencialmente dialética: o autor entende a informação como a união de dois extremos, os elementos objetivos (dados) e subjetivos (as estruturas interpretativas dos sujeitos). Rendón Rojas, assim, reconhece a existência de uma dimensão objetiva, mas também contempla a subjetividade dos sujeitos que vão construindo os valores (valores tais como beleza, verdade, bondade e – poderíamos acrescentar – informação). Para tal empreitada teórica, o autor mobiliza conceitos tão distintos quanto inferência, assimilação, adaptação, imaginação e criatividade.

Também devem ser relacionadas as teorizações contemporâneas relativas ao conceito de regime de informação, que buscam analisar os fluxos informacionais a partir de sua inserção nas dimensões político-econômicas concretas de um contexto específico, isto é, incorporando no estudo da informação os contextos institucionais, condições materiais, sistemas regulatórios e posições ocupadas pelos diferentes sujeitos que se relacionam com e para além da informação.

Frohmann (2008) constrói sua fundamentação justamente a partir da crítica à abordagem cognitivista, tida por ele como uma abordagem cujo conceito de informação é essencialmente mentalista, que vê o ser humano apenas como um ser cognoscente, desprezando todos os condicionamentos sociais e materiais do existir humano. Continuando a crítica, Frohmann aponta que tal visão da informação limita o estudo dos efeitos da informação às mudanças de estado de consciência individual, e toda tentativa de se estudar os efeitos públicos e sociais estaria limitado a contar quantos indivíduos são afetados. A reconstrução do conceito de informação, pelo autor, passa pela ideia de materialidade da informação conjugada com os campos institucional, tecnológico, político, econômico e cultural que configuram as características sociais da informação.

Também Braman (2004) tem trabalhado com a noção de informação articulada ao conceito de “regimes de informação”, principalmente relacionada com as políticas de informação. Em tal abordagem, o papel ativo dos atores, na defesa de seus interesses e na configuração dos sistemas institucionalizados, ganha uma dimensão que reconfigura toda a forma de se pesquisar a informação.

Os estudos na perspectiva da análise de domínio (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995) constituem importante exemplo do movimento de superação do conceito de informação, principalmente ao identificarem a existência de diferentes entendimentos do que seja informação para grupos específicos de atores que se relacionam com a informação. Ao resgatar a ideia de intersubjetividade, tais estudos apontam para o caráter

construído da informação e para o papel ativo dos sujeitos que atuam no âmbito dos sistemas de informação e para além destes.

Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais e representam um ressurgimento, com grande ênfase, da dimensão pragmática descartada pela Teoria Matemática: a informação existe num contexto concreto, particular, específico, que precisa necessariamente ser contemplado nos estudos. Abre-se com isso, entre outras, a possibilidade de estudos com abordagens fenomenológicas – na contramão da perspectiva original da CI que ansiava por leis e generalizações sobre o “comportamento” da informação.

Na confluência das contribuições das teorias citadas acima, bem como de outras que não foram citadas neste texto, desenha-se uma perspectiva nova de estudos da informação, que a entende não mais como coisa, mas como processo – algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, a disseminam e a utilizam. A informação deixa de ser apreendida como um objeto físico, com a mesma natureza de uma cadeira, uma pedra, um elemento químico, e passa a ser entendida como um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros.

O desenho das perspectivas contemporâneas em Ciência da Informação, em torno do chamado paradigma social (SALAÛN; ARSENAULT, 2009; VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009), bem como dos resultados e achados de pesquisa realizados sob a égide dos dois modelos anteriores, permite perceber um acúmulo de conhecimentos na área que tem feito avançar o conceito de informação principalmente em relação ao conceito de documento e à natureza custodial das instituições que lidam com ele. Dessa forma, é o próprio conceito de informação que, como argumenta Capurro, remonta aos conceitos gregos de *eidós* (ideia) e *morphé* (forma), significando “dar forma a algo”, que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo (“in-formar”), ação essa que apreende a realidade

por meio do simbólico, nomeando e classificando os objetos conhecidos (objetos da natureza), criando objetos que são utilizados (instrumentos com as mais diversas finalidades), produzindo registros que constituem novos objetos (textos impressos, visuais, sonoros) e criando ainda registros destes registros (catálogos, índices, inventários, etc).

Informação é, portanto, um conceito que perpassa todo esse processo. Tem origem na produção de registros materiais e se prolonga nas atividades humanas (arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas) sobre esses registros. Mas é ainda mais ampla do que isso, é tudo aquilo que envolve essa ação humana a partir do primeiro registro, do primeiro ato de “in-formar”. Parte da ação humana comum, cotidiana, de apreender o mundo e produzir registros materiais desse processo, chega às instituições e procedimentos técnicos criados especificamente para intervir junto a estes registros e os ultrapassa nos mais diversos usos, fluxos, apropriações, contextos. Dada sua amplitude, surge com grande potencial de tratar os variados processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos como sendo muito mais do que os procedimentos técnicos definidos pelo paradigma custodial/tecnicista.

UM “BALANÇO” DAS QUESTÕES

A que ponto pode levar uma aproximação entre os desenvolvimentos teóricos nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e a comparação com a evolução dos estudos na Ciência da Informação? No que diz respeito às três primeiras, parece cada vez mais evidente a necessidade de um modelo de compreensão mais consistente e aberto à complexidade para a consolidação de cada uma delas. Mais do que isso, perceber a evolução das diferentes correntes teóricas atesta claramente a insuficiência do paradigma custodial que está na origem mesma de sua formação disciplinar.

Nesse sentido, uma forma alternativa de produzir conhecimento científico em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (sem deixar,

naturalmente, de continuar existindo a reflexão própria, específica, dentro de cada um destes campos) poderia se dar a partir de sua análise por meio do conceito de “informação”. Nesse sentido, buscar-se-ia ir além do epifenômeno (os documentos, as materialidades custodiadas e processadas nas instituições) e produzir as compreensões no âmbito próprio das ações humanas (de produzir essas materialidades, selecioná-las entre outras, apropriar-se delas), o que nos reconduz para o estudo do universo da produção de sentidos e significados, os fluxos e movimentos dinâmicos, as interações e os contextos, as tensões entre o material e o imaterial.

Caberia então nos questionarmos sobre o que haveria de novo nessa definição, uma vez que se poderia pensar que estariam aí os mesmos elementos do paradigma custodial e, também, das abordagens contemporâneas em cada uma destas áreas, tomadas separadamente. Num certo sentido, os mesmos elementos estão presentes: as instituições arquivo, biblioteca, museu, as técnicas de tratamento, os acervos e o contexto social mais amplo.

Mas, estudados como informação, são os mesmos elementos observados e correlacionados de uma maneira diferente, ressaltando-se sobretudo a complexidade dos fenômenos, a interdependência entre seus elementos constituintes, o caráter, ao mesmo tempo, fluido e dinâmico dos processos, sua inserção em situações e contextos específicos, o caráter ativo das intervenções dos sujeitos. É aí que se pode constituir a especificidade de um **olhar informacional** sobre os processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, um lugar específico a partir do qual os mesmos elementos e processos são construídos, como **objetos de conhecimento**, de uma maneira diferente.

Essa constitui a mais interessante das possíveis propostas de sua integração epistemológica: manter a produção de conhecimentos específicos em cada uma destas áreas, mas possibilitar a criação de um lugar além, transversal, a partir de onde um novo olhar possa ser lançado sobre cada uma delas. Esse lugar seria um ponto de vista informacional,

construído pelo conceito contemporâneo de informação tal como trabalhado pela Ciência da Informação.

Retomando a preocupação de Fernanda Ribeiro apresentada no início deste texto, o conceito de informação precisa ser, portanto, muito consistente e abrangente para dar conta da análise de diferentes contextos e realidades; ao mesmo tempo, bastante específico para permitir ver, nesses diferentes contextos, algo de comum que os perpassa, e a partir do qual eles podem ser compreendidos como realidades informacionais. Voltando ao desafio inicialmente proposto para essa conferência, a de um possível modelo curricular de convergência para as três áreas, podemos chegar então a um apontamento final.

A Ciência da Informação, como ciência nova, encontra-se, em certa medida, numa situação privilegiada: não sedimentada ainda, é pouco rígida, e pode adaptar-se, com rapidez, a demandas e contextos novos. Tal como dialogou com várias áreas na sua constituição, também dialogou ativamente com a Biblioteconomia ao longo dos anos, recebendo dela inclusive as condições institucionais de existência. Vê-se, agora, na oportunidade de conceder legitimação institucional, e também científica, para os campos da Arquivologia e da Museologia.

Pensar em convergência não implica a fusão das três áreas na Ciência da Informação. Se tal fosse o propósito, não se falaria de modelos formativos em diálogo. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia não precisam “se tornar” Ciência da Informação. Antes, a ideia de “informação” pretende constituir um campo reflexivo novo, para além das especificidades profissionais, num movimento que poderia fortalecer cada uma das áreas individualmente, a partir da colaboração mútua de reflexões e pesquisas – tal como já vem sendo indicado pelos avanços teóricos em cada uma delas.

Tal processo precisa se dar mantendo, ao mesmo tempo, o desafio de manter a separação naquilo que constitui as especificidades de cada campo. Imagina-se, com isso, a possibilidade de um modelo formativo

mais rico, em cada uma das áreas, a partir da possível fertilização que possa ocorrer entre elas.

Mas, sobretudo, tal ideia ou proposta não deve se dar na perspectiva da substituição de todas as outras possíveis propostas. Integrar as três áreas, a partir da ideia de informação, é apenas mais um caminho possível, entre outros, de constituição de uma cientificidade consistente para cada uma destas áreas.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: TREA, 2001.
- ALMEIDA JR., O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- BOLAÑOS, M. *La memoria del mundo: cien años de museología: 1900-2000*. Gijón: TREA, 2002.
- BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra. (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.
- BUCKLAND, M. K. Information as a thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, june 1991.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
- CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. In: In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Londres: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2008. Leon. *Anais...* Leon: Universidad de Leon, 2008.
- COEURÉ, S.; DUCLERT, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.
- COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 17-63, 1997.
- CORNELIUS, Ian. *Meaning and method in information studies*. New Jersey: Ablex, 1996.
- COX, R. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin, 2008.
- DAVALLON, J. Penser la muséologie. In: DAVALLON, J.; SCHIELE, B. *Doctorat en Museologie, mediation, patrimoine*. Sainte-Foy: Multimondes, 2005. p. 69-98.
- DAVIS, P. *Ecomuseums: a sense of place*. London: Leicester University Press, 1999.
- DELOCHE, B. *El museo virtual*. Gijón: TREA, 2002.
- DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.
- DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. In: WILLIAMS, Martha (Ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*. Chicago: Knowledge Industry Publications, 1986. v. 21, p. 3-33.
- ELLIS, David. Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Londres: Taylor Graham, 1992. p. 165-186.
- ESTIVALS, R. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.
- FEATHER, J.; STURGES, P. *International Encyclopedia of Information and Library Science*. Londres: Routledge, 2003.
- FIGUEIREDO, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.

- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.
- FONSECA, E. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, J. *Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos*. Gijón: Trea, 2006.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero*, v. 1, n. 6, dez. 2000.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Trea, 1998.
- HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *Datagramazero*, v. 5, n. 5, out. 2004.
- JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUff, 1995.
- LOPES, J. *Da democratização à democracia cultural*. Porto: Profedições, 2007.
- LÓPEZ CÓZAR, E. *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: Trea, 2002.
- MARÍN TORRES, M. T. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: TREA, 2002.
- MARTY, P.; JONES, K. (Org.). *Museum informatics: people, information and technology in museums*. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- MENDES, J. *Estudos do patrimônio: museus e educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

- MILANESI, L. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- MURISON, W. *The public library: its origins, purpose and significance*. Londres: C. Bingley, 1988.
- PEARCE, S. (Ed.). *Museums and the appropriation of culture*. Londres: Athlone, 1994.
- PÉREZ SANTOS, E. *Estudio de visitantes en museos: metodología y aplicaciones*. Gijón: Trea, 2000.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.
- RIBEIRO, F. *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; MCT; MCEC, 2003.
- ROWLEY, J. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SALAÛN, Jean-Michel; ARSENAULT, Clément. *Introduction aux sciences de l'information*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.
- SANTACANA MESTRE, J.; HERNÁNDEZ CARDONA, F. *Museologia crítica*. Gijón: Trea, 2006.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *Teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.
- SHERA, J.; CLEVELAND, D. History and foundations of information science. *Journal of the American Society of Information Science and Technology*, v. 12, p. 249-275, 1977.
- SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.
- SILVA, A. M. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SILVA, E. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3, 2008, Rio de Janeiro.

Anais... Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

SOUZA, R. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, Lúdia (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: Edufba, 2007. p. 103-123.

VEGA-ALMEIDA, R. L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. *Information Research*, v. 14, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/14-2/paper399.html>>. Acesso em: 15 out. 2011.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing & management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, mar. 1993.

ZELLER, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in América. In: BERRY, N.; MAYER, S. (Org.). *Museum education: history, theory and practice*. Reston: National Art Education Association, 1989. p. 10-89.

- Segunda Parte -

A FOTOGRAFIA NO ARQUIVO, NA BIBLIOTECA E NO MUSEU: similitude e diversidade de saberes

Zeny Duarte, Sonia Maria Ferreira, Joseane Oliveira

INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZADA

A fotografia contém amplas possibilidades de uso e, desde a sua invenção, vem sendo alvo de estudos nas diversas áreas do conhecimento. Muitos são os autores que a analisam e a incluem, a título de ilustração, em textos, algumas vezes científicos, outras vezes técnicos, históricos, artísticos, literários ou para simplesmente compreender resultados que somente podem ser alcançados por meio de imagens.

Estamos falando de um suporte documental que exerce imenso fascínio, por registrar a imagem como ela é e, assim, disponibilizar infinidade de representação e interpretação. Falar da fotografia nos leva a teorias relacionadas com várias áreas do conhecimento, a exemplo de estudos acerca da semiótica, amplamente discutida na visão tanto de Peirce quanto de Saussure, quando apontam para a divisão dos signos em verbais e não verbais. (SILVA, [20--])

No entanto, neste texto, o foco está na relevância de se compreender a fotografia enquanto documento de valor probatório e de valor informativo em unidades de informação.

O valor inerente aos documentos decorrente de prova é chamado de valor probatório e o valor inerente aos documentos devido à informação é chamado de valor informativo. A informação pode relacionar-se, de modo geral, a pessoas (físicas e jurídicas), coisas ou fenômenos, entre outras ações e não importando o suporte documental.

Quanto à fotografia, o valor probatório se dá no momento em que o documento fotográfico, junto a outros, passa a formar dossiê arquivístico, série arquivística, a compor um fundo arquivístico. O segundo, informativo, é assim considerado pelo imenso potencial proporcionado pela imagem fotográfica aos mais variados interesses temáticos.

Para melhor entendimento terminológico, o valor informativo deriva da informação relativa aos assuntos que retratam a imagem. No geral, grande parte dos documentos fotográficos é preservada em arquivos permanentes, pela informação comprobatória que apresentam sobre pessoas, episódios, fatos, movimentos históricos, culturais e populares, representação urbana, rural e ambiental, eventos, entre outros temas.

FIGURAS 1 e 2 – Dois de Julho: Independência da Bahia



Fonte: Acervo fotográfico de Sílvio Robatto.

Retomando a terminologia arquivística, falar de documentos permanentes nos leva a rever conceitos como organicidade e unicidade.

A primeira, a organicidade, segundo o *Dicionário de terminologia arquivística*, “qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. (CAMARGO; BELLOTTO; BOTANNI, 1996, p. 76) Ou seja, o conjunto documental, independentemente do suporte, é convenientemente reunido a serviço do titular (este podendo ser representado por pessoa física ou jurídica), pelo prazer de guardar a própria representação de seus valores, atos, feitos, moda, comportamento, refletindo sua temporalidade, ou por ser acumulado a partir das ações administrativas, jurídicas, históricas, refletindo atividades-meios e fins, estendendo-se posteriormente à leitura e aos interesses de outrem.

É exatamente porque resultantes de uma acumulação natural, necessária e não-gratuita, que os documentos são dotados de organicidade, isto é, da capacidade de refletir a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora. (HEREDIA HERRERRA, 1991, p. 115)

A segunda, a unicidade, o mesmo *Dicionário de terminologia arquivística* a conceitua como “qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. (CAMARGO; BELLOTTO; BOTANNI, 1996, p.76) Assim sendo, possuem marcas específicas, modificadoras e com características peculiares, à semelhança de outros também acumulados por pessoa física ou jurídica.

Segundo Duarte (2005, p. 54), “cada arquivo representa unidade orgânica e sua organização deve compreendê-lo com sua totalidade de documentos.” Entendemos que não é a forma, o suporte, o tipo, nem o conteúdo informativo que singularizam um documento de arquivo, mas, sim, a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em consequência e no decurso da atividade da entidade produtora.

Compreendido o documento de arquivo na sua acepção, facilmente será também perceptível que ele não tem significado enquanto entidade individual ou distante de seus pares. Na realidade, é o contexto orgânico de produção dos documentos que lhes dá significado próprio que não pode ser deixado de lado. Não entendemos a organização de um arquivo em compartimentos (repartido). Os documentos nascem a partir de ações neles registradas. No geral, essas ações possuem contingências que irão estabelecer o delineamento do arquivo.

A especificidade faz com que um arquivo seja diferente do outro. Nele, os documentos possuem unicidade porque se constituem de peças únicas, que, soltas, perdem sentido. A ordenação obedece à tipologia documental e deve refletir a relação orgânica da documentação. Não se pode pensar em arquivo sem pensar em documentos que possuam relacionamentos próprios com as ações e atividades exercidas por quem os acumulou num determinado percurso de vida pessoal e jurídica.

Ainda partindo da teoria arquivística, a fotografia no âmbito dos arquivos, desde seu nascedouro, possui valor permanente. Isso quer afirmar a desnecessária etapa de avaliação documental em arquivos fotográficos. Assim sendo, um arquivo fotográfico deve ser preservado para a posteridade, recebendo tratamento de conservação com o fito de sua longevidade, pela própria constituição do suporte apresentando-se mais susceptível ao desgaste e decomposição devido aos componentes químicos de sua formação e, no geral, do indevido manuseio, acondicionamento e armazenamento.

No entanto, antes de refletirmos sobre o tratamento da fotografia nos arquivos, bibliotecas e museus, é preciso rever textos e contextos de autores com excelentes estudos acerca desse documento.

Citamos alguns desses estudiosos da fotografia e não podemos deixar de transpor este nosso texto a partir de variantes teóricas e artísticas sob a visão de nomes de pensadores como Walter Benjamin (*Pequena história da fotografia*), Roland Barthes (*Câmera clara*), Charles Peirce

(*Escrita sobre o signo*), Rosalind Krauss (*O fotográfico*) e Boris Kossoy (*A fotografia como fonte histórica*).

Por que a fotografia nos instiga a compreendê-la? Para essa questão podemos responder, ao mesmo tempo conceituando-a como singular, subjetiva, ou com um julgamento quanto ao que a fotografia nos apresenta de estético, por exemplo, revendo sua singularidade, o valor intrínseco e extrínseco dela própria. Podemos também conceituá-la como uma forma de arte direcionada ao real, uma arte realista talvez, no senso estrito do termo, de sua própria natureza, de sua função de signo, segundo Peirce (1978, p. 158, tradução nossa):

Um signo ou uma representação que retorna ao seu objeto não é mais o mesmo porque tem alguma similaridade ou analogia com ele e porque é associado com os caracteres gerais que este objeto mostra possuir, por ser uma conexão dinâmica (incluindo aí o espacial) e com o objeto individual por um lado e, por outro, com os sentidos ou a memória da pessoa.¹

Por assim dizer, pensamos a fotografia para além da arte e/ou da técnica: sobre a fotografia e seus espaços discursivos, sobre as condições fotográficas enquanto veracidade da imagem, do instante exato da tiragem, sobre a fotografia e seu simulacro. Porém, não concebemos discursos e/ou simplórios ensaios sobre a fotografia com reflexões determinantes, nem de uma só maneira dela pensar e sim ultrapassar o senso comum de apenas compreendê-la num âmbito restrito.

A fotografia está e sempre esteve, desde seu invento, entre as mais volumosas produções e há de se preservar os acervos fotográficos com o intuito de torná-los compartilhados como garantia de acesso a gama de informação nela registrada.

¹ Un signe ou une représentation qui renvoie à son objet non pas tant parce qu'il a quelque similarité ou analogie avec lui ni parce qu'il est associé avec les caracteres généraux que cet objet se trouve posséder, que parce qu'il est en connexion dynamique (y compris spatiale) et avec l'objet individuel d'une part et avec les sens ou la mémoire de la personne pour laquelle il ser de signe, d'autre part.

Como já mencionado, a fotografia é classificada como documento imagético que possibilita o registro visual de fatos, lugares, paisagens, festas, comemorações entre outras temáticas relacionadas com o indivíduo e a sociedade, portanto, considerado testemunho de provas irrefutáveis, fonte de recordação, lembranças e memória visual. Por se tratar de registro do passado, a fotografia é processo de fixação de um momento anterior. Por outro lado, Santaella (1993, p.11) diz que

FIGURAS 3 e 4 – Dois de Fevereiro: Festa de Iemanjá



Fonte: Acervo fotográfico de Silvio Robatto.

pesquisas empíricas revelam que, provavelmente devido a razões de especialização evolutiva, 75% da percepção humana, no estágio atual da evolução, é visual, isto é, a orientação do ser humano no espaço, grandemente responsável por seu poder de defesa e sobrevivência no ambiente em que vive, depende majoritariamente da visão. Os outros 20% são relativos à percepção sonora e os 5% restantes a todos os outros sentidos, ou seja tato, olfato e paladar.

Esse aspecto explica porque o homem sempre deu tanta ênfase à comunicação visual. Nesse contexto, a fotografia seja ela analógica ou digital é classificada como instrumento de comunicação visual.

A partir do valor da fotografia, como documento permanente nos acervos de arquivos, bibliotecas, museus e demais unidades de informação e, mesmo aqueles que se encontram em mãos de familiares e de pessoas ligadas ao titular, podemos compreender o conceito de patrimônio fotográfico, quando nos deparamos com documentação de relevância aos estudos, pesquisas e investigações científicas, técnicas, artísticas e culturais de interesse à humanidade. Ressaltamos que, muitas vezes, os acervos fotográficos assim configurados, encontram-se dispersos, por ainda merecer estudos de organização da informação e conservação física, capazes de retirá-los dos intramuros e torná-los compartilhados em redes.

SÍNTESE CRONOLÓGICA E TEÓRICA

A fotografia é forma de criação de arte modelada, de intervenção na realidade, é instrumento científico e testemunho, por vezes, único de representações que lhe destinam lugar de documento social e cultural.

Segundo Kossoy (2001, p. 40), “a fotografia é uma representação plástica (forma de expressão visual) indivisivelmente incorporada ao seu suporte e resultante dos procedimentos tecnológicos que a materializam.” Ainda o mesmo autor afirma que “[...] a fotografia, enquanto forma de expressão artística, passou a ocupar espaços cada vez mais importantes, [...] dando margem à abertura de galerias de novas publicações.” (KOSSOY, 2001, p. 125)

Pode-se compreender e verificar o meio informacional proporcionado pelas imagens fotográficas, bem como sua utilidade nos vários ramos do conhecimento. Para isso, é necessário preservá-las, organizá-las e disseminá-las ao público. Portanto, a imagem obtida merece um tratamento adequado para assim ser disponibilizada aos usuários e informar, ampliando o conhecimento preciso de outras realidades.

Consideremos o exemplo da França, que, com a criação do primeiro ateliê de conservação e restauração de fotografias, alcançou a disseminação de uma política de conservação dos fundos fotográficos pertencentes

às instituições de Paris. Com isso, passou a utilizar fotografias para informar sobre a cultura e história, como afirma Duarte (1999, p. 122):

Para a história da fotografia, não se pode negar a ligação existente entre a origem da fotografia e a cidade de Paris. O seu patrimônio é composto de um conjunto de imagens positivas e negativas variadas e prestigiosas. Esses fundos fotográficos são de riqueza inegável, reportando sobretudo a história de Paris, sua arquitetura e seus habitantes.

Por outro lado, o aparecimento da fotografia na França, no século XIX, relaciona-se com o mesmo período da propagação da filosofia positivista de Comte, impulsionada pelo conhecimento exato do mundo sensível. Esse conhecimento científico “desmistificador” invadiu o mundo da biologia (Darwin), da medicina experimental (Claude Bernard), da estrutura social (Marx), da revolução industrial, entre outros momentos de transformações nacionais e internacionais.

É imprescindível entender a imagem fotografada, sua diferente dinâmica visual, descrevendo-a da melhor forma para servir de fonte de informação, instrumento de pesquisa, memória de dados, meio de comunicação de resultados a serem transmitidos ao público interessado. Sabe-se que um dos maiores responsáveis pela fragilização da fotografia é o homem. Contudo, paradoxalmente, é quem oferece a esperança e meios de preservá-las para pesquisadores, estudantes, curiosos e demais profissionais, criando recursos técnicos à proteção dos originais e manutenção da memória visual, como a inserção de programas de duplicação. Sobre este método, Mustardo (2001, p.18) diz: “O benefício definitivo de qualquer programa de duplicação encontra-se na ampliação do acesso ao público, pesquisa e publicações de imagens que, de outro modo, estariam inacessíveis.” O documento fotográfico é histórico-cultural, abrangente e responsável pela disseminação informacional e visual. Kossoy (2001, p. 42), ainda diz:

O objeto-imagem de primeira geração – o original – é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além de seu valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios – é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Daí a importância da organização de arquivos sistematizados de imagens: iconotecas destinadas a preservar e difundir a memória histórica.

Entende-se, a partir de Kossoy, que, para a fotografia alcançar sua função na sociedade, é essencial ser organizada e multiplicada para, assim, tornar-se elemento informacional. O mesmo autor nos remete à importância das imagens documentais para as várias áreas do conhecimento, dizendo:

[...] as imagens que contenham um reconhecido valor documental são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica. (KOSSOY, 2001, p. 55)

Com essa citação, entende-se que a imagem fotográfica é possuidora de valor informacional, documental e histórico, levando-nos ao conhecimento, por se descobrir, a cada estudo e interpretação visual, gama de conhecimento por ela veiculada. A informação gerada, seja ela manuscrita, oral ou visual, deve não apenas informar, mas provocar o repensar o passado e o presente e, a partir dessa reflexão, a informação organizada e compartilhada auxilia no processo de mudança do indivíduo, enquanto

sujeito social em suas questões, naquilo que corresponde a mudança do estoque informacional. Segundo Silva (2006, p. 24), informação é:

[...] fenómeno humano social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona, interage com o mundo sensível à sua volta e à comunidade de sujeito que comunicam entre si. Situa-se entre o conhecimento e a comunicação.

Refletindo sobre a informação como fenómeno social (elemento importante para obter e transmitir saber) ela modifica, aprimora o conhecimento do homem e/ou de um grupo social.

Em Le Coadic (1996, p. 5), o termo informação é compreendido da seguinte maneira: “o conhecimento inscrito sob a forma escrita, oral ou audiovisual.” A informação comporta um elemento de sentido e é transmitida a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita.

Portanto, a informação é o conhecimento inscrito que pode ser apresentado em qualquer tipo de suporte seja ele textual, não textual, apresentando dados informacionais que contribuem aos mais variados estudos e ao desenvolvimento intelectual do indivíduo.

A informação é basilar para a estruturação das ideias e ampliação dos estudos sociais. Igualmente, a partir de fontes como a fotografia, pode-se entender o processo evolutivo da sociedade e suas transformações.

Anteriormente a fotografia era reconhecida como produção artística e de cunho jornalístico e, portanto, informativo. Após evolução das técnicas fotográficas e, aliado aos avanços tecnológicos da informação e comunicação, passa a ser fonte de pesquisa e, conseqüentemente, meio de transmissão de conhecimento. Assim sendo, a imagem foi expandida dos jornais e da fotografia artística para os espaços das revistas e periódicos científicos e técnicos, do entretenimento e como suporte da informação científica. Outras áreas adotaram a fotografia como meio informacional nas descobertas e avanços das ciências, das tecnologias da informação e da comunicação visual. Porque, segundo Rodrigues (2007, p. 75), “hoje o mundo é imagético”. Continuando, o autor afirma que,

[...] as novas tecnologias computacionais desenvolveram maiores possibilidades de produção e uso de imagens, permitindo uma hipermediação que consiste na combinação da informação em suas múltiplas dimensões o que potencializou o emprego da fotografia nas diversas áreas do conhecimento. (RODRIGUES, 2007, p. 69)

Portanto, a evolução das tecnologias auxiliou a difundir, socializar e apresentar a relevância da fotografia nas diversas áreas do conhecimento, especialmente nos meios de comunicação, nas pesquisas científicas, no ensino e na informação médica, social e cultural.

A FOTOGRAFIA NO ARQUIVO, NA BIBLIOTECA E NO MUSEU

O documento imagético sempre influenciou a humanidade e torna-se cada vez mais presente na contemporaneidade, principalmente com a evolução das tecnologias da informação e comunicação. Desde a Antiguidade, a imagem assume papel importante nas diversas áreas do conhecimento e como fonte de informação responsável pelo registro de vários episódios que marcaram a transformação de determinados seguimentos da sociedade.

Desde a pré-história, o homem sempre se preocupou em registrar, através da imagem, fatos, acontecimentos, comemorações do cotidiano, por meio de desenhos nas paredes das cavernas, evoluindo para a pintura e, posteriormente, para a fotografia.

A invenção da fotografia está relacionada ao princípio da câmara escura, fenômeno descrito em 384-332 a.C por Aristóteles, que consistia em uma caixa fechada com apenas um pequeno orifício e assim permitia observar um objeto iluminado, o que possibilitava uma imagem invertida precisa do objeto observado. No século XIII, fenômeno semelhante ao observado por Aristóteles foi descrito pelo inglês Roger Bacon. Segundo Duarte (1996, p. 89),

A integração da iconografia no processo de composição e de impressão do texto é anterior ao advento da fotografia quando as técnicas utilizadas era a xilogravura, o talho-doce e a litografia. Porém, é na fotografia que encontramos a maior marca da mudança de hábitos e no conhecimento da linguagem visual. No século XIX, os processos fotográficos foram introduzidos pouco a pouco nas técnicas de impressão. Neste caso, citamos o exemplo da *photoglyptie* ou *woodburytype* (fotoclipítia), processo fotomecânico inventado por Woodbury, em 1864, com aspecto físico semelhante ao processo em carvão tendo a imagem formada por uma cobertura de gelatina pigmentada. A fotoclipítia foi correntemente utilizada durante o período de 1875 a 1900 na ilustração do livro, sobretudo de arte. A foto era colada no espaço previamente assinalado na página impressa, o seu advento foi anterior ao processo da fotogravura, também fotomecânico, inventado por Karel Klic em 1879, ainda utilizado nos dias atuais.

A fotografia surgiu no período industrial, momento em que a Europa passava por várias inovações. Durante esse período, surgem as primeiras fábricas, indústrias, máquinas a vapor, ou seja, mecanização e automação dos sistemas de produções. Esses inventos mudaram o contexto social, cultural e econômico da época, a sociedade artesã que até aquele momento era dominante passa a dar origem a outro seguimento, surge a sociedade industrial formada por bens nas formas tangíveis (máquinas, ferramentas), trabalhadores especializados, uma sociedade voltada para a produção de bens materiais. Nesse cenário de inovações e transformações por qual passava a sociedade da época, surge a fotografia, fruto de várias pesquisas realizadas por alquimistas e químicos que, durante muito tempo, tentaram reproduzir a imagem no papel.

Portanto, o advento da fotografia está ligado à necessidade que o homem teve em aprimorar e utilizar imagem, ou seja, torná-la mais precisa, imediata, real, o que não era oferecida pela imagem em pintura, quadros, desenhos, azulejos, etc. Destarte, a fotografia nasce para atender novas expectativas do homem moderno.

O palco do registro da invenção da fotografia foi a França, tendo, como responsável pelo invento, Joseph Nicéphore Niépce, físico e litógrafo. A fotografia foi colocada em domínio público, por Louis-Jacques-Mandé Daguerre, físico, autor e pintor, que criou o método daguerreótipo, dando origem a primeira fotografia industrial.

No Brasil, os primeiros registros fotográficos datam de 1833, o francês Antoine Hercules Romuald Florence, instalado em Vila de São Carlos, atualmente Campinas, experimenta a técnica chamada poligrafia, uma forma econômica de impressão, sensibilizada pela luz do sol e sais de prata, utilizada para a fixação da imagem. Por meio dessa técnica, Hercules Florence fotografou a flora, a fauna e a população indígena brasileira. Segundo Kossoy (2004, 2006, p. 69),

A comprovação científica de suas realizações, apresentadas internacionalmente, a partir de 1976, vem reforçar a idéia que a fotografia teve *múltiplas paternidades*. Assim como outras descobertas da ciência e da técnica, a fotografia nasceu das investigações levadas a efeito contemporaneamente por pesquisadores diferentes em lugares diferentes, todos, no entanto, movidos por um objetivo comum. Sua descoberta, pioneira nas Américas, tem encontrado eco e crescente difusão nas últimas décadas junto aos meios científicos e institucionais no Brasil e internacionalmente.

No século XX, ocorre a massificação da fotografia, sendo utilizada em grande escala pela sociedade. Impulsionada pela popularização da fotografia, as indústrias de equipamentos fotográficos investiram em novos modelos de câmaras, surgindo assim as primeiras máquinas fotográficas. À medida que ocorreram inovações tecnológicas, a câmara escura foi reduzindo de tamanho.

A fotografia remete à análise de elementos que foram originados em determinado espaço-tempo e conquistou lugar importante na Ciência da Informação, área interdisciplinar, a dialogar com outras disciplinas do

conhecimento humano, naturalmente não se detendo somente aos estudos da informação produzida pelo documento textual em suporte papel, mas também à informação produzida noutros suportes, a exemplo do suporte fotográfico. (SONTAG, 1981)

O documento fotográfico é comumente encontrado em arquivos, bibliotecas e museus. E, independentemente das particularidades de cada uma dessas instituições, elas possuem o fim similar que é organizar e disseminar a informação, seja qual for o suporte do documento.

Para Smit (2000, p. 6), a expressão Três Marias (arquivologia, biblioteconomia e museologia) “procura demarcar a proximidade das áreas, evidenciando que, mesmo em espaços diferentes e com suas particularidades, coletam, processam, e disseminam conteúdos informativos”.

Neste estudo, ponderamos sobre o recolhimento de itens de conjuntos documentais em arquivos, de coleções fotográficas em bibliotecas e enquanto peças de museus e, especificamente, como se estabelece a organização de documentação fotográfica nessas unidades de informação, tendo em vista a representação do conhecimento; lembrando que os arquivos são unidades informacionais receptoras, enquanto que as bibliotecas e os museus são colecionadoras.

Os registros dizem que, até a Idade Média, os acervos bibliográficos ou arquivísticos eram armazenados em bibliotecas. Após a invenção da imprensa e duplicação de documentos, estes foram separados e armazenados em unidades informacionais distintas.

O arquivo, como instituição, teve origem na antiga civilização grega – a palavra arquivo se originou da palavra *archives*, de origem grega, que designava o lugar onde os magistrados de Atenas guardavam os documentos de maior interesse para o Estado. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* define arquivo “[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma instituição pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

O documento fotográfico na arquivologia é, por alguns especialistas, caracterizado como documento iconográfico ou documento especial e o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), compreende documento iconográfico aqueles que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras. No arquivo, a fotografia é tratada a partir do conjunto documento a que pertence, respeitando valores de organicidade e unicidade.

A biblioteca é a unidade informacional responsável pela guarda de documentos bibliográficos que trata do conhecimento humano, de forma ordenada para estudo, pesquisa e consulta. Normalmente, essa unidade de informação é constituída de coleções temáticas e os documentos são adquiridos através de compra, doação e permuta e, diferentemente dos arquivos, a fotografia é considerada documento especial, ficando desvinculado do restante do acervo bibliográfico.

O museu é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural. O museu tem a mesma característica da biblioteca, a de colecionar e classificar os objetos e torná-los disponíveis para a pesquisa e estudo; o acervo do museu serve para atender aos interesses intelectuais, culturais e para o estudo. O documento fotográfico, nessa unidade de informação, fica disposto em exposição e guardado para pesquisa.

A partir dessa rápida reflexão, podemos concluir dizendo que os acervos fotográficos possuem características peculiares e devem receber tratamentos distintos considerando a instituição responsável pela sua salvaguarda.

No arquivo, a documentação fotográfica é considerada comprobatória e, desse modo, documentação permanente em conjuntos documentais, devendo ser organizada com base nos princípios arquivísticos, iniciados pela análise documentária, descrição e arranjo, do mesmo modo em que são organizadas as demais séries documentais do arquivo.

Na biblioteca, a fotografia é organizada como documento individual a partir da classificação e da indexação. Nesse caso, as técnicas empregadas dizem respeito a normas biblioteconômicas que são distintas, tanto dos procedimentos técnicos adotados pelos arquivos, quanto pelos museus.

No museu, a fotografia faz parte do acervo como documento auxiliar de estudos das coleções. No entanto, em alguns museus, a fotografia também pode ser peça de uma coleção a ser destinada ao público. Neste caso, é organizada com base em procedimentos da museologia, seguindo as técnicas de organização de quaisquer coleções de museus.

Após essa resumida reflexão, podemos dizer que, nas unidades de informação, a fotografia, ou a documentação fotográfica, ou o acervo fotográfico possuem a mesma destinação por parte das teorias e práticas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a organização da informação para a disseminação e compartilhamento ao público, respeitando a terminologia e métodos inerentes a cada área.

Nesses ambientes, a fotografia é documento e, assim reconhecida, prescinde a ordenação coerente com as teorias, métodos e práticas concernentes a cada área assinalada com o fito de não ocorrer a dispersão de dados informacionais, muitas vezes provocada pela ausência do profissional da informação na equipe responsável pelo tratamento do acervo. Este, invariavelmente, atuando no anonimato. Assim sendo, o papel do profissional da informação é de imensa responsabilidade no que diz respeito à compreensão do valor do documento fotográfico assim como das distinções de metodologias e técnicas, condizentes a cada unidade de informação.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A Ciência da Informação tem demonstrado interesse pelos documentos imagéticos, admitindo que, com o advento da *internet*, a produção desse tipo de documento tem se ampliado. Com a acessibilidade dos meios eletrônicos e digitais, houve um aumento exponencial do acesso

da informação por meio virtual. Com isso, vale ressaltar a grande importância da presença do profissional da informação, como mediador para além de ser responsável por tratar, descrever, classificar, arranjar e disseminar a informação para torná-la disponível, de forma mais socializada possível. Manine (2010, p.12) afirma que,

[...] observar o visual com olhos informacionais se torna tarefa premente entre os tratadores de informação, especialmente a informação que será recuperada por historiadores, antropólogos, cientistas e demais pesquisadores. A visualização intensa requer uma também intensa aprendizagem visual documentária [...].

Portanto, o “tratador de informação” é o responsável por descrever o conteúdo da fotografia e é esse mesmo profissional que deve ter habilidade técnica e cognitiva para tornar a consulta e a recuperação da informação de acesso franqueado. Essa é tarefa que depende do elevado nível intelectual, de compreensão e análise de conteúdo da imagem, para torná-lo disponível, considerando especificidades de leitura e transmissão de informação e do conhecimento extraído do documento imagético, em contraponto ao tratamento da informação de documento textual.

A fotografia possui papel relevante na construção da sociedade, das ideias, do saber, do fazer, do conhecer testemunhos, do resguardar e do resgatar, do divulgar e do tentar revelar, por meio de um simples clique, imagens de cunho histórico, científico, social, artístico, cultural, informacional. Esse dispositivo imagético, aprovadíssimo desde os idos 1800, retrata a memória coletiva e ilustra vida, obra, pensamento e acervos de indivíduos e de instituições, em suas mais variadas possibilidades temáticas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricas*, Brasil, 11, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065/1204>>. Acesso em: 28 Fev. 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Helloisa Liberalli; BOTANNI, Aparecida Sales Linares. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Cenadem: Associação dos Arquivistas Brasileiros Núcleo Regional de São Paulo, 1996. 163p.

DUARTE, Zeny. *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*. 1999. 387 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras, 1999.

DUARTE, Zeny. Conservação e restauração de documentos fotográficos. In: ENCONTRO DE EDITORAÇÃO DA BAHIA: O futuro do livro na Bahia. 1996. Salvador. *Encontro...* Salvador: EGBA, 1996.

DUARTE, Zeny. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico*. Salvador: Instituto de Ciência da Informação, 2005.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

KRAUSS, Rosalind. *O fotográfico*. São Paulo: Editora G. Gili, 2010.

KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, SICCT, 1980.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. A obra de Hercule Florence e os problemas de difusão. *Sarao Memória e Vida Cultural de Campinas*, v. 2, n.6, março 2004. In: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/biblioteca/arquivos/sarao_vol2/revista6/saraotexto_01.pdf> Acesso em: 1 de agosto de 2013.

- LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 122 p.
- MANINE, Miriam Paula. Leitura de informações imagéticas: ajustes ainda necessários ao “novo” paradigma. In: MANINE, Miriam Paula. *Imagem, memória e informação*. Brasília: Ícone, 2010.
- MUSTARDO, Peter. *Preservação de fotografias: métodos básicos de salvar suas coleções*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.
- PEIRCE, Charles. *Écrits sur le signe*. Paris: Seuil, 1978.
- RODRIGUES, Ricardo Crisafull. Análise e tematização da imagem fotográfica. *Cl. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.
- SANTAELLA, Lúcia. *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo: Experimento, 1993.
- SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Lisboa: Edições Apontamentos, 2006.
- SILVA, José Fernandes da. *O signo semiótico na concepção de Charles Sanders Peirce*. [20--]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11451925/O-SIGNO-SEMIOTICO-NA-PERSPECTIVA-DE-CHARLES-SANDERS-PEIRCE>. Acessado em 5 de fevereiro de 2013.
- SIQUEIRA, Jessica Camara. A classificação nos domínios das três Marias. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 16, n.1, p. 36-51, jan./jun. 2011.
- SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, nova série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Trad. Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS: inter-relacionamento com a arquivologia, seus princípios e conceitos

Sérgio Franklin, Rafael Botelho Dórea

INTRODUÇÃO

A transformação de arquivos, bibliotecas e centros de documentação tradicionais em sistemas digitais é uma realidade cada vez mais visível. Essa tendência representa muito mais do que uma simples mudança tecnológica. Trata-se de uma característica da sociedade em transformação, na qual a preservação dos acervos digitais torna-se um ato político e, por isso, há de se pensar que todos os esforços envolvidos convergem para um bem comum.

Amparado por experiências em contextos históricos e tecnológicos, Conway recomenda que a mudança seja feita por meio de tecnologias consagradas que assegurem a preservação. Segundo ele,

[...] a tecnologia de formação de imagens digitais é mais do que simplesmente outra opção de reformatação. Pelo contrário; a formação de imagens implica a transformação dos muitos con-

ceitos acerca do formato, ou seja, é mais do que produzir uma imagem precisa de um documento, de um livro, de uma fotografia ou mapa sobre um suporte diferente. (CONWAY, 2001, p. 12)

A partir da digressão do autor, pode-se afirmar, com propriedade, que o processo de eletrônica do documento deve considerar, também, os princípios arquivísticos, sem os quais não há garantia da autenticidade do documento digital, ou seja, a informação arquivística perde o seu valor probatório.

Antropólogos e historiadores sabem que os impulsos de registrar e de guardar fazem parte da natureza humana. Dizem que a informação digital é mais frágil que fragmentos de papiros antigos. Entretanto, a preservação tradicional, como forma responsável de resguardar as informações, é funcional porque tem uma prova em forma física. Neste sentido, o conceito de fisicalidade deve ser ampliado, pois o documento digital também tem sua fisicalidade, representada em forma de *bites*.

Na visão de Frohmann (2008), “[...] a informação é materializada não apenas por meios institucionais físicos; mas também por meios tecnológicos.” Na tentativa de mostrar a diferença entre os suportes dos documentos, ele vaticina que

[...] os documentos digitais são significativamente diferentes de todos os tipos que o antecederam, como o papel, o filme, o telégrafo etc., de muitas maneiras. [...] eles são casos paradigmáticos de um novo tipo de documentação. (FROHMANN, 2008, p. 6)

O autor sintetiza a questão afirmando que

Através de sua imersão tecnológica, sua levíssima fisicalidade eletrônica, quase sem peso, empresta-lhes grande velocidade, força, e energia. Nosso mundo digital se junta aos documentos digitais, que são produzidos por máquinas, alimentados em outras máquinas e que, automaticamente, produzem efeitos que

configuram nossas vidas. Documentos digitais, comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos na história. (FROHMANN, 2008, p. 6)

Visto que os documentos digitais são tão singulares e representam uma simbiose com o mundo em que vivemos, não há dúvida de que eles devem ter e manter as mesmas características dos tradicionais no que se refere ao valor probatório, para que sejam aceitos como documentos arquivísticos e preservados como tais.

De acordo com Conway (2001, p. 12), “[...] o universo digital transforma os conceitos da preservação tradicional, uma vez que, ao invés de garantir a integridade física do objeto, passa a privilegiar a integridade intelectual como sua característica principal.” Ele sintetiza a necessidade de se considerar o novo suporte do documento, afirmando que “[...] esta transformação, juntamente com as novas possibilidades de liderança que cria, forçará bibliotecários e arquivistas a transformar, conseqüentemente, seus serviços e programas.” (CONWAY, 2001, p. 12) Conforme Duranti (1995) citado por Conway (2001, p. 19),

[...] a preservação da integridade intelectual preocupa-se com a evidência de maneira diferente. A autenticidade ou veracidade da informação contida num item – mantida através de cuidadoso e completo tratamento local ou de reformatação – está no cerne da integridade intelectual.

A preservação da integridade intelectual, de acordo com Lynch (1994), também envolve procedimentos de autenticação, como as trilhas de auditorias, de forma a assegurar que os arquivos não sejam intencional ou acidentalmente alterados.

Por isso, faz-se necessária uma atualização dos conceitos fundamentais de preservação dos processos tradicionais, redefinindo-os e transportando-os para o universo digital. Isto implica, essencialmente, a manutenção dos princípios arquivísticos nesse novo ambiente.

Existe um dilema que pode ser considerado a preocupação central da preservação, expresso pelo aumento da capacidade do homem de registrar informações ao longo do tempo, enquanto que a longevidade dos meios utilizados para armazenar decresce de modo equivalente. Hoje, é possível armazenar imagens de centenas de livros em um único disco óptico ou num fotograma de microfilme. Essa capacidade exponencial de se registrar e armazenar dá origem ao dilema citado. (CONWAY, 2001, p.12)

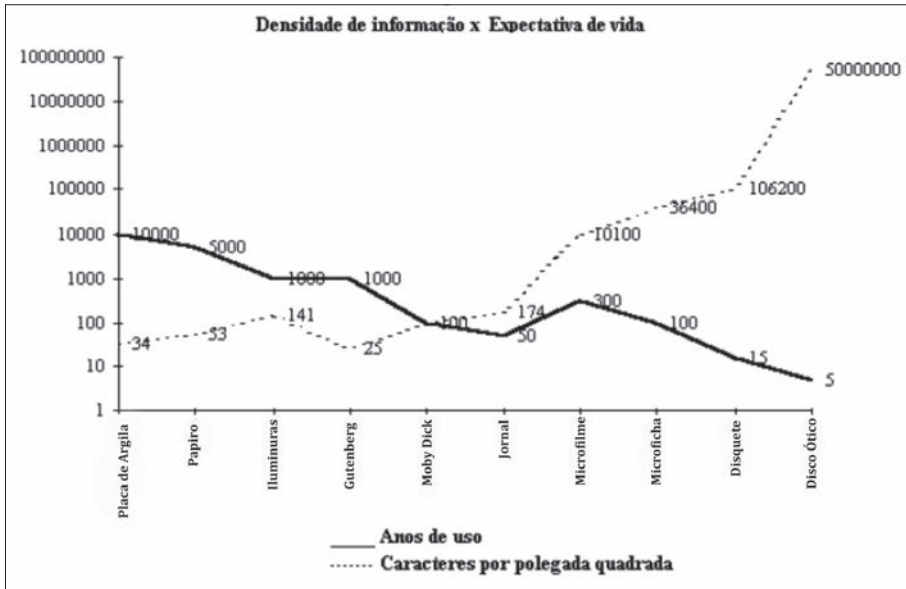
Para maior entendimento dessa preocupação, apresenta-se na página a seguir, um gráfico evidenciando a capacidade e densidade de armazenamento dos diversos suportes, expresso em caracter (c) versus polegada quadrada (p^2): o papiro, por exemplo, tem uma capacidade de $53 c/p^2$; o microfilme $36.400 c/p^2$; o disco óptico 50 milhões c/p^2 . Há discos ópticos regraváveis que podem reter 650 milhões de caracteres em cada um de seus lados, o que representa 51 milhões de c/p^2 de superfície gravada. A partir desses dados, percebe-se que há uma vantagem nítida sobre a capacidade de armazenamento apresentada pelos suportes eletrônicos. Entretanto, cabe o alerta para o problema da rápida obsolescência das tecnologias que geram as informações, mas que não são capazes de garantir sua legibilidade. Para Jardim (1992, p. 5), “[...] a ausência de padrões na indústria informática, assim como a obsolescência tecnológica geram problemas para a preservação de documentos eletrônicos, em longo prazo [...]”.

Silva (2004) destaca esse cuidado com a preservação da informação quando afirma que,

A preservação da informação em arquivos e bibliotecas, públicos ou privados, pessoais ou institucionais, hoje, não pode mais considerar apenas o documento/suporte, mas a função social da informação. Não deverá considerar apenas a causa do risco de perda, mas as conseqüências da perda. Não deverá ser mais uma atividade de cunho individual, mas de cooperação interdisciplinar. O ‘como preservar’ deve dar lugar ao ‘por que preservar’.

Para isso, o profissional responsável pela preservação da informação deve prever a possibilidade e o risco da deterioração da informação. (SILVA, 2004, p. 42)

GRÁFICO – O dilema dos suportes modernos



Fonte: CONWAY, 2001.

Em contrapartida, merecem destaque as vantagens apresentadas pela preservação digital, quando se pensa na facilidade de difusão da informação, que é a função de toda unidade documentária. Neste sentido, no mundo do papel e do filme, a preservação e o acesso são atividades relacionadas, porém distintas. É possível atender às necessidades de preservação de uma coleção de manuscritos, sem resolver os problemas de acesso. Recentes estratégias de gerenciamento de preservação, contudo, pressupõem que ações de preservação devem visar à disponibilização do item para uso, ou seja, se não for criado um instrumento de pesquisa para os itens preservados, terá sido um desperdício o investimento aplicado. (CONWAY, 2001)

Ainda segundo Conway (2001, p.12),

No universo digital, a preservação descarta toda e qualquer noção dúbia que conceba preservação e acesso como atividades distintas, isto é, para que haja preservação, será necessário garantir o acesso contínuo à informação.

Num mundo de tecnologias sucedâneas, os sistemas digitais são caracterizados por múltiplos subsistemas centrais, como os scanners e dispositivos de transmissão de dados. A armazenagem de dados é apenas um dos subsistemas periféricos, como *hardware* e *software* de compressão, visualizadores e dispositivos de saída. Essa ideia de complementaridade sistêmica fortalece a necessidade de também se considerar os princípios arquivísticos como mais um elemento ou o elemento principal da cadeia de valor da preservação digital.

O gerenciamento da preservação no universo digital postula que, à medida que os arquivos vêm experimentando as possibilidades das tecnologias de formação de imagem digital, o conceito de preservação tem assumido, no mínimo, três diferentes significados: possibilitar o uso; proteção do item original; manter os objetos digitais. (CONWAY, 2001, p. 22)

Manter os objetos digitais significa a proteção contra sua deterioração ou mesmo contra sua destruição, com total possibilidade de reversão, através de expectativa de vida dos sistemas, tanto dos periféricos como dos centrais. Este significado também evoca, mais uma vez, a necessidade de apropriação dos princípios arquivísticos para compor esses objetos, tornando-os, dessa maneira, informações arquivísticas.

Faz-se necessário, portanto ações de atualização das mídias, *softwares* e formatos para garantir o acesso contínuo às informações. O acesso no ambiente digital requer, além de se prever as ações retrocitadas, descrição de índices e dados estruturais – metadados. Assim, a preservação no universo digital desafia os órgãos de documentação, não pelo desconhecimento da tecnologia digital, critérios de seleção e opções adequadas de preservação. O verdadeiro desafio está na criação de ambien-

tes organizacionais apropriados para a ação, ou seja, entender os novos conceitos que orientam a preservação; conceitos estes relacionados aos princípios e não somente à tecnologia.

No que se refere à deterioração dos suportes eletrônicos, “[...] a instabilidade do suporte e as mudanças tecnológicas são as duas principais ameaças à contínua acessibilidade da informação digital.” (LOPES, 2004, p. 40)

Para este estudo, a preservação no mundo digital não tem uma relação direta com a longevidade das diversas mídias. A possibilidade dos arquivos de imagem digital depende muito mais da expectativa de vida dos sistemas de acesso. (CONWAY, 2001, p. 24)

Complementando a assertiva acima, citada de Conway, devido à relevância das informações arquivísticas digitais produzidas para a sociedade, emerge uma reflexão sobre a questão de necessidade de se preservar o patrimônio arquivístico digital e garantir que este esteja acessível, continuamente, com garantia de sua unicidade, confidencialidade, autenticidade e integridade. Nesse contexto, o enfoque deste trabalho recai sobre o que Dollar (1994, p. 65) postula, isto é

[...] o papel crucial que os arquivistas e a arquivologia desempenham para assegurar que os documentos eletrônicos que hoje estão sendo criados e usados possam no futuro estar disponíveis aos estudiosos das ciências sociais e humanas de uma forma confiável e em condições de utilização.

Pode-se considerar o pensamento de Dollar como um axioma da arquivologia moderna, uma vez que a tecnologia da informação, por si só, não oferece os meios que garantam a aceitação do documento eletrônico como prova, sem transportar para seu ambiente os princípios e conceitos arquivísticos.

Refletindo sobre como a tecnologia de informação pode afetar a criação, o uso e a preservação de registros, Dollar (1994) é enfático quando alerta para o “[...] poder que têm as tecnologias da informação

digitalizada para reinventar a história por meio de alteração de registros sem deixar qualquer prova visível de que houve falsificação.” Neste sentido, ele vai adiante dizendo que essa perspectiva pode ser evitada se os preceitos da arquivologia, sobretudo no que diz respeito à criação e procedência, forem observados.

Espera-se que os arquivistas se tornem mais conscientes de que os princípios arquivísticos que, tradicionalmente, têm fornecido os fundamentos teóricos e metodológicos para a fidedignidade e autenticidade dos registros – são mais cruciais ainda quando se trata dos registros digitalizados. (DOLLAR, 1994)

Na tentativa de mostrar as possibilidades de adulteração que a tecnologia da informação pode propiciar, apresentamos a expressão “a reinvenção da realidade”, que foi publicada no *The Imaging Industry Magazine*, sob o título *Reinventing reality Just got easier*. Segundo Dollar, esse artigo descreve como um novo *software* de processamento fotográfico possibilita a fusão de elementos de duas fotografias diferentes. Exemplo:

Com esse software é possível criar objetos (ou seja, fotografias) que nunca existiram. Nas palavras do artigo, você só tem o limite de sua imaginação. Dois exemplos chocantes, embora dramáticos, do poder desse software de manipulação fotográfica podem ser vistos nas capas da revista de humor *Spy Magazine*: uma o rosto de Hillary Clinton no corpo de uma mulher sumariamente vestida; na outra o rosto do presidente Clinton é colocado no lugar do rosto de Pinóquio. O mesmo software pode ser aplicado a outros tipos de imagens digitalizadas com resultados igualmente dramáticos. Ninguém há de levar a sério essas duas reinvenções da realidade, mas o fato de a tecnologia possibilita-las significa que algumas pessoas reinventarão a realidade de uma maneira muito menos visível, criando imagens digitalizadas que nunca existiram e cuja autenticidade não poderá ser validada com base nas próprias imagens. (DOLLAR, 1994, p. 67)

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E OS ARQUIVOS

A partir do novo cenário apresentado, fica claro que as tecnologias da informação têm alterado, de uma forma profunda, a maneira como os arquivos e os arquivistas estão tratando os documentos ou deveriam tratá-los. O avanço tecnológico impulsiona a produção de informação, causando, em geral, forte impacto sobre as atividades e práticas exercidas por arquivistas, bibliotecários e profissionais da informação.

A solução encontrada por estes profissionais foi a de atuar como especialistas da informação, produzindo, difundindo e preservando a documentação através de recursos assistidos pelo computador. (JARDIM,1992)

Desse modo, faz-se necessário que todos aqueles que lidam com os arquivos participem de todas as etapas dos processos relacionados com a produção de documentos eletrônicos, principalmente, cooperando no desenvolvimento de sistemas para automação de arquivos, com o objetivo de influenciar a sua arquitetura a partir dos conceitos e princípios arquivísticos.

PRESERVAÇÃO DIGITAL

As primeiras iniciativas de conversão de acervos para o formato digital estavam baseadas em três premissas: a primeira voltada à segurança do acervo, visto que se poderiam manter os arquivos convertidos em locais diferentes dos arquivos físicos; a segunda tinha o intuito de saneamento de espaços, visto que o acervo físico era removido para locais menos nobres; e a terceira premissa visava à difusão da informação e à preservação, no sentido de se manter o original livre de manipulação.

Hoje, essa visão está sendo alterada, veja-se, por exemplo, os motivos já explicitados neste trabalho, e.g., a produção, cada vez mais intensa, de documentos em ambientes digitais é uma realidade irreversível da sociedade contemporânea. Nesse sentido, o objetivo precípua da preser-

vação digital é a garantia da autenticidade e da integridade das informações contidas nos documentos digitais, permitindo, desta forma, o acesso contínuo aos documentos e, conseqüentemente, à informação contida neles. Portanto, é necessário que se mantenham os princípios arquivísticos nesse ambiente, para que os documentos sejam fidedignos e autênticos, do contrário não servirão de prova e proteção ao cidadão. Quando se fala em preservação digital, se está falando de documento digital. Portanto, para maior entendimento, é preciso que se conceitue documento, em todas as suas nuances. Para tanto, tomar-se-á emprestado do e-Arq Brasil¹ e da FID² os conceitos de documento, documento arquivístico tradicional e documento arquivístico, respectivamente. Segundo a FID, “documento é um registro de uma informação, independentemente da natureza do suporte que a contém”. (RAYWARD, 20--) Para o e-Arq, o documento arquivístico tradicional

[...] é informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades [...]. (CONARQ, 2004, p. 3)

Ainda de acordo com o e-Arq Brasil, o documento arquivístico digital “[...] é um documento codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional.” (CONARQ, 2004) Tais documentos podem ser textos, imagens em movimento ou fixas, gravações sonoras, mensagens de correio eletrônico, páginas *web*, base de dados etc., constituídos de diversos componentes digitais, devendo manter sua organicidade em relação ao órgão produtor.

A informação pode estar registrada em diversos suportes, como papel, ou ainda em meios digitais (discos, fitas, CDs, DVDs, disquetes, nu-

¹ Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, do CONARQ.

² Definição da FID (Federação Internacional de Documentação) adotada pela ABNT (NBR-9578).

vens etc.). Diante da fragilidade dos suportes digitais, Andrade (2006, p. 154) destaca que,

A permanência inerente aos suportes físicos ofereceu à informação registrada uma propriedade de ‘autopreservação’ que os documentos digitais não oferecem por estarem em ambientes relativamente hostis. Sendo, portanto, mais frágeis, os documentos em suporte digital demandam maior atenção e zelo.

O crescimento exponencial da tecnologia trouxe outras possibilidades para as instituições no que se refere à produção, processamento, armazenamento e difusão da informação. Em sentido paralelo, também aumentou o risco de perda destas informações, pelo fato de os meios de armazenamento e transmissão serem instáveis. Por isso, é necessário que as tecnologias de acesso a estas informações sejam rapidamente atualizadas, constantemente, por sucessivas gerações.

Thomas e Soares (2004) adita que “[...] uma vez interrompido o acompanhamento à tecnologia, o acesso à informação também é perdido.” Esse alerta de Thomas fez com que os cuidados com a preservação digital se tornassem imprescindíveis para as instituições, tanto do setor público quanto privado. Nesse sentido, a *Carta de preservação* da UNESCO alerta que:

A preservação dos documentos arquivísticos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário. (CONARQ; UNESCO, 2004)

Para Duranti (1994 apud BOTELHO, 2010), é necessário também, que o arquivista repense e re-examine o papel social das instituições e de

sua profissão devido às mudanças de atitude em relação ao direito dos cidadãos à informação. Conforme a autora, a possibilidade de manipulação e volatilidade dos documentos eletrônicos, a dependência dos sistemas em relação ao *hardware* e aos *softwares*, o fracasso dos profissionais de TI em entender a natureza e finalidade dos registros documentais e a necessidade de proteger a autenticidade dos documentos eletrônicos são os principais fatores para que o profissional arquivista esteja atualizado com o ambiente tecnológico.

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A comunidade científica propõe amplas estratégias para a implementação de preservação digital. Contudo, estas ainda não possuem provas conclusivas em relação à sua eficácia no que se refere à preservação de longo prazo. (FERREIRA, 2006)

Arellano (2004, p. 15) alerta que

[...] a aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais é uma prioridade, pois sem elas, não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos, a longo prazo.

Pode-se inferir, de acordo com o autor, que a ênfase tem sido dada à geração e aquisição de materiais digitais considerados periféricos na cadeia de preservação, ao invés de se preocupar em manter os acervos eletrônicos, acessíveis continuamente, isto é, em longo prazo.

De acordo com Ferreira (2006, p. 31), as estratégias de preservação estão divididas em três classes principais, a saber: a emulação, a migração (migração para suportes analógicos, atualização de versões, conversão de formatos, normalização, migração a pedido e migração distribuída) e o encapsulamento. Complementando, tem-se também a preservação da tecnologia e a atualização de mídia (*refreshment*).

SOFTWARES PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL

Softwares voltados para a preservação digital são muito importantes para garantir uma padronização de requisitos necessários ao intercâmbio da informação arquivística e a sua permanência como acervo digital mundial, devido a sua principal característica – *softwares* livres de código aberto.

Três softwares merecem destaques: o primeiro é o Xml Electronic Normalising for Archives (Xena) – uma iniciativa do National Archives of Australia. Esse *software* tem a função de detectar o formato do arquivo dos documentos digitais e convertê-los em formatos abertos para a preservação; o segundo é o Digital Preservation Recorder (DPR), também uma iniciativa do National Archives of Australia. O DPR tem como funções relevantes: passo a passo do fluxo de trabalho orientado a partir de dados de conservação e depósito em um arquivo digital; conversão de formato do arquivo através do software Xena; possibilidade de gerenciamento de usuários e de autenticações com criação de trilha de auditoria detalhada de metadados de preservação e verificando a integridade dos dados continuamente.

O terceiro *software* utilizado para preservação digital é o Audit Control Environment (ACE), desenvolvido pela University of Maryland, que tem uma importante função que é as *software* tem como finalidade garantir a autenticidade dos arquivos digitais em longo prazo.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Este capítulo responde, diretamente, à preocupação com a incorporação dos princípios da arquivologia como confiabilidade e autenticidade nas questões de preservação digital de documentos arquivísticos. Neste sentido, os envolvidos com os processos de preservação digital – profissionais arquivistas, instituições de arquivo, profissionais de informática

devem considerá-los, como uma condição *sine qua non* nas atividades de gerenciamento de acervos digitais.

Esses conceitos, de acordo com Dollar (1994), propiciam os fundamentos teóricos e metodológicos que garantirão a fidedignidade e a autenticidade dos registros digitais.

Para tanto, as instituições devem obedecer aos requisitos de segurança da informação existentes em normas técnicas, como a ISO/IEC 17799, a qual determina que a segurança da informação seja obtida

[...] através da implementação de um conjunto adequado de controles, que podem ser políticas, práticas, procedimentos, estruturas organizacionais e funções de software. Esses controles precisam ser estabelecidos para assegurar que os objetivos de segurança específicos da organização sejam alcançados. (ABNT, 2000, p. 6)

Como ferramentas que auxiliam na garantia de manutenção dos princípios arquivísticos nos documentos digitais, podem-se citar: as chaves-públicas, certificados digitais, criptografia, tempestividade, trilha de auditoria.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Foi oportuno revisitar conceituados estudiosos especialistas em questões da ciência arquivística como Dollar e Durante, assim como Conway com suas valiosas observações sobre os novos conceitos de preservação e o CONARQ como intérprete das preocupações da Unesco sobre preservação do patrimônio digital da humanidade.

As tecnologias de informação e comunicação têm sido utilizadas para a preservação de documentos digitais, com o intuito de armazenar, difundir e dar acesso às informações arquivísticas. Entretanto, a preser-

vação digital, em longo prazo, requer que se considerem e se adotem os princípios, conceitos e métodos da ciência arquivística como única forma de garantia do valor probatório do documento digital, para que este seja aceito como documento arquivístico.

Biblioteca digital como uma alternativa de preservação e os aparatos tecnológicos como digitalização, sistema GED, ferramentas de segurança como chaves-públicas e certificados digitais se apresentam como possibilidades de manutenção do valor probatório do documento em formato digital.

No ambiente de gerenciamento de arquivos, os sistemas de gestão eletrônica de documentos devem contemplar os princípios arquivísticos, como organicidade, classificação etc., para que sejam homologados e aceitos como sistemas de gestão arquivística de documentos eletrônicos. A informação em formato digital ainda se apresenta como um desafio para a preservação devido à rápida obsolescência tecnológica e à vulnerabilidade das mídias. Por isso, as informações armazenadas em espaços digitais não oferecem garantia plena de preservação. Preservar o patrimônio digital é garantir o acesso contínuo à informação, providenciando a atualização das mídias e dos *softwares*, dos formatos e protocolos que permitem ler o documento.

A eletrônica dos acervos pode representar um perigo para a preservação digital, pela ansiedade que os profissionais demonstram em direção à conversão das mídias analógicas, principalmente o papel, para mídias digitais. Questiona-se qual é a postura da sociedade com relação à preservação da memória. Para mitigar essa preocupação, a Unesco redigiu a carta de preservação da memória mundial, da qual o Brasil é signatário através do Conselho Nacional de Arquivos. As recomendações ali expressas abrangem desde questões de planejamento, tipos de *hardware*, *software*, formatos de arquivos, capacitação de pessoal, às políticas de conscientização. O principal pressuposto da carta é que a preservação deve ser ampla e envolva a garantia de acesso contínuo aos documentos, ou seja, não basta apenas cuidar das mídias, dos suportes, mas sim, per-

mitir que as informações estejam legíveis a qualquer tempo. Mais do que isso, que os documentos continuem servindo de prova e de direito, defendendo os cidadãos e as organizações. Nesse sentido, rejeitar os pressupostos apresentados pela tecnologia da informação poderia levar ao vazio e colocar as instituições arquivistas na contramão do progresso, assim como, não reconhecer a arquivologia com seus princípios, conceitos e métodos, como um papel de crucial importância. É importante, todavia, se pensar flexivelmente, porque, certamente, algumas observações feitas a partir da nova realidade colocam em crise alguns dos pressupostos básicos concernentes aos arquivos.

Visto que o progresso das ações da sociedade tem um viés político, convém que governos adotem medidas para fortalecer as políticas de preservação voltadas para o patrimônio digital.

REFERÊNCIAS

ABNT. *NBR ISO/IEC 17799(E)*: tecnologia da informação: código de prática para a gestão da segurança da informação. Rio de Janeiro, 2000. 91p.

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, memória e formação do profissional arquivista. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun. 2006.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Preservação de documentos digitais. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/305/271>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

BOTELHO, Rafael D. *Preservação digital e segurança da informação: o uso da norma ISO/IEC 17799: código de prática para gestão da segurança de informação nas instituições de Salvador durante a realização de preservação digital de documentos arquivísticos*. 2010, 55f. (Monografia de conclusão de curso) – Universidade Federal da Bahia, 2010.

CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-Arq*

Brasil. Brasília, 2006. v. 1. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/downloads_e_ARQ.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Gestão arquivística de documentos eletrônicos*. Colaboradores: Claudia Lacombe Rocha e outros. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/gt_gestao_arquivistica_pagina_web_corrigido3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CONARQ; UNESCO. *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital/preservation in the digital world*. Tradução de Ingrid Beck. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. Arquivo Nacional, 2001. Caderno 52.

DOLLAR, Charles. Tecnologias da Informação Digitalizada e Pesquisa Acadêmica nas Ciências Sociais e Humanas: o papel crucial da arquivologia. *Estudos históricos*, v. 7, n. 13, p. 65-79, 1994. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/136.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2009.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2009.

FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88p. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 17-34.

LYNCH, Clifford. The integrity of digital information: mechanism and definitional issues. *Journal of the American Society for Information Science*, n. 45, p.737-744, dec. 1994.

- JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.
- LOPES, Luis Felipe Dias; MONTE, Antônio Carlos. *A qualidade dos suportes no armazenamento de informações*. Florianópolis: VisualBooks, 2004. 104p.
- RAYWARD, W. Boyd. *The International Federation for Information and Documentation (FID)*. [20--]. Disponível em: <<http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/otlet/FIDHIST2.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
Publicação original na: *Encyclopedia of Library History*, 1994, p. 290-294.
- RODRIGUES, Georgete M.; SIMÃO, João B.; ANDRADE, Patrícia S. Sociedade da informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos livros verdes. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19028.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. Ciência e tecnologia na preservação da informação: um desafio político. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-70, jul/dez 2004.
- THOMAS, Katia P.; SOARES, Antônio José. *A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS)*. *DataGramaZero*, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em: 20 out. 2009.

BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: agentes de universalização do conhecimento

Aida Varela Varela, Marilene Lobo Abreu Barbosa

INTRODUÇÃO

Arquivos, bibliotecas e museus são, no imaginário da sociedade, aparatos com a missão de preservar, para todo o sempre, a cultura acumulada pela humanidade, sendo, pois, templos de contemplação. E, verdadeiramente, o são, mas não só. Como canais de comunicação do conhecimento, passado e presente, estas organizações têm a obrigação de transcender esta imagem estática, deixando transparecer, para seus usuários e visitantes, o significado de seu conteúdo na construção da sociedade contemporânea.

Em outras palavras, arquivos, bibliotecas e museus não são recursos meramente informativos, mas sim, educativos e formativos, tendo, em essência, o sentido de ensinar e transmitir o conhecimento que lhe foi legado pela humanidade, a título de custódia. É nesta perspectiva, de sensibilizar, fazer perceber, ajudar a apreender – e aprender com os recursos informacionais e objetos museológicos expostos e disponíveis em seus espaços – que estas instituições têm de gerir e gerar informações que as aproximem de seu público. Este é o desafio: arregimentar metodologias

e estratégias que promovam a mediação entre o significado dos acervos documentais e museológicos e alcancem seus usuários e visitantes, levando-os a um momento de reflexão mais profunda.

Em certo sentido, os recursos de busca e recuperação, descritivos dos acervos dos museus, bibliotecas e arquivos, tais como catálogos, guias, inventários, enfim seus instrumentos de pesquisa, precisam dialogar com os usuários, fazendo-os tomar consciência do valor dos objetos reais que representam e simbolizam. Neste processo de interação, entre os objetos reais, os objetos simbólicos e o público, estão também os profissionais bibliotecários, arquivistas e museólogos, que, conhecedores dos acervos e de seus instrumentos de representação, são facilitadores desta relação dialógica.

Inegavelmente neste percurso que compõe o ato comunicativo transita a cognição, quer do ponto de vista do profissional – que busca perceber o pensamento do usuário –, quer deste, que elabora estratégias cognitivas que lhe permitam interpretar o significado dos objetos representados. É o momento da tomada de consciência.

Teorias e estudos relacionados com cognição e educação podem explicar este fenômeno interativo. Por exemplo, Freire (1985) afirma que a consciência se constitui no primeiro momento de apreensão da realidade e é dialogando que esta percepção inicial – a tomada de consciência – aprofunda-se e transforma-se em conscientização.

Nesta mesma vertente, Piaget (1964) pondera que há no comportamento humano a tendência a uma procura experimental por novas assimilações, graças à coordenação dos esquemas mentais que possibilitam um comportamento de exploração do mundo real e, ao se deparar com o desconhecido, é gerado, no sujeito, o desequilíbrio cognitivo.

Sobre isto, Vygotsky (1991) pontua que o desenvolvimento mental é um processo dinâmico de transformações de sentidos partilhados inter e intrapsicologicamente, enquanto os espaços de trocas coletivas de sentidos e afetos, por meio de diálogo, são fontes de novas construções psicológicas, pois criam os processos de internalização, advindos da re-

flexão, mediante intercâmbio de experiências que são comunicadas e se convertem em um ponto de encontro entre os indivíduos. A construção de significados partilhada evidencia a importância do processo do conhecimento a partir da compreensão do outro e dos sentidos que são elaborados.

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 187), o conceito de informação não deve ser considerado isoladamente, mas sim dentro de um contexto, pois, na prática, “informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão” para um determinado sujeito. Dessa premissa, depreende-se que a informação só será útil se ela apresentar potencialidade de efetuar mudança, ou seja, se for relevante para o indivíduo que a obtém.

Na área das ciências cognitivas, o termo informação é visto sob outra dimensão, qual seja a de um processo que ocorre na mente humana e que tem efeitos sobre o mapa cognitivo ou mental do sujeito. O processamento de informação pelo indivíduo baseia-se em experiências sensoriais, representações de vivências, pensamentos e lembranças, resultando em conhecimento de diferentes naturezas.

A proposta deste estudo é refletir sobre a aplicação dos estudos de cognição nos processos interativos de disseminação da informação em bibliotecas, arquivos e museus, na perspectiva de alcançar o público, estimulando, atendendo e ampliando suas expectativas de acesso ao saber e à cultura, mediante a difusão, a mediação e redução de barreiras de acesso ao manancial de conhecimento acumulado pela humanidade.

INTERATIVIDADE NAS UNIDADES DOCUMENTÁRIAS E MUSEOLÓGICAS

Arquivos, bibliotecas e museus, a partir do Iluminismo e com base em seus ideais, assumiram a responsabilidade de órgãos difusores e mediadores do conhecimento, objetivando, com isso, a democratização do saber e a inserção social, mediante a igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. A partir de então,

instituíram-se, em essência, com a missão de representar, organizar e disseminar a informação cultural, científica, tecnológica e do cotidiano, no sentido de se aproximar dos usuários, criando um lastro que contribui para o surgimento e o fomento de uma sociedade cada vez mais intelectualizada, crítica, criativa, emancipada e autóctone e, portanto, preparada para viver autonomamente o seu tempo social, político, econômico e cultural, partícipe do desenvolvimento de sua geração.

Na década de 1990, os especialistas Cronin (1991), Tudor-Silovic (1992), Cronin e Davenport (1993) e Clerc (1997), além de outros, postularam a teoria da Inteligência Social ou Econômica, propugnando que o crescimento econômico dos países e seu desenvolvimento autossustentado têm relação direta com a base cultural e científica da sociedade, obtida por um sólido e amplo sistema de educação e pela existência de estruturas abrangentes de informação que propiciem a difusão do conhecimento. (BARBOSA, 2004)

Também em 2000, estudo realizado pelo Department for International Development-DFID (MARKER; MCNAMARA; WALLACE, 2000), do Reino Unido, aponta a informação como um recurso estratégico e lhe atribuiu a função de melhorar a qualidade de vida das pessoas e de induzir o crescimento econômico dos países, declarando ainda que, quando não se tem acesso à informação, não há como se apropriar do conhecimento e conseqüentemente não se tem poder de decisão para influir nas políticas públicas que interferem em sua própria vida. (BARBOSA, 2004)

Estas instituições que, em seus primórdios, coabitaram o mesmo ambiente têm a mesma proposta social e convergem em diversos pontos no que se refere ao desenvolvimento de suas funções. Contudo esses órgãos passaram a atuar em espaços diferenciados na observância de que, a partir de suas origens, os documentos têm tratamentos diferenciados, sendo este um fator relevante para promover melhor acesso e uso de seus conteúdos, além do fato de responder ao crescimento de seus acervos e ao aumento de sua população-usuária em um determinado tempo de sua evolução.

Deste modo, bibliotecas, arquivos e museus contemporâneos caracterizam-se por abrigar coleções específicas de registros, com suporte e visões diferenciadas de conteúdo e, principalmente, motivações singulares para atender à satisfação do usuário. Por isto, estas instituições representam às vezes o passado, às vezes o presente, às vezes os grandes feitos históricos e descobertas científicas e inovações tecnológicas da humanidade, a beleza e a criatividade da arte, a cultura erudita e a cultura popular, bem como o cotidiano de uma comunidade. Toda a saga da humanidade, portanto, está representada nesses espaços que são templos do saber, mas que têm a missão precípua de educar a sociedade, alicerçando suas bases culturais e científicas.

O conceito e as atribuições da biblioteca pública foram definidos pela Unesco em três ocasiões, a fim de acompanhar a evolução do seu papel social: o 1º Manifesto da Biblioteca Pública de 1949, concebe-a como um centro de educação popular. O segundo, de 1972, confirma seu papel educativo e de disseminadora de informação e de propagação da cultura e do lazer. O terceiro, de 1994, reitera a missão anterior, acrescentando o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação, inclusive habilitando a comunidade ao manuseio do computador. Segundo o último manifesto,

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento; os serviços fornecidos por ela baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 21)

Ainda segundo o manifesto, para permitir o acesso irrestrito da população à informação, a biblioteca pública deve apoiar as ações de alfabetização e, se for preciso, promovê-las.

No Brasil, a biblioteca pública tem-se destacado pela prática da educação continuada, valendo-se, principalmente, de programas de promo-

ção da leitura, buscando erradicar o analfabetismo e promover a inserção do indivíduo na sociedade.

As facilidades trazidas pelos recursos da tecnologia da informação vêm incrementar o trabalho educativo da biblioteca pública e proporcionar o cumprimento integral de sua missão de educar e disseminar intensivamente o conhecimento.

Para Solemine (2012), as bibliotecas contemporâneas constituem-se em uma infraestrutura do conhecimento, na medida em que arrolam, organizam e põem à disposição da comunidade documentos analógicos e digitais, acessíveis através da articulação entre as várias “tecas” virtuais presentes na rede, proporcionando acesso a uma pluralidade de saberes e de informações; oferecendo aos cidadãos ocasiões de crescimento pessoal e cultural e favorecendo a aquisição de competências úteis para a vida social e laboral; apoiando e agilizando as atividades de investigadores e estudiosos; e tutelando a memória cultural de uma comunidade.

Deste modo, pode-se afirmar que a biblioteca mantém sua natureza social através dos séculos, já que a ela é confiada a tarefa de estar a serviço de uma coletividade, com necessidades informativas, educativas e documentais diferenciadas, exercendo um papel de incentivo e facilitador no acesso e uso do conhecimento. A verdadeira vocação da biblioteca pública é orientar, guiar, acompanhar e estimular sua comunidade na busca de um conhecimento plural, sem barreiras ideológicas ou de qualquer natureza.

Conforme consta do glossário da primeira versão lusófona do *Código de ética para museus*, editado pelos comitês brasileiro e português do International Council of Museums – ICOM (2009):

Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes.

Atribuem-se, assim, aos museus, diferentes funções na sociedade, na expectativa de que fomentem a formação cultural e educacional da população, levando-os a transcender seus valores de natureza patrimonial. Deste modo, ao mesmo tempo em que têm a missão de conservar o patrimônio cultural da humanidade, também devem promover a mediação entre o público e o acervo, criando condições que estimulem a construção de conhecimento.

Para tanto, é indispensável criar e manter um sistema de documentação eficiente, que supra às demandas da instituição, do ponto de vista administrativo, curatorial e documental (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000) e represente fidedignamente o conteúdo dos objetos que simboliza, aplicando estratégias cognitivas que estabeleçam o processo comunicativo entre o item museológico e o usuário, atendendo às variadas necessidades de informação e múltiplas expectativas dos diversos tipos de público e, em síntese, promovendo a transmissão de informação na perspectiva da geração de conhecimento.

Neste sentido, no âmbito da ciência da informação, o museu é uma unidade de informação que trabalha com a organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções, que têm características singulares de acordo com a proposta e a temática retratada por ele, tais como, museus de caráter histórico, pedagógico, especializados etc. Nestes casos, não só é dado destaque a conteúdos específicos, mas, também, tratamento diferenciado ao ordenamento e acesso aos objetos e à informação deles emanadas, tendo em vista que as leituras de contexto são diferentes, em razão de históricos de vida e de valores.

Os primeiros arquivos foram instituídos há milênios, com a finalidade de garantir os privilégios das autoridades constituídas em momentos diferentes da história. É a partir da Revolução Francesa, com os princípios iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, que os arquivos públicos alcançam sua real missão de difusores de conhecimento para a população, ganhando caráter e poder institucional, no final do século

XVIII, quando a Assembléia Nacional Constituinte, em 1789, determina a criação do Arquivo Nacional Francês, com a finalidade de preservar os documentos que testemunhavam a criação do novo Estado.

São esses princípios e fatos marcantes da história da humanidade que criam o estado de direito e influenciam e expandem a mentalidade democrática no mundo, que determinam o surgimento dos arquivos públicos e fortalecem seu papel na sociedade.

No Brasil, o Arquivo Nacional foi criado em 1838, no Regime Imperial, porém os arquivos provinciais só começam a ser criados após a Proclamação da República. A Lei 8.159, de 1991, conceitua arquivo como

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

O arquivo, cujo acesso é livre ao público, é aquele que custodia a documentação permanente, testemunhal, patrimonial e histórica, e que deve ser preservada indefinidamente, pois seu valor informativo é imprescritível e inalienável. A Lei 8159/91 e a Constituição do Brasil, de 1988, atribuem aos Poderes Públicos a responsabilidade de guarda, organização e difusão da documentação permanente que resulta das funções do Estado e da sua ação com a sociedade. O artigo 216 da Constituição brasileira legisla: “cabem à administração pública, a gestão da documentação governamental e a consulta a quantos dela necessitem”. (BRASIL, 1988)

Os arquivos permanentes públicos são, pois, uma fonte de conhecimento sobre o Estado e sua comunidade, retratando seus atos e fatos políticos, administrativos, sociais, econômicos, científicos, históricos etc., transformando-se, por natureza e em essência, em sua memória social, que deve estar ao alcance do povo e não apenas sendo cultuada. Para o Estado, essa documentação, de domínio público, pode ainda, muitas ve-

zes, ter caráter probatório e administrativo. E, para a população, ela, além de testemunhal, é cultural, educativa e base para a pesquisa histórica.

Para Paz e outros (2004, p. 84), esses arquivos têm a responsabilidade de: “desempenhar um papel” relevante no desenrolar “do processo social, cultural, histórico e administrativo de um país”. É bom lembrar que, conforme estabelece a Lei 8159/91, entidades privadas e pessoas físicas que exerceram um papel social em decorrência de seu exercício, têm a obrigação de preservar e abrir seus arquivos para a sociedade, haja vista os arquivos eclesiais. Porém, não se trata apenas de abrir as portas, mas de interagir com a sociedade, fazê-la perceber que aquele manancial de conhecimento lhe pertence e testemunha sua história e lhe direciona para o futuro, na medida em que valoriza os acontecimentos que marcaram a trajetória de sua gente, seus costumes, enfim, seu modo de vida.

Então, como ocorre com as bibliotecas e os museus, o arquivo também, diante de sua missão social, enfrenta o desafio de transpor seus muros e conscientizar a população sobre o papel formador intelectual de seu acervo, transcendendo à missão cultural e contemplativa e passando a tomar parte na formação dos sujeitos sociais e no sistema educativo brasileiro.

Operacionalizar essa missão se faz premente, tendo em vista que, no Brasil, por conta das deficiências da educação sistemática e formal, a visão de autoridades, educadores e da população a respeito de bibliotecas, arquivos e museus é desvirtuada. Neste contexto, tais instituições são percebidas como aparatos culturais, a serem visitados apenas por intelectuais, quando, na verdade, são, principalmente, aparelhos educativo-didáticos, estimuladores do desenvolvimento do intelecto, difusores do conhecimento e do saber científico, cultural e popular e formadores de mentalidades, transcendendo à educação formal, na medida em que não impõe barreiras de idade para consulta a seus acervos.

Do ponto de vista administrativo e organizacional, as unidades documentárias, de informação e os museus são sistemas integrados, constituídos com o fim de cumprir a missão de prover a sociedade com informação

útil – científica, técnica, cultural, factual, corporativa etc. – sempre priorizando a informação que promove conhecimento, ou seja, aquela informação que mobiliza a estrutura mental do sujeito e modifica seu estado cognitivo – passando (o sujeito) de alguém que não sabia sobre um determinado assunto e, agora, passa a sabê-lo. (BARBOSA; FRANKLIN, 2011)

No entanto, há que se observar que, a relação dialógica que essas três instituições travam com seu público, no momento da comunicação e da transferência da informação, é o que vai permitir a consonância de objetivos entre o desejo, o interesse e a busca do usuário e o que é oferecido por essas instituições. Os elementos que compõem a mediação são os que vão permitir a harmonia de objetivos.

O processo de organização da informação é realizado na expectativa de satisfazer o desejo e a necessidade do usuário quando ele busca informação e anseia por conhecimento; neste ponto, a cognição mostra-se um conhecimento necessário, pois amplia a possibilidade de o profissional da informação compreender e delinear a trajetória lógica do usuário no processo de busca da informação e da construção dos meandros da cognição na apreensão do conhecimento.

É evidente que o profissional da informação se norteia por alguns parâmetros, tais como: conhecer, em tese, as necessidades de seu usuário; categorizar e representar de modo físico e temático o estoque de conhecimento acumulado; construir instrumentos de recuperação desta representação e, ao tecer o instrumento que, de modo simbólico, mas significativo, espelhará o estoque do conhecimento que está tratando, o profissional também pressupõe a trajetória lógica com a qual o usuário organiza seu pensamento para pesquisar e apreender a informação.

Contudo, muitas vezes, o usuário não sabe quais são exatamente suas necessidades. Sendo assim, há que se considerar as diferenças e variáveis entre necessidade, desejo, demanda, uso, finalidade de busca, idioma, nível científico, tipos de documentos desejados e disponibilidade de tempo. A busca se fundamenta numa série de estratégias, procedi-

mentos e conhecimentos para obter, com maior rapidez, economia e pertinência, a informação desejada.

Dá a importância dos estudos cognitivos para subsidiar a busca da informação com autonomia e garantia de desenvolvimento pessoal, com maior contribuição num contexto de constantes mudanças.

APORTE DAS TEORIAS COGNITIVAS PARA OS ESTUDOS DE COMPORTAMENTO DE USUÁRIOS NA BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO

Para cumprir sua missão e alcançar seu público-potencial, museus, bibliotecas e arquivos públicos não podem perder esta dimensão de estimular a vinda deste público até suas dependências, de forma induzida, mas espontânea, pois do desenvolvimento dessa atitude provém o *habitus*, ou seja, o desejo permanente de visitar, frequentar e usar os recursos informacionais, culturais e científicos que estas instituições oferecem. Portanto, não se trata de aplicar ações aleatórias de *marketing*, exposições, serviços de extensão, mas de aplicar estratégias didáticas planejadas, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades, uma delas, a formação de hábito.

Depois de conquistado, esse público precisa ser cativado pela prestação de serviços de excelência, pela existência de acervos ricos, úteis e renovados e, principalmente, pela interação que os canais de comunicação – que fazem a ponte entre os usuários e os sistemas e acervos informacionais, tais como, os instrumentos descritivos de busca e recuperação – e os profissionais da informação promovem.

A facilidade de acesso à informação constitui-se fator determinante no uso de serviços de informação, pois, habitualmente, o usuário utiliza-se de informações que estejam mais à mão. Para atender às necessidades de informação do usuário e oferecer serviços que se coadunem com suas atitudes e comportamento, torna-se imprescindível que as instituições documentárias e museológicas planejem e realizem estudos de comunidade

e de usuários, de acordo com princípios e técnicas de *marketing*, aplicando segmentação de mercado. Estes estudos aprofundam o conhecimento que estas instituições têm de sua comunidade usuária e lhes permitem idealizar um perfil aproximado dos não usuários, orientando para a construção e oferta de produtos e serviços, que observem os hábitos e a percepção da comunidade, em conjunção com demandas, interesses e necessidades, criando, também, elementos para a avaliação contínua destes serviços.

Neste sentido, Foskett (1980, p. 16) assevera: “[...] só poderemos mostrar o valor de um serviço de informação, de maneira convincente, se ele puder ser visto como diretamente relacionado aos processos que passam pela mente do usuário [...]”

Muitos são os fatores que determinam o comportamento do usuário na busca por informação. Alguns destes fatores estão relacionados com a condição social do usuário, tais como: grau de instrução, formação básica, sociabilidade, profissão e experiências vivenciadas. Além disso, quanto ao manejo da informação, podem ser considerados os fatores familiaridade na busca e utilização de suas fontes; condições de trabalho e tempo disponível para dedicar-se à sua busca; reconhecimento de tempo e espaço da sua produção; agilidade em codificá-la e decodificá-la e selecioná-la; e estabelecimento de comparações dentre outros pré-requisitos para acessar e usar a informação. Outros fatores dizem respeito aos serviços, como, planejamento e organização e acesso a estes serviços; recursos e estratégias de mediação; competências e habilidades do profissional para entender; e as singularidades e pluralidades do atendimento ao usuário.

Respaldando as decisões administrativas, os estudos de usuários orientam os princípios gerais de funcionamento da organização e a oferta de serviços. Portanto, conhecer as necessidades informacionais da comunidade a ser atendida é um pressuposto indispensável aos serviços de informação, de modo a alcançar satisfatoriamente o usuário.

NECESSIDADES E COMPORTAMENTO DE USUÁRIOS NA BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO

As necessidades de informação nascem de problemas, incertezas e ambiguidades encontradas em situações e experiências específicas. Tais situações e experiências são as interações de um grande número de fatores relacionados não apenas à questão subjetiva, mas também à cultura; aos limites na execução de tarefas; à clareza dos objetivos e do consenso; ao grau de risco; às normas profissionais; à quantidade de controle, etc. Portanto, não se está preocupado, apenas, com o significado da informação, mas sim com as condições, padrões e regras de uso, que tornam a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações.

Numa relação de confiança e credibilidade, o usuário compartilha sua necessidade informacional com o mediador, ou seja, o profissional da informação, na expectativa de que este lhe proporcione as condições apropriadas no atendimento, fornecendo subsídios técnico-operacionais para a busca e recuperação da informação.

É papel do profissional assistir o usuário, no entanto, os instrumentos de busca, hoje, a maioria, representados pelos sistemas informacionais informatizados, devem ser didáticos e interativos, ajudando o sujeito a construir sua própria maneira de buscar e recuperar a informação, proporcionando-lhe autonomia no manuseio dos recursos informativos e tecnológicos postos à sua disposição. Assim, o usuário pode vir a ser consciente do seu real saber e querer, no momento da formulação da questão de pesquisa.

O uso da informação consiste nas atividades que realiza o indivíduo para captá-la e transformá-la em conhecimento, incluindo habilidades intelectuais, como a interpretação, controle e organização do conhecimento, funções inerentes à cognição. A decodificação e a interpretação da informação incluem atividades de leitura, de construção de relações, conhecimentos prévios, comparação de diferentes pontos de vista e avaliação.

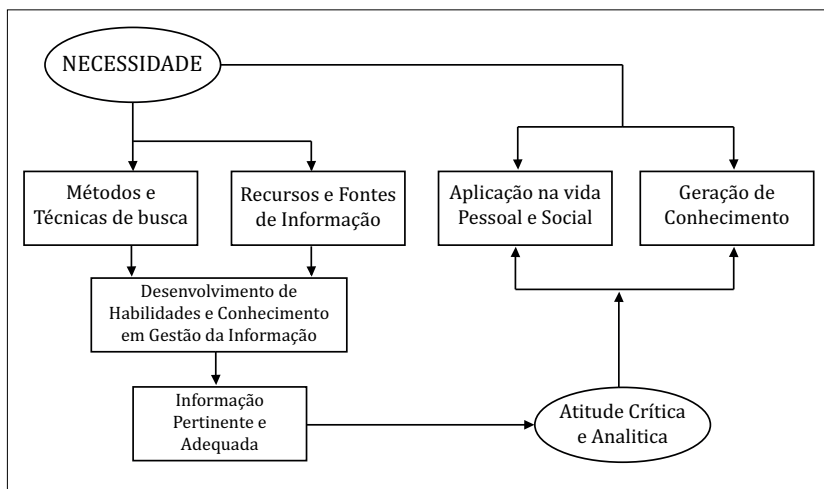
A relação usuário e profissional da informação, na busca e construção do conhecimento, pode ser explicada pela abordagem construtivista, por seus princípios interacionistas, que veem o conhecimento pelo prisma da interação entre sujeito e objeto.

Buscar e usar informação constituem-se competências cruciais na sociedade da aprendizagem e envolve a busca ativa da informação, planejamento, estratégias e motivação para atingir objetivo, monitoração de estratégias, conhecimento e definição de canais ou fontes de informações potenciais, competências para usar tecnologias da informação e avaliação desse processo.

O essencial é que o usuário tenha condições para identificar sua necessidade informacional; conheça e domine os métodos e as estratégias de busca e recuperação da informação utilizando tecnologias; adquira o controle sobre recursos e fontes de informação ao desenvolver suas habilidades e conhecimentos na gestão da informação; reconheça a informação pertinente e adequada para a necessidade detectada, transformando o conhecimento e ferramentas para a tomada de decisões; ou seja, que o usuário internalize atitude crítica, analítica e reflexiva, indispensável para a investigação e para a aplicação em sua vida pessoal e social, bem como na geração de conhecimento, conforme visualização no gráfico a seguir.

Diante da recorrência dessa temática, outras instituições vêm buscando definir uma série de princípios gerais, critérios e normas que permitam identificar o usuário alfabetizado em informação. Destaca-se, dentre elas, a Associação Americana de Bibliotecários Escolares – AASL, que estabelece três categorias e, dentro de cada uma delas, critérios com alguns indicadores, isto é, aspectos do domínio de cada competência, para sua valorização. Para promover a cooperação internacional entre todo tipo de bibliotecas e desenvolver programas, a ALFIN e a IFLA apresentam normas para a alfabetização informacional, apontando três aspectos básicos inter-relacionados – acesso, avaliação e uso – para que os usuários possam constituir-se em aprendizes de fato da informação.

GRÁFICO 1 – Processo de formação no uso da Informação



Fonte: RENDON GIRALDO; NARANJO VÉLEZ, 2008.

O estudo do comportamento informacional é uma das áreas de investigação da que subsidiam a interação profissional e usuário e visa identificar os fatores que geram a necessidade de informação; as etapas do processo de busca e os elementos que influenciam este comportamento e para que fim o usuário utiliza a informação obtida. Tais estudos contribuem para o desenvolvimento dos serviços prestados pelas unidades de informação (BARRETO, 2005), pois possibilitam a identificação das necessidades dos usuários e fornecem subsídios para o planejamento de produtos e serviços mais ajustados à comunidade.

A maneira como se lida com a informação, incluindo o modo como se dá a busca e sua utilização, é denominada comportamento informacional. Para Todd (2003), comportamento informacional é o estudo das interações entre os indivíduos, as várias formas de dados, informação e conhecimento que estão sob o rótulo da informação, assim como os diversos contextos nos quais eles interagem.

Quando a busca por informação é realizada de forma consciente, tal comportamento é denominado comportamento de busca de informação, que é particularmente voltado para os procedimentos empregados pelos

indivíduos para encontrar, recuperar e acessar a informação. Para Case (2007), o comportamento de busca de informação caracteriza-se como o esforço consciente, que envolve uma variedade de comportamentos de um indivíduo para adquirir informação como resposta a uma necessidade ou a uma lacuna em seu conhecimento.

Pesquisas empíricas sobre comportamento informacional e comportamento de busca deram origem a vários modelos (JANSEN et al., 2006) e ajudam a identificar os fatores envolvidos na busca e na forma dos indivíduos lidarem com a informação. O modelo de comportamento informacional de Wilson e Walsh (1996), elaborado a partir de pesquisas multidisciplinares, elenca vários fatores que podem influenciar o comportamento informacional dos indivíduos. Estes fatores podem ser internos e externos aos indivíduos. Dentre os fatores internos estão, por exemplo: os aspectos afetivos, habilidades para utilizar as ferramentas de busca ou recursos informacionais e conhecimento prévio acerca do assunto e idiomas que o indivíduo domina. Entre os fatores externos estão: lugar onde o indivíduo mora; unidade de informação a qual ele tem acesso; tipos de fontes de informação que ele utiliza e aspectos de acessibilidade da informação disponíveis. (CALVA GONZÁLEZ, 2004)

Wilson e Walsh (1996) propuseram um modelo de busca que apresenta o ciclo de atividades de informação desde a sua necessidade até o estágio do seu uso. Esses autores tentam explicar o surgimento das necessidades na busca da informação; o uso intensivo de algumas fontes de informação; e o chegar plenamente aos objetivos com consciência do seu alcance.

O modelo inclui diversas variáveis interferentes que influenciam na dinâmica da necessidade de informação, podendo ser de natureza pessoal, papel pessoal/interpessoal ou ambiental. O autor ainda observa que, na busca da informação, as necessidades diferem a depender das mudanças no ambiente, nos papéis profissionais, entre outros. Os fatores contextuais influenciam a ocorrência e o tipo de necessidade, afetando

a percepção de barreiras de acesso à informação e os modos pelos quais uma necessidade é satisfeita.

Kuhlthau (1993) desenvolveu o modelo ISP – Information Search Process – que divide o processo de busca da informação em seis estágios: iniciação (quando se percebe a falta de conhecimento/reconhece a necessidade de informação), seleção (identifica-se e seleciona-se o tópico a ser investigado), exploração (investiga-se a informação sobre o tópico para formar seu ponto de vista), formulação (focaliza-se a informação encontrada/construção de conhecimento/*insight*), coleção (juntam-se as informações encontradas, relacionando-as com o tópico em foco) e apresentação (completa-se a busca e prepara-se para apresentar o que encontrou). Cada estágio caracteriza-se pelo comportamento do usuário em três campos de experiência: o emocional (sentimentos), o cognitivo (pensamento) e o físico (ação).

Assim, pode-se considerar a busca da informação como um processo de construção, que envolve toda a experiência da pessoa – sentimentos, como também, pensamentos e ações. A proposição fundamental é que os sentimentos de incerteza somados à necessidade de buscar a informação dão origem aos sentimentos de dúvida, confusão e frustração, que vão sendo enfraquecidos à medida que o sujeito chega à satisfação da informação buscada.

Para Kuhlthau (1993, p. 137), “[...] a mediação é essencial para permitir às pessoas fazerem conexões, moverem-se do concreto ao abstrato, reconhecerem a necessidade de saber mais, estudarem mais profundamente e obterem maior compreensão.” A autora destaca, ainda, que, nos últimos vinte anos, as pesquisas sobre o comportamento informacional do usuário cresceram substancialmente, a exemplo dos estudos de relevância, construídos por Saracevic (1975); os modelos de comportamento de busca e arcabouços teóricos – o *sense-making* – introduzidos por Derwin (1983); os níveis de necessidade de informação e contextos de uso da informação, de Taylor (1968, 1991); o modelo de busca de informação,

de Wilson (1999); e os estudos de busca de informação do cotidiano, de Savolainen (1995 apud KUHLTHAU, 2008).

Kuhlthau (2008) esclarece que muitas ferramentas foram aplicadas para o desenho de serviços de informação, a exemplo das apresentadas no trabalho de Ellis (1989), usadas em diferentes atividades de busca de informação, incorporando o *browsing*, de Chang and Rice (1993 apud KUHLTHAU, 2008), o monitoramento e o delineamento de cenários de Chu (2006 apud KUHLTHAU, 2008), além do processo de descrição de como selecionar e extrair informações, de Márcia Bates (1989 apud KUHLTHAU, 2008).

Kuhlthau (2005) afirma que suas pesquisas sobre usuários revelam novos *insights* sobre o comportamento informacional. Seus estudos investigaram aspectos afetivos ou sentimentos no processo de busca da informação integrados aos aspectos cognitivos e físicos. Com base nas incertezas dos usuários, ela criou o conceito de zona de intervenção, com a ideia de que, ao aumentar a incerteza do usuário, há indicativos da necessidade de uma ajuda para acomodar a informação. A zona de intervenção é um conceito modelado com base na zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky (1987) que afirma que o processo de construção de uma compreensão pode ser ajudado por outra pessoa. Com base neste pressuposto, a zona de intervenção, para Kuhlthau, é aquela área na qual o usuário da informação pode chegar com a ajuda de um mediador.

Segundo Choo (2006), a busca da informação percorre a seguinte trajetória: iniciar, encadear, buscar, comparar, selecionar, extrair, verificar e finalizar. Portanto, na prática, deve-se iniciar, encadear e buscar ajudar o indivíduo a focar objetos de pesquisa e estratégias de execução.

Como observou Choo (2006), a existência do “vazio cognitivo” impulsiona o processo de busca, que é acompanhado de diferentes estados emocionais. Os primeiros estágios da busca de informação são caracterizados pela ansiedade, confusão, frustração e dúvida. À medida que o processo é bem-sucedido, a confiança cresce e surge um sentimento de satisfação. Os estados emocionais influenciam: a) na maneira como

o indivíduo processa e usa a informação; b) na capacidade de o usuário construir significado; c) no modo de focalizar a busca; d) na capacidade de distinguir informações relevantes e irrelevantes; e) no modo de lidar com o emocional e as expectativas; f) no grau de interesse na pesquisa. (CHOO, 2006)

Ingwersen (1996) compreende a Ciência da Informação como uma ciência cognitiva, destacando também sua relação com a Inteligência Artificial, área do conhecimento que ganhou influência a partir da década de 80, época em que as ciências cognitivas eram entendidas como a interseção da linguística, inteligência artificial e psicologia, merecendo destaque a influência direta desses campos no momento da recuperação da informação.

O modelo cognitivo do processo de recuperação da informação de Ingwersen (1996) concentra-se em identificar os processos de cognição que ocorrem durante o processamento da informação e em suas pesquisas sobre cognição humana. Ingwersen (1996) identificou que o espaço cognitivo do usuário é dividido em quatro componentes: necessidade de informação; espaço do problema; estado cognitivo atual; e domínio de interesse/tarefa de trabalho. A necessidade de informação é caracterizada pela habilidade de o usuário expressar o que deseja recuperar durante uma busca de informação; o espaço do problema é a lacuna, que caracteriza a incerteza do usuário com respeito à sua busca; o estado cognitivo é definido pelo conhecimento do usuário num determinado tempo; o domínio do interesse/tarefa de trabalho são as condições sociais e ambientais oferecidas aos usuários.

A necessidade de informação leva o usuário a formular questões ao sistema, que podem ser negociadas entre usuário e profissional. Para responder às questões, este estabelece uma estratégia de busca, seja alfabética ou sistemática, que levará à escolha das ferramentas a serem utilizadas. O profissional disponibiliza a descrição dos documentos baseada em resumos e títulos, visando à avaliação pelo usuário. Comprova-se, assim, que a interação entre usuário e profissional, tanto na etapa de indexação/

recuperação, como no atendimento no serviço de recepção ao usuário, faz-se mediante um processo de gestão cognitiva.

Sobre esta temática, Hjørland e Albrechtsen (1995) sugerem o desenvolvimento de uma disciplina epistemológica para a Ciência da Informação, ou seja, a aplicação de uma epistemologia sociocognitiva nos domínios do conhecimento. Sempre há explicações filosóficas subsidiando os produtores da informação, usuários, mediadores e dos que desenvolvem sistemas. O autor declara que, do ponto de vista sociocognitivo, os discursos comunicativos são parte de uma divisão do trabalho, porque o conhecimento é historicamente, culturalmente e socialmente determinado, segundo a teoria da atividade; a informação precisa existir no coletivo e não somente na mente individual; o conhecimento subentende teorias, paradigmas e epistemologias.

Segundo a teoria da atividade, o indivíduo como ator constrói o conhecimento, a partir dos fatos, valores e procedimentos, por meio da interação entre o conhecimento interno e sua participação na vida externa. Observa-se nesse sentido, que os sistemas de organização do conhecimento, os conceitos e suas relações semânticas, as estruturas de informação, as necessidades de informação e os critérios de relevância são “moldados” em comunidades discursivas.

Nos anos 90, Hjørland e Albrechtsen (1995) declaram a necessidade de incorporar, na investigação psicológica, as perspectivas social, cultural e histórica, mais amplas, argumentando que a tendência sociocognitiva não é apenas uma crítica ao cognitivismo ortodoxo, e sim, uma nova maneira de assumir a visão cognitivista, integrando tal enfoque ao universo sociológico e cultural. O domínio do discurso ou do conhecimento é um espaço científico ou profissional com estruturas únicas de comunicação, tipos únicos de documentos e combinações informacionais específicas; a indexação é um processamento intelectual que depende da cognição e do domínio do contexto físico, psicológico e sociocognitivo, supondo que o indexador necessita realizar a identificação e a seleção de conceitos na concepção orientada para o conteúdo e para a demanda.

A análise de domínio é vista, por Hjørland (2002), como uma unidade de análise formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento, de acordo com suas “comunidades discursivas”. O autor identifica uma “comunidade discursiva” como um espaço onde ocorre um processo de comunicação ordenado e delimitado, caracterizado como científico, acadêmico ou profissional, com estruturas de comunicação e publicação, com tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicas, e todas com estrutura e organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância.

A abordagem da análise de domínio proposta por Hjørland (2002) é baseada nos estudos e nas concepções de John Dewey, Vygotsky e na Teoria da Atividade, desenvolvida por Leontiev (desdobramento da Teoria Sócio-histórica de Vygotsky), que fornece uma estrutura pragmática para o estudo da cognição e do comportamento humano. Nesse foco de análise, o conhecimento é visto como resultado da interação do sujeito com o meio, como estrutura criada culturalmente e como produto histórico da atividade humana ligada, não às mentes dos indivíduos, mas à prática social.

Na abordagem de Hjørland (2002), a indexação é um processamento intelectual que depende da cognição; e o domínio dos contextos físico, psicológico e sociocognitivo é necessário para que o indexador realize a identificação e a seleção de conceitos na concepção orientada para o conteúdo e para a demanda.

Hjørland (2002) orienta no intuito (ou no intuito de quê?) que a análise de domínio seja combinada com as pesquisas tradicionais da Ciência da Informação, fortalecendo a identidade do campo científico e a importância do relacionamento entre as pesquisas teóricas e práticas. Para tanto, o autor descreve onze abordagens, entre tradicionais e inovadoras, para a análise de domínio na Ciência da Informação, a saber: a) produção de guias de literatura e portais temáticos; b) construções

de classificações especializadas e tesouros; c) indexação e recuperação especializadas; d) estudos empíricos de usuários; e) estudos métricos da informação; f) estudos históricos; g) estudos do gênero e sobre documentos; h) estudos críticos e epistemológicos; i) estudos terminológicos, linguagens para propósitos especiais, bases de dados semânticas e estudos do discurso; j) estruturas e instituições em comunicações científicas; k) cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial.

A teoria do *Sense-Making*, de Dervin (1983) Dervin e Nilan (1986), que vem sendo desenvolvida há vários anos, destaca-se pelo enfoque cognitivo no estudo de usuários e compõe-se de quatro elementos: a situação no tempo e espaço; a lacuna que identifica a situação desejada; o uso, o resultado; a ponte como meio de preencher a lacuna, ou seja, a necessidade do usuário. Nesta teoria, a ‘realidade’ (os contextos) não é completa, nem constante, ao contrário, é permeada de descontinuidades fundamentais e difusas, intituladas lacunas (*gaps*).

A expressão *Sense-Making* pode ser decodificada em dois sentidos: 1º) quando se refere ao objeto de estudo, ao processo empírico por meio do qual os usuários de informação atribuem sentido às situações em que se encontram (às lacunas cognitivas, às necessidades de informação sentidas, ao engajamento no processo de busca da informação) e, também, às informações que os usuários encontram, utilizam e se apropriam; 2º) quando se refere à forma de estudar o comportamento informacional dos usuários, relaciona-se com o tipo de metodologia usada para analisar os processos pelos quais os usuários atribuem sentido às situações em que se encontram e às informações que utilizam.

O modelo comportamental de busca de informação de Ellis (1989) constitui-se de um conjunto de fases/estágios, denominadas de características pelo autor, que são: iniciação: meios empregados pelo usuário para começar a busca de informação; ligação: seguir uma rede de citações ou outras formas de conexão referencial; navegação: procura casual por informação em áreas de interesse potencial; diferenciação: uso de

diferenças conhecidas entre as fontes encontradas, como um modo de filtrar a quantidade de informação obtida; monitoramento: manter-se atualizado, acompanhado regularmente as fontes de informação; extração: seleção de fontes relevantes; verificação: checagem da precisão de informação; finalização: busca final por informação. Tais comportamentos não necessariamente acontecem numa sucessão específica, podendo ser iniciados em tempos diferentes no processo de busca global. Assim, a partir do início, pode-se ir para a navegação ou para a ligação, voltar ao início, fazer o monitoramento, voltar à ligação etc.

Na perspectiva de concretizar a aproximação dos serviços de informação com seus usuários, desde 1985, vem sendo desenvolvido o movimento denominado *information literacy*, com iniciativas em vários países europeus, nos Estados Unidos e América Latina, cuja finalidade é desenvolver a competência informacional no usuário para busca, recuperação e uso eficaz da informação e que, necessariamente, se fundamenta nos princípios e teorias cognitivas aplicadas à educação, objetivando estimular o processo ensino e aprendizagem, que se efetiva nas ações de capacitação do programa.

A RELEVÂNCIA DA COGNIÇÃO NA APREENSÃO DA INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras que não cabe analisar aqui; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando da separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese à análise. Ou seja, o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese.

Como nosso modo de conhecimento desune os objetos entre si, precisa-se conceber o que os une. Como ele isola os objetos de seu contexto natural e do conjunto do qual fazem parte, é uma necessidade cognitiva inserir um conhecimento particular em seu contexto e situá-lo em seu conjunto. De fato, a psicologia cognitiva demonstra que o conhecimento progride menos pela sofisticação, formalização e abstração dos conhecimentos particulares do que, sobretudo, pela aptidão a integrar esses conhecimentos em seu contexto global. A partir daí, o desenvolvimento da competência para contextualizar e globalizar os saberes torna-se um imperativo da educação.

O uso da informação compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Compreendem habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento. A decodificação e a interpretação, por sua vez, incluem atividades de leitura, estabelecimento de relações e conhecimento prévio e as novas informações, comparação de vários pontos de vista e avaliação. Controle e organização relacionam-se propriamente à organização da informação por meio de uso de instrumentos cognitivos, como recursos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de textos. Assim, o usuário, na trajetória de busca e recuperação da informação, realiza tarefas cognitivas de seleção, análise, síntese, comparação, organização e escrita, de acordo com sua estrutura cognitiva, seus interesses e necessidades, seus conhecimentos prévios e suas condições internas e externas.

Para melhor compreender o processo acima descrito, toma-se como pressuposto básico o paradigma construtivista, cujas principais características são: reconhece a subjetividade humana resultante de uma realidade que não transmite significado constante; o conhecimento não é visto como acabado, constituindo-se das interações do indivíduo com o meio pelo uso da linguagem; a visão sobre os usuários como seres ativos, direcionados por seus próprios objetivos e capacidade de escolhas próprias; o comportamento informacional é variável de acordo com a es-

pecificidade da situação; os usuários devem ser compreendidos em um contexto social mais amplo, e os sistemas, como um dos elementos a que podem recorrer se querem informação; o cognitivismo, baseado na crença de que as abordagens fundamentadas no comportamento e no desenvolvimento cognitivo, pode contribuir substancialmente no processo de interação destas instituições culturais em foco.

Piaget enfatiza a construção do conhecimento, considerando que os estímulos do mundo são assimilados pelo ser humano, de acordo com o desenvolvimento de sua estrutura cognitiva. Os referidos estudos auxiliam a entender os mecanismos presentes no processo interativo de aprendizagem de conceitos, a partir da experiência do sujeito no mundo:

Os conhecimentos nunca se derivam exclusivamente da sensação ou da percepção, mas também de esquemas de ação ou esquemas operatórios de diversos níveis, que são uns e outros irredutíveis à percepção por si só. Por outro lado, a própria percepção não consiste numa simples leitura dos dados sensíveis, mas comporta uma organização ativa, na qual intervêm decisões e as pré-inferências e que é devida à influência sobre a percepção como tal desse esquematismo das ações ou das operações. (PIAGET, 1991, p. 105)

Piaget desenvolveu e definiu os dois pilares de sua teoria: a assimilação e a acomodação. A assimilação diz respeito à capacidade de a estrutura cognitiva do indivíduo atuar no ambiente e, em contrapartida, a estrutura cognitiva também é mobilizada e modifica-se em função da realidade, acomodando-se a ela. (PIAGET, 1987) Deste modo, aprendizagem é a modificação duradoura (equilibrada) do comportamento, em razão das aquisições decorrentes da experiência. O conhecimento constrói-se em um movimento contínuo de equilíbrio, daí ser importante que a ação mediadora provoque os sujeitos por meio de situações desequilibradoras, dando espaço para que eles possam criar e/ou descobrir as

soluções a partir do próprio esforço para a superação do desequilíbrio. (PIAGET, 1987)

Para Piaget (1971), há no comportamento humano uma tendência a uma procura experimental por novas assimilações, graças à coordenação dos esquemas, que possibilitam um comportamento de exploração do mundo real. Dessa forma, pode-se dizer que, para Piaget (1964), o processo de aprendizagem ocorre por níveis gradativos, pois, é necessária a existência de estruturas prévias construídas por meio da adaptação do indivíduo (assimilação e acomodação) e da organização do que foi adaptado em um sistema coerente, por meio de um processo autorregulador (equilibração). O processo de aprendizagem depende, assim, sempre do desenvolvimento cognitivo.

De acordo com Vygotsky (1989), os sujeitos são interativos, uma vez que o processo de aquisição de conhecimento se dá mediante as relações inter e intrapessoais e de permuta com o meio e defende a ideia de que a aquisição do conhecimento ocorre a partir da interação entre os sujeitos. Nesse sentido, a interação é um fenômeno dialético que acontece por meio da linguagem, propiciando ao homem uma transformação de si mesmo e de seu ambiente sendo, portanto, essencial na transferência do conhecimento construído social, cultural e historicamente. Entretanto, para que a interação ocorra, é indispensável a participação ativa dos sujeitos envolvidos, na relação com o outro para além da relação intersubjetiva, o que proporciona o desenvolvimento linguístico e cognitivo e o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

O surgimento do pensamento verbal e da língua como sistema de signos é crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento mesmo em que o biológico transforma-se no histórico e em que emerge a centralidade da mediação semiótica na constituição do psiquismo humano. O surgimento da língua é atribuído, por Vygotsky(1989), à necessidade de intercâmbio dos indivíduos durante o trabalho, atividade especificamente humana. Conclui-se, pois, que os sistemas simbólicos e, particularmente, a língua, exercem um papel fundamental na comunicação en-

tre os sujeitos e no estabelecimento de significados compartilhados que permitam interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real. (VIGOTSKY, 1989)

Segundo Rego (1999), Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: um referente às conquistas efetivas, que ele chama de nível de desenvolvimento real ou efetivo, e o outro, o nível de desenvolvimento potencial ou proximal, que se relaciona às capacidades em vias de serem construídas. Para que estas capacidades se transformem em conquistas consolidadas, é fundamental a ajuda de outras pessoas (adultos ou crianças mais experientes). O autor denominou de “zona de desenvolvimento proximal” a distância entre aquilo que o indivíduo é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ele realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial).

Discípulo de Piaget, Feuerstein (1980) desenvolveu a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural – TMCE, que descreve a trajetória pela qual o sujeito chega à solução do problema e propõe o mapa cognitivo como ferramenta de análise do ato mental. Para Feuerstein, a modificabilidade é um fator tanto biológico quanto cultural, o que o remete a Vygotsky.

Para explicar como a interação humana impulsiona o desenvolvimento da estrutura cognitiva e fomenta sua capacidade para a modificabilidade, Feuerstein desenvolve o aporte conceitual central de sua teoria: a Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), que tem seu foco não propriamente no conteúdo das informações, mas, sim, na estratégia metodológica dialógica intencional – emissor e receptor – interagindo constantemente. A interação comunicacional no processo de EAM mobiliza o cognitivo e o afetivo, em direção a uma relação dialógica e interacional.

Na visão de Feuerstein (1980), o mediador ajuda o aprendiz a “construir, filtrar e escalonar estímulos”. O autor, ao destacar vários critérios para a realização da mediação, classifica três deles como critérios universais, uma vez que necessitam ser considerados em qualquer experiência

de aprendizagem: da intencionalidade e reciprocidade, do significado e da transcendência. Assim, a falta de um mediador ou de mediadores com intencionalidade – que se coloquem entre o sujeito e o mundo e selecionem e organizem as informações, contextualizando-as culturalmente, possibilitando ao indivíduo transcender os estímulos e as experiências de vida – provoca a denominada síndrome de privação cultural, sendo que, para o autor, a ausência de transmissão cultural impede o desenvolvimento cognitivo e afetivo adequado, reduzindo o grau de modificabilidade cognitiva e flexibilidade mental.

Paulo Freire, no conjunto de sua obra, destaca alguns elementos ontológico-epistemológicos, entre eles o conceito de educação dialógica versus educação bancária. A educação dialógica é uma aplicação imediata do conceito de processo de estruturação do mundo: “[...] o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.” (FREIRE, 1973, p. 46)

Para Freire (1985), o diálogo assume papel fundamental na constituição da consciência, pois esta é essencialmente dialógica, pelas relações estabelecidas com os outros e com o mundo. O diálogo é a chave para a conscientização dos homens, das mulheres e do mundo e, ao ultrapassar a esfera espontânea da apreensão da realidade, o homem alcança a consciência crítica. Por meio dessa crítica, a realidade passa a ser reconhecida como um objeto, diante do qual o homem assume uma posição epistemológica – o homem em busca do conhecimento.

Edgar Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo, formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Com uma formação tão eclética, seguidor de Marx e crítico da razão cartesiana, Morin vê o mundo em sua multidimensionalidade e o ser humano como “um fenômeno total”; e entrelaçando as ciências biológicas com as ciências humanas desenvolveu o pensamento transdisciplinar, criando a teoria da complexidade. Para ele, a teoria cartesiana ensinou a separar “a razão da des-razão” e, na verdade, elas são parte

de um todo e para entender esta complexidade é preciso religar estes fenômenos. “Nunca pude, ao longo da minha vida, resignar-me ao saber parcializado, nunca pude isolar um objeto de estudo de seu contexto, de seus antecedentes de seu futuro. Aspirei sempre ao pensamento multi-dimensional [...]”. (MORIN, 2001) Fundamentando-se em Piaget, Morin (1998) afirma que a razão não é uma invariante absoluta e que ela emana de uma série de construções operatórias portadoras de inovações, associadas às mudanças paradigmáticas.

Morin (2001) afirma que a capacidade de aprender está ligada ao desenvolvimento das competências inatas do indivíduo ao adquirir conhecimentos, associadas às influências e estímulos externos, da cultura. Segundo Morin (1998), um conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Há complexidade quando elementos diferentes, constitutivos do todo, são inseparáveis (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo do objeto de conhecimento com seu contexto – as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si.

CONCLUSÃO

O conhecimento é a mola-mestra dos nossos tempos e, para viver plenamente, é preciso acompanhar sua renovação, aprendendo durante toda a vida. Por outro lado, o desenvolvimento intelectual do ser humano é um processo de transformação de significados e sentidos, apreendidos e partilhados socialmente. Por isto e por tudo que já foi dito, em certa medida, os espaços culturais, tais como as bibliotecas, arquivos e museus, se apresentam como ambientes estimuladores da aprendizagem espontânea do sujeito social, não só pelos conteúdos dos acervos documentais e museológicos, mas, também, pela mediação que ocorre entre os sistemas organizativos e informativos, representativos destas coleções e ainda pelo diálogo estabelecido entre o profissional e o público.

Deste modo, ao reunir o conhecimento acumulado por gerações, bibliotecas, arquivos e museus, que são canais de comunicação, tomam para si a responsabilidade social de disseminar a informação e de estimular os múltiplos processos cognitivos do sujeito social, por meio da mediação e da contextualização, que se constituem pré-requisitos para apreender e compreender conteúdos formativos e informativos.

Pode-se concluir afirmando que as unidades de informação são centros de educação multicultural, que colecionam, expõem e interpretam objetos de tempos e culturas diferentes, transmitindo a informação e fortalecendo o significado social do conhecimento. Têm, portanto, a capacidade de exercer uma profunda influência no modo do usuário perceber o mundo e de influenciar comportamentos, favorecendo a proficiência e autonomia dos sujeitos e, por extensão, criando a condição para o surgimento e existência de uma sociedade cada vez mais intelectualizada, crítica, criativa, emancipada e autóctone.

A concretização deste ideal, numa sociedade cognitiva, no entanto, passa pela implantação de um programa de desenvolvimento de competências informacionais que prepare a comunidade para buscar e usar consciente e eficientemente a informação, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades informacionais e cognitivas e da atitude científica no sujeito, entendidas como a capacidade para buscar, avaliar e usar a informação, transformando-a em conhecimento útil, para a renovação do conhecimento e da cultura.

A implantação de um programa desta natureza, que deve ser contínuo e estar apoiado em bases pedagógicas, pressupõe a existência de profissionais capacitados para concebê-lo e aplicá-lo. Só assim, bibliotecas, arquivos e museus cumprirão plenamente sua missão educativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. A. A biblioteca e os bibliotecários como atores de políticas de informação voltadas para o desenvolvimento. In: ENCONTRO

- NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html>. Acesso em: 12 set. 2012.
- BARBOSA, M. L. A.; FRANKLIN, S. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. In: LUBISCO, Nídia Maria Lienert. *Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão*. Salvador: Edufba, 2011. p. 89-137.
- BARRETO, A. de A. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 6, p. 1-13, 2005. Disponível em: <www.dgz.org.br/dez05/Art_01.htm> Acesso em: 12 set. 2012.
- BATES, M. The Design of browsing and berry picking techniques for the online search interface. *Online Review*, v. 13, p. 149-59, 1989.
- BELKIN, N. J. Anomalous state of knowledge for information retrieval. *Canadian Journal of Information Science*, v. 5, p. 133-143, 1980.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/#en/pt/procedngg>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- BROOKES, B. C. The forms of information science: part 1. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, n. 3/3, p.125-133, 1980.
- CALVA GONZÁLEZ, J. J. *Las necesidades de información: fundamentos teóricos y métodos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 272p.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- CASE, D. O. *Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behavior*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2007.

CASTRO NETO, M. *Da teoria da atividade a atividade docente em ambientes virtuais de apoio à aprendizagem*. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção, Área de Mídia e Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 10, p. 241-253, 2000.

CHANG, S.; RICE, R. Browsing: a multidimensional framework. *Annual Review of Information Science and Technology*, New Jersey, v. 28, p. 231-76, 1993.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CLERC, P. Inteligencia econômica: retos actuales y perspectivas. *UNESCO. Informe Mundial sobre la Información*. Paris, 1997. p. 322-335.

CRONIN, B. What is social about social intelligence? *Social Intelligence*, Londres, v. 1, n. 1, 1991.

CRONIN, B.; DAVENPORT, E. Social Intelligence. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 28, 1993.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. In: INTERNATIONAL COMMUNICATIONS ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 1983, Dallas. [*International...*]. Dallas, Texas, 1983.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 21, p. 3-33, 1986.

ELLIS, D. Behavioural approach to information retrieval system design. *Journal of Documentation*, v. 45, n. 3, 171-212, 1989.

FÁVERO, M. H. Os fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia do conhecimento. In: FÁVERO, M. H.; CUNHA, C. (Coord.). *Psicologia do conhecimento: o diálogo entre as ciências e a cidadania*. Brasília: Unesco, 2008.

FÁVERO, M. H. *Psicologia e conhecimento: subsídios para a análise do ensinar e aprender*. Brasília: EdUnB, 2005.

- FEUERSTEIN, R. *Instrumental enrichment: an intervention program for cognitive modifiability*. Baltimore, MD: University Park Press, 1980. 436p.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro, 2000. (Documentos técnicos 6).
- JANSEN, B. J. et al. Theories of Information Science Behavior, ASIST Monograph Series, Information Today. *Inf. Process. Manage.*, v. 42, n. 5, p. 1392-1395, 2006.
- FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- FREIRE, P. *Educación libertadora: dimensión política; educación liberadora; dimensión sociológica; educación liberadora: dimensión metodológica*. Bogotá: DEC-Ciec, 1973.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 53, n. 4, p. 257- 270, 2002.
- HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS-ICOM. Comitê Brasileiro. *Código de ética do ICOM para museus*. São Paulo, 2009. Disponível em: < http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- INGWERSEN, P. Cognitive perspectives of information retrieval. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 1, p. 3-50, 1996.
- INGWERSEN, P. *Information retrieval interaction*. London: Taylor Graham, 2002. 246p. ISBN: 0-947568-54-9. Disponível em: <http://pure.iva.dk/ws/files/31047349/Ingwersen_IRI.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

- KELLY, G. *A theory of personality: the psychology of personal constructs*. New York: W. W. Norton, 1963.
- KUHLTHAU, Carol C. From information to meaning: confronting challenges of the Twenty- first Century. *International Journal of Librarians and Information Services*, v. 58, p. 66-73, 2008.
- KUHLTHAU, C. C. *Seeking meaning: process approach to library and information services*. Norwood: Ablex Publishing, 1993.
- KUHLTHAU, C. C. Towards collaboration between information seeking and information retrieval. *Information Research*, v. 10, n. 2, Jan. 2005.
- MARKER, P.; MCNAMARA, K.; WALLACE, L. *The significance of information and communication technologies for reducing poverty*. Londres: Department for International Development, 2000. Disponível em: <<http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/ict.pdf>(artigo)>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Unesco, 2001.
- PAZ, J. M. da; et al. A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões. *Biblios*, Florianópolis, v. 5, n. 18, abr./set. 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00002400/01/2004_20.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.
- PIAGET, J. Development and learning. *Journal of Research in Science Teaching*, v. 11, n. 3, p. 176-186, 1964.
- PIAGET, J. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PIAGET, J. *Psicologia e epistemologia*. 5 ed. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1991.
- POZO, J. I. *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1999.

- RENDON GIRALDO, N. E.; NARANJO VÉLEZ, E. *Modelo de formación de usuarios de la información – MOFUS*. Medelein: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, Grupo de Investigación em Usuarios de la Información, 2008. (Bibliotecología y Lectura, 6).
- SARACEVIC, T. Relevance: a review of a framework for the thinking on the notion in information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 26, p. 321- 43, 1975.
- SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: Approaching information seeking in the context of 'way of life'. *Library and Information Science Research*, v. 17, p. 259-94, 1995.
- SHERA, J. Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.
- SOLIMINE, G. El conocimiento como bien común y el papel de las bibliotecas. *Anales de Documentación, Revista de Biblioteconomía y documentación*, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.15.1.142761>. 2012>.
- TAYLOR, R. S. Information use environments. In: DERVIN, B. (Ed.) *Progress in Communication Sciences*. Norwood, NJ: Ablex, 1991. p. 217-255.
- TAYLOR, R. Question-negotiation and information seeking in libraries. *College and Research Libraries*, v. 29, p. 178-94, 1968.
- TODD, R. J. Adolescents of the information age: patterns of information seeking and use, and implications for information professionals. *School Libraries Worldwide*, v. 9, n. 2, p. 27-46, 2003.
- TUDOR-SILOVIC, N. Inteligência como recurso social e empresarial. *Inf & Soc.:Estudos*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 124-140, 1992.
- VYGOSTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOSTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- VYGOSTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WILSON, T. D. Models of information behavior research. *Journal of Documentation*, v. 55, p. 249-70, 1999.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/9-1/paper164.html>>. Acesso em: abr. 2007.

WILSON, T. D.; WALSH, C. *Information behavior: an interdisciplinary perspective*. Sheffield: University of Sheffield. Department of Information Studies, 1996. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/infbehav/cont.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA BIBLIOTECAS NA ERA PÓS-CUSTODIAL

Hildenise Ferreira Novo, Ivana Aparecida Borges Lins

INTRODUÇÃO

As bibliotecas estão inseridas na ebulição que acomete o convívio humano na era pós-custodial, sobretudo, a partir das últimas décadas do século passado que trouxe a aceleração nas rotinas de trabalho no campo da informação relativas à guarda, acesso, disseminação, uso e preservação da informação. Isto porque as tecnologias digitais fazem com que a informação circule mais rapidamente e, por consequência, os interessados em algum tipo de conteúdo informacional tornam-se mais exigentes requerendo urgentes respostas.

Este artigo refere-se à discussão das políticas públicas para biblioteca pública (BP) na era pós-custodial, observando o seu papel difusor no campo do livro, da leitura e contribuindo para a transformação da vida das pessoas.

A biblioteca pública é um importante equipamento social, responsável pela mediação do conhecimento socialmente construído com o objetivo de torná-lo público e acessível. Para tanto, essa instituição utiliza-se de serviços técnico-burocráticos, bem como ações culturais, a fim de pro-

porcionar ao coletivo o desenvolvimento de novos saberes fundamentais para a constituição de sujeitos críticos.

Geralmente, quando se pensa em instituições promotoras de serviços básicos, a biblioteca é injustamente omitida das listagens. Ao lado de hospitais, teatros e escolas – guardadas as devidas funcionalidades de cada uma dessas instituições – as bibliotecas públicas emergem como espaços privilegiados, embora não únicos, para a disseminação da cultura ligada à palavra.

Contudo, esse instrumento sociocultural apresenta-se desprestigiado em alguns contextos no mundo hodierno. O caso brasileiro, e especificamente o caso baiano, que será alvo maior do presente artigo, é um exemplo emblemático. As BP brasileiras, e ainda mais as baianas, enfrentam problemas como baixa frequência, obsolescência do acervo corrente, falta ou problemas de informatização, entre outros. É evidente que muitos fatores concorrem para o agravamento de tais deficiências, o que será discutido adiante, mas também tais deficiências provocam um ciclo vicioso que leva ao desprestígio da BP.

A televisão brasileira, cujo posicionamento no sentido de apoiar a formação de sujeitos leitores mostra-se bastante tímida, destacou uma notícia sobre um morador de rua que foi aprovado num concurso público estudando em uma biblioteca municipal. (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2011) Ao lado do *topos* de que todos podem conseguir vencer na vida apenas por si mesmos, existe implícito o discurso socialmente reconhecido de que a BP dispõe de larga importância para a construção de cidadãos participativos.

Diante disso e de uma vasta lista de casos semelhantes, tem-se o resgate da BP com o compromisso social que lhe é imputado em um processo que complementa direitos fundamentais do homem. Cumpre ter em mente que quanto maior a rotina de leitura por prazer ou por dever, maior a capacidade de compreensão de questões sanitárias, afetivas, científicas, e assim por diante.

Além disso, o direito à informação é de vital relevância nas sociedades de regime democrático, tendo em vista que o conhecimento das questões públicas constitui o substrato para a participação política dos cidadãos.

À parte de toda controvérsia sobre o papel de dominação imposto pelos Estados Unidos da América, uma nação que com frequência é lembrada aqui no momento das comparações sobre os resultados de avaliação dos nossos estudantes, frente à proficiência em leitura; é possível destacar que, no imaginário coletivo daquele país, subsiste o símbolo da Estátua da Liberdade e seu emblemático modelo sobre a relação entre leitura e democracia, tendo em vista o fato de que a mulher ali representa a liberdade que vem acompanhada de um livro junto ao corpo.

O que dizer dos nossos símbolos e seu caráter democrático ou educador? No caso da Bahia, é possível destacar a estátua de Castro Alves empunhando um livro e “mandando o povo pensar”, mas efetivamente pouco essa estátua representa um estado preocupado em oferecer políticas públicas relacionadas à leitura e ao livro.

Justamente sobre o significado político da biblioteca pública – termo aqui entendido em sua acepção extensa – é que se constitui um componente da esfera pública, conceito forjado pelo filósofo alemão Jünger Habermas e introduzido na Ciência da Informação com farta utilidade, sobretudo para a compreensão da biblioteca para além de seu mero aspecto de armazenagem de saberes, e sim mediadora e difusora de informação. Em uma seção específica deste artigo, caberá analisar mais pormenorizadamente esse conceito.

Nas últimas três décadas, tendo como marco inicial a invenção do computador pessoal em 1981, as bibliotecas públicas defrontam-se com o grande desafio de reestruturar o modo com o qual disponibilizam os conteúdos colecionados no acervo. A época das rápidas trocas de recursos, principalmente da informação, afastou multidões das bibliotecas desprovidas de mecanismos compatíveis com as demandas por elemen-

tos tecnológicos progressivamente mais avançados e que possibilitam imediato acesso a recursos multimídia.

As mudanças afetam os próprios conceitos de livro e de leitura. Os leitores, sobretudo os jovens leitores da chamada geração Y, rejeitam os esquemas de narrativa linear, buscando cada vez mais ferramentas de inferência em hipertexto. O advento de um novo suporte físico, a tela, representou mudanças profundas na forma de ler, incluindo a possibilidade de codificação e armazenamento do texto em arquivos binários graváveis em disco rígido. (CHARTIER, 1998)

Porém, cabe perguntar: o livro digital representa a morte do livro em papel e da biblioteca? O próprio Chartier (1998) responde que não, argumentando, inclusive, sobre o aumento sem precedentes na venda de livros na última década, quando já existia o livro digital. Este apresenta ainda alguns inconvenientes como a dependência de uma fonte de energia para alimentação da imagem gerada, ao passo que o livro em papel encontra-se bem estabelecido entre a população mundial, sem a necessidade de fontes de energia para sua plena utilização por parte do leitor.

Sendo assim, o conhecimento na era pós-custodial não constitui uma negação dos modos de produção e reposição do conhecimento na era anterior. Assim como a invenção da escrita foi insuficiente para assassinar a palavra falada, mas conjugou-se com ela formando múltiplas interações, o suporte virtual não veio para aniquilar o suporte escrito, e sim interagir com ele.

Um *tablet*, por mais avançado que seja e por maior que seja o número de livros armazenáveis, não substitui um ambiente com livros em estantes, ordenados segundo uma lógica cognoscível, bibliotecários e eventos e manifestações culturais. Já que a BP é mais do que um espaço para resguardar, como um tesouro intocável, conhecimentos produzidos pelo homem, faz-se necessário que ela reforce seu caráter mediador da informação atendendo ao público em geral, com a particularidade que cada sujeito venha requerer e, nesse momento, o profissional que atua

fisicamente na biblioteca determinará a diferença entre o acesso remoto e o acesso presencial.

O principal elemento dinamizador presente nesse processo de reestruturação repousa sobre as atividades mais elementares da convivência com o público, a partir da oferta de outras possibilidades de acesso ao mundo da informação.

Os seminários, debates, lançamentos de livros e exposições de filmes, seções de contação de história, por exemplo, fazem parte de um vasto elenco das ações culturais que a BP promove rotineiramente e contempla temas de interesse do público para contribuir para o avanço da sociedade a partir da escolha de temas que se apresentam na agenda social.

Ao compreender a importância do acesso irrestrito aos conteúdos informacionais, tendo como ponto de partida o pensamento de Frohman (2008) que destaca o caráter social, material e público da informação, tem-se a BP como um equipamento cultural com a maior relevância pública dessa organização social em materializar conteúdos e promover não apenas no modo presencial, mas também de forma remota, a satisfação das necessidades dos usuários. Nisso reside o caráter híbrido da biblioteca, uma vez que não deve apenas reunir publicações escritas e, principalmente, socializá-las, tendo em vista, inclusive o fato de a BP ter perdido o seu virtual monopólio por conta da concorrência com a internet e com os espaços alternativos de leitura. Em tempos de conhecimento digital, o documento se torna concreto na medida em que a busca encontra sua resposta, independente do modo como ocorreu a pesquisa.

Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objecto de conhecimento e assinalou a entrada dos Arquivos e das Bibliotecas na chamada 'era pós-custodial', passando a informação a afirmar-se como objecto em torno do qual se produz conhecimento científico[...]. (RIBEIRO, [2005], p. 4)

A era custodial, aos poucos, cede lugar a novas práticas sociais diretamente publicizadas, o que demanda das BP uma estrutura tecnológica moderna e políticas públicas, o que direciona os serviços técnicos e culturais para o atendimento eficaz das necessidades que surgem de maneira incessante.

De maneira ainda tímida, os serviços técnicos na área da Biblioteconomia caminham para a adequação de vocabulários condizentes com as necessidades reais de usuários que buscam informações numa era em que as respostas nas redes de comunicação alcançam uma velocidade de atualização impressionante, ainda que os resultados careçam de tratamento consciente para atender as demandas de indivíduos que, mesmo numa sociedade em rede, desconhecem direitos e deveres ou ainda a responsabilidade das esferas públicas em assegurar a difusão de informações que atenda as necessidades individuais e coletivas a nível cultural, social, e legal – o que possibilita o alcance da cidadania.

Diante de tantos avanços tecnológicos, ainda se convive com atrasos no campo da educação e na formação intelectual do nosso povo, causa de uma série de problemas sociais espalhados pelo país, alguns deles concernentes ao tema ora discutido. Nesse sentido, cabe citar relativa ausência de bibliotecas nas escolas, que, associada a outros fatores, constrange os estudantes a fazerem suas pesquisas nas bibliotecas públicas, reduzindo a frequência nas BP e condicionando o menor prestígio destas na sociedade brasileira.

Convém ressaltar que a comunicação digital permite que as informações circulem rapidamente e que, desse modo, um mesmo documento, pode se materializar ao mesmo tempo em lugares distintos. Também, frente a esse modo complexo do estabelecimento de conexões entre a informação e os usuários desterritorializados, os acervos deixam o confinamento e a guarda absoluta do estado tornando-se de domínio público.

No que se refere às bibliotecas escolares, é fato de que elas estão ausentes da base da formação infanto-juvenil, o que promove um contingente significativo de crianças e jovens sem a proficiência em leitura e,

segundo o Instituto Pró-Leitura, num estudo realizado entre os meses de junho e julho de 2011, verifica-se que o Brasil possui atualmente 50% da sua população formada de leitores ou seja 88,2 milhões de pessoas, mas sabe-se que muitos desses “leitores” apresentam sérias dificuldades de compreender o que lê.

E, nesse contexto, a BP está a preencher uma lacuna deixada pela ausência de políticas públicas direcionadas para a biblioteca escolar que deve ser a extensão da sala de aula, orientando alunos nas pesquisas e promovendo a iniciação desses estudantes no mundo da leitura:

[...] em síntese, uma pequena parcela quase que insignificante da população com condições e disposição de fazer uso da biblioteca. Seriam seus ‘usuários reais’. Isso implica afirmar que a biblioteca, pretensamente aberta a toda a população, presta serviços a um número quase que exclusivamente a determinadas classes sociais. Dessa forma, a biblioteca pública estaria ampliando o fosso entre aqueles que têm e aqueles que não têm informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 21)

Desse modo, ao dispor dos serviços para a pesquisa escolar, a BP foge da sua missão fundamental, contudo, em tempos de internet, esse encargo já se desloca para a rede com seus conteúdos digitalizados: livros, revistas, jornais e enciclopédias, que permitem ao aluno a recorrente prática de copiar e colar. Provavelmente essa limitada forma de pesquisa não aconteceria do modo como se verifica se o bibliotecário atuasse como um agente da educação escolar o que, conseqüentemente, resultaria numa melhor investigação acadêmica e, portanto, num ensino superior mais qualificado.

No entanto surge uma esperança e neste quadro de abandono, a biblioteca escolar tende a ocupar seu lugar como um órgão transversal do ensino básico, porque no dia 24 de maio de 2010, o país sancionou a Lei nº 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, o que significa dizer que, num prazo máximo de 10

anos, depois de sancionada a Lei, assim, todas as unidades de ensino seja fundamental ou médio, público ou privado, deverão ter funcionando uma biblioteca com bibliotecário responsável pelos serviços.

Políticas voltadas para o acesso à informação, leitura, livros e bibliotecas existem, timidamente, sendo possível elencar as iniciativas do poder público para aumentar o acesso aos conteúdos colecionados nas bibliotecas e arquivos dos estados.

Antes, porém, é interessante observar o que Barreto (2005) afirma como sendo política pública:

[...] toda política mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações, ressaltando que uma política de informação é um ritual de passagem de uma intenção formal, de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada, induzindo e convencendo a terceiros realizarem o que o governo julga ser uma necessidade para a área. Visando uma política pública efetiva é necessário que haja legislação, regulamentação e interpretação judicial que oriente o ciclo de vida da informação. [...] políticas públicas é o conjunto de decisões do governo que elege leis, ações, priorização de recursos para apoiar suas ações e com isto também define as metas a serem atingidas.

Assim a implementação de tais políticas depende de um conjunto de fatores e de atores sociais e, de acordo com Carvalho (2006), as políticas públicas assumem um lugar importante em virtude de ser esta uma sociedade plural. Elas são interpretadas e adequadas pelos setores públicos e privados, diferente das leis e resoluções que são impositivas. As políticas se expressam pelo discurso de como se opera; e a operacionalização das políticas desenvolve-se no jogo político e por meio da ação dos sujeitos que tornam as leis, editais, orçamentos, etc. nos produtos que deverão favorecer a uma coletividade.

Houve uma época, o Antigo Regime, em que o poder era privado, propriedade de famílias aristocráticas e membros do Alto Clero. As atividades sociais desses grupos eram fundamentalmente celebrações suntuosas repletas de comida, bebida e entretenimento, em que as célebres personalidades, sobretudo os chefes políticos, reuniam-se e compartilhavam informações a respeito das decisões do Estado. Além dessas reuniões festivas, outros ambientes como os saguões de palácios também serviam como ambientes de socialização dos agentes políticos.

Distante dos referidos ambientes dos membros mais privilegiados da sociedade, foram surgindo outros ambientes, como os cafés e clubes de leitores, formando novos espaços de sociabilidade, por onde eram transmitidas discussões e ideias muitas vezes subversivas ao Estado, uma vez que ali se tornou possível a comunicação de concepções que não era aquelas dos saguões dos palácios – até as linguagens circuladas ali eram alternativas se comparadas as linguagens do *stablishment* tradicional. Não é por acaso que os Estados tenham fiscalizado tão de perto quanto puderam esses ambientes. (DARNTON; BORGES, 1989)

Esses novos ambientes tinham um caráter bastante distinto dos anteriores, pois permitiam a indivíduos dos mais diferentes estratos, regiões e até mesmo, em alguns casos, religiões diferentes compartilharem ideias. Além dos espaços materiais já referidos, surgiram espaços remotos, sendo o mais importantes dele o jornal. O periodismo – para evitar aqui as ambiguidades do termo imprensa – constitui um dos principais ambientes promotores da livre circulação de ideias.

No entanto, na condição espaços coletivos de participação irrestrita, tais espaços permitam a difusão de ideias libertárias que concorreram para o fim do Antigo Regime. O mundo contemporâneo pautado nos direitos civis, na igualdade jurídica e na soberania popular surgiu e continua sendo transformado por esses ambientes.

Nisso reside o conceito de esfera pública proposto por uma série de autores no início do século XX, sendo Jürgen Habermas o principal articulador desse conceito. Na obra habermasiana, o primeiro escrito a fundamentar o conceito foi a obra *Mudança estrutural da esfera pública*, cuja primeira edição data de 1962, constituindo um dos principais escritos de sua longa carreira acadêmica.

Com o passar dos anos, o próprio Habermas retificou e acrescentou outros aspectos ao conceito, sem eliminar os fundamentos do que consiste esfera pública. Filósofo da Escola de Frankfurt, Habermas sabia conciliar o marxismo com vertentes de pensamento, tais como a crítica literária, a fé, além de deixar uma contribuição muito particular a toda filosofia moderna e pós-moderna, da qual ele, curiosamente, constitui um dos mais ardentes opositores teóricos. (SILVA, 2001)

Uma das mais didáticas definições de como se constitui a natureza da esfera pública está em um breve artigo em coautoria com outros dois pensadores na forma de um verbete de enciclopédia:

Cidadãos perfazem um público quando eles se expressam de uma forma irrestrita – isto é, com a garantia de liberdade de reunião e associação e a liberdade de expressão e publicização de suas opiniões – sobre assuntos de interesse geral. [...] Nós chamamos de esfera pública política ao contrário da, por exemplo, literária, quando uma discussão pública se processa a respeito de elementos ligados ao funcionamento do Estado. (HABERMAS; LENNOX, S.; LENNOX, F., 1974, p. 50)

Habermas, nesse trecho, deixa transparecer a concepção de que uma reunião de leitores ainda não é, necessariamente, um elemento constituidor da esfera pública. Há algo a mais para que isso ocorra. De fato, sempre existiram agremiações desse tipo, desde quando existe escrita. Entretanto, o enfoque habermasiano não é pelo agrupamento por si só, e sim pelo caráter democrático das regras compartilhadas por esse grupo de leitores.

Assim como os clubes de leitura, os cafés e os jornais, a BP constitui um universo aberto aos interesses coletivos. Nela podem circular pessoas e conhecimentos, apresentando novas soluções para os problemas da sociedade, o que a distingue das bibliotecas privadas da Igreja na Idade Média, tão bem descritas no romance *O nome da rosa* de Umberto Eco, pelo fato de estas últimas serem santuários secretos do saber detido por uma minoria.

Com isso, é nítido que a BP integra os espaços que compõem a esfera pública, uma vez que seus propósitos inserem-se precisamente no estabelecimento da livre e irrestrita circulação do pensamento inerente ao estado democrático de direito. Não é á toa que ela surgiu durante a Revolução Francesa, consubstanciando o processo pelo qual a esfera pública passa a estar sob a égide do Estado.

A nova ordem burguesa, ao mesmo tempo em que está alicerçada nos valores de privacidade dos indivíduos, estabeleceu o primado da esfera pública sobre os ambientes privados de sociabilidade. Tal primado é a responsável pelo advento de uma onda de coletivização dos saberes, que culminou com o estabelecimento da educação básica obrigatória em finais do século XIX nas potências europeias, possibilitando um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma sociedade cuja ciência se publiciza à medida que supera os obstáculos epistemológicos persistentes até século anterior. (BACHELARD, 1996)

De acordo com José Ventura, o conceito de esfera pública sob o prisma habermasiano é pertinente, mas deve ser acrescido de novas nuances, principalmente no que tange à inclusão do aspecto inclusivo da biblioteca, que lhe atribui um caráter híbrido, sincrético, da instituição. Esse caráter privado da biblioteca deve ser acrescido à conceituação habermisiana, pois “Habermas desenvolveu o seu conceito de ‘público’ como um quarto conceito distinto do Estado, do mercado e da esfera íntima da família”. (VENTURA, 2002, p. 41)

Isso ocorre tendo em vista que a BP não só possui um caráter público como também privado, visto que ela integra várias outras instituições

tais como a família, a escola e a vizinhança em seu espaço. (VENTURA, 2002, p. 41) Dessa forma, é cabível afirmar que esse instrumento cultural contribui de larga maneira para o desenvolvimento dos cidadãos em seu plano político, científico e afetivo.

É possível destacar algumas iniciativas que contribuíram para avanços relativos ao acesso à leitura, implantação de novas bibliotecas, ampliação de acervos. Uma primeira iniciativa a ser trazida à cena é a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), criado no Estado Novo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei nº 93, de 21/09/1937, na gestão do Ministro Gustavo Capanema e que, segundo Milanese (2002, p. 46-47), foi um órgão criado para:

[...] implantar uma biblioteca em cada município brasileiro. Havia uma forte campanha visando à difusão da leitura como alavanca para o desenvolvimento pessoal e coletivo. [...] seus livros seriam instrumentos de elevação do nível cultural e alavancas do desenvolvimento. Para isso, o INL estabeleceu determinados pacotes de livros e espalhou-os pelas cidades brasileiras, acreditando que essa ação criaria o gosto pela leitura, tornando as bibliotecas municipais irresistíveis. [...] Apesar das boas intenções, essas bibliotecas vindas de cima para baixo, das esferas federais para o cotidiano das cidadezinhas, da mesma forma como chegaram, desapareceram. Chegaram como surpresa e desapareceram nos meandros da vida municipal.

Quem acompanha os debates sobre bibliotecas públicas, sobretudo, nos últimos 30 anos, tem conhecimento de que a meta do INL tornou-se recorrente nos discursos políticos e que muitos projetos de distribuição de livros surgiram em diferentes momentos da história recente do país apresentando-se como solução para problemas tão complexos, pois governos:

[...] municipais, como também estaduais e federais, programas, tais como o Projeto Fome de Livros, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura mantém a regularidade de se constituírem como programas distributivos, que significam unicamente a possibilidade de, através de medidas de doação de acervos, os problemas relacionados à leitura na sociedade brasileira serem sanados. Embora exista esse imaginário de 'sucesso' na distribuição de livros, sabemos que o processo de democratização da leitura e acesso a bibliotecas não são assim tão simples e rápido; mais ainda, não garantem a formação de sujeitos-leitores. (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008)

A solução para tais questões até então não se concretizou, mas algumas mudanças são possíveis de registro. Tomando-se o estado da Bahia para contextualizar essa premissa, tem-se que, em 2007, o recém-empossado governo do estado apresentou uma proposta para zerar o déficit de bibliotecas por município que somam 417 cidades e, ao final da gestão compreendida entre de 2007 a 2010, todas essas localidades estariam com suas bibliotecas públicas equipadas e funcionando.

Essa meta trazida do INL em 1937, na Bahia, foi alcançada 63 anos depois. A Fundação Pedro Calmon, órgão subordinado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, responsável pela gestão das bibliotecas públicas e arquivos públicos do estado, além de zerar o *déficit* de bibliotecas tendo na atualidade os 417 municípios com bibliotecas públicas implantadas, também realiza a dinamização de bibliotecas.

A partir de recursos do governo federal, o Ministério da Cultura utiliza os editais de seleção pública para apoiar projetos e premiar iniciativas nos mais variados ramos da cultura do país.

QUADRO 1 – Políticas Públicas Livro, Leitura e Bibliotecas do Governo da Bahia

PROJETO	O QUE É?	RECURSO
PONTOS DE LEITURA	Edital que visa apoiar iniciativas culturais que fortaleçam e estimulem a leitura em todo Estado. Destinado para o fortalecimento e ao incentivo à leitura. Os Pontos de Leitura devem adquirir livros, gibis, revistas, CDs e DVDs, diversificando o acervo; investir, em atividades socioculturais e educacionais agregadas à leitura; aquisição de equipamentos e mobiliário.	O valor total é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), sendo entregue R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada Ponto de Leitura contemplado.
BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS	Edital que contempla 23 iniciativas culturais desenvolvidas por instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem como bibliotecas comunitárias com ações de fortalecimento, estímulo e fomento à leitura.	Disponibilizado R\$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais). Cada biblioteca contemplada recebe R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
AGENTES DE LEITURA	Edital que contempla 572 jovens para atuarem no município de Salvador e mais 47 municípios baianos. Os jovens devem ter entre 18 a 29 anos e possuir o ensino médio completo. Devem atuar para a democratização do acesso ao livro, por meio de visitas domiciliares, empréstimo de livros, rodas de leitura, contação de história, sarau literário.	Cada agente recebe um kit com 100 livros, uniforme, 01 bicicleta e 01 bolsa complementação familiar mensal no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	Projeto que ocorre com recursos do Mais Cultura , caracterizando-se como uma parceria entre o governo federal, governo estadual e prefeituras municipais, não se tratando de um edital. Possibilita o acesso da comunidade de bens e serviços culturais através da modernização da biblioteca pública para contribuir para a conquista de melhores índices do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	As bibliotecas municipais contempladas recebem 1.000 livros, mobiliários e itens de ambiência, 11 computadores com acesso à internet banda larga.
---	--	---

Fonte: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON [2011].

A convivência entre os múltiplos saberes, tão recorrente nos discursos da atualidade, permite refletir sobre a questão da disseminação da informação, porque a informação, esteja no suporte que for, necessita do ser humano para realizar a tarefa complexa de traduzi-la. Por sua vez, vive-se uma era em que a explosão informacional é fato. Nesse sentido, é importante citar a definição sobre disseminação da informação da autora Maria Helena Barros (2003, p. 56):

[...] como divulgação ou propagação, quando ela (a disseminação) se associa e se complementa com informação. [...] passa a relacionar-se com dados, informes, notícia, envolvendo conhecimento [...] Além disso, a disseminação da informação, como processo, tem funcionamento particular que, de uma certa forma define, até, por antecipação suas características de especialidade.

A biblioteca pública tem a obrigação de facilitar a inserção do indivíduo na sociedade, promovendo o desenvolvimento intelectual, cultural e social, conforme propaga o manifesto da Unesco (1994). Mas sabe-se que este propósito está longe de ser alcançado, por diversas razões, uma

delas é o descaso do poder público frente à questão da leitura e seus modos de acesso.

Em sua história, a biblioteca pública direciona suas ações, basicamente, à preservação do material, criando regras que distanciam os usuários da manipulação do acervo, esquecendo-se, ou relegando a outros planos, a disseminação da informação, o que contribui para a mudança de foco da BP de privilegiar a leitura para atender as atividades escolares.

A biblioteca tem mudado de função, passando de espaço onde se armazenam os patrimônios filosóficos e científicos da sociedade para as futuras gerações, preservando-os do perecimento, para se transformar em local de convívio, inspiração, apoio e formação dos que desejam o mundo, a ciência e as artes.

A partir da nova ambientação que a microeletrônica promove, a biblioteca ganha uma nova configuração, deve estar na agenda pública das cidades, e adquire, cada vez mais, um caráter popular, que contempla o acesso a todos os tipos de usuários, sem distinção de idade, raça, gênero e classe social. O acesso pode ser físico ou virtual, através dos catálogos eletrônicos ou dos novos serviços possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

É importante destacar que a Internet, uma rede que tece nós eletrônicos entre os usuários, permite que a coleta e a concentração de informação sejam, em frações de segundos, acessadas por um número imprevisível de usuário de forma simultânea.

Dessa forma, a biblioteca digital e a biblioteca virtual ampliam a possibilidade de acesso dos sujeitos, ao mundo do conhecimento ou do lazer. A desterritorialização, em voga na contemporaneidade, alcança a **casa do saber**, criando a **biblioteca do futuro** e a possibilidade de democratizar a informação.

É importante compreender que, a exemplo da biblioteca tradicional, a prática leitora deve ser conquistada pelos sujeitos e, no caso da virtualidade, incluindo um custo dos equipamentos a ser manipulado, o pré-requisito fundamental é saber ler. A biblioteca que o futuro reserva

abrange o virtual e o digital, ao mesmo tempo em que não possui um espaço físico, um local de funcionamento. Nessa sociedade, a biblioteca passa a ter denominações: virtuais, digitais, físicas.

Destaca-se que no cenário contemporâneo, de acordo com Scherer-Warren (2005), as relações sociais podem ser divididas, analiticamente, em primárias ou secundárias – locais ou globalizadas. As relações sociais primárias são aquelas advindas do cotidiano e da convivência espaço-temporal (física) bem delimitada, a exemplo do parentesco, amigos, vizinhança, religião; já as relações secundárias são aquelas que se fundamentam nas redes politicamente construídas, em geral, provenientes de movimentos sociais, partidos políticos.

O caráter solidário e democrático das redes sociais pretende, a partir da sociedade civil, atender ao pleito das camadas periféricas da população no que tange o oferecimento de bens e serviços, na maioria das vezes essenciais, e não disponibilizado pelo Estado neoliberal.

Os indicadores oficiais revelam dados que apontam para a ausência do Estado no suprimento de políticas públicas que atendam as demandas sociais no campo da educação, cultura, saúde e segurança. No entanto, pode-se verificar que, por iniciativas da sociedade organizada, algumas realidades complexas da população mais carente têm mudado para melhor.

Fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Isso explica em parte o fato de a representação de o mundo social integrar crescentemente a noção de rede, numa perspectiva que procura chamar a atenção sobre as relações e a complexidade e os nós. (DIAS; SILVEIRA, 2005)

Os espaços urbanos no Brasil e, em especial, na periferia das grandes cidades, revelam um pulsar de vida que vai além dos registros oficiais que controlam o ir e vir do cotidiano da urbe. E, nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura do Estado contemporâneo, no qual a economia

regimenta todas as ações políticas e sociais das nações, suprime as necessidades básicas dos menos favorecidos economicamente.

Essas comunidades se caracterizam por sua organização em forma de redes sociais humanas ou solidárias, ou seja, indivíduos organizados em pares, com interesses comuns. As interações promovidas por essas redes contemplam as áreas de saúde, educação, economia, cultura.

Enquanto o Estado se apresenta distante das camadas mais populares, justificando-se pelo tamanho e entraves burocráticos, as políticas culturais dos movimentos populares buscam alternativas na **política do próximo**, ou seja, na solidariedade.

Pouco interessados nas macroquestões, embora voltadas ao atendimento das necessidades básicas e imediatas, nascem os movimentos locais, organizados em grupos. E na *urbe* contemporânea, um conjunto dos fragmentos (bairro, ruas, ladeiras) emerge as redes humanas que produzem formas de socializar o acesso ao mundo da informação.

A configuração, estrutura e funcionamento dessas redes humanas trazem ao debate uma importante questão: a informação utilitária com valor agregado – a informação que serve de instrumento regulador das ações e estratégias adotadas na esfera do Estado e na esfera dessas redes comunitárias; a informação que pretende transformações sociais.

No caso do acesso à leitura, redes similares vêm se multiplicando, buscando suprir uma demanda imediata de informação da comunidade local.

O objetivo principal desses voluntários, animadores culturais ou mediadores da leitura, que se dedicam a desenvolver um trabalho comunitário na área da promoção da leitura, é diminuir as distâncias entre os que têm e os que não têm um espaço capaz de oferecer informação aos seus parentes e amigos.

A biblioteca virtual está associada aos acervos. Ela busca o diálogo com o usuário. Contudo o conceito ainda não está totalmente elaborado e para estabelecer as diferenças entre bibliotecas digitais e virtuais, o que ainda gera polêmica. Tomaél define *biblioteca virtual* como “um bom

exemplo da dificuldade de conceituação de novas fontes. Basta consultar a literatura a respeito para verificar as várias acepções que o termo tem assumido”. (TOMAÉL; VALENTIM, 2004)

Essa polêmica ainda é evidente e na tentativa de desvendar o que é uma biblioteca digital verifica-se a existência de três possibilidades conceituais: a primeira é que seja uma biblioteca tradicional que disponibiliza seu catálogo *on-line*; uma segunda que aponta para uma biblioteca que tem seu acervo digitalizado; e, por último, uma coleção de *links* comentada e tratada sob a luz da ciência da informação.

A forma de recuperar a informação, nos *sites* de busca, tende a se aprimorar a cada dia, mas o quadro que se verifica no momento é da inexistência de mecanismos capazes de filtrar a informação de forma a proporcionar a seleção restrita dos temas de interesse.

É possível justificar o quadro em que o acesso à leitura e à informação é tratado no Brasil, mas não se pode perder de vista quanto uma unidade de informação tem potencial para oferecer alternativas interdisciplinares, no âmbito de sua atuação. Cada texto, cada material colecionado nesses ambientes, pode servir à comunidade como um instrumento para a liberdade.

Embora as novas tecnologias tenham criado infinidades de *softwares* para as bibliotecas, esses instrumentos têm facilitado a busca, a recuperação e a disseminação da informação; é relevante registrar que poucas bibliotecas públicas brasileiras utilizam os computadores e os recursos da informática. Nesse campo, também é possível verificar que existem dois *Brasis*, o das bibliotecas digitais e virtuais e o das bibliotecas com serviços totalmente manuais.

Considerando a extensão territorial brasileira, é comum encontrar uma biblioteca pública que funcione precariamente, não é comum encontrar uma que esteja na era digital. Por isso, ainda está muito distante o oferecimento de serviços no campo da leitura pública, para a maioria dos seus habitantes.

E mesmo nas poucas bibliotecas espalhadas pelo Brasil, há uma deficiência grande nos seus acervos, nos seus serviços e na informação utilitária. Suaiden (2000), estudando as necessidades informacionais da população, propôs prioridades para a coleta e disseminação, nas bibliotecas públicas, de informação utilitária que ajudaria as pessoas a resolver os problemas cotidianos. Os estudos realizados demonstram que, para as populações carentes, a informação oral é até mais importante que a informação bibliográfica.

Esse estudo coincide com as conclusões da pesquisa de Soares (1995), destacando a necessidade que a população carente tem de informação utilitária. Isso se justifica porque um país com graves distorções sociais há carência por espaços que representem um apoio informacional.

À medida que a biblioteca aumenta o grau de interação com a comunidade, estando direcionada para atender a demanda do seu público leitor ou seus usuários e até mesmo os usuários potenciais, a BP se fortalece e se insere na memória coletiva local.

Impossível negar que a Bahia é um estado extremamente produtor de cultura com uma distinção significativa em relação aos demais estados do país. Detentor de um modo de viver e se relacionar com a criatividade e a inovação, é difícil rebater o argumento de que “o baiano não nasce, estreia”. Brincadeiras à parte, o que de fato pretende-se discutir nesse artigo é a forma como a Bahia atua no quesito preservação do seu acervo documental tanto nas bibliotecas quanto nos arquivos públicos, já que conforme afirmação anterior, nesse lugar a cultura efervesce, produz-se muito e muito há para guardar para em seguida disponibilizar ao público.

Parece um contrassenso, mas ao mesmo tempo em que essa cultura é rica, dinâmica e difundida para o mundo representada por grandes escritores, músicos, artistas plásticos, cineastas e demais produtores de cultura de massa e erudita, o nosso estado padece de problemas graves relativos à implantação e manutenção dos equipamentos culturais, responsáveis pela preservação e disseminação da informação. Percebe-se

que as iniciativas promissoras que criam ambientes de leitura e acesso ao conhecimento produzido pela sociedade, em muitos casos, encontram-se silenciados pelo abandono, resultante de séculos de desmandos com a memória do povo.

Ainda pensando na inovação constante, uma questão vem ao centro do debate: o que dizer da primeira biblioteca pública do Brasil? Foi fundada, na Bahia, no dia 13 de maio de 1811, uma biblioteca cheia de marcas identitárias com o seu povo que vão desde a formação do seu acervo, passando pelas várias casas que acolheram a sua instalação sendo que, em dois desses locais, o acervo e o mobiliário sofreram danos profundos (uma vez por causa de um bombardeio e depois um incêndio) – mas que, apesar desses sinistros acontecimentos, hoje aos 202 anos de existência, está instalada num amplo e elegante prédio localizado no centro da cidade de Salvador desde 1971. Trata-se da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Mas a biblioteca pública não pode por si só significar o passaporte para a leitura e para o mundo do conhecimento, é necessária uma série de instituições e constituições de políticas públicas que garantam o uso desse equipamento a favor da constituição crítica do sujeito.

O poder legislativo, que é responsável pela votação do orçamento dos governos, mantém-se omissivo frente às necessidades das bibliotecas públicas, que deveriam estar em todos os 417 municípios do estado, e tais políticos deveriam impedir que elas padeçam do imenso abandono de recursos que impedem a renovação do acervo.

Mas o estado da Bahia, ao mesmo tempo em que frutifica em criatividade, historicamente se arrasta nos fracos resultados das avaliações de desempenho cujos índices retratam o quadro do nível do conhecimento e aprendizagem dos estudantes. O fraco desempenho é reflexo de insignificante investimento em políticas públicas que garantam a efetiva preservação da memória cultural local.

Embora a biblioteca pública tenha 202 anos, ao olhar apenas para onde estão localizadas as bibliotecas na cidade de Salvador, percebe-se

que a leitura pública oferecida pelo estado fica restrita a sua região central ou no máximo chegando a um bairro de classe média.

Em se tratando de responsabilidade da prefeitura da capital baiana, perceber-se que o quadro piora sensivelmente, pois a cidade conta com duas bibliotecas públicas funcionando: a Biblioteca Prof^o Edgard Santos e a Biblioteca Denise Tavares – localizada no maior bairro de matriz afro-descendente do Estado da Bahia.

O que se tem visto nos últimos anos e que se pode parabenizar é a vontade de profissionais das BP num trabalho inter e multidisciplinar buscar, através das tecnologias digitais, das redes de comunicação e da prática de ações culturais se aproximar de um público atualmente frequentador de *shopping center* e redes sociais, na perspectiva de cumprir seu papel social semeando o gosto pela leitura e possibilitando a transformação de indivíduos em cidadãos através da disseminação e difusão da informação para a construção de um conhecimento que cada vez mais caminha para a ação colaborativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludimila; BASTOS, Gustavo Brandini; ROMÃO, Lucilia Maria de Sousa. Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca: análise do discurso do presidente Lula. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, v. 13, n. 26, 2^o sem. 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: EDUEL, 2003.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

BARRETO, Aldo. Política nacional de Informação: características, qualidades e barreiras. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 5., 2005, Salvador. *Conferência...* Salvador: Instituto de ciência da Informação, 2005.

BARROS, Maria Helena T. C. *Disseminação da informação: entre a teoria e a prática*. Marília: [s.n.], 2003.

CARVALHO, Kátia. Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento. *Datagramazero*, v. 7, n. 2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr06/Art_01.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

DARNTON, Robert; BORGES, Luis Carlos. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2008.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Mais Cultura*. [2011]. Disponível em: <<http://fpc.ba.gov.br/node/1571>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

HABERMAS, Jürgen; LENNOX, Sara; LENNOX, Frank. The public sphere: an encyclopedia article (1964). *New German Critique*, n. 3, p. 49-55, 1974.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 35, abr. 2001.

MILANESI, Luis. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Jornal Hoje*, 11 novembro 2011.

RIBEIRO, Fernanda. *Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*. [2005]. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SOARES, M. Língua escrita, sociedade e cultura. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, p. 5-16, set./dez. 1995.

SUIAIDEN, Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2 maio/ago. p. 52-60, 2000.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Avaliação de fontes de informação na Internet*. Londrina: Eduel, 2004.

VENTURA, J. J. B. *Bibliotecas e esfera pública*. 2. ed. Oeiras: Celta, 2002.

UNESCO; IFLA. *Manifesto da Ifla/Unesco sobre bibliotecas públicas*, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

**ZONAS DE INTERSEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE
INTEGRAÇÃO DO ENSINO ACADÊMICO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
contribuições à formação de arquivistas, bibliotecários
e museólogos como profissionais pesquisadores e
protagonistas sociais**

Henriette Ferreira Gomes

INTRODUÇÃO

O ensino superior deve se ocupar da boa formação de profissionais que possam atender as demandas da sociedade, compreendendo que no cerne delas reside um núcleo mobilizador da criatividade científica, orientadora das próprias práticas profissionais comprometidas com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural de cada país.

Na atualidade, os fazeres profissionais reclamam pela capacidade crítica e inovadora de qualquer profissão. Atuar em contextos sociais complexos e em permanente transformação coloca sob a responsabilidade dos profissionais de nível superior o estado permanente de análise, revisão, redimensionamento das práticas e criação de novas alternativas, soluções, processos, produtos e serviços.

O campo da Ciência da Informação tem em seu núcleo as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como disciplinas formadoras dos profissionais que, inseridos nos contextos sociais, responsabilizam-se pelo trabalho com a informação. Com o constante desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), com a ampliação do estado de direito, que busca assegurar o acesso à informação em todas as esferas da sociedade, como também com políticas e projetos voltados à expansão dos espaços de educação e cultura, incluindo-se as bibliotecas, arquivos e museus, fica evidenciada a responsabilidade da formação em nível de graduação dessas três áreas no sentido de passarem a focalizar a construção de profissionais vinculados ao fazer científico.

Desse modo, torna-se urgente que a universidade inclua em suas práticas de ensino-aprendizagem a articulação das atividades desenvolvidas no nível da graduação com aquelas relacionadas ao nível da pós-graduação, esfera da formação que mais intensamente está voltada à formação do pesquisador.

Várias são as estratégias de ensino já utilizadas na graduação que potencialmente podem ser articuladas ao ensino de pós-graduação. Assim, neste texto procura-se refletir e “desenhar” os pontos possíveis dessa desejada interseção e o potencial formador dos profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como pesquisadores e protagonistas sociais dessas três áreas do conhecimento que integram o campo científico da Ciência da Informação.

MISSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A formação em nível superior não se afasta da missão da educação. Nesse sentido, ainda como responsável pela formação profissional de cidadãos adultos, o ensino superior não pode se eximir da responsabilidade da construção do ser, que passa também por sua preparação para a convivência social promissora. Educar e conviver conduzem ao aprender a ser. Educação e convivência social permitem a formação do

que denominamos “ser humano”. E, conforme Savater (2006), a plena estatura humana só pode ser alcançada por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Ao cumprir sua missão, a verdadeira educação se constitui libertadora o que, por outro lado, relaciona-se a ações desenvolvidas em coletividade. Pensar em educação verdadeiramente libertadora implica em pensar no fazer coletivo. Conforme Freire (1987, p. 36), “[...] ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho; os seres humanos se libertam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” Para ser libertadora, a educação precisa se dar em ambientes cooperativos, de interlocução e debate solidários, expandindo o espaço gerativo da imaginação.

Na perspectiva da educação libertadora, o *lócus* da imaginação ganha centralidade, já que esta impulsiona a criatividade, o fortalecimento da identidade e a consolidação da “humanidade” no indivíduo. A imaginação guarda em si o “germe” da construção da identidade, autonomia e capacidade criativa do homem e, ao viver tal experiência o sujeito se transforma em protagonista social. O maior poder da natureza humana é a imaginação, que é compreendida por Bachelard (1991, 1996) como um ato poético. Ato por meio do qual o homem se expressa, constrói-se e constrói o mundo. Imaginar equivale a nascer e renascer, significar e ressignificar, construir conhecimento e renovar conhecimento. Em síntese, a imaginação é essencial ao humano, à humanidade e é propulsora da atitude inquieta que inspira e sustenta a pesquisa.

Desse modo, a educação libertadora, no âmbito do ensino universitário, volta-se à formação de profissionais pesquisadores e protagonistas de seu tempo e, para tanto, deve ser aquela que:

- a. mantém a perspectiva da formação do humano, assumindo o seu desenvolvimento como foco de sua ação deliberada;
- b. propaga o conhecimento especializado acumulado historicamente e aceito como válido;

- c. mas que também busca a geração do conhecimento novo, questionando o conhecimento já estabelecido.

Enfim, a educação universitária libertadora é aquela que transita entre os saberes instituídos e instituintes, atuando como mediadora do processo permanente de exercício crítico da ciência, gerador de novos conhecimentos.

Esse desafio a ser enfrentado pelo ensino superior o coloca mais fortemente ligado à responsabilidade de trabalhar com a imaginação e o fazer coletivo. Essas demandas exigem o planejamento do fazer docente voltado:

- a. à seleção, organização e apresentação de conteúdos informacionais que registram os conhecimentos socialmente estabelecidos;
- b. à realização de atividades de apoio à construção do conhecimento;
- c. à avaliação da aprendizagem;
- d. a ações e atitudes motivadoras.

Desses quatro grupos de atividades a serem realizadas pelos docentes, as ações e atitudes centradas no alcance da motivação dos estudantes representam atividades pouco debatidas, compartilhadas e sistematizadas para sustentação de um planejamento que assegure a efetividade da formação. Segundo Lima (2008), o papel motivador do professor é o menos trabalhado e considerado no planejamento dos processos de ensino-aprendizagem. A práxis pedagógica, em especial na universidade, parece privilegiar pouco o desenvolvimento de ações motivadoras, de modo sistemático e planejado, que ficam dependentes do potencial e atitudes espontâneas de cada docente.

Desconsiderar a importância da motivação coloca a formação em nível superior afastada da compreensão da complexidade que envolve o aprender e do quanto a emoção tem implicações na disposição para o

processo de construção do conhecimento. Morin (1987, 1999) e Maturana (1995, 2004) reforçam o lugar de importância que a emoção ocupa no processo de aprendizagem complexa. Esses autores assinalam em suas obras a relação vital existente entre emoção, imaginação, significação e ressignificação, caracterizando uma relação dinâmica que conduz ao processo de construção do conhecimento. A emoção impulsiona a imaginação que, por sua vez, sustenta o processo de significação e/ou ressignificação, gerador do conhecimento, da construção da identidade, da autoconsciência e da consciência do mundo. Enfim, a forte ligação existente entre emoção e imaginação, quando trabalhada adequadamente, proporciona as condições da construção do conhecimento que, como defendeu Arendt (1983), representa o próprio nascimento do humano.

A emoção precisa ser compreendida como elemento importante no processo de ensino-aprendizagem em qualquer que seja o nível da formação. Não apenas o ensino fundamental e médio deve considerar esse elemento basilar da criatividade, também o ensino superior precisa considerá-lo, já que a emoção cumpre papel relevante na aprendizagem de qualquer faixa etária do sujeito aprendente. Conforme Damásio (1996, 2000), o estado somático (emocional) é importante para se evocar memórias que, na sua interpretação, representam a hipótese somática da aprendizagem.

Desse modo, ao pensar a formação dos profissionais de arquivistas, bibliotecários e museólogos que contemple atitude e competência para a pesquisa e para intervenção propositiva e transformadora das atividades informacionais no âmbito dos espaços culturais e de memória social como os arquivos, bibliotecas e museus, torna-se importante identificar as possibilidades de atividades articuladoras da formação do profissional, inerente ao ensino da graduação, com a formação para a docência e pesquisa, sob a responsabilidade da pós-graduação.

ZONAS DE POSSÍVEIS INTERSEÇÕES ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Para tratar das possíveis zonas de interseção entre as atividades de ensino-aprendizagem da graduação e pós-graduação é preciso rememorar os objetivos que norteiam esses dois níveis da educação formal.

No que tange à formação em nível de graduação, pode-se destacar como objetivos:

- a. a formação de profissionais especializados;
- b. a introdução do estudante no campo do conhecimento específico;
- c. o nivelamento quanto ao domínio básico do conhecimento especializado;
- d. o conhecimento e domínio da bibliografia básica norteadora da formação;
- e. a consolidação da formação através da associação entre teoria e prática por meio da realização de estágios supervisionados.

No caso brasileiro, acrescenta-se a esses objetivos a busca da superação de limitações advindas da fragilidade atual da educação formal realizada nas esferas do ensino fundamental e médio.

Quanto à formação em nível de pós-graduação, destacam-se como objetivos centrais:

- a. a formação de mestres (docentes para o nível superior) e doutores (docentes/pesquisadores);
- b. o desenvolvimento, ampliação e renovação do conhecimento teórico instituído;
- c. a expansão da compreensão do estudante em torno das bases teóricas, históricas e epistemológicas do campo do conhecimento do curso;
- d. a ampliação do conhecimento dos métodos e técnicas de pesquisa, enfim, das opções metodológicas da área;

- e. a introdução de conhecimentos acerca das práticas de ensino por meio da realização de estágio docente (tirocínio docente);
- f. o exercício da atividade da pesquisa científica;
- g. o exercício da comunicação científica através da produção, publicação e apresentação de trabalhos em eventos científicos da área;
- h. a preparação dos estudantes para o desenvolvimento de estudos sobre as práticas (terreno social no qual ocorre o fazer orientado pelo conhecimento da área) a partir dos referenciais teóricos existentes;
- i. o exercício da proposição científica;
- j. o exercício da crítica, do debate e dos comportamentos cético e ético fundamentais ao desenvolvimento científico de um campo do conhecimento;
- k. o exercício da autonomia e, ao mesmo tempo, da intersubjetividade, elementos basilares da conduta científica.

Quando se analisam os objetivos das formações em nível de graduação e de pós-graduação, percebe-se que deles se originam uma série de atividades já desenvolvidas na vida universitária, a partir das quais são gerados produtos que são objetos de exame e avaliação, caracterizando-os como indicadores dos resultados dessas formações. Além disso, torna-se também possível identificar os atores envolvidos direta ou indiretamente na realização dessas atividades e as relações estabelecidas entre eles nessas ações, o que permite a visualização de algumas zonas de interseção entre as formações em nível de graduação e de pós-graduação.

Um bloco inicial de zonas de interseção pode ser identificado a partir da relação entre atividades realizadas para que sejam alcançados os objetivos de cada nível de formação. Uma primeira zona de interseção corresponde ao objetivo de se fazer com que os estudantes estabeleçam associação entre a teoria apresentada pelos docentes em sala de aula e a prática profissional orientada por ela, prática enfim que se constitui em

objeto de estudo na esfera científica, na qual se promove a constante reflexão capaz de reformular ou até substituir tais teorias. Na formação em nível de graduação, busca-se alcançar esse objetivo através da realização dos estágios, enquanto que na formação em nível de pós-graduação, através da escolha do terreno a ser pesquisado, isto é, através da seleção do universo social no qual as práticas e ações informacionais ocorrem para que se possa observar e analisar o objeto em um movimento recursivo de nova associação entre teoria e prática (FIGURA 1).

FIGURA 1



Fonte: Produção da própria autora.

Outra zona de interseção é observada através da realização das atividades de pesquisa, que na graduação podem ser vivenciadas mais intensamente pelo estudante quando ele atua como voluntário ou bolsista de iniciação científica na realização da pesquisa de um professor orientador. Já no plano da pós-graduação, essa interseção com a graduação ocorre quando o mestrando, ou doutorando, realiza sua própria pesquisa orientada por um professor-pesquisador que também atua como orientador de estudantes da graduação, por exercer a docência tanto na graduação quanto na pós-graduação. Isso faz com que esse docente reúna

periódica e sistematicamente, no interior do seu grupo de pesquisa, seus orientandos ligados aos dois níveis de formação.

Os grupos de pesquisa representam um importante espaço de interação direta, mediada por um pesquisador sênior, no qual ocorre um segundo plano de interseção entre as atividades de pesquisa em si e as atividades de leitura, debates, realização e audiência de palestras, conferências e defesas, onde as temáticas em estudo são apresentadas e debatidas. Na articulação dessas duas subzonas de interseção, os estudantes têm a oportunidade de:

- a. constatar a existência de diversas problemáticas envolvidas nos objetos de pesquisa;
- b. tomar contato com diferentes correntes teóricas;
- c. identificar diferentes tendências de pesquisa;
- d. aprofundar o conhecimento em torno das metodologias de pesquisa;
- e. entrar em contato com os debates contemporâneos;
- f. realizar o exercício da crítica,
- g. desenvolver suas competências para a produção escrita e apresentação oral;
- h. compreender e assumir comportamentos acadêmicos e científicos em torno das discussões para o estabelecimento de consensos que sustentam a estabilização das teorias.

Além disso, no caso dos estudantes da graduação, a experiência de integrar um grupo de pesquisa permite a abertura da compreensão mais direta do *modus operandi* da ciência e da existência de um universo científico ligado ao fazer profissional para o qual ele está sendo formado. Já no caso dos estudantes da pós-graduação, acrescenta-se a possibilidade, através do contato com os estudantes da graduação, de aprofundar o olhar em torno das práticas profissionais envolvidas com o fenômeno

da informação, como também com as particularidades relacionadas ao terreno sociocultural onde essas práticas são realizadas.

Neste caso, se o grupo de pesquisa interagir com outros grupos de áreas que integram o campo científico da ciência da informação, por exemplo, se grupos cujos focos de pesquisa estejam mais concentrados na Arquivologia, na Biblioteconomia ou na Museologia têm a oportunidade de interlocução entre si, tanto os estudantes de graduação quanto ao da pós-graduação, mas em especial estes últimos, poderão compreender com maior clareza onde residem os pontos de maior articulação entre as três áreas centrais da Ciência da Informação. Tal experiência pode favorecer o próprio desenvolvimento e fortalecimento científico do campo.

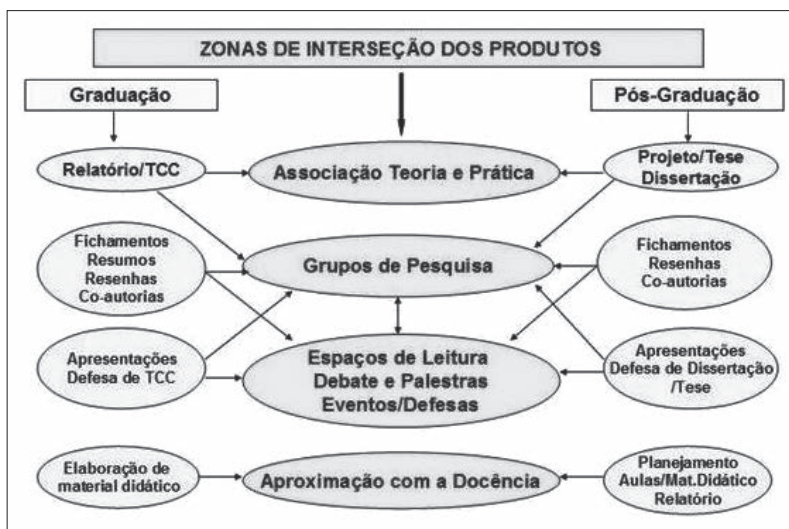
Ainda no que diz respeito às zonas de interseção dos objetivos e atividades das formações, identifica-se a possibilidade de articulação entre os dois níveis de formação, que são as atividades realizadas com o objetivo de aproximar os estudantes do exercício e da prática da docência. No caso da graduação, os estudantes que vivem a experiência da monitoria têm a oportunidade tanto de auxiliar e participar das práticas docentes, quanto de estabelecer contato com estudantes de pós-graduação que, na realização do estágio docente (ou tirocínio docente), sob acompanhamento e supervisão do professor, assumem responsabilidades na preparação e realização de algumas atividades de ensino. Acompanhar de modo bem próximo as práticas de ensino e o processo de aprendizagem da docência por parte do estudante da pós-graduação, também faz com que o estudante da graduação possa conquistar um novo interlocutor que, em termos de experiência acumulada, ocupa um lugar intermediário entre ele e o professor, o que favorece o estabelecimento de uma cumplicidade que amplia o espaço da troca de informações. O estudante da graduação encontra outro ator que pode ser tomado como referência e cuja dialogia tenderá a se desenvolver em uma aproximação menos formalizada.

Por outro lado, no estágio docente, o estudante de pós-graduação, além de exercitar a prática do ensino, pode observar a ligação entre as teorias formuladas e vigentes no campo do conhecimento com a forma-

ção dos profissionais que, inseridos na sociedade, aplicarão esses conhecimentos em atendimento às necessidades sociais. Nessa experiência, o estudante de pós-graduação pode alcançar uma compreensão maior da sua responsabilidade, a partir da conquista do grau de mestre que lhe permitirá atuar no magistério de nível superior das áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com a formação dos profissionais que com seus fazeres conformam o campo empírico das práticas informacionais que são objetos de estudo da Ciência da Informação.

O segundo bloco de zonas de interseção está diretamente relacionado às atividades a partir das quais são gerados produtos acadêmicos, dentro de cada objetivo das formações promovidas pela universidade na graduação e pós-graduação. Os produtos gerados nas atividades voltadas ao objetivo da associação entre teoria e prática correspondem aos relatórios de estágio e os trabalhos de conclusão de curso produzidos pelos estudantes da graduação e os projetos, teses e dissertações produzidos pelos estudantes de pós-graduação, sendo que neste nível da formação há ainda a possibilidade de o aluno produzir relatórios, artigos, trabalhos para apresentação de resultados parciais da pesquisa em andamento em eventos científicos.

FIGURA 2



Fonte: Produção da própria autora.

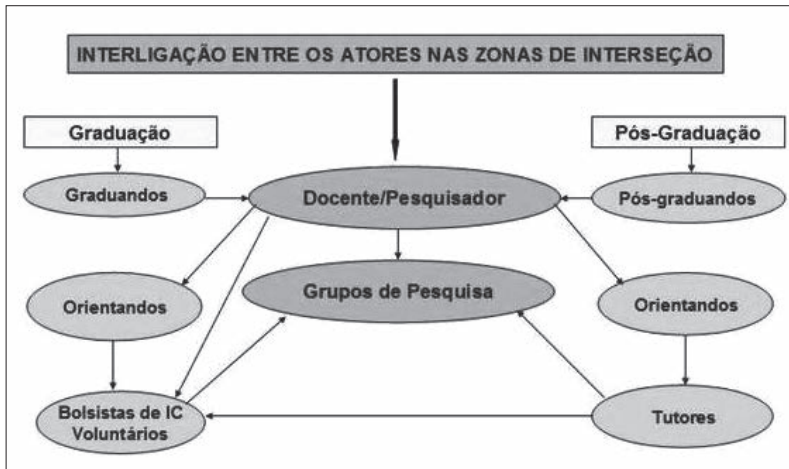
Na geração da maior parte dos produtos, percebe-se uma zona de interseção entre graduação e pós-graduação, que se estreita na medida em que o professor orientador promove em seu grupo de pesquisa encontros de compartilhamento e produção coletiva de alguns desses produtos, em especial a produção de artigos e trabalhos de eventos. Ainda nessa esfera de atividades, pode-se incluir a elaboração e pré-apresentação dos TCC, teses e dissertações no âmbito mais particular dos parceiros acadêmicos estabelecidos por meio do professor orientador. Nas atividades relacionadas à pesquisa que são realizadas no espaço dos grupos de pesquisa e nos espaços de leitura, debate e interlocução acadêmica e científica como palestras, eventos e defesas públicas, os estudantes da graduação e da pós-graduação têm a oportunidade de diálogo mais próximo e intenso, podendo desenvolver cooperação entre si na produção acadêmica.

Quanto às atividades de aproximação com a docência, a produção do material didático utilizado pelo professor é realizada com apoio do estudante de graduação. No caso do estudante da pós-graduação, esse tipo de atividade permite que ele elabore parte desse material didático, sob a orientação do professor e com a ação cooperativa do colega da graduação. Além disso, no estágio docente o aluno participa da elaboração do planejamento da disciplina e, ao concluir o estágio, elabora um relatório descrevendo e analisando a experiência proporcionada pela atividade. Assim, observa-se que nas atividades de aproximação com a docência, o ponto mais forte de interseção entre a graduação e a pós-graduação reside na elaboração do material didático da disciplina.

O terceiro bloco indica as zonas de interseção entre os atores envolvidos com as formações na graduação e pós-graduação. Os atores mediadores centrais dessas formações são os docentes pesquisadores que tanto ministram as aulas, orientam a pesquisas e atividades, quanto coordenam pesquisas e grupos de pesquisas. A partir do trabalho do professor orientador, são criados os grupos de pesquisa, desenvolvidas as atividades e produtos relacionados aos dois primeiros blocos de zona de interseção, cabendo, portanto, a esse ator a integração dos

graduandos e pós-graduandos em ações articuladas e mobilizadoras da cooperação acadêmica.

FIGURA 3



Fonte: Produção da própria autora.

Entre os estudantes da graduação, o professor-pesquisador selecionará seus orientandos, voluntários e bolsistas de iniciação científica, podendo-se também incluir aqui os monitores de disciplinas. Já no âmbito dos estudantes de pós-graduação, os professores-pesquisadores, além de selecionarem seus orientandos, poderão ainda envolvê-los no trabalho de tutoria. Nessa atividade, os mestrandos e doutorandos poderão exercitar a orientação de pesquisa como tutores de bolsistas de iniciação científica. Na tutoria, cabe ao pós-graduando monitorar e orientar a execução do plano de trabalho do bolsista na realização da pesquisa, como também orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios e apresentações dos bolsistas. A partir dessa atividade, esses atores (professor-pesquisador, voluntários e bolsistas de iniciação científica, como também os tutores – estudantes de pós-graduação) cooperam na elaboração de textos de artigos e trabalhos para submissão a periódicos e eventos científicos, ampliando o universo da produção científica gerada a partir das pesquisas e em escrita colaborativa.

Entre as atividades, algumas podem ser consideradas como ações mais potencializadoras da integração dos níveis de formação da graduação e da pós-graduação como: o desenvolvimento da pesquisa pelos docentes com o envolvimento da iniciação científica; a orientação de pesquisas na graduação e na pós-graduação, geradora dos TCC, das dissertações e teses; o incentivo aos graduandos para assistirem defesas de teses e dissertações; a adoção de monitorias na esfera da graduação e de tutorias na pós-graduação; a orientação de atividades de estágio docente (tirocínio docente) nos cursos de graduação do campo da ciência da informação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia); a formação de grupos de pesquisa, de estudo e de leitura que funcionem como circuitos de interlocução acadêmica, de expansão do conhecimento e também de construção do sentimento de pertença ao campo científico e à área profissional.

Outras ações podem ser realizadas para ampliação do espaço crítico e expansão do sentimento de pertença ao campo científico e área profissional. A promoção de eventos acadêmico-científicos abertos a todos da comunidade local e a realização de seminários internos de pesquisa na instituição de ensino a qual estão vinculados os cursos, envolvendo apresentações e debates em torno das pesquisas concluídas ou em andamento nos dois níveis de formação, são essenciais ao objetivo de integrar a graduação e a pós-graduação.

Por fim, o fortalecimento da integração desenvolvida através da articulação entre as atividades, produtos e atores já incorporados ao ensino da graduação e da pós-graduação, também pode ocorrer por meio da realização de novas atividades que, muitas vezes, estão mais relacionadas à extensão e à pesquisa. A título de exemplo pode-se destacar a realização de atividades como cursos de extensão e atualização sobre temas pertinentes à área ou ainda oficinas preparatórias de projetos e produção textual, nas quais podem estar envolvidos, tanto como alunos quanto como monitores, os estudantes de graduação e de pós-graduação. Esses cursos e oficinas se caracterizam como atividade de extensão universitária.

ria, já que, no geral, o público alvo abrange pessoas externas à universidade. Entretanto, o foco desse tipo de atividade, em especial das oficinas, alcança os interesses de concluintes da graduação em fase de elaboração do TCC e mestrandos em elaboração das dissertações, podendo estes últimos e os doutorandos atuarem como monitores que, coordenados pelo docente pesquisador responsável pela atividade, podem colaborar nas orientações ao desenvolvimento das práticas de produção escrita de projetos e textos acadêmicos.

Outra estratégia de articulação entre a graduação e a pós-graduação consiste no trabalho cooperativo dos colegiados dos cursos, para o estabelecimento de disciplinas optativas que possam ser comuns aos currículos, de modo que os colegiados da pós-graduação possam autorizar algumas vagas a serem ocupadas por alunos da graduação, desde que selecionados de acordo com seus interesses de pesquisa e desempenho acadêmico no curso regularmente matriculado. A oportunidade de cursar alguma disciplina na pós-graduação possibilita ao aluno da graduação um contato direto com uma nova dinâmica de ensino-aprendizagem, como também de estudo, que melhor o posiciona frente ao mundo da pesquisa e do protagonismo profissional e científico. Além disso, nessa oportunidade o graduando poderá perceber a diversidade de perspectivas teóricas, como também as possibilidades de formulação de problemas de pesquisa a partir do universo das atividades e práticas informacionais. No caso de universidades onde esse tipo de ação não possa vir a ser viabilizada, resta ainda a alternativa dos colegiados da pós-graduação autorizarem a seleção de alunos da graduação para cursarem como alunos especiais as disciplinas de caráter optativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca da formação de profissionais de qualidade, com perfil e capacidade para uma ação protagonista e, conseqüentemente, de um profissional pesquisador, comprometido com o desenvolvimento da sua área

e do seu campo científico, como também com o desenvolvimento social, a universidade necessita articular as atividades desenvolvidas na formação em nível da graduação com aquelas que são realizadas no âmbito da pós-graduação, no qual a formação do pesquisador ocupa lugar central.

Ao examinar as estratégias de ensino já utilizadas, observa-se a existência de zonas de interseção que caracterizam pontos de articulação potencial da graduação e da pós-graduação, desenhadas a partir dos objetivos da formação, de suas atividades específicas, dos produtos que são gerados por meio delas e dos atores envolvidos nessas ações formadoras.

O esforço de identificar tais pontos e estabelecer estratégias que concretizem a integração entre os níveis de formação da graduação e da pós-graduação é importante para se construir os caminhos da realização de uma formação profissional promissora quanto à atuação proativa, analítica e propositiva dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho e na sociedade em geral, desenvolvendo um perfil para a pesquisa e um forte potencial para o ingresso na pós-graduação.

No que tange ao ensino da pós-graduação, essa integração traz elementos enriquecedores para a formação dos mestres do futuro, já que parte dos mestres egressos da área da Ciência da Informação atuará na docência no nível da graduação, devendo atingir uma formação que lhes assegure desempenhar com qualidade o ensino da área. Por outro lado, essa integração também contribui para uma formação de doutores com uma compreensão maior quanto à complexidade do campo científico da Ciência da Informação e das diversas perspectivas e áreas de atuação no que diz respeito ao trabalho com a informação, o que consolidará um desenvolvimento científico mais consistente e assertivo da área.

Por fim, a integração de atividades e produtos da graduação e da pós-graduação pode estimular o exercício profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos em uma perspectiva protagonista, impulsionando o desenvolvimento da pesquisa e do ensino nessas três áreas profissionais, de maneira a assegurar a consolidação de um comportamento e compromisso com o desenvolvimento científico da Ciência da

Informação, frente às condições favoráveis à formação de lideranças e protagonistas da arquivologia, biblioteconomia e museologia.

Além disso, há uma forte probabilidade de que, a partir dessa integração, intensifique-se a consolidação de uma visão complexa de interligação entre o fazer profissional, acadêmico e científico das três áreas (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), desvelando-se e construindo-se caminhos condutores de atuações profissionais, acadêmicas e científicas em uma perspectiva articulada, integradora, ética e comprometida com o fortalecimento do campo científico da ciência da informação e também com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural de seu país.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIMA, Paulo Gomes. Transversalidade e docência universitária: por uma recorrência dialética do ensinar-aprender. *Revista Educação*, v. 33, n. 3, p. 457-468, set./dez. 2008. Disponível em: <www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso em: 16 maio 2009.
- MATURANA, Humberto. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. São Paulo: Psy II, 1995.
- MATURANA, Humberto. *La objetividad: um argumento para obligar*. Santiago: Dolmen Ediciones, 2004.

MORIN, Edgar. *O método: o conhecimento do conhecimento* (Tomo III). Mem Martins/Portugal: Europa-América, 1987.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.

SAVATER, F. *O valor de educar*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

COLOFÃO

Formato	17 x 24 cm
Tipografia	Cambria (texto) e Bodoni MT (títulos)
Papel	Alta-alvura 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	EDUFBA
Acabamento	Cartograf
Tiragem	500 exemplares

Entremos na análise dos eventuais paradigmas que possibilitam pensar a evolução e o amadurecimento científicos do campo da Documentação/Informação. Estes dois termos servem, genericamente, para designar uma área de estudo científico que, consoante a perspectiva epistemológica adotada, tanto agrega várias disciplinas, como uma só. Daí que, para facilitar a compreensão de sua natureza e funcionamento, insistamos numa categorização genérica que ajude a “arrumar” as contribuições teórico-práticas que vêm sendo acumuladas desde o século XIX: (a) perspectiva “cumulativa ou fragmentária”; e (b) perspectiva “evolutiva”. A afirmação profissional na área da Documentação/Informação, sustentada por uma formação específica, teve início em meados do século XIX, desenvolvendo-se no âmbito de instituições como as bibliotecas e arquivos nacionais, a que podemos, naturalmente, acrescentar os museus nacionais de arte e de história natural. E esta situação concreta gerou a disseminação do modelo francês, instituído com a criação da École Nationale des Chartes em 1821 e completado com a fundação, em 1882, da École du Louvre. Estas e outras consubstanciadas reflexões históricas, teóricas e epistemológicas sobre a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são apresentadas neste livro-coletânea e repensam a interdisciplinaridade entre as mencionadas áreas e outras com proximidades de saberes.



ISBN 978-85-232-1129-5



9 788523 211295